

TESSITURAS

Revista de Antropologia e Arqueologia

V12 | N2 | Jul-Dez 2024

ISSN 2318-9576

Imagem da capa: Murilo Alcântara Barcelos



Dossiê:

Antropologia e Arqueologia Sensorial

Organização:

Gianpaolo Adomilli, Lucas Antonio da Silva, Leticia D'Ambrosio

Gianpaolo Adomilli¹

Lucas Antonio da Silva²

Letícia D'Ambrosio³

ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA SENSORIAL: Percursos, reflexões e apresentação do dossiê

SENSORY ANTHROPOLOGY AND ARCHAEOLOGY: Pathways, reflections and presentation of the dossier

¹ Professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). giansatolep@gmail.com

² Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro / Museu Nacional (UFRJ/MN). lasilva@mn.ufrj.br

³ Professora da Universidad de la República Uruguay / Centro Universitario Regional Este (UDELAR/CURE). treboles@gmail.com

A realização deste dossiê temático intitulado “Antropologia e Arqueologia Sensorial” para a revista Tessituras, é resultado das discussões que vêm ocorrendo entre alguns pesquisadores, nas quais nos incluímos, em torno dos estudos sensoriais. Neste contexto, consideramos que um conjunto de fatores nos trouxe até aqui, a começar pelo espaço de debates e reflexões proporcionado pelos encontros do Núcleo de Estudos Saberes Costeiros e Contra-Hegemônicos (NECO/FURG), reunindo docentes e discentes das áreas de antropologia, arqueologia e educação ambiental⁴. Nestes encontros, realizamos uma primeira aproximação, através da leitura e discussão de um volume significativo de textos sobre o tema da sensorialidade em diversas vertentes de pesquisa⁵.

Assim, iniciaremos com uma breve trajetória das nossas discussões a partir de algumas referências sobre esta temática, sem nos determos demasiadamente, uma vez que não é este o nosso objetivo, para, em seguida, apresentarmos os textos que compõem este dossiê.

De modo resumido, um interesse central dos referidos debates era entender como a pesquisa etnográfica se relacionava e poderia contribuir para o estudo da sensorialidade, mais especificamente, no que diz respeito aos modos de ser-no-mundo de determinadas sociedades humanas a partir de suas relações sensoriais com as coisas, seres e lugares.

Um ponto de partida que nos pareceu importante foi o texto “Experiência e pobreza”, escrito por Walter Benjamin. Entre tantas considerações relevantes, o autor aponta para a crescente transformação do mundo entre guerras, marcado pela violência das máquinas (tanques, bombas e aviões) e por um novo modo de experimentar a vida. De modo geral, para Benjamin (1986) essa transformação alterou drasticamente a relação das pessoas com o mundo, pois, na medida em que o desenvolvimento tecnológico se acentuava, mais as pessoas se aproximavam da dinâmica abstrata do maquinário moderno e, por conseguinte, se afastavam da experiência orgânica do mundo. O autor materializa essa afirmação com o exemplo da geração que, logo antes do período das guerras, ainda se deslocava para as escolas com carroças e, em seguida, passaram a experimentar a destruição em larga escala da

⁴ Estes encontros do NECO ocorreram quinzenalmente, reunindo docentes com formação nas áreas de arqueologia e antropologia, bem como estudantes e pesquisadores em sua maioria vinculados ao bacharelado em arqueologia da FURG e, principalmente, ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da mesma universidade (mestrandos e doutorandos). Para mais informações sobre este grupo de pesquisa ver <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/773124>

⁵ Considerando que os estudos sensoriais apresentam um caráter interdisciplinar ou mesmo “indisciplinar”, para fazermos referência a Ingold (2020), no sentido da dissolução das fronteiras disciplinares. Não poderíamos deixar de mencionar a significativa produção existente na área da educação, especialmente na educação ambiental, em torno desta temática. Muitas leituras da área da EA também guiaram as discussões que realizamos no NECO, mas optamos por não abordar neste texto devido ao espaço resumido.

tecnologia de guerra. A partir dessas reflexões localizadas historicamente, perseguimos outras leituras que pudessem instigar nosso olhar para os modos de ser-no-mundo por meio da sensorialidade.

Em tempos de antropoceno, esta questão remete à crítica de Ailton Krenak (2019), que pondera sobre como estamos nos desconectando da vida, ou seja, uma desconexão da humanidade com a natureza, que seria o ápice do pensamento moderno e nos levou ao antropoceno. Já o pensamento de Tim Ingold (2015) converge com o de Krenak nesse ponto, uma vez que defende que as habilidades advêm de nossa relação sensível com o mundo. Segundo Ingold (2015), a utilização de ferramentas faz parte dessa relação, que seriam formas de engajamento no mundo, no desenvolvimento de habilidades na prática. Já a utilização de ferramentas se diferencia das tecnologias modernas, uma vez que estas levariam à mecanização e, conseqüentemente, ao risco de uma atrofia das capacidades sensoriais que justamente possibilitam o desenvolvimento das habilidades a partir da experiência.

Outro texto que discutimos no NECO, a partir de uma breve busca das produções em antropologia no Brasil sobre o tema, foi o artigo “Etnografia Sensorial e experiência sensível: experienciando a carne do mundo”. Neste artigo, Castro (2021) apresenta uma etnografia realizada na feira do Guamá (Belém-PA). Essa feira, também conhecida localmente como “mercado da carne”, despertou os sentidos e estimulou a percepção da autora para os fenômenos cotidianos do local. Por exemplo, o cheiro característico da carne vermelha que pairava no local, os ruídos característicos de uma feira e a coloração do lugar, que variava entre tons de vermelho e branco - carne e roupas dos açougueiros, respectivamente. O fato é que, essa capacidade de apreensão do mundo a partir dos sentidos (Castro, 2021), possibilitou a compreensão da vida cotidiana na feira, ou como ressalta metaforicamente a autora: o sentido a partir da “carne do mundo”, isto é, entendendo o corpo como o suporte primordial de entendimento da realidade⁶.

Para além dessas leituras iniciais, nos deparamos com as seguintes questões: como se faz, e o que seria uma etnografia sensorial? E, sobretudo, no que esta difere em relação à etnografia convencional? Quais são, portanto, as implicações da nossa proposta para o entendimento da antropologia e da arqueologia? Neste sentido, convém evocar a obra de Paul Stoller, “O gosto das coisas etnográficas” (Stoller, 2022), considerado um marco da antropologia sensorial. Stoller propõe, e efetivamente o faz, em sua antropologia com cheiros e sabores, superar uma epistemologia convencional à antropologia que acredita ser possível separar pensamento do sentimento e da ação (Stoller, 2022:32).

Do ponto de vista metodológico, avançamos para o trabalho de Pussetti (2016), que apresenta uma relevante discussão sobre o tema das emoções e dos sentidos a partir de uma etnografia sensorial.

⁶ Destacamos aqui a base fenomenológica, sobretudo do filósofo Merleau-Ponty (1971), na perspectiva da virada corporal e sensorial presente na ideia da “carne do mundo”, que diz respeito à passagem de corpo-objeto para corpo-sujeito e ao entrelaçamento entre corpo e mundo.

Primeiramente, a autora realiza uma retomada histórica de como os sentidos e as emoções foram excluídos das ciências sociais, flutuando entre a biologia, enquanto as características genéticas das pessoas, e as disciplinas associadas à psicologia no estudo do “lado obscuro do homem” (Lévi-Strauss, 1962 apud Pussetti, 2016). Esse contexto só muda de fato a partir dos anos 1980, quando os estudos sobre a “experiência socialmente adquirida, sentimentos e sentidos historicamente situados e estruturados na base do sistema de crenças, representações da pessoa a dos seus limites, sentimentos e moral, e arquiteturas sensoriais e linguagens emocionais locais” (Pussetti, 2016, p. 41). Segundo a autora, a consolidação de fato desse campo de pesquisa se deu a partir do estudo da variabilidade cultural, em diferentes lugares e tempos, relativizando a validade universal dos sentimentos e emoções, especialmente trabalhados nos campos associados às perspectivas biológicas e psicológicas.

Pussetti (2016) ainda destaca a mudança metodológica promovida pelos estudos sensoriais, uma vez que a “observação participante” se torna “imersão-participante”, colocando o corpo e a experiência enquanto ferramentas de compreensão do mundo. Esse novo modo de fazer etnografia considera, além da linguagem verbal, já consagrada na antropologia enquanto o “dado” obtido na interlocução, as ações não-verbais, por exemplo, os gestos, as expressões faciais ou físicas em geral, ou, em resumo todas as manifestações corpóreas dos agentes envolvidos na ação social. Deriva disso, a ideia apresentada pela autora de “ressonância”, isto é, entender os processos sociais a partir de uma abordagem dialógica, reunindo as impressões de interlocutores e pesquisadores (Pussetti, 2016).

A ênfase no trabalho de campo centrado nas emoções e sentidos defendidos por Pussetti (2016) se aproxima das considerações sobre a pesquisa etnográfica da antropóloga Sarah Pink, cujo livro “Doing sensory ethnography” (2015) consiste em uma das principais referências para os estudos sensoriais, sendo que também aponta para a não-separação entre sujeito e objeto, priorizando um fazer etnográfico envolvendo todos os sentidos, em processos de conhecer na prática. Para Pink (2015) o trabalho de campo deve se pautar pela sensorialidade, onde o corpo e percepções da pesquisadora e interlocutores estão envolvidos, se conectam através da experiência, que é multissensorial.

Se a etnografia sensorial nos mostra que devemos levar a sério os nossos sentidos e aprender a saber sentir, a antropologia sensorial proposta por Howes (1991) é que abre as possibilidades para estas questões, sobretudo por considerar que cada cultura configura de forma diferente suas experiências sensoriais, o que nos permite abordagens comparativas. Howes foi um dos primeiros a apontar para o “ocularcentrismo” presente na tradição ocidental, questionando a universalidade da visão como sentido predominante. Ele demonstra, entre outras coisas, como cada cultura organiza e hierarquiza os sentidos e como estes podem ser diversos da forma como o concebemos no ocidente.

Já na arqueologia, Pellini (2015) aponta para um panorama semelhante. Segundo o autor, para os profissionais da área, mencionar “arqueologia sensorial” era como falar de sentidos e sentimentos,

considerando-os enquanto expressões físicas de pouca validade para a ciência – especialmente a positivista. O fato é que os sentidos, em muitos níveis, auxiliam as sociedades a estruturarem relações sociais, sejam com outros seres ou materialidades (Pellini, 2015). Pense no cheiro dos alimentos, no som dos instrumentos musicais, na decoração de um vaso de cerâmica ou no gosto de uma bebida cerimonial. O que tudo isso pode indicar sobre as relações sociais nas diferentes sociedades? Trata-se, portanto, de compreender os valores e princípios sensoriais que orientaram as ideologias que constituem essas sociedades.

Além de se apoiar nas contribuições de Howes (1991), Pellini dialoga também com o arqueólogo Yannis Hamilakis, que da mesma forma propõe a materialidade enquanto substância sensorial. Retomando a questão da materialidade, Hamilakis (2015a; 2015b) apresenta uma abordagem crítica, contemplando as dimensões sociais e simbólicas com base nas experiências sensoriais envolvendo o corpo e a materialidade. Temas como, por exemplo, o racismo e a imigração são abordados por este autor, demonstrando esse viés crítico a partir da sensorialidade da/na materialidade. Além disso, trata de repensar a arqueologia nessas bases, considerando sua essência experimental, portanto derivada das experiências sensoriais nas interpretações dos registros arqueológicos.

A partir dos debates em torno dessas e outras questões levantadas, propusemos um Grupo de Trabalho (GT) na XIV Reunião de Antropologia do Mercosul, realizada em Niterói no ano de 2023, com o título: “GT126: Saber Sentir: Experimentações em Antropologia e Arqueologia Sensorial”. O objetivo do GT era reunir profissionais interessados no tema da antropologia e arqueologia sensorial, estabelecendo um diálogo entre pesquisas etnográficas, estudos de caso e outras abordagens metodológicas, com ênfase na experiência enquanto processo constitutivo de saberes em seus modos de perceber e sentir. Os trabalhos apresentados geraram uma série de reflexões relevantes, entre as quais, destacamos a necessidade de construir mais interlocuções de pesquisa especialmente através da etnografia, considerando-a, tal como propõe Ingold (2014), como uma prática de engajamento no mundo a partir da *atenção*.

Aliás, o conceito de “educação da atenção” de James Gibson, desenvolvida por Ingold (2015) consiste em um dos eixos de articulação desta caminhada, na medida em que a atencionalidade se manifesta como formas de viver/habitar o mundo, no engajamento dos corpos que definem um compromisso ontológico com os fluxos da vida.

Essa foi a trajetória do dossiê “Antropologia e Arqueologia Sensorial”. Prosseguindo, o volume conta com sete artigos inéditos e temáticas de relevância para o campo da Antropologia e Arqueologia. Então, neste dossiê buscamos compreender como a etnografia contribui para o estudo da sensorialidade a fim de explicar “modos de ser-no-mundo” a partir das relações sensíveis com coisas, seres e lugares. Tratando de alinhar a teoria com cheiros, texturas, ritmos, sons e sabores, deslocando a velha cisão entre pensamento, sentimento e ação. Buscamos também abrir a porta para uma etnografia sensorial levada a sério. O dossiê, ademais, recupera o alerta de Benjamin (1986) sobre o “empobrecimento da experiência” moderna, para sublinhar que técnicas e

materialidades (máquinas, arquiteturas, dispositivos) reconfiguram o modo de sentir e, portanto, de conhecer e habitar. A diretriz metodológica é clara: passar da observação participante à imersão participante, isto é, uma prática de atenção (Ingold, 2015) que corresponda a ritmos e ambientes e que tome em conta os valores sensoriais como chaves de inteligibilidade também na arqueologia.

O artigo, “*A confiança como princípio ético e técnico da domesticação: uma questão antropológica*” de Joelma Batista do Nascimento, apresenta as relações entre os criadores e o gado no estado da Paraíba a partir da centralidade do corpo e da sensorialidade. A partir da ideia de evolução e existência conjunta, a autora investiga a relação entre humanos e não humanos no processo de domesticação e compartilhamento da vida. Neste artigo, a domesticação se apresenta como poética encarnada, enquanto uma trama de comunicação corporal e sensorial entre criadores e gado, sustentada por um princípio ético-técnico chamado confiança. A autora mostra como o ver-com (por meio da fotografia) educa a atenção e, assim, transforma a própria relação com os animais: a câmera, como dispositivo etnográfico, aguça a percepção de habilidades e emoções, e reconfigura os gestos com que humanos e bovinos se aproximam, reconhecem-se, acalmam-se ou advertem (posição do corpo, olhar, orelhas, respiração). O argumento ancora-se numa antropologia da percepção e nos debates multiespécie: a colaboração do trabalho e o agenciamento animal fazem da confiança uma condição técnica — não um adorno afetivo — e tornam política a dimensão do cuidado: “viver junto”, aprender fazendo, corresponder ao outro. O resultado é uma ética situada em que a perícia sensorial emerge da convivência cotidiana e em que a técnica se escreve, literalmente, nos corpos.

No artigo de Gustavo Gonçalves Roxo, o autor desenvolve um estudo detalhado sobre a paisagem do Rio de Janeiro a partir do patrimônio industrial e da poesia. Em seu artigo intitulado “*A Poética da Paisagem: A Interseção entre Arqueologia e Poesia na antiga Fábrica Confiança, Vila Isabel-RJ.*”, o autor utiliza conceitos da fenomenologia e da arqueologia da paisagem para compreender a construção do espaço industrial no bairro de Vila Isabel, na cidade do Rio de Janeiro. O engajamento do autor na paisagem urbana do bairro é acompanhado de uma narrativa poética, descrevendo também os processos históricos que levaram à formação atual da região estudada. A Fábrica Confiança, um dos eixos centrais do artigo, foi um importante referencial para o estudo da paisagem e das transformações ocorridas nessa região da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

O artigo, “*Trajetórias do cárcere: costuras entre o dentro e o fora da prisão*”, de autoria de Maria Luiza Lorenzoni Bernardi, traz um estudo etnográfico sobre a experiência carcerária no Presídio Regional de Bagé, no Rio Grande do Sul. A autora busca compreender o processo social vivido por mulheres encarceradas e livres, observando trajetórias, movimentos, subjetividades e o sistema de comunicação que se estabelece entre prisão e rua. A pesquisa revela, entre outras coisas, que o encarceramento aprofunda desigualdades, mantendo as mulheres no papel de cuidadoras.

Além disso, a autora revela em seu estudo uma população carcerária majoritariamente branca, onde a "branquitude" atua como marcador de status e cria hierarquias internas. As experiências de estigmatização dificultam a reintegração social.

No artigo de Valéria Iared, Lakshmi Juliane Vallim Hofstatter e Cae Rodrigues, titulado: *"Afetividades, corporeidade e a tecnologia no campo educacional: dialogando com memórias estéticas de uma pandemia"* os autores propõem ler a pandemia como laboratório sensorial da educação. Observando que a experiência pedagógica é redesenhada quando o agenciamento não humano do vírus obriga ao distanciamento físico e à intensificação do virtual. Em chave fenomenológica, as/os autoras/es narram como tempos e espaços foram (re)criados em tensão com a rotina anterior, como uma cultura corporal mediada emergiu nas plataformas e como um "novo incorporado" reconfigurou hábitos, afetos e presenças. A aposta conceitual é conectar a virada corporal e afetiva à defesa da educação como experiência estética, bem como a uma crítica à lógica produtivista/tecnicista que empobrece o sensível. Metodologicamente, o trabalho reivindica a etnografia sensorial e a atenção a fluxos de afetos como via para captar subjetividades que as abordagens tradicionais não alcançam. Se busca discutir o papel político do corpo engajado e das afetividades no campo educativo: desenhar pedagogias que reconheçam que perceber é também conhecer e habitar.

O artigo, *"Te desse bem na pesca, acho que bebesse água de bateira': conexões multissensoriais com o mundo das pescadoras na pesca lagunar no RS"* de autoria de Liza Bilhalva trata sobre uma etnografia a bordo com pescadoras do sul do Brasil, a autora narra uma experiência da água: o corpo da pesquisadora torna-se, por um tempo, corpo da pesca, modulado por ventos, balanços, salinidade e ritmos da jornada. A célebre "sorte" marinheira aparece, assim, desarmada: não é acaso puro, mas perícia corporal e atenção encarnada ao tempo atmosférico, aos riscos e às redes de cooperação; uma forma de conhecer que, em chave sensorial, pensa-sentindo e sente-fazendo. A narrativa expõe, ainda, a questão do gênero e da técnica: indumentárias e utensílios "neutros" são desenhados para corpos masculinos, o que invisibiliza as mulheres à distância e torna incômodas ou perigosas certas tarefas; porém, ao aproximar o olhar, emergem as pescadoras e seus repertórios de ofício, tornando visível que as lagoas também são delas. Metodologicamente, o texto oferece um modelo de imersão prolongada: dormir a bordo, seguir os gestos, manter o equilíbrio, manejar o enjoo, deixar-se formar pela embarcação, de modo que a atenção se converta, ao mesmo tempo, em dado e método.

O artigo, *"Entre caminhos ponderados e delirantes: uma análise espacial do hospital São Vicente de Paulo - DF"* de autoria de Sarah Kethlen Maciel dos Santos, busca ler um hospital psiquiátrico como objeto sensorial de governo: a planta, os corredores, as permeabilidades e os pontos de acesso produzem discursos não verbais que separam, vigiam e normalizam. Sob a arqueologia do contemporâneo e a sintaxe espacial, a pesquisa mostra como a materialidade arquitetônica encarna um ideário higienista/modernista que classifica sujeitos entre produtivos e improdutivos — e como essa classificação se torna experiência. A

arquitetura aparece, então, como máquina sensorial que marca corpos e trajetórias e que arquiva — em muros, circulações e umbrais — uma racionalidade de controle. A virada arqueológica, aqui, busca escutar as paredes para entender como o espaço faz sentir, e como essas sensações ordenam práticas e políticas.

O artigo de Daiane Araujo Avelino Bezerra, Cláudia Lúcia Alves e Claudilene de Sousa Alves, intitulado “*A identidade surda e educação inclusiva: explorando a integração da memória coletiva e da diferença cultural*” analisa a relação entre a identidade surda — uma construção cultural complexa — e a educação inclusiva. Argumenta que a memória coletiva e a diferença cultural são fundamentais para entender essa identidade e para desenvolver práticas educacionais eficazes. A pesquisa, de natureza qualitativa, defende que a inclusão deve valorizar a língua de sinais e a percepção visual dos surdos, indo além da simples integração física para criar um ambiente verdadeiramente acolhedor e respeitoso, que contribua para uma sociedade mais equitativa.

Em conjunto, os textos sustentam que a antropologia sensorial e a arqueologia sensorial aqui exercidas mostram como corpos, materialidades e ambientes coproduzem mundos, e por que nossa descrição deve ser, antes de tudo, atenta e encarnada.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas: Magia e técnica, Arte e Política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CASTRO, Marina. Etnografia sensorial e experiência sensível: experienciando a carne do mundo. **AMAZÔNICA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA (ONLINE)**, v. 13, p. 289-310, 2021.

HAMILAKIS, Yannis. Arqueología y sensorialidad. Hacia una ontología de afectos y flujos. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, [S. l.], v. 9, n. 1, p.31 -- 53, 2025a. DOI:[10.31239/vtg.v9i1.10579](https://doi.org/10.31239/vtg.v9i1.10579). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/11824>. Acesso em: 28/10/2025.

HAMILAKIS, Yannis. **Arqueología y los sentidos. Experiencia, memoria y afectos**. JAS Arqueologia. Madrid, Espanha, 2015b.

HOWES, David. **The varieties of sensory experience. A sourcebook in the anthropology of the senses**. University of Toronto Press, 1991.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**. Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Ed. Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2015.

INGOLD, Tim. **Antropologia e/como educação**. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2020.

KRENAK, Ailton. **Idéias para adiar o fim do mundo**. São Paulo. Cia das Letras. 2019.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O Visível e o Invisível**. Editora Perspectiva. São Paulo. 1971.

PELLINI, José. Arqueologia com Sentidos. Uma Introdução à Arqueologia Sensorial. **Revista de Arqueologia Pública**, v. 11, p. 1-12, 2015.

PINK, Sarah. **Doing Sensory Ethnography. Los Angeles/London/New Delhi/Singapore**. Sage Publications, 2015.

PUSSETTI, Chiara. **Quando o campo são emoções e sentidos: apontamentos de etnografia sensorial**. In: MARTINS, H.; MENDES, P. (org.). *Trabalho de Campo: Envolvimento e experiências em Antropologia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

STOLLER, Paul. **O gosto das coisas etnográficas: os sentidos na antropologia**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2022.

Valéria Iared¹

Lakshmi Juliane Vallim Hofstatter²

Cae Rodrigues³

AFETIVIDADES, CORPOREIDADE E A TECNOLOGIA NO CAMPO EDUCACIONAL: Dialogando com memórias estéticas de uma pandemia

AFFECTIVITIES, CORPOREALITY, AND TECHNOLOGY IN EDUCATIONAL THE FIELD: Dialoguing with aesthetic Memories of a Pandemic

¹ Professora Adjunta na Universidade Federal do Paraná (UFPR), valiared@yahoo.com.br.

² Professora Adjunta na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), lakshmivallim@gmail.com.

³ Professor Adjunto na Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, caerodrigues@academico.ufs.br.

RESUMO

Com o intuito de refletir sobre as contribuições e limitações da tecnologia para a educação a partir da experiência corpórea e estética da pandemia construída na virtualidade, apresenta-se esse estudo desenhado a partir de três experiências narradas durante a pandemia de COVID-19. Pauta-se em um referencial fenomenológico, no qual corporeidade está imbricada à nossa forma de existir no mundo. As três narrativas apresentadas como forma de descrever as experiências pandêmicas das autoras e do autor foram analisadas à luz da análise textual discursiva. Dessa análise, emergiram quatro categorias: (a) as imposições dos tempos e espaços próprios (re)criados na pandemia, muitas vezes em oposição aos tempos e espaços habituais da rotina pré-pandemia; (b) A contínua imposição da lógica capitalista/produtivista e tecnicista nos contextos específicos da educação na pandemia (c) a cultura corporal (re)criada a partir das interações à distância, com mediação das tecnologias; (d) o “novo incorporado” a partir das vivências do/no “novo normal”.

PALAVRAS-CHAVE: fenomenologia; ensino remoto; experiência estética; virada corporal; educação à distância.

ABSTRACT

To reflect on the contributions and limitations of technology in education as a corporeal and aesthetic experience of the pandemic constructed in virtuality, this study is presented based on three narratives from the COVID-19 pandemic. It is based on a phenomenological framework, in which corporeality is intertwined with our way of existing in the world. The three presented narratives, as a way to describe the pandemic experiences of the authors, were analyzed in light of discursive textual analysis. Four categories emerged from this analysis: (a) impositions of times and spaces as (re)created during the pandemic, often in opposition to the usual times and spaces of pre-pandemic routines; (b) the continuous imposition of the capitalist/productivist and technicist logic in the specific contexts of education during the pandemic; (c) (re)created corporeal cultures as a result of interactions at a distance, mediated by technologies; (d) the “new incorporated” from the experiences of/in the “new normal”.

KEY WORDS: phenomenology; remote learning; aesthetic experience; corporeal turn; online education.

SOBRE PANDEMIAS E TECNOLOGIAS

A pandemia de COVID-19 foi socialmente projetada (ou fantasiada), entre outras caracterizações, como potencial motivação para transformações planetárias. As pandemias já foram vividas em outros momentos da história civilizacional e tiveram impactos significativos nas sociedades da época. Para a maior parte das pessoas que viveram a pandemia de COVID-19, pandemias eram somente objetos de ficção científica, mas acabaram sendo vivenciados no cotidiano anômalo que se desenhou durante os piores períodos da pandemia de COVID-19, especialmente entre 2020 e 2022. Essa vivência gerou uma experiência coletiva que precisa ser analisada, tanto diante de experiências individuais, como de representações coletivas expressas em diferentes escalas, enquanto compreensões de fenômeno.

Durante o tempo de pandemia muito se falou sobre um “novo normal” que (supostamente) se construía a partir das vivências do período. Com o fim da pandemia, algumas questões desafiaram essa noção de forma crítica: Quais foram as transformações sociais associadas à pandemia de COVID-19? Quem exatamente foi “afetado” por essas transformações? Estas transformações foram contingenciais (adaptações apenas durante o tempo da pandemia) ou estruturais (no sentido de mudanças paradigmáticas)?

Nesse panorama, várias instituições de ensino em todo o mundo aderiram o intitulado “ensino remoto emergencial” durante a pandemia, evitando a necessidade de um deslocamento físico até a instituição de ensino, o que se concretizou em todos os níveis de ensino no Brasil por meio de portarias ou decretos federais, estaduais e municipais². Sem muito tempo para debates sobre a modalidade de ensino instaurada e, diante das incertezas de um plano nacional de combate ao COVID-19, que foi muito questionado no Brasil, normativas e políticas emergenciais definidas por governos locais objetivando orientar as ações diante desse cenário inédito em uma sociedade com o presente desenvolvimento tecnológico trouxeram complicações para docentes e discentes: acesso à internet e a equipamentos; adequações do ambiente domiciliar para o ensino remoto; carência de formação em relação a metodologias e ferramentas do ensino remoto; (super)exposição às telas; falta de familiaridade com plataformas

² Portaria nº 544, de 16 de Junho de 2020, que dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus - COVID-19, revogando as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020; Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, que estabeleceu normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

digitais; aspectos corporais e emocionais decorrentes do isolamento social; limitações impostas à execução de aulas, pesquisas e estágios aplicados, referentes ao campo prático.

Como é característico em uma sociedade interconectada por tecnologias da comunicação, as normativas e políticas de gestão da pandemia foram debatidas virtualmente em relação a como se aplicariam à prática e sobre os possíveis desdobramentos na vida de milhões de estudantes e docentes, debates que ocorriam na incerteza se essas seriam transformações provisórias ou propostas que pavimentariam o caminho para mudanças duradouras, efetivadas no futuro pós-pandêmico. Paralelamente, vídeos, *memes* e textos com opiniões sobre como manter a sanidade mental, a saúde física e a rotina de estudos e de trabalho em tempos de distanciamento físico e social³ “viralizaram” (assim como o próprio SARS-CoV-2) pelas redes sociais. No cerne das mensagens espalhadas nos dispositivos digitais estavam a impossibilidade do contato físico e de estar na presença do outro (humanos e não-humanos).

Medos, saudades, esperanças e solidões descentralizaram o racional para possibilitar o extravasamento de outros fluxos nesse emaranhado da vida (Ingold, 2011). Os embates associados às maneiras como o vírus alterou os modos de vida também fez reemergir a indissociabilidade do campo científico e filosófico. Aproveitando este contexto situado no tempo e no espaço da pandemia e do pós-pandemia, objetivamos nesse artigo problematizar o papel político do corpo engajado no mundo e das afetividades nos processos educativos com o intuito de qualificar o debate, no sentido do “inédito viável”⁴. Em um momento de mundo em que fomos obrigados pela agência (não-humana) do vírus COVID-19 a viver o afastamento físico e social e a intensificar nossas interações virtuais⁵, nos propusemos a analisar experiências no campo educacional, questionando o impacto das transformações/adaptações (tecnológicas) para lidar com a pandemia na experiência pedagógica, com foco na experiência corpórea, na estética e nas afetividades.

EDUCAÇÃO COMO EXPERIÊNCIA ESTÉTICA

Algumas correntes da literatura contemporânea que fazem uso do prefixo “pós” ou “novo” para sugerir a superação de algo anterior (pós-humanismo, pós-modernismo, pós-estruturalismo, pós-idealismo, “novos” materialismos) apresentam perspectivas para a suposta superação de disritmias entre uma “velha” educação e uma “nova” sociedade, no

³ Importante diferenciar os termos isolamento social e físico, pois os vínculos sociais não se perderam por completo, mas se transformaram e foram (em parte) reinventados (Santana, 2020).

⁴ Paro, Ventura e Silva (2019) realizaram uma revisão bibliográfica para compreender a noção do conceito de inédito viável em Paulo Freire. Segundo as/os autoras/es, os inéditos viáveis são processos pedagógicos de um projeto coletivo de materialização historicamente possível do sonho almejado, construído a partir da indignação e da denúncia.

⁵ Sobre as significações do “virtual”, ver Lévy (1999).

sentido que nos apresenta Gramisc (2017, p. 162): “a crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer”. Apesar da carência de metodologias para a concretude prática dessas “novas” teorias (Rodrigues, 2020), por vezes alimentando o cenário de abstracionismo (Payne, 2020) ou idealismo (Fay, 1987) teórico que sustentam o distanciamento paradigmático entre teoria e prática, a crescente legitimação dessas teorias gera novas discussões e propostas educativas pautadas no maior entendimento da dimensão sensível, corporal e afetiva.

Epistemologicamente, esse movimento se configura como uma “virada paradigmática” (ou *turn*) na medida em que evoca vivências menos deterministas, mais sensíveis e significativas, rompendo a lógica estruturalista e transformando o sujeito em protagonista de suas experiências e construções de realidade (Thrift, 2008). Viradas paradigmáticas, caracterizadas no horizonte de grandes transformações ontológicas, metafísicas ou sociais (dependendo da corrente teórica/filosófica adotada), não são apenas conceituais, pois propõem novas formas de situar e entender o sujeito no mundo.

Entre as viradas paradigmáticas, Sheets-Johnstone (2011) delimita aquilo que concebe como uma “virada corporal” (*corporeal turn*). Desde o estabelecimento do cartesianismo como pilar central das estruturas científicas, a razão passa a ser considerada como o que difere o ser humano dos demais animais. Dessa forma, a base para a argumentação de soberania da espécie humana sobre todas as outras formas de ser no mundo é arquitetada a partir da construção social da racionalidade, sendo corpo e cérebro coisas distintas e hierarquicamente valoradas.

Em contraponto a esse entendimento, a virada corporal traz uma perspectiva de olhar para o corpo como um todo, como nossa forma de estar, captar, apreender e nos relacionar com o mundo. Dentro dessa virada não se sustenta a divisão de “tarefas” entre o cérebro e nossos outros órgãos, pois entende-se que usamos todo o corpo para elaborar nossos sentidos e aprendizados. É nesse sentido que Sheets-Johnstone (2011) compreende a virada corporal como uma virada ontológica, pois traz outra compreensão corporal ao negar a dualidade constituída em torno da razão/emoção ou hierarquia da mente em detrimento de todo o corpo. A partir dessa perspectiva ou compreensão de corpo, podemos trazer para a análise a dimensão (soma)estética do corpo, enquanto experiência (Payne et al., 2018).

Merleau-Ponty (1945/1999), a partir da fenomenologia, já apresentava argumentos marcantes sobre o entendimento da corporeidade e desse estar no mundo tão imbricado à nossa forma de existir. O autor constrói o conceito de “sujeito encarnado” (1945/1999) ao entender o corpo coexistindo com o mundo, o afetando e sendo afetado por ele. O sujeito encarnado é, assim, “[...] um campo de presença — presença a si, presença a outrem e ao mundo — e porque esta presença o lança no mundo natural e cultural a partir do qual ele se compreende” (Merleau-Ponty, 1945/1999, p.605).

Posteriormente, em “O Visível e o Invisível”, Merleau-Ponty usa a expressão “carne do mundo” para frisar de maneira ainda mais visceral o

entrelaçamento do corpo ao mundo: “meu corpo é feito da mesma carne que o mundo (...)” (1964/ 2003, p.225). O autor ainda afirma: “a experiência de minha carne como ganga de minha percepção ensinou-me que a percepção não nasce em qualquer lugar, mas emerge no recesso de um corpo” (Merleau-Ponty, 1964/ 2003, p.21), o que nos traz a compreensão de que a relação com o ambiente se dá através do corpo com todos os seus sentidos (somaesteticamente).

Igualmente significativa para as possibilidades analíticas do corpo a partir da dimensão estética é a definição da virada afetiva descrita por Clough e Halley (2007). Pesquisadores das neurociências vêm argumentando sobre a presença das emoções em processos decisórios cotidianos. Ora, se nossas escolhas diárias são regidas pelos sentimentos, por que não passar a discuti-los explicitamente e objetivamente, com base em estruturas analíticas? Para além disso, a virada afetiva contesta a ênfase das emoções na agência humana, reivindicando um fluxo de afetos entre humanos e não-humanos (outros seres vivos, não vivos, coisas, instituições, discursos e o mundo virtual). Na sociedade hegemônica eurocentrista, a dimensão afetiva foi silenciada por muitos séculos, mas autores contemporâneos têm revitalizado essa discussão, já que ela é potencialmente capaz de afetar políticas e decisões em níveis globais.

Descola (2016) descreve como a vivência integrada aos demais elementos da natureza em algumas culturas indígenas, como o povo indígena amazônico Achuar e os aborígenes australianos, gera outros entendimentos de mundo, desconhecendo distinções ou dualidades entre corpo/ser e mundo, por exemplo⁶. Ao se criar tais dualidades, características de um projeto de sociedade estruturado a partir de um modelo cartesiano ou positivista, há uma tendência à criação de oposições entre polos dominantes e dominados, como bem demonstrado nas obras clássicas de sociólogos como Durkheim, Marx e Bourdieu, assim como nos escritos do educador brasileiro Paulo Freire.

Na mesma medida, ao nos distanciarmos das outras coisas do mundo, como ocorre, por exemplo, a partir de uma visão antropocêntrica da relação ser humano-mundo, há uma maior possibilidade de perda de empatia na relação com o outro (humano e, principalmente, não-humano) e com o mundo. Krenak (2019) manifesta o quanto nos falta impregnar o nosso viver de sentido, afeto, emoção. Segundo o autor, “nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida” (2019, p.10).

No âmbito mais específico da educação, as viradas, corporal e afetiva, são evidenciadas em propostas que valorizam a dimensão sensível da estética e a percepção do corpo íntegro como resposta a abordagens “tradicionais”, que priorizam, sobretudo, o desenvolvimento físico (motor) e racional (cognitivo). Payne e Wattchow (2009), por exemplo, defendem uma pedagogia “lenta” (*slow pedagogy*) como contraproposta a práticas educacionais conteudistas e mecanicistas, argumentando a favor de uma abordagem experiencial, sensitiva, contemplativa, reflexiva enquanto

⁶ Essa questão é bem desenvolvida também na literatura sobre as dinâmicas corpo-mundo a partir de outras cosmovisões indígenas, como o “buen vivir” (Acosta, 2012) e o “Ubuntu” (Le Grange, 2018).

processo educativo e forma de superar dualismos e desconexões presentes na forma como vivemos o mundo (proposta continuada nos estudos posteriores de Payne na perspectiva do *vagabonding* – ver Payne, 2014).]

Já Tim Ingold (2010), baseado no que ele denomina como educação da atenção, reflete sobre o papel de todos os sentidos e do corpo (como um todo) no processo da aprendizagem. O autor considera que a cognição acontece dentro de contextos ambientais específicos em que as pessoas desenvolvem seus conhecimentos incorporando suas percepções e ações, de forma que as pessoas não podem aprender simplesmente com um acumulado de representações. Como último exemplo, Alex Bretas cunhou o termo “educação fora da caixa” para deixar extravasar ações educativas que deem vazão à curiosidade, autonomia, afetividade, criatividade como habilidades importantes para uma educação complexa e crítica.

Reconhecendo a importância da experiência do corpo engajado nas abordagens pedagógicas que apreendem os sentidos das viradas corporal e afetiva, ressaltamos a importância de se discutir, a partir da compreensão das dissonâncias corporais e sociais provocadas pela pandemia (como ação de agência não-humana), os potenciais efeitos pedagógicos do isolamento/distanciamento físico no âmbito das relações com nosso próprio corpo e na constituição de nosso ambiente externo primário – nossas casas.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A virada afetiva, já mencionada na seção anterior, indaga sobre a potencialidade das afetividades nos mais variados campos do saber e suscita um novo olhar para a pesquisa e suas abordagens metodológicas. Autores como Thrift (2004), Ingold (2011), Pink (2009) e Payne et al. (2018) nos convidam a pensar a afetividade como metodologia de pesquisa, já que a coleta e representação dos dados empíricos podem precisar de projeções em uma perspectiva que contemple o fluxo de afetos e a corporeidade. Dentre as diferentes formas de realizar pesquisa qualitativa no campo educativo, uma das que são mais condizentes com a investigação desse ser-fazer educação é a etnografia. Entre os métodos etnográficos, a etnografia sensorial foi pensada diante da constatação de que as abordagens tradicionais de pesquisa são insuficientes em captar algumas subjetividades produzidas na relação entre os seres humanos e o mundo. Nessa abordagem, a experiência, o conhecimento e o lugar do corpo são essenciais para análise de produção de sentido (Pink, 2009).

Alinhados com essa perspectiva, nossa proposta foi lançar um olhar etnográfico sobre nossas próprias experiências da pandemia como (a) professora do ensino superior, (b) professora do ensino médio profissionalizante e (c) professor do ensino superior⁷ que, imersos na tecnologia, vivenciaram as agências digitais de maneira nunca antes exigida. Etnografia, porque lançamos nossos olhares sobre nós mesmos, do nosso cotidiano, dos processos pessoais-sociais vividos, que nos trazem essas reflexões num processo permanente de devir, formação e reflexão do

⁷ Condição profissional a época dos 3 autores.

que nos move. Etnografia, pois também se constitui em registro desse momento histórico, fragmentado pelos nossos olhares, lugares e formas que habitamos. Além disso, fazemos uso da etnografia de observação participante (Angrossino, 2009), baseada em observação cotidiana livre, mas na perspectiva de um olhar direcionado, a partir das perspectivas teóricas que trabalhamos, a captar, coletar e discutir as informações que circulam na internet e redes sociais, o que nos permite inferir algumas interpretações societárias.

Vergunst (2011) argumenta que a etnografia é um dos possíveis caminhos para apreensão do movimento e das qualidades experienciais e sensoriais em contextos sociais e ambientais. No entanto, nossa etnografia é de um corpo “isolado”, mas conectado virtualmente, durante a pandemia. Vergunst (2011) e Ingold (2011) argumentam que o excesso de técnicas e tecnologias nos afastam do corpo engajado no mundo. Para eles, não temos a mesma leitura da paisagem ou a mesma percepção da nuance de cheiros, sons e texturas quando cobertos por esses artefatos. Todavia, Vergunst (2011, p.215) reconhece que há um nível de tecnologia que passa a fazer parte do nosso corpo no mundo, ou seja, um “*low-tech aesthetic*” que “permite relações sociais e engajamento com a paisagem a ocorrer, e não a que as impede” (tradução nossa). Um olhar fenomenológico permitiria a afirmação de que, nestes casos, a tecnologia não seria mais apreendida como algo externo ao corpo, mas sim uma extensão do próprio corpo, ou seja, parte íntegra e inseparável do corpo, como no clássico exemplo da bengala do cego no livro “Fenomenologia da Percepção” de Merleau-Ponty (1945/1999).

No contexto de pandemia, o nível de tecnologia que fez parte do nosso corpo-ao-mundo certamente aumentou para boa parte da população mundial. Várias das nossas experiências estéticas foram vivenciadas e expressadas pelas telas dos smartphones e computadores. Nesse cenário, convidamos Don Ihde para a nossa discussão, comumente intitulado como o filósofo da tecnologia e da pós-fenomenologia. Segundo Ihde (2017), nosso cotidiano está envolvido em tecnologia desde as civilizações pré-históricas, seja por uma alta tecnologia, média tecnologia ou baixa tecnologia. No entanto, o autor reconhece que nosso cenário contemporâneo é caracterizado por um sistema altamente tecnologizado e entrelaçado, o que ele chama de tecnosistema. Se a fenomenologia é o estudo da experiência, as tecnologias (como artefatos) vão para o centro do debate e não são entendidas como objetos, mas como relação. Como pós-fenomenólogo, Don Ihde defende em diversas de suas obras que o objetivo da tecnologia é ser transparente; é necessário que ela se dissipe na experiência.

Pois então, aqui explanaremos sobre o nosso ir à coisa mesma durante o período de ensino remoto. Importante ressaltar que o nosso ir à coisa mesma é embaralhado ao nosso ser, duas mulheres e um homem, latino-americanas/os, professoras/es de ensino médio e superior e pertencentes à classe média brasileira. Pautados no conceito de geo-epistemologia de Canaparo (2009), compreendemos que o vírus e o período de distanciamento físico, apesar de espalhados por todos os continentes do planeta, foram percebidos, interpretados e vivenciados de

diferentes formas nos diferentes contextos culturais, políticos, étnicos e sociais.

Apresentaremos três exemplos empíricos em forma de narrativas que expressam as relações percebidas/sentidas entre interações digitais e afetividades diversas da pandemia – negação, medo/pânico, depressão, revolta, conformismo, otimismo. Ressaltamos que as narrativas se concretizaram no papel de maneira individual, mas a partir de trocas prévias, de reflexões, angústias e percepções sobre o ensino remoto a partir do olhar de duas pesquisadoras e um pesquisador que investigam a corporalidade e a corporeidade nos processos educativos. Essas narrativas nos ajudaram a transpor esse aprendizado sobre as performatividades das agências digitais para a educação em um contexto de pandemia e de pós-pandemia.

Objetivando a organização sistemática dos dados de base empírica relevantes para a pesquisa, realizamos análise textual qualitativa (Moraes, 2003) para destacar “unidades de significado” do corpus da pesquisa (as narrativas). As unidades foram codificadas de acordo com a ordem que aparecem em cada narrativa, respectivamente. Por exemplo, a unidade 1.1 se refere à primeira unidade da narrativa um; a unidade 1.2 se refere à segunda unidade da narrativa um; já a unidade 2.1 se refere à primeira unidade da segunda narrativa; e assim por diante.

Após o processo de unitarização (Moraes, 2003), que se constitui pelo destaque de unidades de significado do texto completo, sempre atribuídas em relação direta à questão de pesquisa e aos objetivos do estudo, as unidades destacadas foram organizadas em categorias emergentes da própria análise. Uma mesma unidade de significado pode remeter a mais de uma categoria emergente, uma vez que não concebemos as categorias como estanques, mas como um *continuum* de fluxos. No artigo, as unidades são identificadas no corpo das próprias narrativas, mas é importante destacar que as unidades foram identificadas a partir de uma análise posterior à elaboração das narrativas. Já as categorias são apresentadas na seção de discussão dos dados, intitulada “Narrativas em diálogo”. Finalmente, as conclusões do artigo contemplam a proposição de Moraes (2003) da formulação de um novo metatexto a partir do processo analítico do corpus de pesquisa.

NARRATIVA DA 1ª AUTORA

Dia 13 de março de 2020 foi o dia que a COVID-19 entrou na minha vida. Uma sexta-feira. Sexta-feira 13! E como também creio que não há separação entre a vida profissional e pessoal, entrou via universidade. Alguns amigos e colegas tiveram contato. Eu tive contato? Tive contato com quem teve contato. Não podíamos mais ter contato. Nesse dia, a universidade fechou. Na semana seguinte, a cidade parou. E meu choro extravasou. Para romper a sensação de isolamento ou distanciamento, vídeos com danças, músicas, desenhos, poemas começaram a circular pelas redes sociais. Um dos vídeos que me tocou na primeira ou segunda semana de quarentena reportava para a preocupação do movimento e da

emoção nesse novo cenário⁸. A legenda indaga "e o corpo? E as emoções, como ficam?" e segue com uma mensagem de alegria e esperança (Unidade 1.1).

Recorrer à música, danças, poesia, artes visuais tem sido a "brecha" para expressarmos sentimentos. Algumas pediam calma e pausa, "nem tudo se pode controlar. O que será que o mundo tem a falar?"⁹. Um vírus (é vivo ou não vivo?) virou minha rotina do avesso. Precisei me reinventar. Meu corpo estava restrito a uma cadeira e um computador, mas a demanda estava maior do que nunca: regulamentos, reuniões, cursos e aulas remotas (Unidade 1.2). Como diria o ditado, "às vezes, é preciso dar um passo atrás para depois dar dois à frente".

Os invólucros entre vida pessoal e profissional se dissolveram ainda mais. Se antes havia uma delimitação de espaço físico (casa e trabalho), agora não há mais. Essa situação ultrapassou para o tempo: qual o horário de trabalho e qual o horário de parar de trabalhar? Temos lazer? Existe lazer em casa? Se não existe, então vamos trabalhar! (Unidade 1.3).

A presença de um vírus, assumindo o protagonismo no fluxo da vida, trouxe para perto pessoas que estavam em outros países e estados. Um paradoxo, não?! (Unidade 1.4). Nos distanciamos dos próximos e nos aproximamos dos distantes. As reuniões de amigos e famílias via plataformas digitais se tornaram comuns e as famosas "lives" foram intensamente assistidas. Que maravilha! Estava vendo e ouvindo pessoas que tanto admiro e são meus ícones pessoais e profissionais. E como tudo que é demais enjoa, passei a nem querer ver os cartazes das "lives". O que era bom, se tornou sufocante! (Unidade 1.5).

No meu isolamento físico dos humanos, recorri aos meu mundo mais que humano para continuar sendo humana (Unidade 1.6). Meu mundo mais que humano testemunhou todo esse processo: a minha cadeira de trabalho, meu notebook, minha internet, minhas plantas e minhas três cachorras, que apesar de me sentirem presente, "reclamavam" da ausência de atenção e carinho.

O diálogo, reciprocidade e alteridade foram fundamentais em todo o processo. As aulas retornaram 03 meses depois e me vi envolvida em disciplinas na graduação e pós-graduação. Retornar, mesmo que virtualmente, significou voltar a conversar diariamente com minhas/meus estudantes (Unidade 1.7). Não estava mais tão isolada. Me senti professora novamente. Valeu a pena!

Mas e o corpo? O corpo dói. Uma nova cadeira e apoio para os pés amenizaram o incomodo dessa nova configuração/posição corporal (Unidade 1.8). Mesmo assim, o corpo dói. O corpo sente falta do abraço, do cheiro, da textura, da dança, do sorriso e do toque afetuoso (Unidade 1.9).

⁸ <https://www.facebook.com/1803186276/posts/10212865795198671/>

⁹ <https://www.facebook.com/watch/?v=587630595257001>

NARRATIVA DA 2ª AUTORA

Dentre as diferentes mudanças e inquietações que esse período pandêmico nos remete, é possível perceber algumas variações sobre os sentimentos, percepções e entendimentos que emergiram, desde março de 2020, quando se inicia o isolamento social. Alguns textos que circularam dentro do meio com o qual convivo, bastante marcado por acadêmicas/os e pessoas bastantes sensíveis, como o texto o “O amanhã não está à venda”, de Ailton Krenak.

Em um primeiro momento imaginei a pandemia como uma possibilidade de novos modelos de sociedade, principalmente no que concerne o atual modelo econômico-social pautado em tantas desigualdades, produtivista, em que o tempo para as relações e vivências não é valorizado. Meu desejo se representa um pouco no modelo econômico Donut¹⁰ que Amsterdã declarou que passará a adotar, valorizando mais as pessoas e respeitando mais os limites ambientais (Unidade 2.1).

Também, foi bastante expresso por um poema escrito por uma norte-americana, Catherine M. O'Meara, em março de 2020, denominado Curar, que tornava evidente a necessidade de olhar para si, realizar atos de autocuidado e felicidade, curando a si e ao planeta. Minha esperança foi se desfazendo diante dos fatos, com a manutenção da lógica produtivista para outros espaços, pessoas mais estressadas, tristes e insatisfeitas. Esse momento que seria propício às pausas e revisões sociais não acontece. Constato que aquilo que boa parte da sociedade passou chamar de “Novo Normal” remete a mudanças de cuidados sanitários e não àquelas mudanças sociais e econômicas que deveríamos estar pautando (Unidade 2.2).

Ao trazer essa discussão no campo educacional, me afino ao pensamento do filósofo Vladimir Saflate¹¹, quando observa que existe um processo de transformação de professoras e professores em funcionários públicas/os padrão (Unidade 2.3), e com isso se perde o pensamento vanguarda e transformador que as universidades já ocuparam na sociedade. *As Universidades públicas e Institutos Federais foram pressionadas a se equipararem rapidamente à remotização do ensino que as universidades e escolas particulares fizeram sem o tempo hábil para o devida adequação e debate das implicações pedagógicas desse processo. Além disso, nas instituições públicas de ensino às condições sociais das/os estudantes são muito mais complexas e precisam existir diante do compromisso de manter uma educação democrática, acessível e de qualidade* (Unidade 2.4).

Apesar de existir toda a pressão para a remotização, na minha instituição de origem conseguimos realizar debates sobre as implicações sociais e educacionais. Foi um período propício para a revisão de nossas

¹⁰ <https://sustentarqui.com.br/amsterda-adota-modelo-de-economia-donut/>

¹¹ Debate disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9Uw9RHh7Km4>. Acesso em 16/05/2024.

práticas, pois mesmo que já dito exaustivamente o quanto que o magistério precisa de formação continuada, na prática, estamos exauridos em nossas funções cotidianas e muitas vezes não dispomos do tempo necessário para isso. Entretanto, a pandemia nos empurrou obrigatoriamente para a discussão das práticas docentes (Unidade 2.5).

Particularmente, tive a oportunidade de participar de um curso sobre metodologias ativas e outro sobre Educação on-line, ambos extrapolaram suas temáticas para um amplo debate sobre aprimoramento didático, novas estratégias para o processo de ensino-aprendizagem, participação e protagonismo estudantil, limites tecnológicos, etc. Enquanto professora, pude também oferecer uma formação em Ambientalização Curricular na minha instituição, um debate muito caro a mim e que em outras circunstâncias, provavelmente, não teria conseguido a amplitude e o engajamento conquistado. Exercemos, assim, algumas trocas entre pares, em processos onde todo corpo docente reflete, amadurece e pode criar novas condições de lecionar (Unidade 2.6).

Contudo, com o olhar atento às referências teóricas nas quais nos pautamos, entendemos a necessidade do afeto e do corpo no processo do ensino/aprendizado, o que nos torna pessoas bastante críticas e cuidadosas em relação à transposição das aulas para o sistema on-line. Ficamos entre as indagações de como exercer a flexibilidade necessária ao atual momento, entendendo uma vida em movimento que se transforma constantemente e das ponderações das perdas e ganhos de uma maior incorporação das tecnologias ao processo educacional.

Ao mesmo tempo, precisávamos, enquanto docentes de instituições públicas, questionar, propor e buscar formas de garantir o acesso igualitário, além de buscar formas de promover um processo educacional que possa ser prazeroso e gerador de vínculos sociais e afetivos que construíssemos através das relações educacionais.

Quando o ensino remoto se instaurou, mesmo após todos os debates, uma angústia tomou conta de mim motivada pelos diversos desafios de exercer essa modalidade de ensino diante de uma estrutura tão precária. Vi muitos lares humildes se tornarem o ambiente de aprendizado, em meio as turbulências familiares, a falta de uma estrutura física que contribuísse para concentração e acompanhando a dificuldade de estudantes que não tinham alfabetização tecnológica (Unidade 2.7). Essa nova modalidade de ensino exigiu muita dedicação tanto docente, quanto discente para que se estabelecesse essa nova estruturação de ensino, isso reverberava em meu corpo, na tensão gerada para melhor ouvir, entender, e me fazer compreender em meio a tantas dificuldades (Unidade 2.8).

Dentro do processo de remotização do ensino, sem dúvidas, um dos maiores comprometimentos foi o corporal. Nosso referencial teórico nos aponta o quanto é fundamental um corpo que se expresse e que explore um mundo em movimento, em uma sensibilidade mais ampla, pois o aprendizado atravessa um corpo multissensorial. Nosso próprio corpo experimentou essa face cruel, manifestando diversas dores (cabeça, coluna, vista cansada diante das telas) e no ambiente que não se

diversificava, o que nos impõem a ausência de novos estímulos mentais ~ sensoriais (Unidade 2.9).

Ainda que o tempo e a prática tenham ajudado para que superássemos algumas dificuldades iniciais, é notável que algumas questões educativas ainda precisam ser olhadas com bastante atenção. Rapidamente a prática produtivista e a correria do novo formato se instauraram, sem o devido tempo de refletir e analisar as lacunas educativas que o formato remoto nos causou e recaímos nos problemas antigos que acarretam em um planejamento pouco reflexivo (Unidade 2.10), nos mostrando a contínua imposição da lógica capitalista, produtivista e tecnicista.

O que dessa experiência foi positivo e pode alavancar mudanças? O que não foi contemplado e precisa ser pensado para que possamos estar melhor preparados em um cenário em que seja necessário retomar essa modalidade? Como a gente atende um corpo pensando por inteiro nessa modalidade de ensino? O que é possível transformar para incorporar a perspectiva corporal e multissensorial? Essas são indagações que acredito que me acompanham individualmente, e que considero que devam ser melhor compreendidos enquanto sociedade, para que essas experiências não se percam enquanto registros históricos do que somos/vivemos (Unidade 2.11).

NARRATIVA DO 3º AUTOR

Um novo vírus letal aos seres humanos foi identificado na China. As notícias sobre isso se tornam cada vez mais frequentes e parece que podemos ter problemas mais graves, como tivemos recentemente com SARS e H1N1. A coisa ficou feia na Itália, mas deve ser por causa do clima frio e alto fluxo de turistas. Os números crescem assustadoramente em outros países da Europa, mas não dá para imaginar que fique ruim assim no Brasil. Não tivemos tantos problemas como outros países nos casos anteriores de SARS e H1N1. Os primeiros casos no Brasil são acompanhados de previsões catastróficas, mas todas baseadas em modelos de outros países, muito diferentes daqui. Os números crescem muito em São Paulo, a cidade mais internacional do país, mas não deve ter muita força em Aracaju. Os primeiros casos são identificados em Aracaju, mas o governo tomou providências de isolamento rapidamente e o vazio das ruas indica que tudo se resolve com mais tranquilidade. Em poucos dias, as ruas voltam a ficar cheias e o número de casos sobe...muito. O primeiro momento é de muito medo...do desconhecido; do outro a minha frente; da morte. Com o passar das semanas criamos estratégias para lidar com aquilo tudo: exercícios dentro de casa; tempo de tela diário com a família; foco no trabalho. Aprendemos as técnicas para nos sentirmos mais seguros. Criamos mantras com base nas estatísticas vastamente disponíveis com alguns toques no celular: a probabilidade de me contaminar com os cuidados que estou tomando são mínimas; se me contaminar, pela minha faixa etária, a chance de ser algo mais grave é

muíto pequena; se for algo mais grave, a chance é mínima de ser letal. Seguindo a ordem de minha construção racional de toda a pandemia, me convenço disso, pois sou cientista e a estatística é sólida, é fato. Mas meu estômago embrulha toda vez que tenho que sair de casa (Unidade 3.1).

O nome que deram para o distanciamento que vivo é “isolamento físico”, não sendo caracterizado como “isolamento social”, pois tenho contato com outros por meios digitais, ou virtuais. Quem bolou esse nome não deve entender muito de gente. Primeiro, pois não estou isolado fisicamente...continuo interagindo com o meio, imerso de corpo inteiro, sendo afetado por tudo que está acontecendo ao meu redor (Unidade 3.2). Tenho certeza que viver uma pandemia seria mais fácil se o isolamento físico fosse uma real possibilidade. Segundo, pois sou latino americano...para piorar, sou de uma geração criada em tempos em que tela, só da televisão...minha percepção de “socialização” tem implicações que (em muito) transcendem uma conversa olhando para uma tela (Unidade 3.3). Ou seja, para mim isolamento se traduz mesmo em solidão, em distanciamento daquilo que me traz conforto e alegria, das com-vivências com os outros e com as naturezas (Unidade 3.4).

Poderia imaginar que a geração mais nova, que desde a infância interage com as telas, teriam menor dificuldade em lidar com o isolamento. Assim, embarquei no desafio do ensino remoto, com turmas na graduação no Departamento de Educação Física e na pós-graduação no Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente; a maior parte bastante jovem...todos latino-americanos. O engajamento foi maior do que eu esperava, confesso (Unidade 3.5). Talvez a possibilidade de encontrar gente, mesmo que virtualmente, justificasse as horas a mais em frente à tela. Os resultados acadêmicos superaram minhas expectativas, também confesso (Unidade 3.6). Creio que os métodos e didáticas adaptados ao contexto remoto foram eficazes. Olhando para o resultado, poderíamos dizer que o ensino remoto foi um sucesso. Mas fazer tal afirmação olhando para o produto sem olhar para o processo seria novamente coisa de quem não entende muito de gente. Durante o semestre, compartilhamos ideias e construímos conhecimentos. Mas também foram compartilhadas as aflições, as dificuldades, os sofrimentos, as dores de pessoas que vivem coletivamente um tempo anômalo (Unidade 3.7).

Compartilhei com os alunos um dos inúmeros vídeos que chegaram até mim durante a pandemia, que, em grande parte, fizeram parte de minha construção perceptiva da pandemia. O vídeo-The Great Realisation, Tomfoolery-apresenta, poeticamente, uma visão bastante otimista de um futuro bonito no qual aprendemos muito com a vivência coletiva da pandemia. Conversamos muito sobre o que podemos aprender com as dissonâncias corporais que nos aflige nessa experiência, buscando olhar para os processos em curso, para as realidades que nos rodeiam, para as vivências concretas, para as políticas locais, para a práxis pandêmica, evitando especulações de futurologia desprovidas de empirismo (Unidade 3.8).

Dessas conversas, pude sentir com certa clareza: independente do contexto, a esperança move o ser-humano no sentido do (querer) ser-mais

(Unidade 3.9); o “novo normal” sustenta um ideal utópico de mudança, ao mesmo tempo em que fortalece as estruturas de um conservadorismo dinâmico (Unidade 3.10); o anseio para retornar “à vida normal” é maior do que o anseio para uma “nova vida” pós-pandemia (Unidade 3.11); a maior parte de nós aprendeu muito durante a pandemia sobre as interações mediadas por tecnologias, inclusive no âmbito da técnica (Unidade 3.12); o tempo evidenciará as implicações dessas novas aprendizagens...e se, como sociedade, aprendemos algo mais no âmbito da estética, da ética e da política (Unidade 3.13).

NARRATIVAS EM DIÁLOGO

Resgatando nosso objetivo, essa seção focou em responder duas questões centrais a partir do diálogo com as narrativas e com as referências teóricas apresentadas: O que realisticamente apre(e)ndemos sobre processos educativos a partir das dissonâncias corporais vivenciadas durante um estado de anomalia social (pandemia)? Quais limitações para a educação em inter-ação com as tecnologias digitais foram evidenciadas pela pandemia? Os questionamentos foram determinantes na composição das categorias de análise que serão apresentadas nessa seção.

Primeiro, é importante pontuar que vivemos em três estados/cidades diferentes: Palotina - PR; Salvador - BA; Aracaju - SE (respectivamente, na ordem de autoria). O Brasil é um país de grandes proporções geográficas e muita diversidade cultural, logo, a influência das geo-culturas/histórias particulares dos lugares precisam ser consideradas na análise sobre a forma que sentimos/vivemos a pandemia. Essa questão é ainda mais relevante considerando que o Brasil não assumiu uma política comum de combate ao COVID-19, sendo esse papel assumido pelos estados, gerando diferentes contextos de vivência na/com a pandemia. Da mesma maneira, não houve um subsídio pedagógico ou apoio técnico do Ministério da Educação, o que refletiu em uma miríade de estratégias por parte das instituições de ensino superior. De modo geral, as diferentes medidas de isolamento e contenção entre os diferentes territórios nacionais implicou em relações/interações distintas, consequentemente, diferentes perspectivas de adaptações e mudanças. A partir da perspectiva apresentada, da geo-epistemologia aplicada à pandemia e da compreensão de que cada pessoa percebeu, sentiu, refletiu a pandemia, a partir do lugar que vivia e ocupava, percebemos particularidades e convergências entre as três narrativas apresentadas.

Além dos contextos ambientais, nossas trajetórias individuais, incluindo configurações familiares e percursos profissionais, também ecoam em individualidades. Mas nos encontramos (as duas autoras e o autor desse texto) na prática docente e em uma perspectiva teórica comum que nos fez entender a importância da corporeidade, dos sentimentos, das sensações, das vivências durante o fazer educativo. As narrativas evidenciam como as dissonâncias dos tempos e espaços da pandemia nos afetaram e como buscamos (re)pensar a educação a partir dos valores e princípios que nos são caros, em especial, na linha comum de investigação

entre as autoras e o autor. Abaixo, apresentamos as categorias emergentes da análise textual qualitativa do corpus de pesquisa (narrativas). As categorias são representações significativas de pontos de alta relevância da pesquisa.

(a) Imposições dos tempos e espaços próprios (re)criados na pandemia, muitas vezes em oposição aos tempos e espaços habituais da rotina pré-pandemia

A percepção temporal e espacial foi um dos maiores impactos relatados por diversos profissionais em reportagens e redes sociais. Os profissionais da educação, embora não no *front* como os profissionais da saúde, testemunharam e protagonizaram uma verdadeira revolução em suas rotinas (Unidade 1.2). Salas e quartos domiciliares se transformaram em locais de trabalho onde se realizavam reuniões, estudo das tecnologias remotas, planejamento de aulas, gravações de aulas e aulas remotas em tempo real, tudo acompanhado da rotina da casa: bagunça, barulho, movimentos na rua, a música do vizinho, crianças brincando ao redor da mesa. Se a cultura familiar e as condições socioeconômicas dos alunos influenciam em seu caminhar acadêmico, isso nunca ficou tão evidente como durante a pandemia, com lares se tornando ambientes de aprendizado acadêmico em meio a turbulências familiares, evidenciando-se a falta de estrutura física que contribuiu para a concentração para os estudos e a dificuldade de estudantes que não passaram por um processo de alfabetização tecnológica (Unidade 2.7). Muitas charges, paródias e áudios em redes sociais expressavam sarcasticamente a nova rotina na qual nosso corpo estava imerso. Trabalhamos em uma perspectiva teórica que busca a não dissociação entre sujeito e objeto, natureza e cultura, corpo e mente. Contudo, ironicamente, a falta de fragmentação espaço-temporal entre o trabalho e nosso lar nos ensinou o quanto a dissolução desse invólucro nos afeta corporalmente (Unidade 1.3).

Conforme a pandemia se prolongava e essa nova rotina se arrastava por meses, por anos, o corpo expressava fisicamente as tentativas e dificuldades de adaptação, tornando-se regulares os relatos de docentes e discentes com problemas físicos ou de depressão (Gomes *et al.*, 2021). “O corpo dói” (Unidade 1.8), “[...] cabeça, coluna, vista cansada diante das telas [...]” (Unidade 2.9), “o corpo sente falta do abraço [...] e do toque afetuoso” (Unidade 1.9). Para muitos, o distanciamento físico se traduz como isolamento, “[...] solidão, em distanciamento daquilo que me traz conforto e alegria, das com-vivências com os outros e com as naturezas” (Unidade 3.4).

(b) A contínua imposição da lógica capitalista/produtivista e tecnicista nos contextos específicos da educação na pandemia

A perspectiva de mudança alimentou em certo momento a esperança de novidades para o trabalho docente, do melhor uso do tempo a partir das interações tecnológicas. O tempo gasto com deslocamentos ao trabalho seria usado para o trabalho em si; mais tempo para o mesmo trabalho de antes significaria uma tranquilidade maior, um trabalho mais cadenciado, quem sabe até a possibilidade de retomar projetos enalhados

por falta de tempo. Seria essa a mudança necessária para uma reflexão coletiva sobre como o nosso tempo de trabalho cada vez mais se curvava à lógica produtivista? (Unidade 2.1).

Na prática, vivenciamos em nossos contextos profissionais ações importantes para que a implementação das tecnologias para o ensino remoto pudesse ser justa com quem provavelmente teria maior dificuldade em se adaptar às mudanças que estavam por vir, como reuniões entre docentes e representantes discentes para discutir melhores práticas, adequação de regras institucionais relacionadas à presença e avaliações, grupos de apoio a quem estivesse tendo dificuldades técnicas e emocionais. Por outro lado, as ações repercutiram em longas reuniões, cargas horárias intensas e a sobrecarga de vários profissionais da educação que tinham que responder prontamente à nova realidade (Unidade 1.3).

Apesar das ações citadas no parágrafo anterior, a urgência da retomada das atividades em instituições da educação resultou em adaptações aceleradas, sem muito tempo para testes e experimentos. Antes que tivéssemos tempo “[...] de refletir e analisar as lacunas educativas que o formato remoto nos causou [...] recaímos nos problemas antigos que acarretam um planejamento pouco reflexivo” (Unidade 2.10). Instituições de ensino “[...] foram pressionadas a se equipararem rapidamente à remotização do ensino [...] sem o tempo hábil para o devida adequação e debate das implicações pedagógicas desse processo [...]”, ou sobre as realidades complexas, especialmente, do ensino público no Brasil (Unidade 2.4).

Percebemos que o trabalho não era o mesmo, pois a lógica produtivista a qual já estávamos habituados permanece no “novo normal” (Unidade 2.2) e, nessa lógica, mais tempo e melhor tecnologia é igual a mais trabalho. O “novo normal” se mistura com a ansiedade do “retorno ao normal” (Unidade 3.11) e pouco trás de “novo”; em larga escala, reproduz e intensifica a lógica neoliberal na/da educação contemporânea. A pandemia parece se configurar, enfim, como mais um exemplo de como pequenas mudanças são necessárias para a manutenção da estrutura social vigente (conservadorismo dinâmico) e de como a mudança paradigmática é um processo lento e árduo, não brusco e repentino como a sonhada (r)evolução para um “novo normal” (Unidade 3.10).

(c) A cultura corporal (re)criada a partir das interações à distância, com mediação das tecnologias

As projeções otimistas de um “novo normal” que poderia vir a se instalar em contextos pós-pandêmicos se baseavam, em grande parte, nos potenciais aprendizados que seriam ofertados por uma crise global, especialmente, um sentido ampliado de compaixão e de solidariedade e um olhar mais ecológico sobre as relações ser humano-meio ambiente. Porém, no contexto específico da educação, o “novo normal” se desenhou mais efetivamente nas “novas” possibilidades tecnológicas de interação.

Pouco do que vimos se intensificar nesse sentido durante a pandemia pode ser chamado de “inovação”, pois se tratam de tecnologias que já vinham sendo usadas em contextos de ensino. No entanto, podemos afirmar com maior certeza que foi uma novidade para a maior parte dos

professores e estudantes. Ou seja, se não podemos afirmar com tanta convicção que a pandemia trouxe grandes novidades para o mundo da educação, com certeza podemos afirmar que a pandemia propiciou um contexto ideal para a implementação acelerada das tecnologias que possibilitam o ensino remoto. Também nos sentimos bem seguros em afirmar que tais transformações levariam mais tempo para acontecer em localidades com menor desenvolvimento econômico; e que a rápida implementação destas tecnologias nestes contextos gerou maiores dificuldades do que em localidades com maior desenvolvimento econômico.

Idhe (2017) trabalha em quatro categorias no *continuum* de relações entre humano~tecnologia: relação de incorporação (tecnologia incorporada ao self, quase em uma relação de transparência), relação hermenêutica (tecnologia incorporada ao mundo para que possamos interpretar o fenômeno, por exemplo, previsão do tempo), relação de alteridade (o foco da relação passa a ser a tecnologia, tecnologia como quase outro, por exemplo, os robôs) e relações de segundo plano (ocupam uma posição de fundo geralmente não notável, como ar condicionado, geladeiras, cafeteira, entre outras máquinas que fazem parte do nosso cotidiano). Nessa mesma obra de Idhe, no posfácio, o autor comenta sobre a possibilidade de acrescentar uma quinta categoria, “a relação cibernética que seria relativa às tecnologias de implante” (Idhe, 2017, p.296). Tomando emprestado a representação esquemática de Idhe (2017) acerca da relação com a tecnologia, onde estaria nossa relação dentro desse *continuum* durante a pandemia?

Durante a pandemia, as conversas por meio de tela foram incorporadas no nosso cotidiano em uma tentativa de socialização à distância para romper com a ideia de solidão, medo e agonia (Unidade 1.1; Unidade 1.4; Unidade 3.3; Unidade 3.4; Unidade 3.9). Todavia, o corpo também precisava se reposicionar: “e o corpo? E as emoções, como ficam?” (Unidade 1.1). A restrição dos movimentos corporais e suas afeções emerge como uma categoria que ocupa um debate central com o nosso referencial teórico. O corpo que não estava isolado socialmente ou fisicamente, por estar imerso no fluxo de interações com o mundo mais que humano (Unidade 3.2), era, todavia, um corpo parado, sentado e compenetrado nas telas de um computador ou celular (Unidade 1.2). Conselhos profissionais das mais diversas áreas (Pediatria, Fisioterapia, Psicologia, entre outros) emitiram notas com orientações para minimizar os possíveis danos causados por essa nova configuração social e corporal. Muitos colegas de profissão se isolaram em sítios, chácaras, casas de praia onde poderiam gozar de mais espaço e maior contato com elementos da natureza. Outros reformaram escritórios, compraram cadeiras, mesas e outros acessórios que trariam conforto para o corpo (Unidade 1.8).

Ao considerar o papel da corporeidade e do corpo como um todo no processo de aprendizagem percebemos o quanto as atividades mediadas pela tecnologia são insuficientes na diversificação dos estímulos sensoriais e afetivos, para além do movimento. Entretanto, não podemos deixar de pontuar que as salas de aula tradicionais também o são. Nesse sentido, quando pensamos que essas dimensões devem ser pensadas

quando se discute a educação na modalidade online, não podemos nos furtar de analisar também a realidade presencial.

A experiência estética durante a pandemia não foi somente de um corpo isolado e conectado virtualmente, mas também de um corpo parado. Médicos, educadores físicos e psicólogos nos lembravam constantemente a importância do exercício físico e do “mexer-se”. A história da evolução humana está totalmente relacionada com o movimento do corpo (Le Breton, 2015; Lineen, 2019). Alguns antropólogos (Abram, 1996; Ingold, 2000) alegam que na era do nomadismo tínhamos uma relação mais simétrica com a natureza, de aprendizado pela observação direta. A imobilidade e o sedentarismo são condições extremamente recentes na história do ser humano. O corpo imóvel é uma condição contraposta à fisiologia e psicologia humana, por consequência, dos processos de aprendizagem do ser humano. Para além disso, essa postura é contraditória à perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty (1945/1999), na qual a noção filosófica da percepção é ativa.

As dores musculares e as aflições que se reverberaram como ansiedades e depressões durante a pandemia não eram apenas “estranhezas” do corpo com uma nova realidade, mas sim um processo de adaptação do corpo a novas posturas físicas e novas formas de interação com um ambiente que trazia estímulos diferenciados aos de costume. Até mesmo a redação manual difere da redação digital (em teclados). Escrever em teclados quebra o movimento do corpo, enquanto escrever manualmente liga os pontos em linhas que geram malhas, ou *meshwork* (Ingold, 2011). A educação à distância e com uso de tecnologias digitais traz transformações na cultura corporal, desde questões posturais até as formas de interação social. Os corpos engajados possibilitam correspondências que dependem de respostas mútuas de atenção ao movimento e, portanto, exigem tempo para gerar criatividade, imaginação e aprendizado (Ingold, 2010; 2011). De maneira mais ampla, compreendendo a íntima relação entre movimento e aprendizagem, um olhar para as transformações da cultura corporal (de movimento) diante das inovações do ensino à distância e das interações com o mundo virtual é fundamental para um “[...] melhor ouvir, entender, e me fazer compreender” (Unidade 2.8), elementos fundamentais do processo educativo.

(d) O “novo incorporado” a partir das vivências do/no “novo normal” nas práticas educativas do ensino remoto

Deleuze e Guatarri (1997) discorrem sobre “O plano de imanência” como o lugar no qual, a partir da realidade caótica, se pensa e se cria um modo de vida, perspectiva valiosa para refletirmos o momento da pandemia. Os autores defendem o ataque ao pensamento vigente, afirmando que aquilo que ainda não foi pensado precisa ser experimentado para poder ser pensado. Isso implica uma espécie de experimentação tateante, recorrendo a meios que podem ser pouco racionais e razoáveis. São meios da ordem do sonho, dos processos patológicos, das experiências esotéricas, da embriaguez ou do excesso.

Para tanto, precisaremos de muita criatividade, sensibilidade e coragem propositiva de construir aquilo que pretendemos de sociedade, lembrando o papel central que a educação exerce na elaboração do pensamento e na formação dos seres humanos. Se queremos uma sociedade mais humana, mais afetiva, mais ética, mais sensível é fundamental que esses aspectos estejam presentes nos processos educacionais. Como afirma Krenak (2020, p. 9), “tomara que não voltemos a normalidade”, pois a velha normalidade também era insuficiente do ponto de vista educacional e societário.

A pandemia causada pelo SARS-CoV-2 certamente foi um divisor de águas nas práticas educacionais. Longe de sermos futuristas, as aprendizagens nos anos e meses de pandemia ultrapassam a incorporação da mediação tecnológica que, por si só, já foi uma consequência impactante (Unidade 3.12; Unidade 3.13), inclusive como período de aprendizagem técnica sobre as tecnologias (Unidade 3.12). Para além da aprendizagem técnica, é fundamental um olhar sobre os novos “manuais de etiqueta” ou “códigos de conduta” que justificariam a afirmação de que mudanças estruturais ocorreram na sociedade em decorrência da pandemia, por exemplo, no âmbito da estética, da ética e da política (Unidade 3.13).

O “novo incorporado” passa por questões há muito tempo discutidas no campo de estudo da Educação. A necessidade das famílias se responsabilizarem pelas tarefas e mediações das crianças em casa colocou em discussão a qualidade do polêmico ensino doméstico ou domiciliar, também conhecido como *homeschooling*. O ensino a distância era outra prática que estava se concretizando em inúmeras instituições do ensino. O vislumbre pela possibilidade de continuarmos “em aula” foi sendo substituído pelo cansaço de não sairmos de casa e pelo desânimo de não podermos nos encontrar. Em alguns níveis de ensino e regiões do Brasil, essa discussão perpassa pelo acesso às tecnologias de informação e comunicação. Enquanto em alguns cursos de graduação a opção pelo ensino remoto emergencial foi totalmente comprometida devido a qualidade das aulas laboratoriais, de campo, de residência, em outros o impacto foi mais tênue. Houve uma percepção diferenciada para os cursos de pós-graduação, já que muitas salas de aula virtuais foram preenchidas de discussões de estudantes, de diferentes estados e regiões do Brasil, que como “alunos especiais” ou “disciplinas isoladas” puderam se matricular em disciplinas de programas de pós-graduação espalhados pelo país. As potencialidades e limitações desse formato foram intensamente vivenciadas durante os meses/anos de pandemia (Unidade 1.7; Unidade 3.8).

Para além das discussões acerca do ensino, a mediação tecnológica possibilitou a aproximação entre pesquisadores de diferentes instituições e até mesmo de diferentes países. Houve também um aumento expressivo de palestras e cursos largamente disponíveis a quem quisesse acompanhar; as famosas *lives* se tornaram práticas diárias. Explorar o diálogo intercontinental foi uma das propostas mais promissoras da pandemia, mas o excesso de informações também fatigou os olhos e ouvidos (Unidade 1.5).

Em escritos recentes, Ingold (2017) problematiza o uso da tecnologia na educação, apontando para potencialidades, inclusive evidenciadas durante a pandemia, como a transmissão simultânea que pode ser acessada em qualquer lugar e a participação de pessoas de regiões muito longínquas. Todavia, o autor questiona que, se a educação pode ser feita por qualquer um em qualquer lugar, qual a importância das escolas e das universidades? Ingold responde que o estudo não se restringe a uma caixa de ferramentas de aprendizado e enfatiza a importância do corpo presente em atenção e resposta ao invés de estarmos “escondidos” por telas e tecnologias. Para além disso, a presença:

Oferece amizade, carinho e até amor, mas não pretende atender ao bem-estar individual. O estudo é transformacional; não é treinamento. Longe de oferecer proteção e segurança, ou de facilitar as coisas, o estudo pode ser difícil e perturbador: quebra as defesas do preconceito e perturba o pensamento. No entanto, ao fazer isso, pode nos libertar (Ingold, 2017, p.58, tradução nossa).

As quatro categorias emergentes, apresentadas ao longo dessa seção, são possibilidades de compreensão das contribuições e limitações da tecnologia a partir das geo-epistemologias das autoras e autor imersos na pandemia. Apesar dessas reflexões se constituírem a partir das experiências estéticas em contextos pandêmicos, ainda se configuram como contemporâneas em épocas de *plataformização* da educação (Barbosa; Alves, 2023).

CONSIDERAÇÕES ATUAIS (LONGE DE SEREM ATUAIS...)

Ao apresentar nossas últimas considerações (mais reflexivas do que conclusivas), focamos essencialmente em responder duas questões, em diálogo direto com a seção anterior e como pontos importantes para futuras reflexões: O que (e como) podemos transpor (d)as apreensões e aprendizados da pandemia para a educação pós-pandemia, especialmente considerando o inédito viável diante da inevitável interação crescente com o universo virtual/tecnológico? Como podemos superar algumas das limitações para a educação em interação com as tecnologias digitais que foram evidenciadas pela pandemia?

Muitas análises do que vivemos durante o período mais restritivo da pandemia aconteceram no momento em que esse período ainda estava em curso e trazem a visceralidade do que estava sendo vivido. O presente manuscrito contou com um distanciamento do momento em que as narrativas foram escritas e o seu momento de análise, o que nos traz a perspectiva de analisá-las a partir de um amadurecimento reflexivo, teórico, mas sem a angústia que nos tomava naquele momento. Nossos

corpos, hoje, são outros, com outras demandas e no fluxo de outras formas de existir, compostos de outros emaranhados, mas isso não faz com que o que fora vivido outrora não pulse mais dentro da gente. A memória é uma entidade viva, que nos traz em recortes específicos, que se sobrepõe em frações do que é presente/passado e os registros históricos são importantes para que não se percam as narrativas do que foi vivido. Como nos lembra a antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz¹², “o nosso presente anda lotado de passado”.

Encontramos nas salas de aula o reflexo desse corpo confinado. Encontramos corpos ansiosos, traumatizados e enlutados que tentam restabelecer a socialização em um processo que talvez possa ser equivalente ao que é descrito no Mito da Caverna, de Platão. Que caverna é essa que entramos e como é o mundo lá fora nessa saída? Aquele corpo doído que passava o dia em frente ao mundo digital agora encontra o enfrentamento do retorno, de uma retomada social com tantas marcas, de histórias que mudaram completamente de curso, de esperanças feitas, refeitas e desfeitas. Os corpos da frente do computador voltam enrijecidos para as carteiras da sala de aula, muitos estão apáticos, olhando para gente como se estivéssemos do outro lado da tela. Muitos seguem ainda mais conectados aos seus aparelhos celulares. Outros têm crises de choro no meio da aula devido ao processo de ansiedade. A realidade é dada, a forma de vivê-la é diversa e muitas particularidades podem ser descritas nas experiências do que foi vivido.

No processo educacional, vencemos as barreiras iniciais de estruturar uma educação que pudesse acontecer no formato remoto, aprendemos novos recursos digitais, usamos nossa força criativa para transpor as barreiras da distância física, mas não paramos para rever os processos educacionais. Voltamos para a mesma lógica produtivista, para o mesmo modelo educacional que, inclusive, conta com retrocessos enormes de investimento, de estados brasileiros, como São Paulo e Paraná, que estão substituindo docentes por tecnologias digitais, adotando cartilhas. Não paramos para devolver dentro do processo educacional a vida que devíamos após tudo que vivemos. Os ritmos acelerados voltam a nos tomar o tempo da reflexão, de acolher, de sentir e curar. Seguimos sem rever que corpo é esse que retoma, quais suas necessidades e de que forma podemos pensar em uma educação que paute a multissensorialidade.

A complexidade social que vivemos no Brasil faz com que qualquer discussão de modelo educacional seja complexa. Se as desigualdades estruturais historicamente comprometem o acesso à educação no país, a educação online, ou remota, certamente traz uma linha de “novos” (ou reconfigurados) problemas de acesso à educação, que se juntam às limitações da educação mediada pela tecnologia. Diante de um cenário em que a educação online/remota se tornará cada vez mais frequente e duradoura (“normal”?) em contextos pós-pandêmicos, é fundamental que o debate em torno dessa modalidade educativa seja aprofundado e que analisemos, constantemente, suas possibilidades e limites buscando projeções generativas de melhores práticas.

¹²<https://ufpr.br/nosso-presente-anda-lotado-de-passado-diz-antropologa-e-historiadora-lilia-schwarcz-em-conferencia-na-siepe-2019/>

O fato de estarmos restritos aos muros das nossas residências nos trouxe uma sensação instantânea de isolamento. No entanto, um olhar mais calmo e atento se voltou para o mundo mais que humano que coexiste em nosso espaço. O isolamento físico evidenciou como a arte e o corpo em movimento com o mundo são fluxos materiais que nos compõem nos emaranhados de linhas de vida (Ingold, 2015).

Sabemos que as relações de aprendizagem geram vínculos sociais e afetivos. Assim, por que os sentimentos como a felicidade e o prazer são ainda tão menosprezados no processo educativo? Ainda que a gente supere as dificuldades tecnológicas, o corpo, os sentidos e os sentimentos não podem ser negligenciados no processo educativo. Pensar nesses aspectos diante do ensino remoto é um desafio que se justifica na perspectiva de uma educação mais justa, pois, como nos lembra Paulo Freire, é parte da experiência do ser docente desvelar oportunidades, independente dos obstáculos à frente; e do constante esperar, no sentido de manter nossas esperanças enquanto ações, sem que se perca o horizonte do que precisamos fazer para construir outras narrativas, outras histórias no espectro do inédito viável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAM, David. ***The spell of the sensuous: Perception and language in a more-than-human world***. New York, NY: Pantheon, 1996.
- ACOSTA, Alberto. ***Buen Vivir Sumak Kawsay. Una oportunidad para imaginar nuevos mundos***. Quito: Abya Yala, 2012.
- ANGROSINO, Michael. ***Etnografia e observação participante***. Porto Alegre: Artemed, 2009.
- BARBOSA, Renata; ALVES, Natalia. **A reforma do ensino médio e a plataformização da educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos**. *Revista e-Curriculum*, v. 21, p. 1-26, 2023.
- CANAPARO, Claudio. ***Geo-epistemology: Latin america and the location of knowledge***. Bern, SZ: Peter Lang, AG, International Academic Publishers, 2009.
- CLOUGH, Patricia; HALLEY, Jean. (Eds). ***The affective turn: theorizing the social***. Durham: Duke University Press, 2007.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. ***O que é a filosofia?*** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.
- DESCOLA, Philippe. ***Outras naturezas, outras culturas***. São Paulo: Editora 34. 2016.
- FAY, Brian. ***Critical social science: liberation and its limits***. New York: Cornell University Press, 1987.
- GOMES, Nadirlene Pereira *et al.* **Saúde mental de docentes universitários em tempos de covid-19**. *Saúde e Sociedade*, v.30, n.2, e200605, 2021.
- GRAMSCI, Antonio. ***Cadernos do Cárcere***. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2017.
- IDHE, Don. ***Tecnologia e o mundo da vida: do jardim à terra***. Chapecó, SC: Ed. Universidade Federal Fronteira Sul, 2017.
- INGOLD, Tim. ***The perception of the environment: Essays on livelihood, dwelling and skill***. London, UK: Routledge, 2000.
- INGOLD, Tim. **Da transmissão de representação à educação da atenção**. *Educação*, v. 33, n.1, 2010.
- INGOLD, Tim. ***Being alive: essays on movement, knowledge, and description***. New York: Routledge, 2011.
- INGOLD, Tim. ***Anthropology and/as education***. London: Routledge, 2017.

KRENAK, Ailton. ***Ideias para adiar o fim do mundo***. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

KRENAK, Ailton. ***O amanhã não está à venda***. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

LE BRETON, David. ***Elogio del Caminar***. Madrid: Siruela, 2015.

LE GRANGE, Lesley. **The notion of Ubuntu and the (Post)Humanist condition**. In: PETROVIC, J.; MITCHELL, R. (Ed.). *Indigenous philosophies of education around the world*. New York: Routledge, 2018. p. 40-60.

LÉVY, Pierre. ***Cibercultura***. São Paulo: Editora 34, 1999

LINEEN, Jono. ***Perfect motion: How walking makes us wiser***. London: Ebury Press, 2019.

MERLEAU-PONTY, Maurice. ***Fenomenologia da percepção***. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1945/1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. ***O visível e o invisível***. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1948/ 2003.

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva**. *Ciência & Educação*, v.9, p.191-211, 2003.

PAYNE, Phillip. **“Amnesia of the moment” in environmental education**. *The Journal of Environmental Education*, v. 51, n. 2, p. 113-143, 2020.

PAYNE, Phillip. **Vagabonding slowly: Ecopedagogy, metaphors, figurations, and nomadic ethics**. *Canadian Journal of Environmental Education*, v. 19, p. 47-69, 2014.

PAYNE, Phillip; WATTCHOW, Brian **Phenomenological deconstruction, slow pedagogy and the corporeal turn in wild environmental/outdoor education**. *Canadian Journal of Environmental Education*, v. 14, p. 15-32, 2009.

PAYNE, Phillip; RODRIGUES, Cae; CARVALHO, Isabel; SANTOS, Laisa; AGUAYO, Claudio; IARED, Valéria. **Affectivity in environmental education research**. *Pesquisa em Educação Ambiental*, Edição especial, v.13, p. 93-114, 2018.

PINK, Sarah. ***Doing sensory ethnography***. London, UK: SAGE, 2009.

RODRIGUES, Cae. **What’s new? Projections, prospects, limits and silences in “new” theory and “post” North-South representations**. *The Journal of Environmental Education*, v.51, n.2, p. 171-182, 2020.

SANTANA, Camila. **Pedagogia do (im)previsível: pandemia, distanciamento e presencialidade na educação**. *Debates em Educação*, v. 12, n. 28, p. 42-62, 2020.

SHEETS-JOHNSTONE, Maxine. **The Corporeal Turn: Reflections on Awareness and Gnostic Tactility and Kinaesthesia.** *Journal of Consciousness Studies*, v. 18. n.7-8. 2011.

THRIFT, Nigel. **'Intensities of feeling: towards a spatial politics of affect'.** *Geografiska Annaler Series B Human Geography*, v. 86, n. 1, p. 57-78, 2004.

THRIFT, Nigel. ***Non-representational theory: space, politics, affect.*** New York and London: Routledge, 2008.

VERGUNST, Jo. **Technology and technique in a useful ethnography of movement,** *Mobilities*, v. 6, n.2, p. 203-219, 2011.

Marília Ribeiro¹

Francisco Pereira de Oliveira²

**PESCADORES ARTESANAIS DA
VILA DO MOTA: Perfil e
caracterização da pesca na reserva
extrativista marinha de Maracanã,
Pará, na costa amazônica brasileira**

**ARTISAN FISHERMEN FROM VILA
DO MOTA: Profile and
characterization of fishing in the
marine extractivist reserve of**

¹ Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará, Bragança, PA, mariliacribb@gmail.com

² Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará, Bragança, PA, foliveiranono@yahoo.com.br

Maracanã, Pará, on the brazilian amazon coast.

RESUMO

A pesca artesanal é imprescindível para o autossustento de comunidades tradicionais e contribui significativamente para a produção nacional de pescados; a realização desta atividade apresenta multiplicidade de formas e alta complexidade. Objetivou-se descrever o perfil dos pescadores artesanais e caracterizar a pesca na Vila do Mota, litoral nordeste paraense. Destaca-se que a compreensão da pesca e do conhecimento associado a ela, é crucial para o desenvolvimento de políticas socioambientais mais eficazes e contextualizadas. Metodologicamente, foram utilizadas abordagens qualitativa e quantitativa, através da entrevista semiestruturada e da observação participante. Participaram da pesquisa um total de 30 pescadores do sexo masculino, com idades entre 30 e 65 anos, com mais de 10 anos de experiência na atividade. A principal arte de pesca desenvolvida é a de curral, entretanto, a pesca com malhadeiras, tarrafa, cerco e arrasto de praia também são empregadas de forma complementar, cada uma com suas especificidades e conhecimentos associados, a depender da espécie-alvo. Os pescadores relataram uma drástica diminuição da produção ao longo das últimas décadas, ameaçando seus modos de vida e a perspectiva de continuidade da atividade.

PALAVRAS-CHAVE: Pesca artesanal; pesca de curral; Nordeste paraense.

ABSTRACT

Artisanal fishing is essential for the self-sustainability of traditional communities and contributes significantly to national fish production. The execution of this activity presents a multiplicity of forms and high complexity. The objective of this investigation was to describe the profile of artisanal fishermen and characterize fishing in Vila do Mota, northeast coast of Pará. It is noteworthy that understanding fishing and their attendant knowledge is an essential prerequisite for the formulation and implementation of more effective socio-environmental policies. Methodologically, qualitative and quantitative approaches were used, through semi-structured interviews and participant observation. A total of 30 male fishermen participated in the research, aged between 30 and 65 years old, with more than 10 years of experience in the activity. The main fishing gear developed is corral fishing, nevertheless, additional modalities are used, including gill nets, cast nets, seines and trawling beach, each characterized by distinct specificities and associated knowledge, contingent upon the species targeted. Fishermen have reported a drastic

decrease in production over the last few decades, threatening their way of life and the prospect of continuing their activity.

KEY WORDS: Artisanal fishing; corral fishing; Northeast Pará.

INTRODUÇÃO

A atividade pesqueira no litoral brasileiro remonta ao período colonial (DIEGUES, 2004) e desempenha um papel de extrema importância socioeconômica para as populações que habitam esses territórios (SILVANO, 2004; SANTOS, 2005; BEGOSSI, 2010). Segundo dados da FAO (2020), a pesca artesanal é responsável por 60% da produção nacional e é fonte de renda para cerca de um milhão de pescadores e suas famílias.

Dados do Ministério de Pesca e Aquicultura, de 2009 a 2011, apontam a região norte como a maior produtora de pescado do país, sendo o estado do Pará o segundo maior produtor nacional, contribuindo com 10,7% da produção total. Deste montante, a pesca artesanal foi responsável por cerca de 80% do volume desembarcado na região (MPA, 2011).

A prática da pesca artesanal é caracterizada pelo emprego de mão de obra familiar e utilização de embarcações de pequeno porte, que operam em ambientes localizados próximos à costa devido às limitações financeiras e tecnológicas para a pesca em alto mar (BEGOSSI et al. 2000; ISAAC et al., 2006). Os pescadores artesanais, comumente, são proprietários e fabricantes de seus próprios equipamentos de pesca, confeccionados manualmente e adaptados conforme a técnica de pesca empregada e espécie-alvo (MALDONADO, 1986). Ademais, pode objetivar o sustento próprio e/ou a obtenção de lucro, entretanto, mesmo quando visa fins econômicos, fundamenta-se em princípios e valores distintos da lógica essencialmente capitalista, configurando um regime econômico de caráter familiar e de autossustento (SILVA; GARCIA, 2013).

Os pescadores artesanais, devido à sua relação cotidiana com o ambiente em que residem, detêm um profundo conhecimento sobre o ecossistema e as espécies ao seu redor (MARQUES, 1991; RAMIRES et al., 2007; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009). Este conhecimento, dito tradicional, é produzido e transmitido oralmente, sendo caracterizado por sua natureza empírica e prática, combinando informações relativas ao comportamento, taxonomia e ecologia das espécies (MARQUES, 1991; BEGOSSI; FIGUEIREDO, 1995). Esses saberes, ditos tradicionais, “são definidos como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração” (DIEGUES; ARRUDA, 2000, p. 50). Além disso, é constantemente aprimorado e compartilhado entre membros das comunidades, visando o desenvolvimento de melhores estratégias e técnicas para a captura de recursos aquáticos (ARAÚJO; PEREIRA, 2015; WAGNER; SILVA, 2020).

A reprodução e/ou manutenção dos modos de vida de comunidades tradicionais, especialmente de pescadores artesanais, é constantemente ameaçada pelo avanço da sociedade capitalista cada vez mais atrativa e imersa na cultura tecnológica e digital, além do avanço do setor pesqueiro

industrial. Ressalta-se que a pesca industrial no Brasil, especialmente a partir da década de 60, através da desburocratização de financiamentos para esta categoria, resultou na sobre-exploração e diminuição dos estoques pesqueiros (OLIVEIRA, 2012). Diante disso, a compreensão das dinâmicas intrínsecas à atividade pesqueira é essencial para uma análise aprofundada sobre o manejo e gestão dos recursos aquáticos. Além disso, tal entendimento é essencial para a valorização dos conhecimentos tradicionais na formulação de políticas públicas ambientais, promovendo abordagens mais contextualizadas e, conseqüentemente, mais eficazes. Neste sentido, o presente estudo objetivou descrever o perfil socioeconômico dos pescadores e a caracterização da pesca artesanal na Vila do Mota, município de Maracanã, região nordeste paraense, costa amazônica brasileira Pará.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Vila do Mota faz parte da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, localizada na mesorregião definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como nordeste paraense. A comunidade está localizada na fronteira entre os municípios de Salinópolis e Maracanã (Figura 1). Possui uma população estimada em 150 famílias, dentre estas, 67% vivem da pesca, sendo este o alimento mais consumido pela população, e 74% vivem da pesca e agricultura praticadas conjuntamente (PINHEIRO; DARNET, 2014).



Figura 1: Mapa de localização geográfica da Vila do Mota, Maracanã/PA.

Fonte: Autoria Própria.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética para pesquisas que envolvam seres humanos, através da Plataforma Brasil (parecer n° 5.676.240 aprovado pela Faculdade Integrada Brasil da Amazônia - FIBRA).

O estudo utilizou abordagens qualitativa e quantitativa em seu desenvolvimento. A pesquisa qualitativa é definida como aquela que “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada [...]” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 13). Por sua vez, a pesquisa quantitativa é caracterizada, segundo Bauer (2008, p. 22-23), como aquela que “lida com números e usa modelos estatísticos para explicar os dados [...]”. Esses dados são apresentados por meio de tabelas, gráficos, mapas, quadros, entre outros.

As idas a campo ocorreram mensalmente durante 12 (doze) meses, permanecendo em campo por 5 (cinco) dias a cada mês, sendo o primeiro e o quinto dia destinados ao deslocamento até a área de estudo. A técnica de amostragem adotada foi a “bola de neve”, na qual os participantes iniciais da pesquisa indicam novos possíveis participantes, e esse processo se

repete sucessivamente até que seja alcançada uma amostragem satisfatória (BAILEY, 1994).

No primeiro contato com os pescadores, realizou-se uma apresentação prévia do objetivo da pesquisa por meio de uma conversa informal, de forma que esta aproximação fosse mais natural e espontânea. Após a aceitação para colaborar com a pesquisa, explicou-se o Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (TCLE).

Posteriormente, utilizou-se a entrevista com perguntas semiestruturadas guiadas por roteiro. Essa técnica é definida como “uma comunicação entre dois interlocutores, o pesquisador e o informante, com a finalidade de esclarecer uma questão” (CHIZZOTTI, 2000, p. 45). É caracterizada como semiestruturada por conter perguntas fechadas e abertas, permitindo que o entrevistado discorra sobre o tema (MINAYO, 2015). As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, e os dados foram organizados e tabulados no *Microsoft 365 Office Word e Excel* (2023).

Além disso, o pesquisador, quando possível, acompanhou as despescas no curral. Neste momento, foi utilizada a técnica da observação participante, compreendida como “aquela que utiliza os sentidos humanos para investigar aspectos da realidade, consistindo na participação real do pesquisador com o grupo estudado” (MARCONI; LAKATOS, 2015, p. 76).

Como instrumento utilizou-se o diário de campo para anotação de impressões observadas em campo, além do “registro de tudo o que o pesquisador presenciou e experimentou no decorrer do seu contato com seus investigados” (MEKSENAS, 2010, p. 122). O registro fotográfico também foi utilizado como fonte de dados e instrumento de pesquisa, para o qual se utilizou uma câmera fotográfica *CANON*, modelo *EOS Rebel T5*, 18 *Mega pixels*.

Cabe mencionar que a pesquisa empregou técnicas e instrumentos que remetem a elementos próprios da etnografia, uma que o levantamento de campo e a observação ocorreram em proximidade com a vida cotidiana dos pescadores artesanais, onde o convívio semanalmente foi intenso, registrando seus sentimentos de pertença, afetos, sentidos, significados e valores emitido por eles para cada atividade e/ou manejo na atividade pesqueira. Ou seja,

A etnografia é um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Os instrumentos de coleta e análise utilizados nesta abordagem de pesquisa, muitas vezes, têm que ser formulados ou recriados para atender à realidade do trabalho de campo (MATOS, 2011, p. 50).

O processo analítico ocorreu por meio da Análise de Conteúdo (AC), na qual as categorias conceituais envolveram “perfil dos pescadores”, “caracterização da atividade pesqueira artesanal”, “sensações”, “afetos” e

“percepções” colhidas em campo. Logo, ressalta-se que a AC é uma técnica que faz a leitura de fatos e fenômenos em sua essência, pois, “se alguém quer saber a distribuição de cores num jardim de flores, deve primeiramente identificar o conjunto de cores que existem no jardim; somente depois disso pode-se começar a contar as flores de determinada cor. O mesmo é verdade para os fatos sociais” (BAUER; GASKELL, 2008, p. 24).

Dessa maneira, a AC possibilita a leitura de cenários quantificáveis e qualificáveis, em que as tessituras das relações sociais são constituídas entre humanos, humanos e o ambiente, e nas adequações dos indivíduos aos ritmos do contexto ambiental, social, biológico e cultural, como é o caso deste estudo.

PERFIL DOS PESCADORES ARTESANAIS DA VILA DO MOTA

Foram entrevistados 30 (trinta) pescadores do sexo masculino, com idades entre 30 e 65 anos, apresentando uma média de 44 anos. O intervalo de maior frequência concentrou-se entre 46 e 50 anos, sem representantes com idade inferior a 30 anos, o que evidencia o baixo ingresso de jovens na atividade. Além disso, não foram identificadas mulheres atuando de forma independente na pesca; entretanto, os pescadores relataram que mulheres e filhos os auxiliam nas despensas dos currais no período da safra, quando a produtividade aumenta. Esta característica também foi relatada por Di Ciommo (2007) em seu trabalho sobre equidade de gênero entre pescadores e pescadoras em uma Reserva Extrativista Marinha no Sul da Bahia, onde as mulheres comumente participam do beneficiamento, limpeza e preparo do pescado para consumo próprio, mas raramente participam da captura.

A predominância de homens na pesca é intrinsecamente relacionada às questões de gênero na divisão do trabalho, em que indivíduos do sexo masculino são mais vinculados ao papel produtivo (DI CIOMMO, 1999). Na Região nordeste do Pará, pesquisas de Brito e colaboradores (2015) corroboram esse padrão nos municípios de São João de Pirabas, Maracanã e Colares.

Complementarmente, 13,3% (n=4) dos entrevistados praticam agricultura, em sua totalidade para plantação de mandioca, e 23,3% (n=7) criam galinhas com objetivo exclusivamente alimentar. Dentre os participantes, 56,7% (n=17) nasceram na Vila do Mota, os outros são oriundos majoritariamente de regiões próximas como: Vila da Penha (Maracanã); Vila Jararaca (São João de Pirabas); Primavera; Igarapé-Açu; Castanhal; e Belém. Apenas um indivíduo é originário do Estado do Ceará, porém reside na comunidade há cerca de 35 anos, caracterizando baixo ingresso populacional.

A idade de ingresso dos entrevistados na atividade pesqueira foi entre 8 e 15 anos, e o tempo de exercício da pesca variou de 11 a 43 anos. Através das narrativas foi possível observar que o pescador ingressa na

pesca dentro do núcleo familiar, majoritariamente com os pais, e permanece associado a esse núcleo até formar sua própria família, o que resulta no surgimento de um novo núcleo. Os pescadores se referem a essa transição utilizando a expressão “pescar por conta própria” para enfatizar sua independência na atividade.

Entretanto, a formação de “sociedades familiares” entre pais e filhos, irmãos ou genros e sogros é corriqueira, em que a produção e os lucros são compartilhados seguindo acordos específicos estabelecidos entre os membros da sociedade. A mesma configuração de trabalho foi relatada por Ramires e Barrella (2003) em populações caiçaras do litoral Sul de São Paulo, onde as diversas modalidades de pesca são realizadas por mão de obra familiar, de forma que cada membro tem sua função bem definida. Além disso, Maneschky (1993) descreve de forma pormenorizada as diversas formas de associações, principalmente familiares, entre curralistas de São Caetano de Odivelas.

Dos entrevistados, apenas 10% (n=3) são solteiros, enquanto 90% (n=27) vivem em união estável, mesmo que não formalizadas. Em relação ao número de filhos, 26,7% (n=8) não têm filhos e 73,3% (n=19) têm até 3 filhos (com uma média geral de 2,73 filhos por pescador). Esse valor médio está dentro da variação registrada por Brito e colaboradores (2015) no município de São João de Pirabas.

Nas falas dos entrevistados, observou-se uma intensa preocupação quanto ao número de filhos nas famílias. Muitos optam pelo controle da natalidade devido às dificuldades financeiras e à falta de perspectiva de melhorias socioeconômicas na comunidade. Além disso, observou-se que os jovens da localidade não estão envolvidos na atividade, o que pode estar relacionado ao desejo dos pais de proporcionar aos filhos outras oportunidades de vida, incentivando-os a prosseguir com seus estudos. Essa nova realidade emerge das dificuldades enfrentadas pelos pescadores, como a falta de assistência social e econômica, e a drástica diminuição na quantidade de peixes nos últimos 40 anos (FAO, 2020).

Os pescadores do Mota atribuem essa diminuição ao avanço da pesca industrial nas áreas costeiras do Estado. Essas grandes embarcações são equipadas com redes mecanizadas que praticam arrasto não seletivo, com descarte de espécies de baixo valor comercial. Segundo Maneschky (1993), a pesca industrial recebeu estímulo fiscal a partir de 1969, para a captura e exportação de determinadas espécies de pescado. Essa modalidade de pesca representa um problema ainda sem solução para pescadores artesanais, principalmente os que praticam pescas passivas, como os curralistas, pois as grandes redes impedem a entrada de peixes nos estuários.

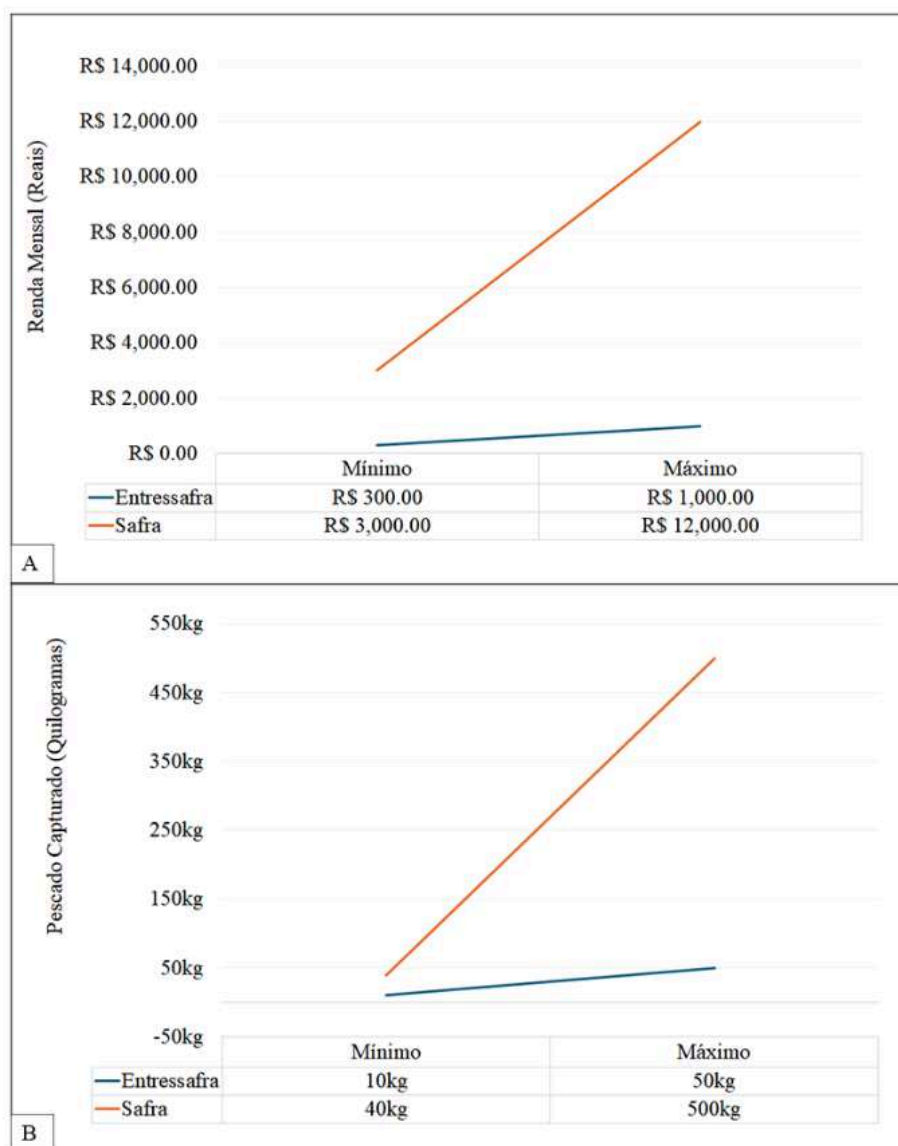
A renda foi um aspecto socioeconômico altamente instável. Os entrevistados demonstraram dificuldade em determinar valores exatos, isto pode ser justificado devido ao comércio ocorrer diariamente ou semanalmente, além da quantidade de pescado capturado depender de fatores ambientais (ciclo lunar, sazonalidade, volume de chuva, amplitude de marés, entre outros), conferindo-lhe um caráter imprevisível. Sendo assim, 43,3% (n=13) dos pescadores não souberam ou não quiseram responder a esse questionamento.

Os valores informados foram apresentados com base nos períodos lunares, em que os períodos de lua minguante e lua crescente geralmente não são considerados rentáveis pelos pescadores, pois o volume de pescado é baixo, independentemente da safra. Os períodos lunares com alta produtividade e considerados rentáveis são os correspondentes às fases de lua cheia e nova.

Além disso, foram relatados dois períodos altamente divergentes ao longo do ano, tanto em relação à renda quanto à produção pesqueira. Esta disparidade está associada principalmente ao período da safra que ocorre entre os meses de abril e junho. Durante a safra, a renda declarada variou de R\$1.500,00 a R\$6.000,00 por lua, considerando as luas mais produtivas (cheia e nova), o que leva à estimativa de R\$3.000,00 a R\$12.000,00 por mês (Figura 2A). Essa variação pode ser atribuída às diferentes modalidades de pesca realizadas, disponibilidade e qualidade de apetrechos, além de melhores localizações dos currais de pesca.

No período entressafra, a disponibilidade de peixes na localidade, e consequentemente, a renda, diminui drasticamente. Muitos pescadores relataram uma renda inferior a 1 salário-mínimo. Durante esse período, a pesca é realizada principalmente para o sustento familiar. Embora seja possível obter alguma renda nas luas nova e cheia, o lucro geralmente é destinado às despesas domésticas, especialmente para a compra de alimentos.

A estimativa dos pescadores quanto a quantidade de pescados capturados nos diferentes períodos está em concordância com a renda (Figura 2B). Na safra, a captura variou de 40kg a 500kg por lua (cheia e nova), enquanto no período entressafra a variação foi de 10kg a 50kg.



Figuras 2A: Variação da renda nos períodos de safra e entressafra; **2B:** Quantidade de peixes capturados nos períodos de safra e entressafra. Com valores mínimo e máximo.

Fonte: Autoria Própria.

Neste contexto, Pinheiro e Darnet (2014) ao compararem dados socioeconômicos da Vila do Mota com os indicadores de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), constataram que 79% das famílias apresentavam renda média per capita baixa, especialmente pescadores e agricultores, classificando-os como “indigentes”. Apesar disso, os autores observaram boas condições de moradia. Na pesquisa atual, alguns pescadores salientaram que, no período da safra, conseguem um rápido acúmulo financeiro, comumente investido em melhorias nas moradias e na aquisição de eletrodomésticos e automóveis, especialmente motocicletas.

Em relação à escolaridade, observou-se que a maioria dos pescadores participantes da pesquisa são alfabetizados, embora muitos afirmaram possuir “pouco estudo”. Apenas um pescador não era

alfabetizado. O baixo nível escolar foi associado ao ingresso precoce na atividade pesqueira, o que também foi relatado por Fidellis (2013) no município de São Caetano de Odivelas-PA. Além disso, Pinheiro (2008) verificou que mais de 50% da população do Mota havia cursado até a 5ª série, e o índice de não alfabetizados era de 13%. Ressalta-se que a escola da comunidade foi fundada em 1946 e que em 2005 foi implementado o ensino médio, com presença regular de professores e boa infraestrutura.

CARACTERIZAÇÃO DA PESCA NA VILA DO MOTA

Na localidade de estudo, as modalidades de pesca desenvolvidas pelos pescadores são: curral, tarrafa, pesca com malhadeira, pesca de cerco e arrasto de praia. Cada modalidade tem suas especificidades, formas de realização, diferentes espécies-alvo e saberes associados. Entretanto, na Vila do Mota, a modalidade de pesca mais significativa, e consequentemente a mais pormenorizada do desenvolvimento desta pesquisa, foi a de curral (76,6%, n=22). Todavia, grande parte dos curralistas (53,6%, n=16) praticam outras modalidades de pesca de forma complementar: 75% (n=12) utilizam a malhadeira, 37,5% (n=6) a pesca de cerco, e 50% (n=8) a pesca de tarrafa. Maneschky (1993) também relatou variações nas modalidades de pesca que ocorrem simultaneamente com a pesca de curral, no município de São João de Pirabas, nordeste paraense.

PESCA DE CURRAL

Os currais são armadilhas fixas, confeccionadas por varas de madeira de 5 a 7 metros de altura, instaladas em função das correntes de marés. Além disso, essas armadilhas utilizam varas de menor calibre, amarradas com cipós, que formam as “espias”, responsáveis por interceptar e direcionar os peixes para o interior da estrutura, cercada por panagens de redes para o aprisionamento destes (MANESCHY, 1993).

O nordeste do Pará apresenta características favoráveis a essa modalidade de pesca, como a presença de “rias”, ou seja, vales fluviais invadidos pelo mar (SOUZA-FILHO; EL-ROBRINI, 2000), além da existência de bancos de areia próximos às margens, terrenos com pouca declividade e as altas amplitudes de marés, diretamente influenciadas pelos ciclos lunares (MANESCHY, 1993).

Na Vila do Mota, o local de construção e fixação do curral é chamado pelos pescadores de “paragem”. Esses locais podem ser bancos de areia (chamados localmente de “croas”), margens de canais ou beiras de rios. Segundo os pescadores, fatores como profundidade, correnteza e proximidade a canais influenciam diretamente na produtividade da pesca. As melhores características atribuídas a uma paragem são alta amplitude de maré e proximidade a canais, pois esses locais são definidos como mais atrativos para os peixe.

Neste sentido, as paragens são dotadas de valor, ou seja, de características que as tornam mais produtivas que outras. Segundo os pescadores, quem é “dono” (termo local) das melhores paragens as fideliza por vários anos, o direito de uso desses locais pode ser transferido por meio de venda, troca, empréstimo ou herança.



Figuras 3A: Partes do curral tipo enfiador da Vila do Mota: 1) Depósito, 2) Espia e 3) Boca. **3B:** Componentes para a construção do curral. 1) Moirão, 2) Cintado, 3) esteira e 4) Tela.

Fonte: Autoria Própria.

Os componentes para a construção do curral são: 1) os moirões, madeira resistente à água, fincada verticalmente ao solo - constituem a estrutura principal do curral; 2) cintado, formado por varas flexíveis e de médio calibre, dispostas transversalmente aos moirões - conferem maior resistência à estrutura; 3) a esteira, composta por varas de menor calibre, amarradas paralelamente em espaços médios de 10 centímetros - é dispostas verticalmente e tem a função de diminuir os espaços entre os moirões, aumentando a probabilidade do peixe chegar ao local de aprisionamento, são instaladas somente na região mais próxima à “boca”

da armadilha; e 4) tela, rede tecida com corda de polietileno, chamada de “plástico” pelos locais, ou compradas como refugio de outras embarcações, sendo estas reformadas pelos pescadores. Com abertura mínima de 30mm entrenós, tem a função de revestir o “depósito” e aprisionar os peixes (Figura 3A).

Cada parte do curral tem uma nomenclatura específica que pode variar por região. No Mota, chama-se: 1) depósito ou chiqueiro, onde o peixe fica aprisionado, construído em formato arredondado com moirões, cintado e tela. Alguns currais da região apresentam um assoalho que facilita a despesca em currais onde a paragem não seca totalmente na maré baixa. Além disso, o assoalho evita acidentes com arraias, tornando mais fácil visualizá-las; 2) a boca ou bico, abertura por onde os peixes entram no depósito; 3) as espias, são moirões enfileirados linear e verticalmente, saem da “boca do curral” e se estendem por tamanho variado, são formadas pelos moirões e esteiras (Figura 3B).

Os currais são classificados em dois tipos: 1) o curral de croa, também conhecido como “enfiador”, ou somente “enfia”; e 2) o curral de beira, também chamado “cacurí” ou “curral-coração” (Figura 4). Dos curralistas colaboradores da pesquisa, 89,9% (n=20) são do tipo enfiador e 9,1% (n=2) são do tipo cacurí. Este é mais utilizado quando o pescador objetiva principalmente o consumo próprio e comercializa apenas o excedente. Já o tipo enfiador é considerado mais produtivo e eficaz na captura, assim como relatado por Fidellis (2013) no município de São Caetano de Odivelas e por Moraes e Darnet (2022) em duas localidades do município de Bragança.

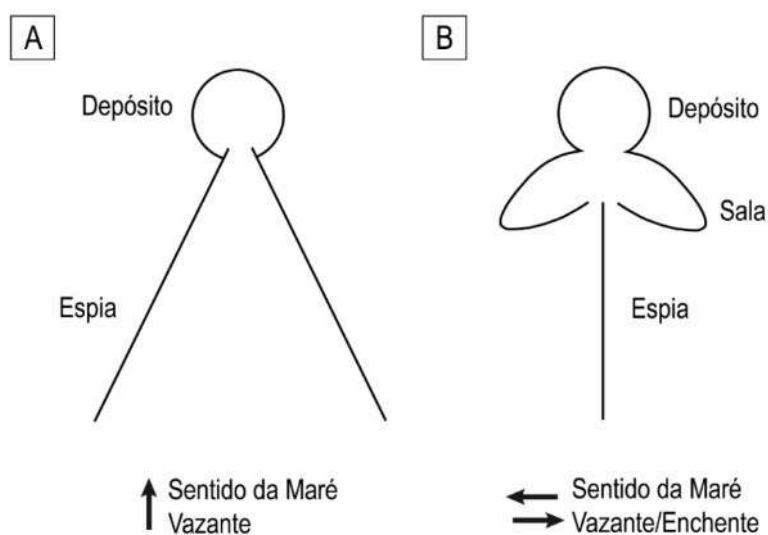


Figura 4. Desenho esquemático dos tipos de curral na Vila do Mora. A) curral do tipo enfiador; B) curral do tipo cacuri.

Fonte: Autoria Própria.

A diferença de formas entre esses tipos de currais é categórica. O curral enfiador é composto por um depósito arredondado, de onde saem duas espias em formato de “V”. Esse tipo de curral apresenta um custo

mais elevado de construção e manutenção, sendo necessário o uso de 300 a 700 moirões. Já o curral cacurí é composto por apenas uma espia, que sai da margem em direção ao rio. Além de dois compartimentos de aprisionamento: a “sala” (compartimento simétrico e lateralizado, lembrando o formato de um coração, daí o nome curral-coração); e o depósito em formato arredondado. A quantidade de moirões variou de 30 a 70 unidades e a esteira não é feita com varas como no curral enfiador, mas sim com talas de bambu (Figura 5). Os pescadores desta modalidade utilizam a esteira em toda a extensão da espia, porém, alguns optam por instalar também em uma parte da sala, utilizando a tela somente no depósito, como estratégia de redução de custos.

O tamanho do curral varia a depender de diversos fatores, principalmente das condições financeiras do pescador, que avalia o melhor custo-benefício e as melhores estratégias para a eficiência da armadilha. Algumas estratégias foram relatadas para reduzir os custos de construção, como optar por um maior espaçamento entre os moirões e utilizar maior extensão da esteira, visto que o moirão é a matéria-prima de maior custo. Além disso, o tamanho varia conforme as características da paragem, sendo que a extensão da espia é limitada ao tamanho da croa.



Figura 5: Produção das esteiras dos currais da Vila do Mota. A) Esteira feita de tala de bambu; B) Esteira de madeira de baixo calibre para curral enfiador; C) produção da esteira realizada por pescador artesanal da localidade.

Fonte: Autoria Própria.

Os custos de um curral são uma das principais reclamações dos pescadores da localidade. A principal matéria-prima (a madeira), antes retirada gratuitamente dos manguezais, agora precisa ser comprada devido à legislação de proteção ambiental. Atualmente, essa madeira provém de regiões de florestas de terra firme vizinhas, com valores acordados diretamente com os proprietários de terras, que vendem a unidade da madeira em pé. Esse valor varia de R\$1,50 a R\$4,00. Entretanto, o pescador ainda arca com os custos de mão de obra para a derrubada e o transporte, estima-se um valor de R\$8,00 a R\$10,00 por unidade.]

A diferença de custo de construção, conforme o tipo de curral, também foi relatada por Fidellis (2013), onde o curral do tipo enfiador também foi caracterizado por apresentar maiores custos, devido ao maior tamanho e maior gasto com combustível, por se tratar de currais mais distantes das margens dos rios. No presente estudo, todos os proprietários de curral do tipo enfiador necessitam de “patrões”, que patrocinam os currais. Em troca, os pescadores se comprometem a repassar sua produção a esses indivíduos, perdendo o poder de barganha. Nesse contexto, não é incomum que os pescadores não consigam quitar a dívida ao final do período da safra, acumulando-a para o ano seguinte.

Esse sistema, chamado de aviamento, foi discutido por Maneschky (1993), enfatizando que o caráter perecível dos peixes aumenta a relação de dependência com os patrões/marreteiros. Na Vila do Mota, os pescadores não destinam sua produção de forma autônoma, ou seja, não possuem rotas comerciais rentáveis, agravado pelo difícil acesso à comunidade por terra firme. Dessa forma, dependem de agentes intermediários para escoar sua produção.

A construção dos currais é realizada anualmente, entre os meses de fevereiro e abril. Alguns curralistas optam por desativar seus currais após o período da safra, quando possuem forma alternativa de obtenção de renda. Entretanto, grande parte dos curralistas optam por desativá-los entre novembro e fevereiro devido à baixa produtividade. Segundo eles, nesses meses, a produção não supre as necessidades alimentares de suas famílias, sendo o período de maior utilização das redes de emalhar.

Todos os currais necessitam de reformas ao longo do ano, geralmente ocorrem uma vez, após a safra. No entanto, a frequência das reformas depende da qualidade da madeira e o tempo em que esse material permanece em contato com a água. Paragens mais profundas necessitam de reformas mais frequentes, pois a madeira se deteriora mais rapidamente e é mais castigada pela ação da correnteza. Nesse caso, necessita-se de no mínimo duas reformas por ano.

A posição do curral em relação à correnteza da maré é um fator determinante no sucesso dessa pesca. O curral se torna totalmente ineficiente quando não está posicionado de acordo com as “correntes de água” (FONTELES-FILHO; ESPINDOLA, 2001). Nesse sentido, existem os marcadores de currais, especialistas em analisar a maré e definir onde será a abertura do curral, para que a correnteza leve o peixe diretamente para o interior da armadilha. Araújo e Pereira (2015) descreveram o processo de marcação dos currais em uma localidade do litoral oeste do Estado do

Ceará, em que a observação de correntes marítimas e de aspectos ambientais, como profundidade, declividade do terreno, amplitudes de marés, luminosidade e temperatura da água, são essenciais para o sucesso da armadilha.

A construção do curral é a etapa mais difícil, demanda além de alto custo, um esforço imensurável. Entretanto, após isto, o trabalho consiste apenas na despesca. Algo semelhante foi observado por Nascimento (2014) no município de Cabedelo-PB, onde, por se tratar de uma pesca passiva, no qual o pescador não exerce esforço na captura do pescado, é considerada uma modalidade “fácil”.

As despescas ocorrem durante a vazante da maré, porém variam conforme os ciclos lunares e a safra. Durante a safra, os curralistas realizam as despescas duas vezes ao dia, ou seja, em todas as marés baixas. Porém, no período de entressafra, a despesca ocorre conforme a lua. Nas luas de quebra (crescente e minguante), a despesca acontece somente uma vez ao dia, geralmente na maré da noite, pois a maré do dia, segundo os entrevistados, é considerada improdutiva.

A retirada dos peixes do interior da armadilha é feita com um instrumento chamado “landuá” (Figura 6), produzido de forma artesanal pelos curralistas. Consiste em um apetrecho semelhante a um puçá, ou seja, uma rede amarrada a um aro de madeira, confeccionado com um tipo de cipó que enverga facilmente. Foram relatadas duas técnicas para a produção do aro: uma consiste em aproximar o cipó a uma fonte de calor, que o torna mais maleável, e a outra envolve apenas prender suas extremidades com prego ou corda.



Figura 6. Apetrecho de pesca chamado “landuá” na Vila do Mota.

Fonte: Autoria Própria.

PESCA DE TARRAFA

Esta modalidade de pesca é definida pela Portaria nº 766, de 31 de agosto de 2018, como “rede em forma circular com raio de 3 a 4 metros, confeccionada com malhas que variam de acordo com a espécie a que se destina”. Nery (1995) descreve a tarrafa como uma rede cônica que, quando lançada, realiza um movimento que forma uma saia rodada, sendo utilizada para captura de peixes e camarões. Além disso, descreve as partes da tarrafa em: cabeça, ponto central do instrumento, constituída pelas primeiras malhas da rede; corpo, corresponde a todo o comprimento entre a cabeça ao saco; e o saco, dobra interna que forma a extremidade, chamada “boca da tarrafa”. Nesta porção final ocorre o entralhe, onde são acrescentados chumbos, responsáveis pela rápida submersão da rede quando lançada, tornando-a mais eficiente.

Na Vila do Mota, essa modalidade é realizada por 23,3% (n=7) do total de participantes da pesquisa, sendo utilizada principalmente para a pesca de camarão, chamado camarão-branco (*Litopenaeus schmitti* Burkenroad, 1936). No município de Bragança, Freire e Silva (2008) evidenciam a ampla utilização desse apetrecho de pesca, onde 89% dos pescadores realizam esta modalidade e 48% a utilizam de forma exclusiva. Além disso, Brito e Costa (2019), em estudo realizado em comunidades dos municípios de Igarapé Açu e Ourém, descrevem a tarrafa como a principal modalidade de pesca empregada, por ser considerada um apetrecho de fácil manuseio devido à sua menor dimensão, sendo ideal para a pesca em pequenos cursos d’água, além de ser altamente eficiente.

Ademais, os pescadores do Mota relataram uma mudança coletiva na pesca de camarão na comunidade, antigamente realizada com um apetrecho de pesca chamado “puçá”, definido como “coador ou sarrico, confeccionado com rede e ensacador, instalado em uma armação em forma de aro”. Atualmente, essa atividade é realizada predominantemente com a tarrafa.

Tanto a pesca de puçá quanto a com tarrafa são permitidas pelas regras de uso, respeitando as especificidades dos tamanhos de malha. Observou-se, através das falas dos colaboradores, que essa mudança na pesca do camarão não foi motivada pelo estabelecimento das regras de uso, mas sim por uma percepção econômica e sustentável. A tarrafa possui maior tamanho de malha, 18mm entre nós, capturando indivíduos maiores e com maior valor econômico agregado, ao mesmo tempo que contribui para a preservação dos juvenis da espécie.

Essas narrativas nos levam a perceber que os pescadores demonstram certa sensibilização com a questão da conservação ambiental. Todavia, os discursos ainda estão atrelados ao “melhor valor” econômico, ou seja, embora exista o fator da sensibilidade, o valor monetário é demonstrado com maior importância. Isso pode estar vinculado ao fato de que o período da pesca do camarão (julho a novembro) é marcado por uma diminuição da disponibilidade de peixe no estuário, período pós-safra, em que os pescadores, principalmente os curralistas, precisam buscar formas complementares de renda.

Entretanto, é necessário compreender melhor essas percepções, para que se sustente a ideia de conservação ambiental por parte dos pescadores. No contexto da pesca na Amazônia a partir da década de 1970, a diminuição dos estoques pesqueiros motivou uma alteração geral na relação trabalho e capital, emergindo uma lógica mais voltada à questão monetária. Dessa forma, as populações tradicionais tendem a se adequar às novas realidades das atividades produtivas, a fim de encontrar respostas viáveis a problemas emergentes (MARTINS, 2009).

Contudo, Martins (2009) ressalta que a ideia de trabalho para as populações tradicionais não configura uma lógica de acúmulo de capital, mas sim uma condição para a existência, em que a manutenção da vida depende da natureza e seus recursos. Portanto, mesmo quando a atividade objetiva o lucro, ela é alicerçada em uma lógica sustentável, em que a manutenção do equilíbrio ambiental e a preservação das espécies são cruciais.

PESCA COM MALHADEIRA

As malhadeiras são redes de nylon, também conhecidas como redes de emalhar ou redes de espera. Definida pela Portaria Nº 766, de 31 de agosto de 2018, como “apetrechos para pescar, flexíveis, geralmente de fibras relativamente delgadas e com malhas de tamanho menor que a menor dimensão dos peixes ou mariscos que se pretendem capturar com elas”. Na vila do Mota foram relatadas principalmente duas modalidades de pesca com este instrumento: a rede “apoitada” ou “escorada” e a rede de “bubuia”, “rabiola” ou “volante”.

A malhadeira apoiada é utilizada por 20% (n=6) dos participantes da pesquisa; entretanto, esse número pode estar subnotificado devido à proibição desta arte de pesca pela Portaria 766, de 31 de agosto de 2018. Essa técnica consiste em fixar a extremidade inferior da rede ao substrato aquático utilizando pedras ou ferros, enquanto a parte superior contém boias que permitem a extensão da rede durante a enchente da maré, momento em que o peixe se emalha. Assim, quando a maré “vaza”, o pescador realiza a despesca, limpeza e avaliação das condições da rede, verificando se há necessidade de reparos. Este tipo de pesca ocorre nas luas minguante e crescente, pois, nas luas cheia e nova, as “marés de lanço” causam uma maior agitação na água, emergindo galhos e “entulhos” que podem danificar a rede.

A rede de bubuia, realizada por 36,7% (n=11), diferentemente da escorada, é uma pesca que ocorre na parte superior da coluna d’água. Nessa modalidade, a rede é amarrada ao barco por uma corda, é solta na correnteza e levada pela maré por um determinado período, a critério do pescador. Durante esse tempo, o barco permanece à deriva. Posteriormente, a rede é puxada, a produção é retirada e o processo se repete até a captura de uma quantidade satisfatória. Essa prática pode ser realizada tanto durante a maré da enchente quanto da vazante.

O tamanho da malha varia conforme a espécie que se pretende capturar, sendo assim, é comum que os pescadores possuam diversas

redes com tamanhos de malhas específicos para cada espécie alvo. Na Vila do Mota foram relatadas malhas que variam de 20 a 90 mm entrenós, essa variação de tamanho de malha e suas especificidades também foi evidenciada em diversas áreas litorâneas do Pará: Brito e colaboradores (2015) em São João de Pirabas; Brito (2012) nos municípios de Soure, Maracanã e Colares; e Moraes e Darnet (2022) em Bragança.

Quanto à extensão das redes, observou-se através das narrativas, que o tamanho da rede é diretamente proporcional à produtividade. No entanto, o custo comercial do apetrecho é fator limitante do tamanho, dessa forma, pescadores artesanais geralmente possuem redes menores que aquelas empregadas na pesca industrial, semelhante ao relatado por Brito e Costa (2019) nos municípios de Igarapé Açu e Ourém.

PESCA DE CERCO

A pesca de cerco é realizada por 30% (n=9) pescadores. Segundo a Portaria 766, de 31 de agosto de 2018, esse tipo de pesca é denominado “moponga” e “consiste em fazer um círculo/cerco com a rede, em que pessoas se posicionam dentro do círculo, fazendo movimentos e sons para espantar os peixes em direção à rede”. Arcanjo (2010), em estudo sobre riscos na pesca no município de Bragança-PA, utiliza o termo “maponga” para descrever o ato de agitar a água, fazendo barulho com o objetivo de direcionar os peixes para a rede.

Essa modalidade de pesca apresenta uma ampla variedade de formas de execução e nomenclaturas, dependendo da região. Cintra e colaboradores (2013), em um estudo realizado com pescadores do rio Tocantins, área de influência da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, nos trechos correspondentes aos municípios de Marabá, Tucuruí e Mocajuba, a denominam “pesca com rede de bloqueio”, sendo utilizada para captura de peixes juvenis de determinadas espécies, como o mapará (*Hypophthalmus marginatus*, Valenciennes, 1840). Nessas localidades, são utilizadas duas redes emparelhadas verticalmente, de forma a abranger toda a profundidade da coluna d’água. A mesma nomenclatura foi descrita por Leal e colaboradores (2023) no município de Abaetetuba, nordeste paraense, onde a reabertura da pesca após o período de defeso é marcada por celebrações. Nessa ocasião, formam-se as “turmas de pesca”, ou seja, grupos de pescadores e embarcações realizando a atividade de maneira coletiva e coordenada.

Segundo relato dos pescadores do Mota, essa arte de pesca não é individual, há a necessidade de 2 a 3 indivíduos trabalhando conjuntamente, com funções específicas: um responsável por pilotar a rabeta, geralmente com o remo, de modo a realizar o cerco sem espantar os peixes, e o responsável por soltar a rede. Porém, quando a profundidade da água é até a “altura do peito”, um indivíduo adentra o rio enquanto o outro permanece no barco, soltando a rede. Silva Junior (2020), ao descrever a pesca em Limoeiro do Ajurú (PA), especifica as funções de cada pescador desta arte de pesca: o taleiro, identifica o cardume; os remadores, conduzem os pescadores durante toda a atividade; os

batedores de água, induzem os peixes em direção à rede; o mergulhador, fechar os cabos da parte inferior da rede para formar um tipo de “saco”.

No Mota, essa pesca objetiva a captura de espécies que formam cardumes. Observou-se através das falas dos praticantes dessa modalidade, uma diversidade de estratégias, a depender da posição espacial do cardume na água. Quando o cardume está mais próximo à margem do rio, um dos lados da rede é fixado em terra firme com uma pedra ou âncora, em seguida, o círculo é realizado por um pescador que adentra a água com o outro lado da rede enquanto o segundo pescador vem em sentido oposto à rede agitando a água para direcionar os peixes.

Quando o cardume está mais distante da margem, a pesca é realizada obrigatoriamente com auxílio da embarcação. Porém, se a profundidade for até a “altura do peito”, um dos lados da rede é fixado na proa do barco e o indivíduo que pilota a embarcação contribui para a realização do cerco, enquanto outro desce da embarcação realizando o círculo com o outro lado da rede, e o terceiro agita a água em sentido oposto ao cerco. Alguns pescadores mencionaram, ainda, a utilização da palheta do motor da rabeta para fazer a “zuada” e direcionar o cardume para a rede.

A pesca de cerco também pode ser chamada de pesca de arrasto, realizada especificamente na praia da Marieta, localizada nas proximidades da comunidade. Esta modalidade ocorre, obrigatoriamente, em associação de dois pescadores: um segura a rede na beira e o outro adentra a água, fazendo um círculo ou arrastando ao substrato aquático e, em seguida, puxa para a margem. Segundo Cintra e colaboradores (2013), os pescadores do município de Marabá, situado a montante do rio Tocantins, denominam essa prática como “pesca de cerco com arrasto”. Nesse método, os pescadores utilizam duas canoas: uma movida a remo para cercar o cardume e outra movida a motor para passar pelo cerco e afugentar os peixes em direção à rede. Após essa etapa, os pescadores descem das canoas e puxam a rede até a praia, onde ocorre a despesca.

As descrições acima demonstram amplo conhecimento a respeito desse tipo de pesca, com descrição detalhada de cada etapa, os pescadores demonstram domínio relacionado ao tempo e ao território, visto que a apropriação de um espaço é inegavelmente relacionada ao “tempo de ocupação efetiva” dos grupos sociais (LITTLE, 2002). Esse fator temporal influencia diretamente a forma de apropriação dos recursos e a relação com o meio que os cercam.

Neste sentido, Diegues (2005) aponta três características acerca da apropriação territorial por populações tradicionais: 1) a ocupação do território por várias gerações; 2) a criação de símbolos, mitos e lendas; e 3) as formas de uso comum do território. Dessa forma,

O longo tempo de convívio e manejo da pesca e dos recursos pesqueiros permitiu aos povos tradicionais, como esses, acumular um corpus de saberes sobre a natureza, sustentados nas experiências individuais e coletivas. (DIEGUES et al., 2000, p. 5).

CONCLUSÃO

A pesquisa contou com a colaboração de 30 pescadores artesanais, beneficiários da RESEX de Maracanã e praticantes da atividade pesqueira há mais de 10 anos, todos homens na faixa etária de 30 a 65 anos, e com tempo de profissão variando de 11 a 43 anos. Mais da metade dos entrevistados nasceu na Vila do Mota, sendo o restante oriundo de regiões próximas, caracterizando um baixo ingresso de pessoas de fora. Quanto à estrutura familiar, 90% vivem em união estável, e 73,3% do total dos participantes têm filhos, com uma média de 2,73 filhos por família. A renda foi um aspecto de difícil delimitação, devido à imprevisibilidade da produção e do comércio, que ocorre diariamente ou semanalmente, dificultando o controle dos lucros. Contudo, foi possível estimar valores de renda mensal durante os períodos de safra (maior renda) e entressafra, além de relacioná-los com os períodos lunares, em que as fases da lua nova e cheia são as mais produtivas.

A principal modalidade de pesca realizada na comunidade é a pesca de curral, uma pesca passiva e, conseqüentemente, dependente do equilíbrio dos ciclos naturais, de forma que alterações ambientais afetam diretamente a produtividade dessa técnica de pesca. Além disso, os recursos aquáticos são considerados um “bem comum” altamente dinâmico, uma vez que as espécies realizam migrações. Portanto, os recursos pesqueiros devem ser tratados de forma integrada, considerando a diversidade de modalidades de pesca realizadas por populações tradicionais e a ação da pesca industrial no litoral do Estado, ressaltando a necessidade de pesquisas de monitoramento da pesca.

Além do curral, outras modalidades de pesca são praticadas na comunidade, principalmente de forma complementar no período entressafra, momento em que a produção pesqueira diminui drasticamente. São essas: as pescas com malhadeiras, a pesca com tarrafa para a captura do camarão-branco, pesca de cerco e arrasto de praia, para captura de espécies que formam cardumes.

Nos discursos dos pescadores, evidenciou-se uma preocupação com aspectos conservacionistas, que não se restringem apenas à fauna aquática, mas a todos os elementos da natureza. Entre elas estão a necessidade de proteção dos manguezais, das aves, das tartarugas, assim como de espécies ameaçadas, como o mero (*Epinephelus itajara* Lichtenstein, 1822) e a guriuba (*Hexanematichthy parkeri* Traill, 1832). Essa sensibilização quanto à conservação na localidade está atrelada a uma boa aceitação das “regras de uso dos recursos naturais”, implementadas a partir da vigência da RESEX, em que a relação da comunidade com os agentes ambientais é fundamentada para um diálogo de escuta mútua.

Entretanto, há entre os moradores da comunidade, um sentimento de abandono por parte do poder público. Essa insatisfação é direcionada principalmente ao órgão gestor, na figura do ICMBIO. Os pescadores expõem a falta de auxílios governamentais, a ausência de obras de saneamento, a inexistência de projetos para o desenvolvimento socioeconômico e a falta de perspectivas para o futuro. Por essas

dificuldades, os jovens não desejam e nem são incentivados a ingressar na profissão pesqueira, comprometendo a continuidade da atividade para as próximas gerações.

Nesse sentido, a compreensão e valorização dos etnoconhecimentos e dos modos de vida das comunidades tradicionais são fundamentais para a formulação e implementação de legislações socioambientais específicas, em concordância com os diversos contextos regionais, o que resultará em ações conservacionistas mais eficazes e mais bem aceitas pelas populações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin. W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 7º ed. Rio de Janeiro: Vozes, p. 189-217, 2008.

BAILEY, Kenneth. **Methods of social research**. 4ª ed. New York: The Free Press, 1994.

BEGOSSI, Alpina; FIGUEIREDO, J.L. Ethnoichthyology of southern coastal fishermen: cases from Búzios Island and Sepetiba Bay (Brazil). **Bulletin of Marine Science**, Miami, v. 56, n. 2, p. 710-717, 1995.

BEGOSSI, Alpina. Small-scale fisheries in Latin America: Management Models and Challenges. **Marine Science**, v. 9, n. 2, p. 7-31, 2010.

BRITO, Tiago Pereira. O conhecimento ecológico local e a interação de botos com a pesca no litoral do estado do Pará, região Norte - Brasil. **Biotemas**, Florianópolis, v. 25, n. 4, p. 259-277, 2012.

BRITO, Tiago Pereira; OLIVEIRA, Antonia Natalia Dias; SILVA, Daniella Amor Cunha; ROCHA, Jaime Alessandro Souza. Caracterização socioeconômica e tecnológica da atividade de pesca desenvolvida em São João de Pirabas - Pará - Brasil. **Ambiência, Guarapuava**, v.11, n. 3, p. 699-720, 2015.

CINTRA, Israel Hidenburgo Aniceto; ROCHA, Jossadra Carvalho; NAKAYAMA, Luiza; MARTINS, Jeronimo Carvalho; SILVA, Látia Cristina Araújo. A pesca de *Hemiodus unimaculatus* (Bloch, 1794) na área de influência da usina hidrelétrica de Tucuruí, Pará, Brasil. **Acta of Fisheries and Aquatic Resources**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2013.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DI CIOMMO, Regina Célia. **Ecofeminismo e Educação Ambiental**. Uberaba: Conesul, 1999.

DI CIOMMO, Regina Célia. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 151-163, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. A Socioantropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil. In: _____ **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: NUPAUB, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. Aspectos sócio-culturais e políticos do uso da água. In: **Plano nacional de Recursos Hídricos**. Brasília: MMA, 2005. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/agua.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2024.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.); ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira; SILVA, Viviane Capezzuto Ferreira; FIGOLS, Francisca Aínda Barboza; ANDRADE, Daniela. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.

FAO 2020. **The State of World Fisheries and Aquaculture 2020**. Sustainability in action. Rome.

FIDELLIS, Carolina Nazaré Aleixo. **A pesca de curral no município de São Caetano de Odivelas-PA**. 2013. 80f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca) - Universidade federal do Pará, Belém, 2013.

ISAAC, Vitória Judith; MARTINS, Agnaldo Silva; HAIMOVICI, Manuel; ANDRIGUETTO FILHO, José Milton. **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI**: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais. Belém: Projeto RECOS, 2008.

LITTLE, Paul. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UnB, 2002.

FAO. **The State of World Fisheries and Aquaculture**: Sustainability in action. Rome, 2020.

FONTELES-FILHO, Antonio Adauto; ESPÍNDOLA, Mariade Fátima Aguiar. Produção de pescado e relações interespecíficas na biocenose capturada por currais-de-pesca no Estado do Ceará. **Boletim Técnico-Científico do CEPNOR**, Belém, v. 1, n. 1, p. 111-124, 2001. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepnor/images/stories/publicacoes/btc/vol01/btc-vol01.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FREIRE, Julliany Lemos; SILVA, Bianca Bentes. Aspectos sócio-ambientais das pescarias de camarões dulcíolas (*Macrobrachium amazonicum*, Heller, 1862 e *Macrobrachium rosenbergii*, De Man, 1879) (Decapoda, Palaemonidae) Na Região Bragantina - Pará - Brasil. **Boletim Do Laboratório De Hidrobiologia**, v. 21, p. 51-62, 2008.

LEAL, Joelson Balieiro, CRUZ, Fernando Manuel Rocha, SOUSA, Ronaldo Lopes; CORDEIRO, Yvens Ely Martins. Comunidade e identidade na abertura da pesca de bloqueio no município de Abaetetuba, Pará. **Revista Observatorio De La Economia Latinoamericana**, Curitiba, v. 21, n. 9, p. 10738-10754, 2023.

LUDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar. Série princípios**. São Paulo: Ática, 1986.

MANESCHY, Maria Cristina. Pescadores Curralistas no litoral do Estado do Pará: Evolução e continuidade de uma pesca tradicional. **Revista da Sociedade Brasileira da História da Ciência**, n. 10, p. 53-74, 1993.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: ATLAS, 2015.

MARQUES, José Geraldo W. **Aspectos ecológicos na ecologia dos pescadores do complexo estuarino-lagunar de Mundaú - Manguaba, Alagoas**. 1991. 292 f. Tese (Doutorado em Ecologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

MARTINS, Everaldo Vasconcelos. **Dinâmica da economia e das relações do trabalho da pesca artesanal no município de Santarém**. 2009. 105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - PPGDSTU, UFPA, Belém, PA, 2009.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In.: MATTOS, CLG., and CASTRO, PA (Orgs). **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83.

MEKSENAS, Paulo. Exercícios e Vivências. In:_____. **Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas**. São Paulo: Loyola, 2010.

MINAYO, Maria Cecília Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da Pesquisa social. In:_____. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 34 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. p. 9-29.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA). **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2011**. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2011_bol__bra.pdf. Acesso em: 15 de abril de 2024.

MORAES, Rodrigo Leal; DARNET, Laura, Angélica Ferreira. Vida de Pescador: a Diversidade de Práticas de Pesca como Elemento de Desenvolvimento Territorial na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Bragança/Pará. **Biodiversidade Brasileira**, v. 12, n. 5, p. 18-31, 2022.

NERY, Arian Costa. Traços da tecnologia pesqueira de uma área tradicional da Amazônia - Zona do Salgado - Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 11, n. 2, p. 199-293, 1995.

NASCIMENTO, Glória Cristina Cornélio. **Pesca artesanal em “currais”: Um enfoque etnoecológico**. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Ambiental) - PRODEMA, UFPB, João Pessoa, PB, 2014.

OLIVEIRA, Ângela Maria Santos. **Subsídios à gestão da Reserva Extrativista Marinha de Soure, Marajó-Pará: uma análise dos**

problemas e conflitos socioambientais. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento local na Amazônia) - PPGEDAM, UFPA, Belém, PA, 2012.

PINHEIRO, José Olenilson Costa. **Desenvolvimento local em comunidades tradicionais situadas em áreas costeiras**: o estudo de caso da Vila Mota, Maracanã (PA). Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agriculuras Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

PINHEIRO, José Olenilson Costa; DARNET, Laura Angélica Ferreira. Comunidades tradicionais em áreas litorâneas da Amazônia: Estudo sobre desenvolvimento local em Vila Mota, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**: Ciências Humanas, v. 9, n. 1, 2014.

RAMIRES Milena; BARRELLA Walter. Ecologia da pesca artesanal em populações caiçaras da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, São Paulo, Brasil. **Interciência**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 208-213, abr. 2003.

RAMIRES, Milena; MOLINA, Silvia Maria Guerra; HANAZAKI, Natalia. Etnoecologia caiçara: o conhecimento dos pescadores artesanais sobre aspectos ecológicos da pesca. **Biotemas**, v. 20, n. 1, p. 101-113, março. 2007.

SANTOS, Marcos Antônio Souza. A cadeia produtiva da pesca artesanal no estado do Pará: estudo de caso no nordeste paraense. **Amazônia Ciência e Desenvolvimento**, Belém, v. 1, n. 1, p. 61-81, jul/dez. 2005.

SILVA, Suana Medeiros; GARCIA, María Franco. O mar está pra peixe? Trabalho e natureza na pesca artesanal em Lucena, Brasil. **SEMATA: Ciências Sociais e Humanidades**, v. 25, p. 179-204, 2013.

SILVA JÚNIOR, Davi Martins. **Modo de vida e uso dos recursos pesqueiros na localidade do Beiradão, município de Limoeiro do Ajuru, Pará**. 2020. 85 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - PPGEDAM, Belém, PA, 2020.

SILVANO, Renato Azevedo Matias. Pesca artesanal e etnoictiologia. In: BEGOSSI Alpina. **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. 1 ed. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 185-220.

SOUZA-FILHO, Pedro Walfir; EL-ROBRINI, Maâmae. Geomorphology of the Bragança coastal zone, Northeastern Pará State. **Revista Brasileira de Geociências**, v. 30, n. 3, p. 518-522, 2000.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 20, p. 31-45, jul/dez. 2009.

WAGNER, Gustavo Peretti; SILVA, Lucas Antônio da. A pesca e o pescador: por uma haliêutica historicizada. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-6, jan./jun. 2020.

Marcelo Oliveira Santos¹

Arkley Marques Bandeira²

HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E SABERES ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DE CARROS DE BOI, NO MUNICÍPIO DE CURURUPU, MARANHÃO

STORIES, MEMORIES AND KNOWLEDGE INVOLVED IN THE PRODUCTION OF OX CARTS, IN THE MUNICIPALITY OF CURURUPU, MARANHÃO

¹ Graduado em História. Centro de Ciências de Pinheiro. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: oliveira.marcelo@discente.ufma.br

² Doutor em Arqueologia. Docente do Departamento de Oceanografia e Limnologia. Professor Permanente do PGCult e PRODEMA – Universidade Federal do Maranhão. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível C. E-mail: arkley.bandeira@ufma.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma síntese da pesquisa sobre a produção artesanal de carros de boi, no município de Cururupu, Maranhão, cujos resultados foram apresentados em formato monográfico no Curso de Ciências Humanas, da UFMA – Centro de Pinheiro. Partiu-se da problemática de que os carros de boi foram amplamente utilizados nos primeiros séculos da colonização do Brasil, especialmente nas regiões produtivas, como o Nordeste Açucareiro e nas áreas de mineração no Brasil Central, ao passo que no Maranhão, permanece o desconhecimento sobre a utilização dos carros de boi no contemporâneo, como também sobre a existência de mestres artífices que ainda dominam o conhecimento ancestral acerca da sua manufatura. O percurso metodológico se utilizou das Fichas do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Módulo Inventário, com observação participante de caráter exploratório, coleta de relatos orais em entrevistas e registro imagético, aliado a uma discussão histórica e social por meio da análise bibliográfica e documental. Os resultados apontaram que os carros de boi são suportes de histórias, memórias, cultura e identidade do universo rural maranhense e registram a resiliência dos saberes e viveres em meio às mudanças de um mundo globalizado que atuam fortemente na ruptura de conhecimentos ancestrais.

PALAVRAS-CHAVE: Inventário; Memória; Carros de Boi; Cururupu; Maranhão.

ABSTRACT

This article presents a synthesis of research on the artisanal production of ox cars, in the municipality of Cururupu, Maranhão, whose results are presented in monographic format in the Human Sciences Course, by UFMA – Pinheiro Center. The research problem that the ox cars are widely used in the first centuries of colonization of Brazil, especially in the productive regions, such as the Nordeste Açucareiro and the mining areas in Central Brazil, just as in Maranhão, there remains a lack of knowledge about the contemporary use of ox cars, as well as the existence of master craftsmen who still dominate or ancestral knowledge about their manufacturing. The methodological process was used in the Sheets of the National Inventory of Cultural References (INRC), prepared by the National Historical and Artistic Heritage Institute – Inventory Module, with participant observation of an exploratory nature, collection of oral stories in interviews and image registration, allied to a Historical and social discussion through bibliographical and documentary analysis. The results indicate that the ox cars support the histories, memories, culture and identity of the rural Maranhense universe and register the resilience of knowledge and experiences in the midst of changes in a globalized world that strongly affects the rupture of ancestral knowledge.

KEY WORDS: Inventory; Memory; Ox Cars; Cururupu; Maranhão.

OS CARROS DE BOI E O PROCESSO CIVILIZATÓRIO

De acordo com Bernardino José de Souza, em sua obra *o Ciclo do carro de bois no Brasil* (1958), o surgimento dos carros de boi foi um fenômeno global, associado aos distintos desenvolvimentos cognitivos, sociais e culturais da humanidade, sobretudo no período que coincide com o processo de sedentarização, que resultou na invenção da agricultura, na domesticação de animais, na ampliação das atividades de pastoreio e na criação das primeiras vilas e cidades (Souza, 1958). Esses episódios foram nominados por Vere Gordon Childe, em seu livro “A Evolução Cultural do Homem”, como a “Revolução Neolítica” (Childe, 1996).

Apesar do franco desuso do termo Revolução Neolítica na arqueologia, inclusive pelas perspectivas contemporâneas em se compreender o advento da agricultura e do sedentarismo como comportamentos sociais e culturais processuais e específicos aos diferentes contextos globais, é no contexto dos últimos 10 milênios, nos quais diversas comunidades autônomas e com o modo de vida caçador-coletor iniciam uma mudança paulatina para a sedentarização, motivadas, fundamentalmente, por avanços tecnológicos e materiais até então nunca experimentados, como a produção agrícola em larga escala, sobretudo nos vales dos grandes rios, como o Nilo, Tigre, Eufrates, Ganges, lang-tzé, no Crescente Fértil e Mediterrâneo.

Tais avanços permitiram novas descobertas, como a invenção da irrigação para além das áreas alagadas dos rios, a formação de currais para criação de animais de carga e abate, a invenção da roda, a sofisticação dos cultos religiosos, a invenção da mais-valia e o acúmulo de excedentes, que culminam no advento das primeiras civilizações teocráticas.

É nesse contexto que, segundo Souza (1958), os carros de boi evoluem, já que a roda foi um elemento mecânico essencial aos veículos terrestres e a sua invenção foi uma das grandes conquistas da humanidade, que resultou em sucessivos avanços tecnológicos. Contudo, o local de invenção dos primeiros carros de boi no mundo antigo ainda é controverso, com apontamentos, segundo o arqueólogo Robert Lowie, para a China, em torno de 7 mil anos atrás; e na Babilônia, em torno de 5.300 anos de antiguidade (Lowie, 1927).

Fato é que com a consolidação dos primeiros núcleos urbanos e, o posterior advento das grandes civilizações, o carro de boi já estava bastante difundido pelo Oriente Médio, Crescente Fértil, Mediterrâneo e algumas regiões da Europa, sendo um dos fatores que motivaram sua ampla adoção, o carregamento de cargas para longas distâncias e o deslocamento de troncos de madeira e pedras para os templos, conforme os vários momentos da evolução técnica deste transporte (Figura 1) (Souza, 1958).

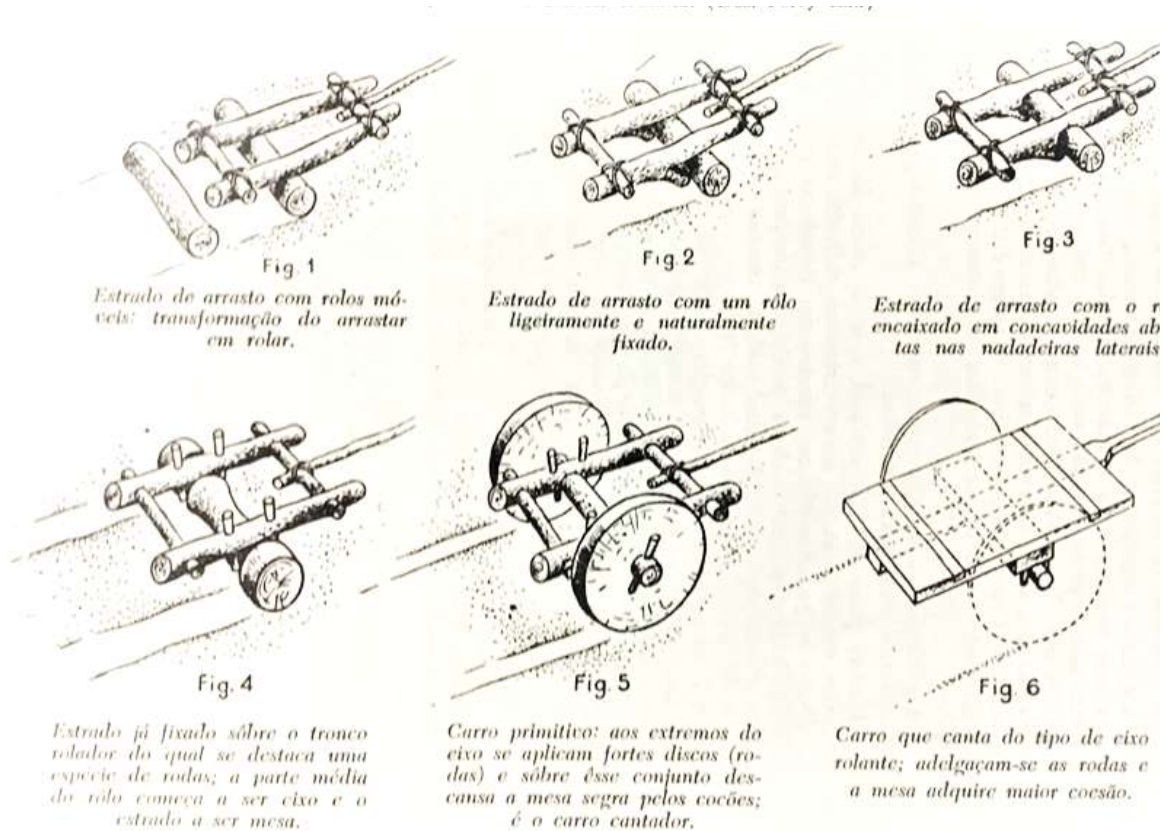


Figura 1: Esquema da evolução técnica e material do carro de boi, a partir da elaboração de troncos rolados até chegar na roda. **Fonte:** SOUZA, 1958.

Sobre as primeiras ideias sobre o carro de boi, Souza descreveu:

A idéia da ligação da forquilha de arrasto com o rôlo, o que abrandou a resistência do resvalar na de rolar, foi, indubitavelmente, um formidável progresso na evolução dos transportes, como o foi a substituição dos tambores das extremidades do rôlo pelos discos independentes, em cujos centros se cravavam as pontas do eixo de madeira (SOUZA, 1958, p. 46).

No mundo antigo, os carros de bois estiveram presentes na expansão das grandes civilizações, desde seu uso na agricultura, transporte de cargas, construção das cidades, ampliação das rotas e caminhos, nas guerras e nas expressões simbólicas como jogos e ritos religiosos, a exemplo do Egito (Figura 2), com um carro de boi utilizado em uma batalha entre os Purstas e os Egípcios; e na planície da Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates, onde foram encontradas representações de carros de bois nas paredes dos templos (Figura 3).

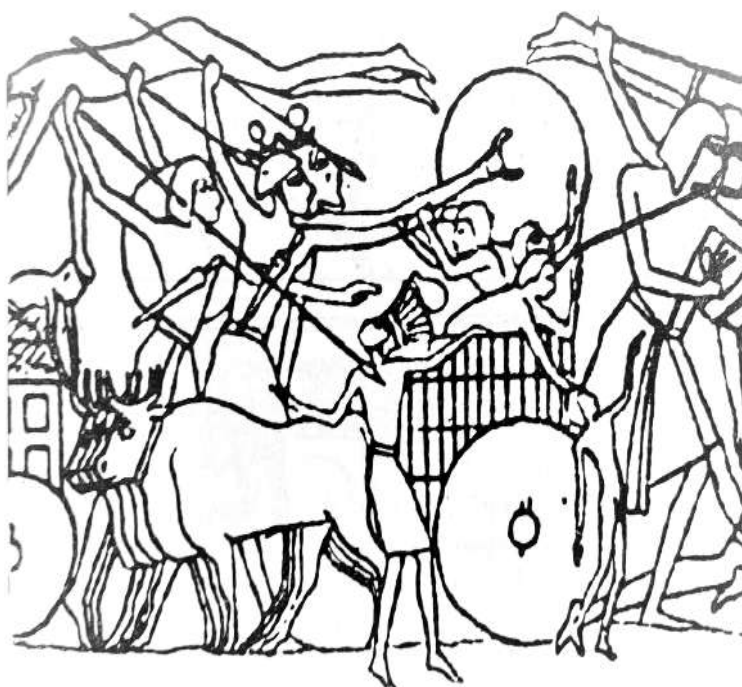


Figura 2: Carro de boi registrado pelos egípcios em um cenário de guerra (período de Ramsés II – 1.300 – 1234 a. C.). **Fonte:** SOUZA, 1958.



Figura 3: Carro de boi na Mesopotâmia transportando pessoas ao tempo do rei Tiglatpilasar III (730 a. C.). **Fonte:** SOUZA, 1958.

Ao passo que os Fenícios já comercializavam no Mediterrâneo e nas terras a oeste da cadeia do Líbano com a ajuda em terra dos carros de boi (Figura 4). Na Índia, foi descoberta uma das representações de carros de

boi mais antigas, em uma miniatura feita em argila, com um carro de boi puxado por dois animais, datado, possivelmente, do 3º milênio Antes de Cristo (Figura 5).

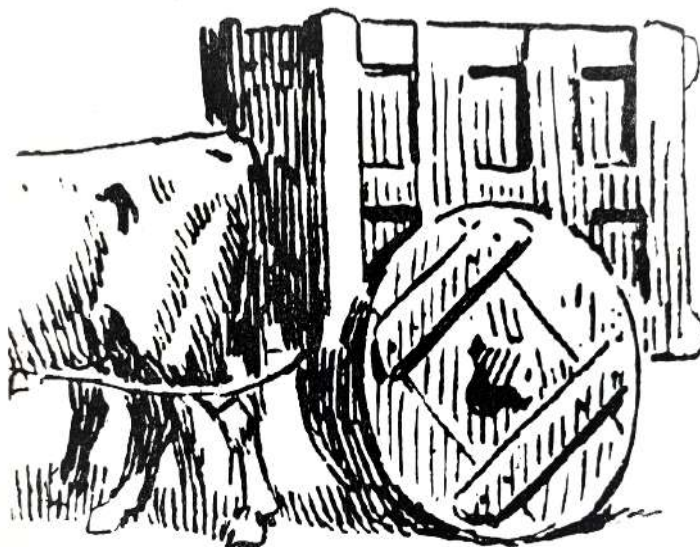


Figura 4: Carro de boi típico da Fenícia. **Fonte:** SOUZA, 1958.

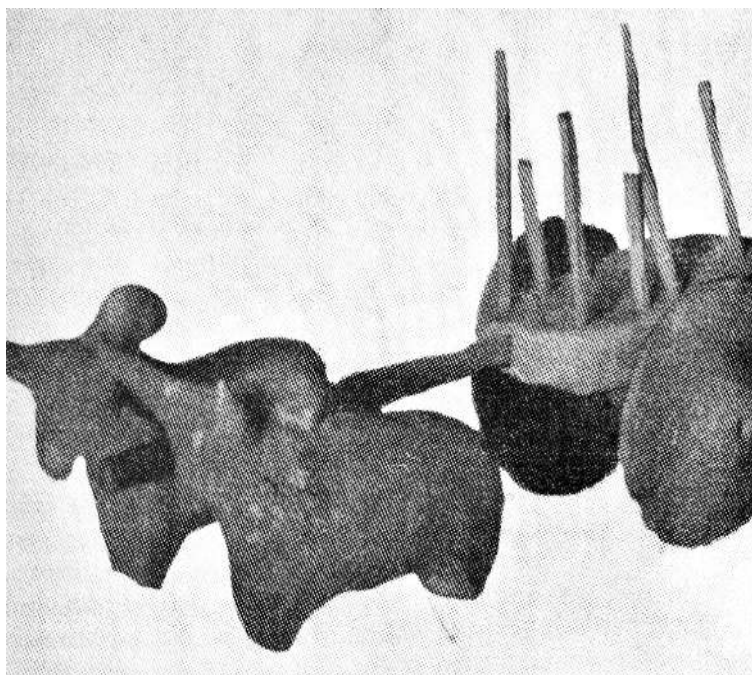


Figura 5: Carro de boi em miniatura feito em argila oriundo do Vale do Indo, na Índia datado do Terceiro milênio a. C. **Fonte:** SOUZA, 1958.

ΔΥΣΣΕΙΑΝ ΡΑΥΛΔΙΩΝ ΜΗ ΙΛΙΟΥΠΕΡ
 ΕΡΒΥΣΑΠΟΛΑΣΙΝΟΣ
 ΟΥΛΑΛΑΤΟΥΣΑΥΤΩΝ ΠΕΡΝΑΠΟΛΑΣΙΝΟΣ ΣΙΜΙΩΕΣ
 ΝΟΣΑΓΑΜΕΜΝΙΩΝ ΡΑΥΛΩΝ ΜΗ
 ΙΚΤΟΥΣΤΡΑΤΟΠΕΔΟΥΛΩΝ
 ΕΚΔΙΩΚΕΙ

ΜΝΙΩΝ ΕΡΣΗΑΠΩΝΑ
 ΟΕΤΙΣ

As representações romanas são as mais abundantes, com os carros de boi sendo utilizados para carregar trigo (Figura 8); feixes de madeira amarrados (Figura 9); usos como bigas, trazendo no seu interior possíveis espólios de guerra e produtos alimentícios, como trigo e sementes (Figura 10). Também foram usados para carregar soldados e espólios de guerra, conforme registro encontrado na Coluna de Marco Aurélio, entre os anos de 161 a 180 de nossa Era (Figura 11).

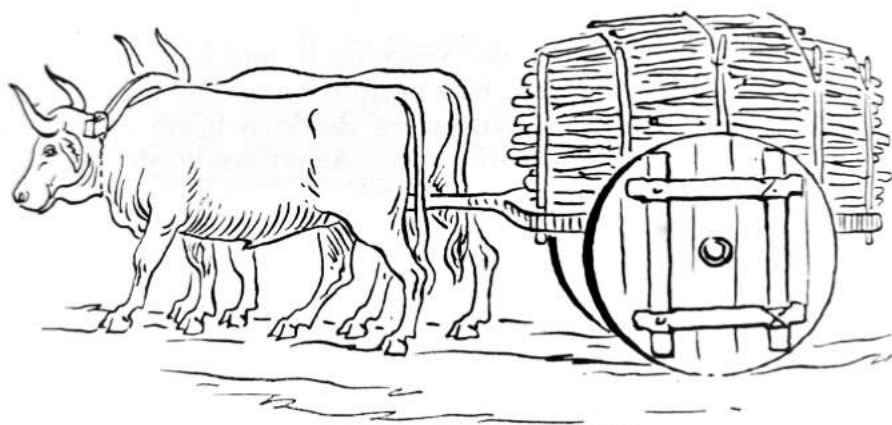


Figura 8: Carro de boi romano denominado *Plaustrum*. **Fonte:** SOUZA, 1958.

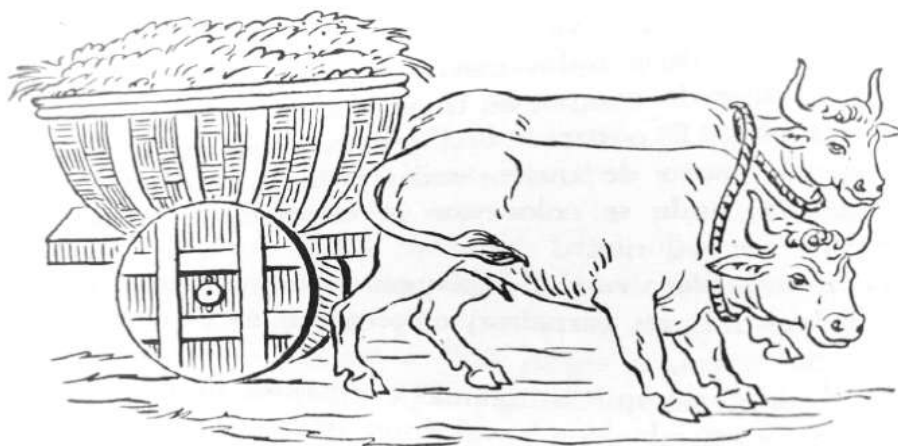


Figura 9: Carro *Plaustrum* com detalhe para a carga carregada. **Fonte:** SOUZA, 1958.

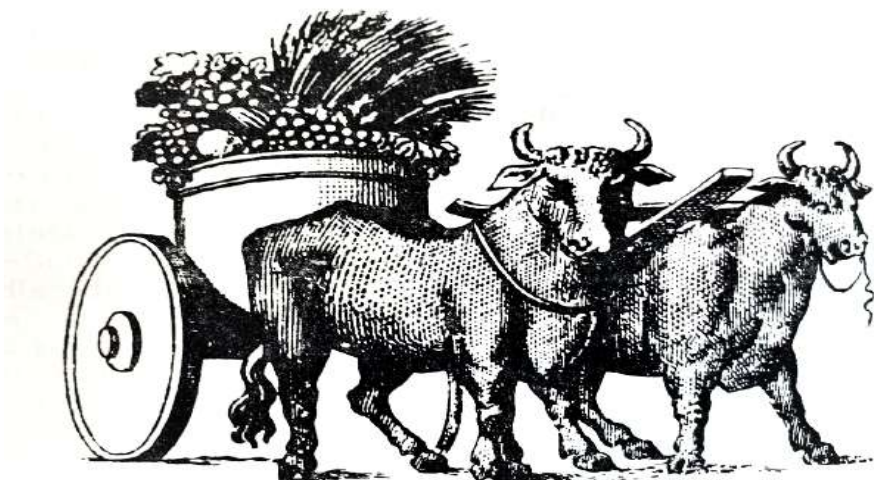


Figura 10: *Plaustrum* romano de formato diferenciado, com uma biga carregado de produtos. **Fonte:** SOUZA, 1958.



*Carro Romano de bagagens, gravado na Coluna de Marco Aurélio.
(DAREMBERG E SAGLIO — Vol. III. Pág. 417.)*

Figura 11: *Plaustrum* romano em uma comitiva militar, carregado de espólios de guerra. **Fonte:** SOUZA, 1958.

O CARRO DE BOI NO BRASIL E NO MARANHÃO

Os carros de boi adentram o Brasil no contexto das Grandes Navegações, que resultaram na expansão Ibérica e do Império Luso-Português para Além-Mar, entre os séculos XV, XVI e XVII. Data deste período, a utilização dos primeiros veículos de roda puxados por força animal, uma vez que não se têm registros do uso de rodas para veículos no Novo Mundo antes da chegada dos europeus, apesar da roda ser conhecida entre povos da Mesoamérica.

Segundo Souza (1958), o modelo de carro de boi que aportou no Brasil advém do *Plaustrum* da Roma antiga, visto que não foram notadas alterações significativas nas linhas mestras que estruturam o veículo, sendo observadas a mesma rusticidade, solidez e firmeza e, até o mesmo, o estridor que artifícios regionais denominam de "carro gemedor" ou "cantador" (Souza, 1958).

No caso do Brasil, os carros de bois foram rapidamente utilizados na implantação dos primeiros núcleos produtivos, como os engenhos de cana-de-açúcar no Nordeste e nas grandes propriedades rurais do Sul e Sudeste do Brasil, como também foram essenciais na construção dos primeiros núcleos urbanos, como é o caso da cidade de Salvador. Naquela época, o veículo era o mais apropriado para os terrenos acidentados, carentes de estradas e acessos entre as unidades produtivas, além de se adaptar à pobreza de recursos materiais nos primeiros séculos da colonização portuguesa.

A historiografia dos processos de penetração por meio das estradas, caminhos, bandeiras e monções cita pontualmente a importância dos carros de bois na empresa colonial (Barbosa, 2014). A maioria da bibliografia analisada centra-se apenas em algumas Capitânicas Hereditárias, como as de São Vicente, Pernambuco e da Baía de Todos os

Santos, nas quais, a implantação do regime colonial estava se consolidando.

A esse respeito, a pesquisa bibliográfica realizada identificou alguns registros de cronistas e estudiosos da História do Brasil sobre a existência de carros de boi e a sua importância para a economia na Colônia, bem como a sua utilização nos séculos posteriores. Um dos primeiros relatos sobre a existência de carros de boi no Brasil foi registrado por Gabriel Soares de Souza, em seu *Tratado Descritivo do Brasil* em 1587, publicado pela Brasiliana, em 1851:

Esta terra é muito fértil e abastada de todos os mantimentos e de muitos canaveaes de assucar, a qual é de Gabriel Soares de Souza; e d'este engenho ao de Diogo Corrêa não há mais distancia que quatrocentas braças de caminho do carro, e para vizinharem se servem os carros de um engenho ao outro por cima de duas pontes e atravessam estes rios, e ficam os engenhos á vista um do outro (Souza, 1851, p. 19).

Em outra passagem, Gabriel Soares de Souza (1851, p. 33) percorreu sobre a presença de carros de boi na propriedade de Jerônimo de Albuquerque, “onde se faz aguada fresca para as náos da ribeira que vem do engenho de Jeronymo de Albuquerque: também se metem n'este rio outras ribeiras por onde vão os barcos dos navios a buscar os assucares aos paços onde os trazem encaixados e em carros”.

Cabe destacar outra descrição pelo Soares de Souza, quando cita as madeiras mais adequadas para sua manufatura, denotando que já havia uma produção destes veículos no Brasil Colonial:

Pelas campinas e terra fraca se criam muitas árvores, que se chamam sepepiras, que em certo tempo se enchem de flor como de pecegueiro; não são árvores muito façanhosas na grandura, por serem desordenadas nos troncos, mas tiram-se d'ellas virgens, esteios e fuzos para os engenhos, a madeira é parda e muito rija, - e tão liada que nunca fende; e pára llação de navios e barcos é a melhor que há no mundo, que soffre melhor o prego e nunca apodrece; de que se também fazem carros muito bons; e é tão pesada esta madeira que se vai ao fundo (Souza, 1851, p. 210).

Não obstante, é no contexto do Brasil açucareiro que os relatos sobre os carros de boi mais ocorreram, sobretudo, descrevendo seus usos nos engenhos e em grandes propriedades rurais (Nogueira, 2003). Segundo Souza (1958), o carro de boi foi o único veículo usado nos primórdios da colonização do Brasil como transporte entre os crescentes núcleos urbanos e os engenhos, uma vez que os carros e as carroças tiradas por muares ou cavalaes só apareceram nos séculos seguintes, em decorrência dos cavalos e mulas estarem menos adaptados a cargas pesadas e terem menor robustez e força de tração para avançar nas estradas recém-abertas para adentrar aos sertões.

Em *Cultura e opulência do Brasil*, André João Antonil (1982) descreveu a estrutura mínima para montagem de um engenho, dentre os mestres de ofícios, a autor descreve que:

[...] servem ao senhor do engenho, em vários ofícios, além dos escravos de enxada e fouce que têm nas fazendas e nas moendas, e fora os mulatos e mulatas, negros e negras de casa, ou ocupados em outras partes, barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, **carreiros**, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores (Antonil, 1982, p. 75). (grifo nosso).

Na descrição de Antonil, fica patente a utilização do carro de boi no transporte da linha e da cana em diferentes passagens, conforme se seguem:

Querem fornalhas, que por sete e oito meses ardem de dia e de noite, muita lenha; e, para isso, já mister dous barcos velejados para se buscar nos portos, indo um atrás do outro sem parar, e muito dinheiro para a comprar; ou grandes matos com muitos carros e muitas juntas de bois para se trazer. Querem os canaviais também suas barcas, e carros com dobradas equipações de bois, querem enxadas e fouces (ANTONIL, 1982, p. 87).

No espaço de 24 horas, mói-se uma tarefa redonda de vinte e cinco até trinta carros de cana, e em uma semana das que chamam solteiras (que vem a ser, sem dia santo) chegam a moer sete tarefas, e o rendimento competente é uma forma ou pão de açúcar por fouce, a saber, quanto corta um negro em um dia (ANTONIL, 1982, p. 111, 112).

Para Souza (1958, p. 111), alguns aspectos devem ser observados no tocante ao uso dos carros de boi nos engenhos:

No copioso instrumental dos engenhos desde as origens figura em primeira linha o carro de bois, tão instantâneo e necessário que se não pode pensar em cultura canavieira ou na indústria do açúcar no Brasil sem de logo associar-se a idéia da presença dos rudes veículos tirados por bois que conduzem a cana dos canaviais para os picadeiros dos engenhos, a lenha das florestas para as suas fornalhas e o próprio açúcar pelos tendais para os mercados ou portos de embarque. Se nos engenhos da "borda d'água", levantados à margem dos esteiros do mar e nos estuários dos rios, barcos e canoas, até certa medida, serviam para o transporte das canas e dos produtos, nos do "mato-dentro", estabelecidos longe do salgado, era o carro de bois equipamento imprescindível. Contemporâneo da introdução lavoura de cana no Brasil, esse carro acompanhou no seu desenvolvimento através

elos anos e dos séculos: ainda hoje não o dispensam tôdas as fábricas de açúcar pelo Brasil.

De acordo com aquele autor, alguns elementos foram essenciais para o sucesso na utilização desse transporte:

Para tanto concorriam certamente três fatores principais: os usos dos colonizadores, vindos de uma terra onde, desde as origens, era quase único nos transportes pesados o carro, tirado por bois; o grande crescimento cios rebanhos bovinos graças às condições do meio favoráveis à sua multiplicação e expansão; a própria natureza de uma terra virgem, cheia de matas e pendores, de rios e águaçais, quase sem caminhos, porque assim não podiam ser consideradas as trilhas tortuosas dos silvícolas (Souza, 1858, p. 107).

Diante do exposto, os relatos e crônicas sobre o período colonial abordaram a importância dos carros de boi para a economia do Brasil muito mais do que a historiografia da cultura material, restando apenas fragmentos de relatos e passagens pouco elucidativas, a exemplo de Del Priore e Venâncio (2006, p. 35), que reconhecem que no “no período colonial, o carro de boi foi o meio de transporte fundamental para o envio da cana colhida até o engenho.

Ou ainda na passagem de Laura de Mello e Souza (SOUZA, 1997), em *Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações*, que reconhece que o cavalo, o carro de boi e a rede foram as principais formas de locomoção no Nordeste Holandês, sendo comuns a toda América Portuguesa.

Não obstante, as referências citadas anteriormente para outras regiões do Brasil, como é o caso das Capitanias mais ao Norte, a exemplo do Grão-Pará e Maranhão, e territórios amazônicos, como é o caso do Rio Negro, existe um vazio documental, não pela ausência de carros de boi, mas por falta de estudos que possam descortinar a existência desses veículos para além das zonas econômicas principais do Brasil.

Diante da análise da produção historiográfica, reconhece-se que os primeiros usos dos carros de boi no Nordeste do Brasil estavam associados à produção açucareira nos engenhos e para a utilização nas lavouras para transportar cana, madeiras e para o escoamento da produção até a zona portuária. À medida em que a grande propriedade ia se consolidando, houve um paulatino aumento populacional e a expansão colonial para regiões mais interioranas, com entradas, bandeiras e monções se distanciando cada vez mais do litoral (Holanda, 2015, 2017). Outro aspecto a ser pontuado é a expansão da pecuária para os sertões, em decorrência da proibição da administração portuguesa que ela fosse praticada na zona litorânea e nas zonas da mata, com o ensejo de que ela não concorresse com o plantio da cana-de-açúcar.

Para Souza (1958), no âmbito do Nordeste (Figura 12), esses veículos foram usados nos primeiros engenhos de açúcar do Brasil, entre 1526 a 1545, principalmente nas capitanias de Itamaracá (Pedro Capico),

Bahia (Afonso Torres) e Pernambuco (Duarte Coelho) (Figuras 13 e 14), conforme citado:

Vemo-lo, porém, nitidamente incluído entre os utensílios de que se serviram os portugueses na construção, em 1549, da capital da Colônia, a cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos. De feito, documentos incontestes informam que entre os operários que embarcaram de Portugal com o Governador-Geral Tome de Sousa, dois carreiros, cujos nomes não se perderam: João Dias de Soajo e Martim Gonçalves (Livro I das Provisões desde 1549, manuscrito da Biblioteca Nacional) (SOUZA, 1958, p. 104).



Figura 12: Registro histórico de um engenho no Nordeste com a presença do carro de boi para transporte de cana em unidade produtiva do século XVI. **Fonte:** retirado de Souza (1958).

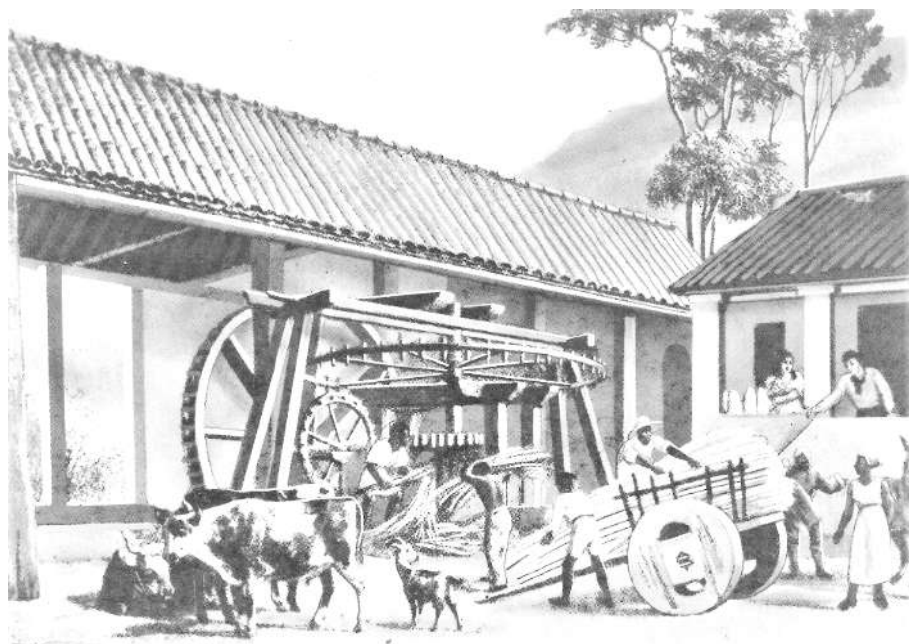


Figura 13: Carro de boi com cana sendo descarregado em um engenho do século XIX. **Fonte:** retirado de Souza (1958).

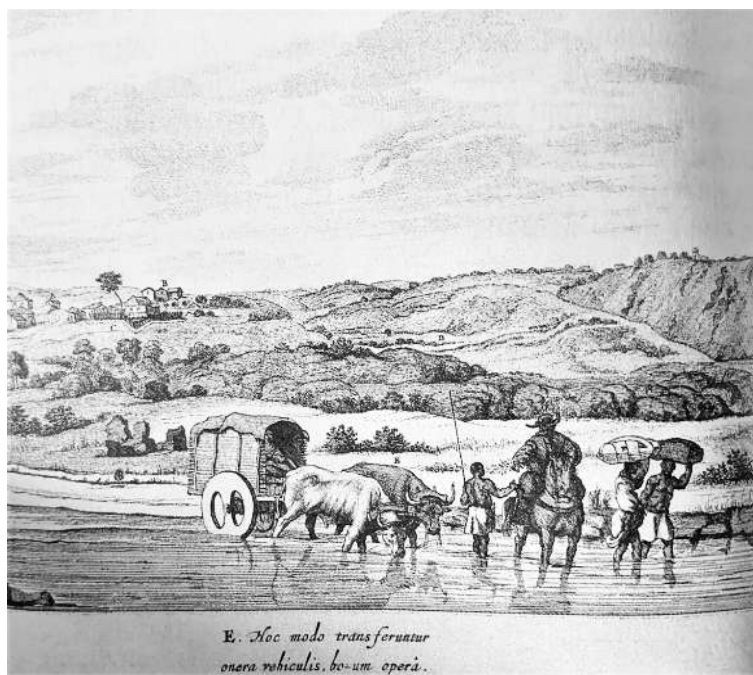


Figura 14: Carro de boi utilizado para o transporte de carga em área de mineração no Sertão do Brasil. **Fonte:** retirado de Souza (1958).

Em outra passagem, Souza (1958) cita um documento datado de 16 de agosto de 1549, em que consta um mandato para o tesoureiro Gonçalo Ferreira comprar três juntas de bois por vinte e oito mil-réis para o serviço do El-Rei Nosso Senhor para as obras da cidade de Salvador, sendo dois velhos por treze mil-réis e quatro novinhos por quinze mil-réis. Em 13 de novembro do mesmo ano mandava-se que o tesoureiro comprasse um carro por dois mil e quinhentos réis; no mesmo dia foram pagos os homens que amansaram os novinhos, em 23 do mesmo mês e ano foram compradas duas cangas para bois.

Cabe destacar outro documento que noticia que em 1552, foram importados de Cabo Verde bois de carro mandando pelo Provedor-Mor, em 14 de maio, para que o tesoureiro entregasse a Cristóvão de Aguiar, Almoхарife, dois bois de carro que tinham chegado do Cabo Verde na caravela "Princesa" (Souza, 1958).

Diante desse contexto, a expansão da cultura pecuarista pelos sertões do Nordeste também foram responsáveis pela expansão dos carros de boi para além dos engenhos, especialmente com o crescimento da pecuária fomentada pela família Garcia d'Ávila, na Bahia para outros estados do Nordeste, como o Maranhão e o Piauí.

A esse respeito, Souza (1958) registrou a existência de documentos das fazendas de Garcia d'Ávila na região norte da cidade de Salvador, em direção a Tatuapara, onde mais tarde ergueu a sua "Tôrre". Data de 1552, registros de venda de dois bois maninhos² por 12\$000 para os carros de Sua Alteza (Mandado de 17 de julho de 1552).

² Par de bois que são criados e treinados juntos desde bezerros para puxar carros de boi em parelha.

Os caminhos da expansão do gado para o extremo Nordeste foram denominados por Socorro Cabral (2008), de “caminhos do gado”, uma das frentes responsáveis pela colonização da região centro-sul do Maranhão, a partir do alto curso do rio Parnaíba, na fronteira mais ao sul com o Piauí, e que resultam na abertura de vias terrestres entre São Luís e Belém, tanto pelo litoral, como pelos sertões dos Pastos Bons, atual cidade de Pastos Bons:

Mencionaram certos cronistas que os primeiros colonos abriram um de Belém a São Luís. Assegura Paulo Ribeiro ter distinguido ainda vestígios de antiga estrada, em 1811, na vizinhança da Vila de Viana, que passava da ilha à terra firme pela Estiva, Anajatuba, e depois de atravessar o Mearim e o Pindaré e o Turi, entrava na cidade do Pará. Entretanto, esta parece antes a que por 1770 abriu com êxito não muito satisfatório Evaristo Rodrigues, natural de Pernambuco, para introduzir no Pará gado do Maranhão e Piauí (ABREU, 1989, p. 67).

À medida em que os caminhos do gado se consolidavam, mais fazendas e currais surgiam Brasil a dentro, aspecto apontado por Del Priore e Venâncio (2006, p. 71, 72):

A imensidão das fazendas de gado do Nordeste já tinha chamado a atenção do jesuíta Antonil, ocupando vastidões da Bahia até o “certão do Piaghuy” – atual Piauí. Alguns arraiais e vilas nasciam no centro dessas fazendas, dando origem das atuais cidades nordestinas. Casas de barro coberta de palha, currais de pedra e madeira, pequenas roças de mandioca, feijão e milho funcionavam como âncora para o gado que se criava solto. Pastagens sem limite funcionavam como campo de engorda nas quais o vaqueiro só pisava para buscar bezerros novos e fazer nova choupana.

Conforme já apontado, os caminhos do gado no interior do Maranhão surgiram pela penetração do extremo sul do Estado, pelo vale do rio Parnaíba, nos sertões dos Pastos Bons, estacionando nos altos cursos dos rios Mearim e Itapecuru. Nessa região, a pecuária apresentou características próprias, com relações sociais e comportamentos socioculturais bastante definidos. Para Trovão (2008), o gado e a cana-de-açúcar formaram um consórcio que, sincronizados, criaram o embrião para a ocupação dos sertões nordestinos e, conseqüentemente, do Maranhão, com as vias de comunicação que representadas pelo sistema hidroviário, uma ocupação linear acompanhando os rios ou o litoral, utilizando-se principalmente os estuários.

A partir desses movimentos, a expansão pastoril no Maranhão permaneceu ocorrendo em a primeira metade do século XIX e boa parte da segunda, atravessando o Tocantins e ocupando os campos do norte de Goiás, entre o Tocantins e o Araguaia e, chegando rumo ao norte, em direção aos vales úmidos dos rios Mearim, Grajaú, Pindaré e Turiaçu, chegando à Amazônia Maranhense. É nesse contexto, que as frentes

pecuaristas alcançam a zona litorânea, ocupando os municípios das Reentrâncias Maranhenses, como é o caso de Cururupu.

Como bem informou Bernardino José de Souza (1958) fica evidente a importância dos carros de boi para a economia brasileira, quando o carro de boi adentra a história do Maranhão e no atual território de Cururupu “cantando”³.

No Maranhão, Souza (1958, p. 498) registrou que os carros de bois foram essenciais no transporte de todos os produtos naturais e agrícolas, como o babaçu, cana, algodão, cereais; mercadorias de toda espécie, de lenha e palha, de materiais de construção, etc. A esse respeito, o autor asseverou:

Carros de bois típicos, puxados por uma só junta, são encontrados: nas cidades do Território do Acre, onde, com o tipo de carroça com caixa, são utilizados nos serviços da limpeza pública; à beira-rio no Amazonas e no Pará, também na ilha de Marajó; em alguns municípios do Maranhão (Soares, 1958, p. 280).

Além disso, Dr. Djalma de Pádua Fortuna registrou a existência de carros de boi com duas e três juntas, especialmente na região amazônica e na porção litorânea do Maranhão (Souza, 1958). Logo, a sua presença no Estado apresenta uma persistência temporal considerável, uma vez que há registros seguros da sua existência desde a fundação da primeira igreja jesuítica, obra de Luís Figueira, iniciada em torno de 1627, no qual mais de 200 carradas de pedras foram levadas por carros de boi, fato que envolveu os moradores em força tarefa com os seus carros e bois para “logo pôr tôda a pedra em riba”, se estendendo até 1940, quando o Departamento de Estatística do Estado registrou nesse ano a existência de 464 veículos automóveis de todos os tipos (Souza, 1958).

OFÍCIO DA MANUFATURA E MODOS DE FAZER

CARROS DE BOI

Os tipos de carros de boi que chegaram ao Brasil nos séculos iniciais da colonização trazem consigo as características do carro de boi romano, denominado *Plaustrum*, com ressalvas as pequenas variações nos acessórios e tipos. Esse veículo é caracterizado pelo carro romano-português de duas rodas cheias, unidas por um eixo de madeira,

³ Sobre o “cantar” dos carros de bois, cita-se Neves (2002, p. 01): “Um detalhe interessante é que o cantar do carro, resultante do atrito do chumaço (mancal de apoio do eixo) com o eixo, é aproveitado para conferir ao carro uma identidade através de uma espécie de afinação da qual resulta cada carro ter um cantar próprio, inconfundível, que permite, a léguas de distância, saber que o fulano está saindo com o carro carregado e em qual direção”.

sobre o qual se colocava um estrado ou mesa para o arranjo da carga, prolongando-o na dianteira um varal ou cabeçalho, a que se atrelavam a junta ou juntas de bois. (Souza, 1958).

Os principais elementos que vincularam diretamente os exemplares brasileiros com o romano são as rodas maciças, eixo móvel de madeira e mesa retangular de chedas e cabeçalho, com chumaços e coções para abraçar de um e outro lado os moentes ou empolgueiras do eixo e, finalmente, o rechino, chiado ou canto que emitia ao rodar o conjunto.

Segundo Aranzadi (1917), os carros “gemedores” ou “cantadores” presentes no Brasil são os mesmos observados na Península Ibérica:

Êste carro, tirado por bois, que se diz "gemedor" ou "cantador" e que os espanhóis denominam "carro cantante" ou "carro chillon" foi o único usado no Brasil colonial, continuando até hoje, com os seus mais típicos caracteres de primitividade, a rodar nos caminhos do sertão, integrando-se-lhe na paisagem a que dá vida, sonoridade e benefício (Arazandi, 1917, p. 17).

Souza (1958) percebeu pequenas modificações desde o tempo da colônia, principalmente algumas variações na estrutura das rodas e a configuração da mesa. As primeiras rodas eram inteiras, feitas de um tronco grosso único, cortadas a um só golpe de serra das árvores maciças, aproveitando-lhes a natural circunferência, abrindo-se lhes grandes furos elípticos, ovais ou redondos, para diminuição do peso. Contudo, com o rareamento das grandes árvores passíveis de construir com uma única peça, as rodas foram sendo substituídas pelas que, sendo também cheias, se compõem de três ou mais peças de madeira ajustadas entre si por peças embutidas e por um aro de ferro chamado cinta, que reforça e conserva o conjunto de peças.

Esse modelo de preenchimento das peças que formam as rodas foi observado no Inventário de Varredura e Conhecimento realizado no município de Cururupu, onde foram registrados eixos e rodas com as peças ajustadas com aro de ferro, identificado na Figura 15.

Além dos condicionantes ambientais que acabaram resultando em mudanças estruturais, a própria atuação dos carreiros no Brasil, ou seja, aqueles artesões de ofício de carpintaria dos carros de boi também resultaram em mudanças através dos tempos, com a experiência dos lavradores, com os conselhos técnicos e até por influências estrangeiras, foram surgindo, aqui e ali, tipos diferentes de carros rurais puxados por bovinos. Essa diferenciação havia de influir na sua própria nomenclatura, ao invés do único nome de carro de bois que secularmente o individualizou, aparecem hoje as designações regionais como *carrêta*, *carretão*, *cambona*, *carroça*, *carroção*, etc. (Souza, 1958).



Figura 15: Eixos e rodas de carros de boi com peças de madeira envoltas em aros de ferro para ligação das peças. **Fonte:** BANDEIRA, 2018.

O Quadro 1, organiza as informações relacionadas com as possíveis variações nos aspectos técnicos e nas composições das peças que formam os veículos. Essas variações têm relações com aspectos regionais e no uso e função.

Quadro 1: Classificação dos Carros de Boi de acordo com os aspectos técnicos

Categoria classificatória geral	Carros de boi que cantam.
	Carros de boi que não cantam.
Quanto ao formato da mesa ou leito	Carros de mesa retangular ou quadrangular, de chedas retilíneas, modelo encontrado em quase todo o país.
	Carros de mesa afilada na dianteira, de chedas arqueadas em ogiva, predominantes em Minas Gerais e zonas de sua influência.
	Carros de mesa em proa triangular, arredondada ou ainda em forma de tampo de viola, de chedas encurvadas na frente para a armação do tamborete, mesinha, almofada ou palmatória, prolongamento elo leito, onde, sentado ou de pé, dirige o carreiro a sua boiada.
Quanto à rodagem (número de rodas)	Carros de duas rodas, os mais comuns e numerosos.

	Carros de quatro rodas, muito menos usados, de várias denominações, segundo as regiões.
Quanto a estrutura das rodas	Carros de rodas maciças, plenas ou cheias, que podem ser inteiriças (hoje raras), isto é, feitas de um só tronco de árvore, cuja ampla circunferência permite a sua modelagem, ou compactas, como é hoje geral, isto é, formadas de várias peças de madeira que se justapõem, unidas entre si por outras perpendiculares embutidas, cintando-as ainda um aro de ferro.
	Carros de rodas radiadas ou carros de raios.
Quanto ao eixo que conjuga as rodas	Carros de eixo móvel, ele madeira.
	Carros de eixo fixo à mesa, de madeira ou de ferro.
Quanto ao tiro ao número de animais	Carros puxados por um só boi, chamados geralmente carroças.
	Carros puxados por dois bois, formando o que se chama uma junta, parelha ou singel.
	Carros puxados por quatro ou mais bois, formando duas, três, quatro e mais juntas.
Quanto à serventia	Carros de transporte de produtos e mercadorias, abertos ou não, com ou sem taipais, com tolda ou sem tolda.
	Carros de transporte de pessoas, como as carretilhas da campanha gaúcha, hoje quase desaparecidas.

Fonte: baseado nas informações de Souza (1958).

Em relação às tipologias dos carros de boi no Brasil, o Quadro 2 sintetiza as informações de acordo com as pesquisas de Souza (1958) e os relatos orais registrados no âmbito do Inventário realizado em Cururupu.

Quadro 2: Classificação dos carros de boi por tipologia

Carros de boi antigos	Veículos formados por chedas e cabeçalho, rodas maciças argoladas e eixo móvel de madeira; a sua venerável antiguidade faz que este nome seja conservado em todo o país; vemo-lo, entretanto, denominado carroção (Guararema, São Paulo) e carretão (Serra Negra, no mesmo Estado).
------------------------------	---

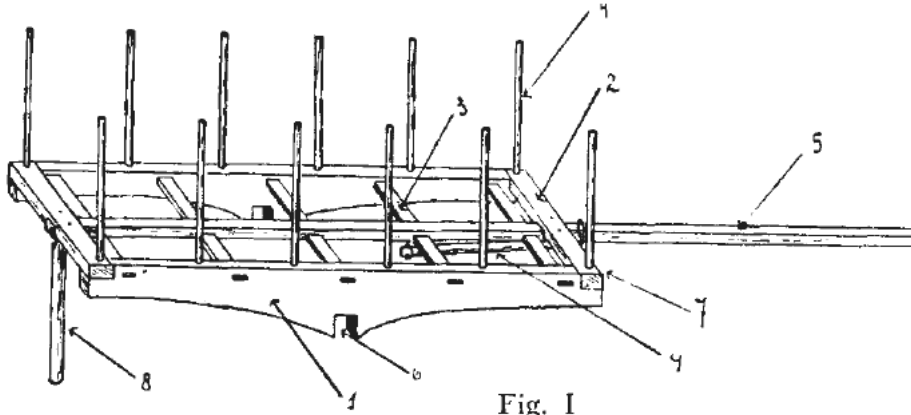
Carro de bois de mio	Veículo modificado com mesa semelhante à do primeiro, mas com rodas radiadas, conjugadas por um eixo fixo à mesa. Este carro, por dizê-lo moderno, é preferentemente usado pelas usinas de açúcar, tomando diferentes nomes, como sejam, cambona na planície campista, carroça de bois ou carroça rural em Sergipe, carrêta em outros Estados.
Carrêta	Nome dado aos carros de boi no Rio Grande do Sul, talvez por influência platina, quer se trate do carro de rodas maciças e eixo móvel de madeira (carrêta portuguesa), quer do carro de rodas radiadas, hoje generalizado em todo o Estado. Por influência gaúcha assim também se chamam no sul de Mato Grosso os veículos tirados por bois.
Carretilha	Espécie de carrêta usada outrora na campanha do Rio Grande do Sul, especialmente construída para a condução das famílias dos estancieiros.
Carretão	Nome dado a dois veículos diferentes, sendo que um é o mesmo carro de bois modificado, de rodas de raios e eixo fixo de ferro e o outro é um carro adaptado ao transporte e madeiras pesadas e compridas.
Carritelo, carritela ou carretela	Tipo de carro pequeno usado em certas zonas de São Paulo, não raro denominando no mesmo Estado um carro de quatro rodas.
Carroça de bois, carroça rural ou carroça	Designativos de vários tipos de carros modificados, de uso em várias regiões.
Carroção	Nome pelo qual se designam em certos Estados carros de tiro especial, ora de duas, ora de quatro rodas de raios e eixo fixo.

Fonte: baseado nas informações de Souza (1958).

Outro aspecto relacionado com as características físicas e tipológicas dos carros de boi são os componentes que formam os veículos. Souza (1958) realizou um inventário profundo desses componentes, bem como a sua serventia. A partir da descrição desse autor, as imagens a

seguir ilustram os componentes, com as referidas referências, apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3: Componentes formadores de um modelo de carros de boi denominado de Carrêto

 Fig. I	Chedas - São duas peças laterais (Fig. I, n.º 1), com 3, 25 metros de comprimento, que, unidas as cadeias e recavéns, formam a chamada "Mesa da carrêta". Essas duas peças recebem todo o peso da carga e descansam diretamente sobre o eixo, ao qual são unidas pelas empulgueras.
Recavéns - São duas travessas resistentes que ligam as extremidades das chedas (Fig. I, n.º 2). Os recavéns são embutidos nas chedas presos pelos fueiros da extremidade (Fig. I, n.º 7).	Cadeias - São cinco travessas, lisas, menos resistentes do que os recavéns, que completam a ligação das chedas (Fig. I, n.º 3).
Fieiros - São doze paus quadrados ou redondos, com mais de um metro de altura, embutidos, em posição vertical, seis em cada cheda, como guardas laterais da mesa da carrêta (Fig. I, n.º 4).	Cabeçalho - É uma peça de seis metros de comprimento e com uma espessura que varia de 14x15 a 15x16 centímetros. O cabeçalho é preso aos recavéns por meio de grampos de ferro com porcas. Na parte que fica junto à mesa da carrêta, o cabeçalho tem cinco furos, por onde passam as cadeias que ligam as chedas (Fig. I, n.º 5).
Muchachos - São dois paus roliços, de, mais ou menos, oitenta centímetros de altura, pendurados por um ponto embaixo dos recavéns e do cabeçalho, que servem para conservar a carrêta em equilíbrio, quando parada, permitindo-lhe a posição horizontal (Fig. I, n.º 8). Quando a carrêta se acha em marcha, os muchachos são suspensos e presos ao cabeçalho por argolas feitas de arame.	Soalho - É feito de quatro tábuas de pinho, de uma polegada de espessura, por trinta centímetros de largura e por 3,25 m de comprimento.

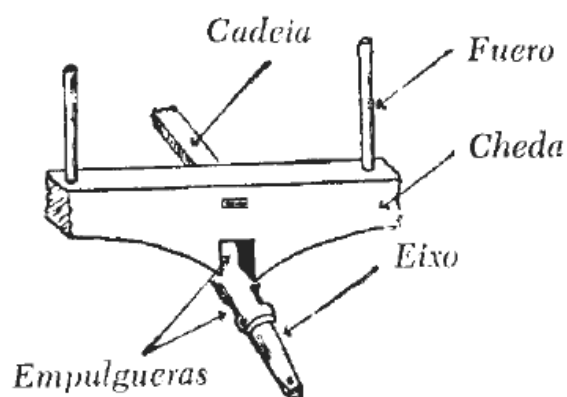


Fig. II

Empulgueras - São dois recortes quadrados, um em cada cheda e dois no eixo, de modo a unirem este às chedas (Fig. I, n.º 6 e Fig. II).

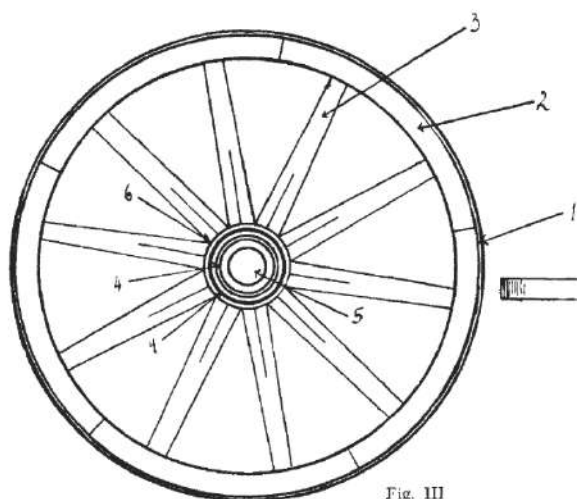


Fig. III

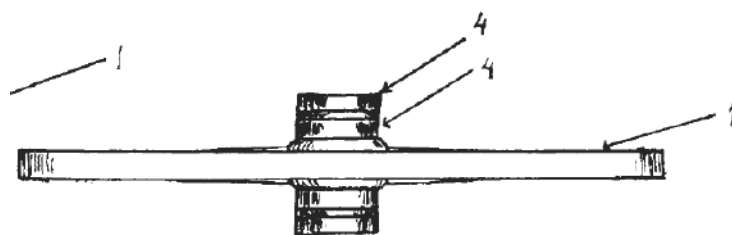


Fig. IV

Rodas - A carrêta tem sempre duas rodas, composta cada uma de uma chapa de ferro (Figs. III e IV, n.º 1), cinco cambotas (Fig. III, n.º 2), dez raios (Fig. III, n.º 3), presos dois em cada cambota, uma maça (Fig. III, n.º 6). Na maça duas ou quatro argolas, argolões de ferro (Figs. III e IV, n.º 4). Esses argolões, bem como as chapas, são colocados quentes. Esfriados, adaptam-se perfeitamente à roda, dando-lhe a consistência e

resistência, comprimindo as suas partes em um todo. No Rio Grande do Sul, não são usadas as rodas de disco, salvo nas "zorras", a que faremos menção mais adiante. O foro central, na maça, chama-se buzina. Quando a buzina aumenta, com o desgaste pelo muito uso, põe-se um enchimento da mesma madeira, que se chama contrabuzina.



Fig. V

Varilha - São duas pequenas chapas de ferro, com cinco centímetros de largura e 1 centímetro de espessura, por, mais ou menos, 82 centímetros de comprimento, colocadas 11m em cada extremidade do eixo (Fig. V). Estas varilhas são colocadas sobre a ponta do eixo, pelo lado de baixo, nas partes que entram na roda, sobressaindo da cheda, para o lado ele dentro, permitindo seja atada juntamente com o eixo à cheda pelo mata-boi. As varilhas, além de serem amarradas ao eixo pelo mata-boi, têm as pontas viradas, de modo a penetrarem na madeira do eixo, oferecendo maior segurança e, portanto, maior resistência às pontas do eixo. A extremidade de fora é embutida junto à abertura da cavilha (Fig. VI).

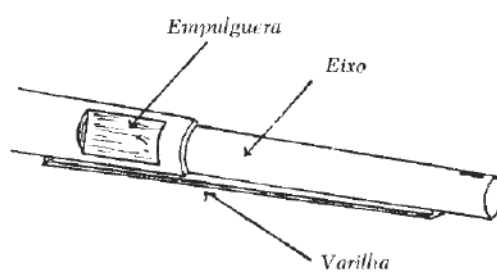
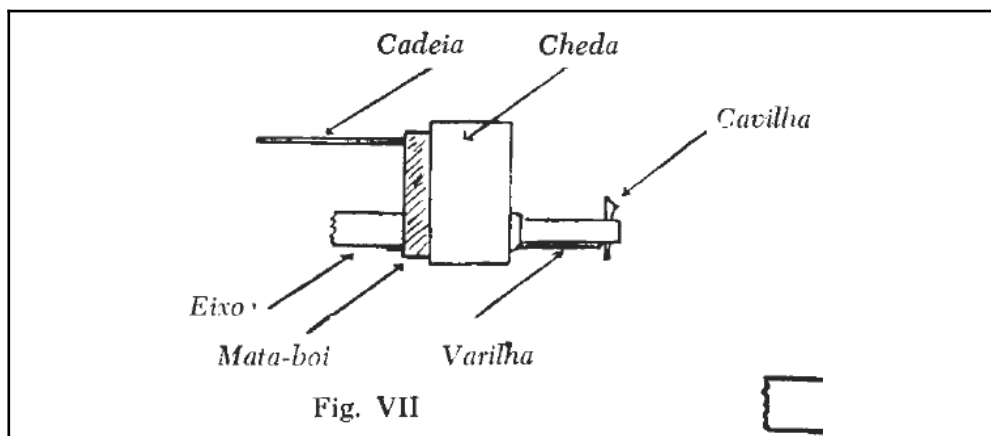
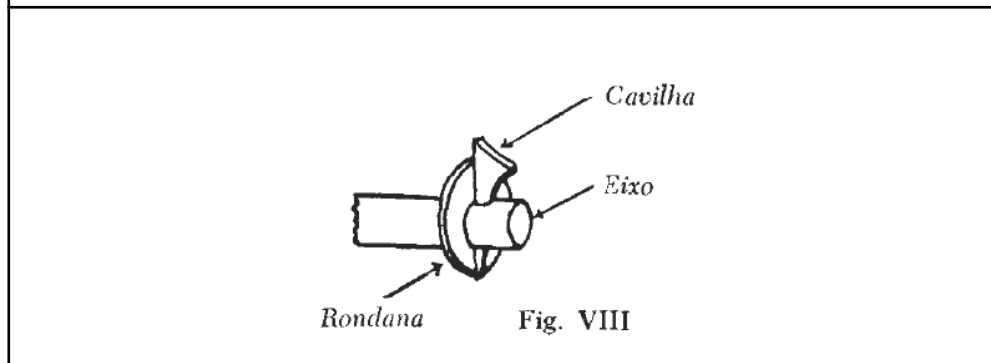


Fig. VI

Eixo - É um pau roliço, de madeira especial, com uma espessura, mais ou menos, de 18 a 20 cm e um comprimento de 2,60 m a 2,65 m. O trabalho feito no eixo é somente o feitio da empulguera, o preparo nas pontas, para receber a roda e a abertura para a cavilha. De resto é falquejado toscamente. O eixo é embutido nas chedas (Fig. I e VI) pela empulguera e depois amarrado à mesa por urna corda chata, bruta.

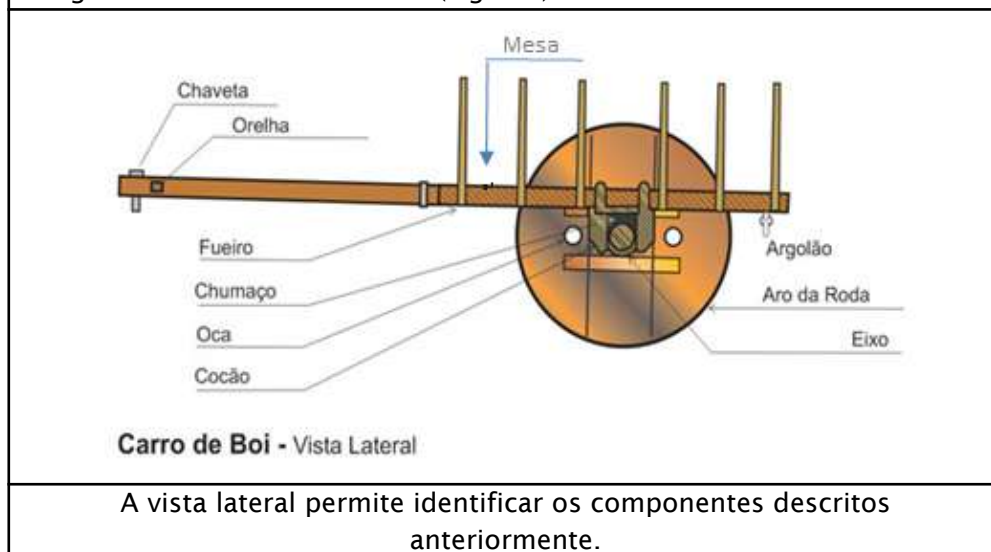


Mata-boi - É uma corda bruta, com cabelos, que serve para amarrar o eixo à mesa da carrêta (Fig. VII). Estas amarrações são feitas na cadeia pelo meio. É usada uma corda chata, bruta, bem molhada, foi fortemente atada e que, depois ele seca, não pode mais ser desatada. O mata-boi, juntamente com o eixo, também prende a ponta da varilha que vai embutida neste mesmo eixo.



Cavilhas - São duas pequenas peças de madeira, que fazem o papel de pinos, para segurarem a roda (Fig. VIII).

Rondanas - São argolões chatos, de ferro, idênticos a arruelas, que, juntamente com as cavilhas, prendem a roda e servem para evitar o desgaste desta contra a cavilha (Fig. VIII).



Fonte: baseado nas informações de Souza (1958).

Para cada peça e componente um tipo de madeira é a mais apropriada. Entre erros e acertos, os mestres carreiros reconhecem que as seguintes madeiras são as mais adequadas:

a) Cabriúva - Para as chedas, cadeias, recavéns e cabeçalho; b) Ipê - Para os rodados; c) Guajuvira - Para as cavilhas; d) Angico - Para rodados e cavilhas; e) Batinga - Para os eixos.

O INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (INRC) DOS CARROS DE BOI DE CURURUPU

Com a conclusão da pesquisa bibliográfica e documental, partiu-se para as atividades de campo, na qual foram utilizadas as Fichas do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), desenvolvidas pelo IPHAN com o objetivo de se construir um inventário de conhecimento acerca dos carros de boi de Cururupu, Maranhão, enquanto uma referência cultural do município.

Para Londres (2000), a expressão “referência cultural” tem sido utilizada sobretudo em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Essa perspectiva plural “descentrar” os critérios, considerados objetivos, porque fundados em saberes considerados legítimos, sobretudo que estejam associados à história, memória, cultura e identidade das diferentes matrizes étnicas formadoras do Brasil.

Inventariar significa também encontrar, tornar conhecido, identificar. Descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação. Portanto, ele exige uma rigorosa pesquisa, organização e sistematização das informações obtidas, que deve seguir as fases de desenvolvimento de uma pesquisa científica.

Logo, o INRC foi desenvolvido pelo IPHAN como uma ferramenta metodológica e instrumento de acautelamento, conhecimento e gestão dos bens históricos e culturais, que objetiva identificar e pesquisar um tema ou determinada região. Atua como um mapeamento abrangente, cujo objetivo final é a salvaguarda e proteção.

De acordo com o IPHAN (2000), os Inventários são instrumentos de preservação que buscam identificar as diversas manifestações culturais e bens de interesse de preservação, de natureza imaterial e material. O principal objetivo é compor um banco de dados que possibilite a valorização e a salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial. A realização de um Inventário depende de que se definam de antemão e se tipifiquem as ocorrências concretas que serão consideradas pertinentes.

A metodologia do INRC prevê três etapas, que correspondem a níveis sucessivos de aproximação com o saber inventariado:

1. Levantamento preliminar;
2. Identificação;
3. Documentação.

Na pesquisa em questão, foi feito o levantamento preliminar e identificação, sendo que a documentação foi recomendada para uma etapa futura para fins de registro e reconhecimento do Carro de Boi de Cururupu como patrimônio imaterial do Maranhão.

Não obstante, o Inventário avançou no aprofundamento de uma das categorias que compõem o INRC, a saber, os Ofícios e Modos de Fazer relacionados com o carro de boi. A mesma aglutina outras referências culturais, visto que está integrada por atividades desenvolvidas por atores sociais (especialistas), que no caso em análise são os carreiros, que são reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identificam um grupo social reconhecidamente conhecedores da manufaturam carros de boi, no município de Cururupu, Maranhão por meio da produção artesanal de objetos e à prestação de serviços que tenham sentidos práticos de seus artífices e mantenedores.

Em relação aos resultados, o recorte territorial considerou os limites administrativos do município de Cururupu, situado no Maranhão, na porção do Litoral Ocidental, na região denominada de Reentrâncias Maranhenses, na Microrregião da Baixada Maranhense (Figura 16). Segundo o IBGE, o município apresentou em 2022 uma população estimada em 31.558 habitantes, com densidade demográfica de 25,09 habitante por quilômetro quadrado (IBGE, 2022).



Figura 16: Localização do município de Cururupu – Maranhão. **Fonte:** Google maps, 2023.

Economicamente, apresenta PIB per capita de R\$ 8.126,40, ocupando a 5422ª colocação no Brasil e 145ª colocação no Maranhão, e

apenas a 9ª posição na região da Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhense, sendo considerado um município fortemente dependente de recursos públicos, com a economia circulante voltada para pesca, extrativismo e agricultura familiar (IBGE, 2021). É uma cidade onde a economia é bastante ligada à produção rural agrícola, focada no plantio de mandioca em larga escala para venda e de subsistência e, principalmente, na pesca, que representa aproximadamente 70% da economia de Cururupu (IMESC, 2012).

O território da atual cidade de Cururupu era ancestralmente ocupado por populações indígenas da etnia Tupinambá, cujo cacique “Cabelo de Velha”, apelidado de Cururupu, deu origem ao nome da localidade. Entre 1816 e 1835, os indígenas, que escaparam ao massacre de Bento Maciel Parente, abandonaram as suas terras pela impossibilidade de convivência pacífica. A partir daí os portugueses, advindos da Vila de Guimarães, começaram a povoar a região, iniciando-se o ciclo dos engenhos e fazendas, nas quais eram produzidas açúcar, rapadura, cachaça, além de farinha e carne bovina, que eram complementados pelo extrativismo vegetal e produção de pescado seco. Logo, a cidade cresce em função do ancoradouro natural no estuário do rio Cururupu, no qual inúmeros engenhos, que se utilizavam de mão de obra escrava africana, escoavam a produção da cana-de-açúcar

Cururupu ainda mantém o traçado urbano do período colonial, com ruas planejadas e casas, e um centro histórico que ainda apresenta edificações em estilo colonial português, com a presença de sobrados e meias moradas, como o prédio da Prefeitura Municipal e o conjunto arquitetônico colonial da praça João Vieira (TROVÃO, 2000, 2021).

OS MESTRES CARREIROS: DETENTORES DOS OFÍCIOS E MODOS DE FAZER DOS CARROS DE BOI

A primeira etapa de campo consistiu na visitação dos mestres carreiros no sentido de realizar uma mobilização prévia em torno da pesquisa que estaria sendo realizada. Nesta etapa preliminar as oficinas dos carreiros foram mapeadas, e foi aplicada a amostragem de *snowball*, na qual um mestre carreiro indicava um outro até chegar à saturação. Neste caso, priorizamos trabalhar com os mais citados entre eles, no sentido de identificar os principais mestres carreiros (Figuras 17 e 18).



Figura 17: Entrevista realizada com dois mestres carreiros na Oficina de trabalho. **Fonte:** Autores, 2018.



Figura 18: Oficina de manufatura do Carreiro 1, na qual são visíveis algumas peças de madeira, uma roda, e outros elementos. **Fonte:** Autores, 2018.

A entrevista foi realizada com dois mestres carreiros, que serão denominados de Carreiro 1, com 69 anos, em 2018; e Carreiro 2, com 49 anos, em 2021, dentre os temas abordados destacam-se o conhecimento voltado para produção de carros de boi, a manutenção da tradição e o

festejo anual com o desfile de carros de boi em Cururupu (Figuras 19, 20 e 21).



Figura 19: Interior do Galpão na casa do Carreiro 1. **Fonte:** autoria própria, 2018.



Figura 20: Madeiras para fabricação e um carro de boi ao fundo. **Fonte:** autoria própria, 2018.



Figura 21: carro de boi em fase de manufatura. **Fonte:** autoria própria, 2018.

A entrevista foi iniciada com o Carreiro 1, a partir de seu relato sobre as dificuldades envolvidas na manufatura de carros de boi.

INRC: Gostaria que o senhor falasse de como se fabrica um carro de boi.

Carreiro 1: é mais difícil agora porque na época passada tinha muita madeira boa de fazer o carro de boi que hoje não tem mais, né? Tinha uma propriedade ali chamada “Aliança” que eu não se te explicar de quem é...Tinha muito material bom de carro de boi, siow... Tinha o Pau D’arco, Pequí, “Tatāju” (ou Tatajuba) que hoje em dia não se encontram mais, você pega aí numa moto e entra por essa estrada aí e não encontra mais nada pra cá.

INRC: para o senhor, por que não encontra mais com facilidade?

Carreiro 1: tá tudo desmatado. É.

INRC: Compreendi. Então quer dizer que tá ficando difícil né, está se perdendo a prática aqui. Fui ali com seu Pedrinho que faz carro de boi, mas ele já tá muito idoso, meio doente [interrompido]

Carreiro 1: sim, eu fazia com ele...Aprendi com ele. Acho que por aqui por perto tem só eu mesmo, alguns que trabalhavam com carros de boi não fazem mais. Tinha um ali que trabalhava comigo, mas material não tem. Mas esse roubo de gado influenciou muito, fez pausar...

Carreiro 1: Por causa do roubo de gado, né? Tanto que no último festejo já tinha menos pessoas, perto dos outros

Sobre a existência dos carros de boi em Cururupu, o Carreiro 2 respondeu:

INRC: Bom dia, Gostaria de saber do seu ofício de fazedor de carro de boi. O que o senhor pode me contar sobre?

Carreiro 2: Olha, eu ajeito por aí, Paraíso, outros lugares, em Rio Branco que eles têm um carro lá e eu vou lá ajeitar na casa deles. Porque outros que fazem aqui, ajeitam, não vão mais. Mas não tenho carro de bois, já tive.

INRC: Qual o motivo do senhor não ter um carro de boi?

Carreiro 2: Porque tem muito roubo de gado por aqui, e também não tenho tempo de cuidar por causa do meu trabalho. Era só pra mim passear, mas nem com o boi eu ia pro festival porque eu gosto de tambor de crioula. Gostava muito. Minha família tinha muito, mas ninguém tem mais. [pausa longa]. Ter carro de boi tá caro, até mesmo ter o boi. É muito custoso treinar os bois, e depois de manso é visado por ladrão. Leva facinho pela corda.

Conforme narrado por ambos, poucos são os mestres carreiros que permanecem envolvidos com a manufatura de carros de bois em Cururupu, por motivos variados, como a problemas de saúde, idade avançada, dificuldades na obtenção de matérias-primas, especialmente a madeira, e um aspecto que chamou a atenção, que é o roubo dos animais, especialmente dos “bois cavalos”, que puxam os carros de bois.

Soma-se a tudo isso, a falta de tempo e dedicação para o treinamento dos bois, é necessário que os bois sejam envolvidos desde filhotes, para que possam ser amansados treinados e que aceitem os ornamentos para o desfile. São bois bastante ligados à família. Como informou o Carreiro 2: “tem que ter dois bois treinados, manso, desde pequenos, só boi macho, dois bois macho. O boi tem que ser domesticado na corda, domando [...]”.

As perguntas sobre o conhecimento foram retomadas, no sentido de avançar mais nos saberes e fazeres envolvidos na manufatura dos carros de boi:

INCR: Fale das etapas de feitura de um carro de boi. Começa com busca da madeira? O que se faz primeiro? (Figura 22).

Carreiro 2: A primeira coisa é fazer a mesa. Comprava um pau de 5 metros pra fazer o cabeçalho e a guia dele. Depois comprava um pau de dois metro e vinte pra fazer a lateral dele, que a gente diz “xeda”. Aí tem outro material mais curto, como reia e o assoalho. Mas o mais difícil a ser feito é o primeiro, a mesa, porque tem mais arremates e sustenta tudo (Figura 23).

INRC: e no Boi, o que vai no pescoço do boi?

Carreiro 2: A canga! Tem mais ou menos um metro e dez da peça da madeira (Figura 24).

INRC: aí vem a roda? Como faz a roda?

Carreiro 2: A roda não é mais de uma peça só. Faz ela de “piqui”. Essa é a mais fácil de fazer. Com um metro e trinta, da roda (Figura 25).

INRC: e aquele arco de ferro que segura as peças da roda, como que faz? Como é o nome dele?

Carreiro 2: rapaz...[pausa]...Num me a lembro, mas é com metro de chapa.

INRC: E como que faz pra botar a roda naquele arco?

Carreiro 2: é o contrário: bota o arco na roda e a gente tira a medida da roda, em volta dela com uma fita, certinho, depois corta. Da roda vai tirar a medida por dentro do arco. Do arco a gente tira diminuindo uma polegada e meia e coloca o arco no fogo que maleia, amolece e encaixa na madeira.

INRC: e bota ele quente na roda? E depois joga água? E não sai com o tempo?

Carreiro 2: isso, aí ele vai fechando quando vai ficando frio. A madeira sai com o tempo se tiver seca. Mas leva tempo de sair, é assim que faz, tira a medida primeiro da roda, depois da roda no arco e tira uma polegada e meia. O arco tem que ser menor e coloca no fogo pra amolecer. Se a madeira soltar com um tempo de uso, é só ajeitar, ou trocar a madeira ou o ferro da roda.

INRC: Compreendi. O que que faz a zoadinha do carro de boi, que se chama “canto” ou “xiado”?

Carreiro 2: tem o eixo dele que sai das duas rodas né? É um pau chamado eixo que liga as duas rodas, e na “xeda” é um localzinho que fica em baixo da xeda e em cima do eixo, que a gente chama de Soleira, é aquilo que faz ele ranjir, uma madeira mais mole. Quanto mais mole, mas xia, e quando a estrada tem buraco, aí que faz barulho.

INRC: essa zoadinha tem alguma influência ou é só mesmo por... [interrompido]

Carreiro 2: tem influência demais, porque distrai o animal é um assunto melhor pro animal trabalhar, pra gente também é alegria, avisa quando tá chegando gente, tem gente cochila com o xiado.

INRC: E o festejo de carros de bois? As indumentárias do carro de boi, como eles caracterizam, é aleatório ou tem alguma coisa da roça...Como funciona?

Carreiro 2: Eles usam a estratégia de homenagear... como posso dizer... Vamo dizer que é a cultura da lavoura né. Vem todo o material da lavoura em cima do carro, tem o forno, tem a mandioca, tem rodo, tem enxada, tem tipiti, tem farinha, tem peixe seco...Tem tudo isso mesmo que pequeno, pra homenagear o povo da roça de onde vem os carros de boi.



Figura 22: Presidente da associação do quilombo Rio de Pedra explicando sobre o Carro de Boi. **Fonte:** autoria própria, 2018.



Figura 23: Roda em Produção. **Fonte:** autoria própria, 2018.



Figura 24: Canga de prender os bois. **Fonte:** autoria própria, 2018.



Figura 25: Roda de Carroças para futuros reparos. **Fonte:** autoria própria, 2018.

Sobre o festival dos carros de bois de Cururupu, a entrevista com o Carreiro 1 também demonstrou um saudosismo e as dificuldades de manter a tradição anual do encontro, principalmente no período da Pandemia da COVID – 19⁴, em decorrência das restrições de contato em pessoas e o isolamento social dos mestres de carros de boi.

Rapidamente, a entrevista caminhou para comparações entre diferentes edições do festival:

INCR: Poderia falar do festival de carros de boi de Cururupu. Como está sendo a retomada dos desfiles?

Carreiro 1: Deu pouca. No primeiro ano deu muita, “muuuita” gente mesmo, dos interior tudo que não tinha lugar... Segundo ano a mesma coisa, e tinha a disputa do carro mais bonito, boi mais bonito, do boi maior, ninguém disputava a sério, era só alegria pra apresentar o boi mais bonito, ninguém se desentendia. Esse ano que você disse aí agora, em 2019, eu fiz dois carros ali, um carro de Vasco e outro aí, de Chico e de Bolinha. É pra apresentar a sua cultura, sua beleza, sua vontade, um esporte. Mas acabou porque ninguém pode deixar animal

⁴ A pandemia global do Corona Vírus, que impactou a humanidade, entre 2020 e 2022 teve fortes repercussões nas fases mais importantes da pesquisa, sobretudo em relação as perdas familiares de um dos autores, e de familiares de alguns interlocutores em Cururupu. Logo, a finalização das atividades e a sua ampla divulgação têm sido uma justa homenagem às vítimas da COVID – 19.

grande por aqui. E gado gordo e manso é pro desfile, só que é o que os bandidos querem, que dá de levar tranquilo. Tinha um senhor bem aí perto da serraria que tinha quatro, levaram todos, deixaram nenhum. Veio um senhor aí um dia e pediu pra mim fazer aí, mas achei o material um pouco difícil de comprar: “cinco mil o carro pra fazer”, mas eu fiquei com medo de pegar o valor e não encontrar o material, aí disse primeiro pra ele pegar o material, e nem vem mais. Agora só remendo mesmo...

INRC: Certo... e antigamente qual era a faixa de valor pra fazer um carro de boi?

Carreiro 1: Dois mil reais, Dois e quinhentos... Agora só que o material tá muito caro. Tem peça que era 80 reais uma barra de seis metro. Hoje tá três mil reais pra um lado, pra dois dá 600. Como que vou pagar? Eu mesmo não tenho. Só já vindo contratado e comprado.

O ENCONTRO ANUAL DE CARROS DE BOIS DE CURURUPU

Em decorrência dos entrevistados terem mencionado o Encontro dos Carros de Boi de Cururupu (Figura 26), compreendeu-se que essa celebração também está associada fortemente aos modos de fazer carros de boi, e é nela que esse saber cultural ganha audiência, tanto para os cururupuenses, como também para os visitantes.

O festejo ocorre anualmente, entre a segunda e a terceira semana de novembro, sendo formado por um cortejo que atravessa vários pontos da cidade e se encerra na Praça de São Benedito, em frente à Igreja devotada a este santo. Atualmente, o Festejo é organizado pelo Instituto Negro Cosme e a Associação da Comunidade Quilombola de Rio das Pedras e com o apoio da municipalidade.



Figura 26: Material de divulgação do X Encontro de Carros de Bois de Cururupu, ocorrido em 2018, organizado pelo Associação de Remanescentes de Quilombos da Comunidade de Rio de Pedras. **Fonte:** Prefeitura Municipal de Cururupu.

O evento já é considerado pelo SEBRAE - Maranhão uma fonte renda no período da festa que também vem fomentando o turismo cultural e de base comunitária desenvolvimento econômico e cultural local pela mobilização e como atração do público de outras cidades.

Logo, o Inventário desdobrou-se para documentar as festividades do ano de 2019, que também envolve várias comunidades rurais, tanto quilombolas, como campesinas, além da população da sede do município. Para tanto, foi realizada uma terceira entrevista com o então presidente da Associação da Comunidade Quilombola de Rio das Pedras, denominado de Carreiro 3.

Segundo o organizador do Festival, em entrevista feita por mensagem de aplicativo de celular, o Carreiro 3 informa:

O ajuntamento de carros de boi com desfile e tudo, começou e, 2007 e 2008, com somente de 30 carros. Cresceu demais e em 2018 contamos mais de 100 carros de Bois participando do evento...Muitos carros enfeitados com bandeira de time, coisas da africana, misturando as histórias das famílias. Eles passaram pela cidade com muita alegria O festejo dura dois dias. No primeiro dia, num sábado à noite, há uma missa na igreja mais tradicional da região, a igreja de São Benedito, em que se celebra a tradição, havendo apresentações artísticas com coreografias africanas e comidas típicas para receber os participantes e turistas que podem presenciar alguns tambores de crioula e festejos de reggae entre uma barraca e outra. Já no dia seguinte, sempre no domingo

pela manhã, na alvorada, os carreiros se reúnem e saem em cortejo pelos bairros Areia Branca e Rodagem, onde ocorre um café da manhã, quando os carreiros vão em parilha de bois e os carros que carregam pessoas e produtos da agricultura familiar, fazendo os carros de bois “cantarem”, anunciando que a festa prossegue e os brincantes estão ali para demonstrar que o passado está sendo, além de revisitado, comemorado. São as rodas dos carros de boi, feitas de madeira e revestidas por uma camada de aço, que em contato com o solo ocasionado fricção, produzem um som inconfundível que pode ser ouvido à muitos metros de distância de onde estão passando. É nesse canto e ato que o passado está sendo chamado a visitar o presente.

O ponto alto da festa ocorre quando o locutor da festa em um carro de som em frente ao palco montado em frente à Igreja de São Benedito anuncia cada carro participante, pronunciando nome e sobrenome do respectivo carreiro e o nome dos seus bois. Em cada pronunciamento ocorre uma aclamação pública, com gritos, palmas, assobios. Os preparativos do cortejo consistem em preparar as parilhas de boi e decorar os carros de diferentes maneiras (Figuras 27 e 28).



Figura 27: Boiadeiro e Bois no cortejo. **Fonte:** Autores, 2019.



Figura 28: Registro do Cortejo. **Fonte:** Autores, 2019.

Após a nomeação, a festa se transmuta para o palco, onde ocorrem as premiações para os carros de bois que chegam do cortejo. Segue a etapa de premiação, na qual os jurados avaliam vários quesitos como a melhor ornamentação, o carro de boi mais original, o mais animado e o que apresenta maior zunido (Figuras 29, 30 e 31).



Figura 29: Cortejo saindo da zona rural de Cururupu. **Fonte:** Autores, 2019.



Figura 30: Carro homenageando o time do Vasco, adentrando à sede de Cururupu. **Fonte:** Autores, 2019.



Figura 31: Carros de Boi decorados atravessando as ruas de Cururupu.

Fonte: Autores, 2019.

No festival de 2019 foi concedido um certificado para todos os carreiros, independentemente do mesmo ter sido premiado, com o objetivo de estimular à participação anual dos envolvidos (Figura 32).



Figura 32: Banner informando sobre o Festejo. **Fonte:** autoria própria, 2019.

Ainda sobre os festivais, Dona Nazaré, uma das organizadoras do Festival de 2017, em entrevista ao Portal “ICururupu” (2017), comentou:

Os carros de boi são parte da história do povo negro do Maranhão e mais do que instrumentos de trabalho, são uma tradição que deve ser festejada e incentivada para que se preserve as memórias do povo quilombola dessa região”⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme documentado nesse artigo, tanto nas entrevistas realizadas com os mestres artífices, como os organizadores dos festivais de carros de boi, os modos de fazer, saberes e festividades em torno dessa referência cultural, apesar das dificuldades da manutenção dessas tradições sustentam a ideia de manutenção dos suportes de memória e história, além de fortalecer as identidades e culturas locais, evocando afetividade, compromisso, devoção e fé.

Tratar os carros de bois não apenas pelo viés reducionista do artefato em si, mas como um sistema formado por diferentes aspectos, como ancestralidade, ofício, saber fazer, domínio da técnica, transferência de conhecimento, adaptações e ressignificações, celebrações e valor simbólico, é essencial para compreender o processo de transformação de um meio de transporte, que, aparentemente encontra-se fora do seu tempo, em referência cultural local.

O advento dos veículos motorizados, a facilidade em se adquirir uma motocicleta, os diferentes tempos e espaços geracionais, a dificuldade da aquisição de matérias-primas e o alto valor da madeira são aspectos que pontuam as falas dos interlocutores no sentido de entender o quão custoso é manter a manufatura dos carros de bois. Custo que não se reduz ao financeiro, mas sobretudo, em decorrência dos choques de tempo; o passado e o presente, a memória que permanece e a memória que se foi.

A esse respeito, Certeau (1994) afirmou que a memória é o anti-museu, justamente porque esta não é localizável, ou seja, não se dá ao luxo de ser e estar num só lugar, fixada e imutável, onde recai sempre as mesmas interpretações históricas e valores de determinada sociedade, como se ela própria não se metamorfoseia ou translada-se. A própria ideia da tradição já é vista como reinvenção que em algo permanece, mas mudando.

Conforme pontuou Machado (2006), a festa de carro de bois, ao representar esteticamente um passado por meio de relíquias culturais, compõe um relato tecido de histórias perdidas, de gestos opacos, recriando não mais o real vivido, mas um conjunto simbólico que, articulado às experiências do cotidiano agrário, produz a comemoração

⁵Para conferir a matéria completa ver: <https://icururupu.com.br/cultura-e-tradicao-no-ix-encontro-de-carro-de-boi-em-cururupu/>

como um anti-texto à racionalidade do mercado e das relações sociais do capitalismo moderno.

A elaboração das etapas iniciais do INRC corroborou com as interpretações de Machado (1996), pois registros realizados apontam que os carros de boi mesmo com toda a sua centralidade para o modo de vida das pessoas de Cururupu, faz referência a um passado, que reluta e conflita com a estética dominante do presente, marcado pelo esquecimento e marginalização dos suportes de memória não hegemônicos em nome do futuro em que mora um suposto progresso.

Por meio do INRC foi possível perceber que Cururupu preserva o seu passado quando escolhe visitá-lo pelos “caminhos dos carros de bois” transformando um artefato cotidiano em uma referência cultural, tornando-os suportes da memória ao mesmo tempo que torna a memória um suporte da história.

Neste contexto, história, cultura, memória e identidade exaltam uma relação profunda contidas em todos os aspectos da vida que se relacionam com a produção artesanal dos carros de boi em Cururupu por meio de permanências e descontinuidades, singularidades e pluralidades que marcam o modo de vida local. Logo os ofícios, saberes e celebrações em torno do carro de boi para além da produção de conhecimento necessita de incentivo por meio de políticas públicas específicas a fim de que não se transforme em futura memória que sobrevive sem a produção artesanal. É imperativo sua salvaguarda e seu reconhecimento, diante do que aqui expomos, como patrimônio cultural imaterial e de Cururupu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos do povoamento do Brasil**. Ed. Itatiaia, SP, 1989.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas**. Biblioteca virtual do estudante brasileiro, 1958. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=1737> Acesso em: 13 set. 2021.

ARANZADI, Telesforo de, 1860-1945. **Etnografía**. Villanueva: Biblioteca Corona, 1917.

BARBOSA, R. R. Tempos e movimentos: uma breve digressão cultural dos carros de bois no território goiano. **Ciência Geográfica**, Bauru – XVIII, Vol. XVIII (1): Janeiro/Dezembro, 2014. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/mirante/article/view/3178>>. Acessado em: 13 set. 2021.

CABRAL, Maria Socorro C. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**, 2ª ed. São Luís: EDUFMA, 2008.

CHILDE, Vere Gordon. **A Evolução Cultural do Homem**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1975.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Rentato. **Uma breve História do Brasil**. 2ª ed., Editora: Crítica, SP, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções e capítulos da expansão paulista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Enciclopédia dos Municípios Maranhenses**: microrregião geográfica do Litoral Ocidental Maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. – São Luís: IMESC, 2012. Disponível em: <<http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/show/enciclopedia-dos-municipios>>. Acesso em: 13 set. 2021.

IBGE. Cidades. Censo 2021. Disponível em: www.ibge.br

IPHAN. **Referências culturais**: base para novas políticas de patrimônio. Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

ICururupu. Disponível em:

<https://icururupu.com.br/cultura-e-tradicao-no-ix-encontro-de-carro-de-boi-em-cururupu/>

LONDRES, Cecília. **Referências culturais**: base para novas políticas de patrimônio. Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

LOWIE, Robert. **The Origin of the State**. By Robert H. Lowie. (New York: Harcourt, Brace and Company. 1927. Pp. viii, 117.) - Volume 22 Issue 1.

MACHADO, M.C.T. (Re)significações culturais no mundo rural mineiro: o carro de boi do trabalho ao festar (1950-2000). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 25-45, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/t3VRYK9NvtNsBtkmsQjKQvC/?lang=pt>> Acessado em: 15 ago. 2021.

NEVES, Serrano. **O carro de bois de Goiás**. 2002. Disponível em <<http://www.serrano.neves.nom.br>>. Acesso em 20 maio. 2010.

NOGUEIRA, Wilson Cavalcanti. **Mestre carreiro**. 2. ed. Goiânia, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa[S.l: s.n.], 1999. Disponível em: < <https://repositorio.usp.br/item/001130647>> Acesso em: 13 set. 2021.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/biblio:souza-1581-tratado>> Acesso em: 1 set. 2021.

SOUZA, Bernardino José de. **Ciclo do Carro de Bois no Brasil**. Edição comemorativa do 30º aniversário de fundação da Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1958.

TROVÃO, José Ribamar. **Relatório preliminar do Litoral Ocidental**. São Luís: UFMA, 2000.

TROVÃO, José Ribamar. **O Processo de Ocupação do Território Maranhense**. São Luís: IMESC, 2008. Disponível em: <<http://imesc.ma.gov.br/porta/Post/view/24/109>> Acesso em: 13 set. 2021.

TROVÃO, José Ribamar. **Atlas Escolar Maranhão**. Antonio Cordeiro Feitosa; Grafset; Atlas Geográfico, FAE MEC; 2008.

Manoel Fagno Aviz¹

Dídac Santos-Fita²

A ATIVIDADE DE PESCA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO JACAREQUARA, NORDESTE DO PARÁ, AMAZÔNIA ORIENTAL

FISHING IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF JACAREQUARA, NORTHEASTERN PARÁ, EASTERN AMAZON

¹ Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (Ineaf), Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil.

² Dept. d'Antropologia Social i Cultural, Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), Bellaterra (Cerdanyola del Vallès), Barcelona, Espanha. Autor de correspondência: dsantofi@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa o conhecimento ecológico tradicional da comunidade quilombola do Jacarequara de modo a caracterizar aspectos bioculturais nas práticas de uso e manejo na atividade de pesca. Dentro de uma perspectiva etnozoológica e etnoecológica, utilizou-se o método etnográfico para captar dados qualitativos e quantitativos por meio da observação participante, diferentes tipos de entrevistas e listas livres. Os dados revelam que a pesca é fundamental na subsistência dessas famílias, exibindo uma complexidade de saberes e práticas na utilização de 23 apetrechos em 17 estratégias de pesca, elementos essenciais na compreensão de aspectos sociais e bioecológicos que influenciam na efetividade da captura e na manutenção do estoque pesqueiro. Assim como a identificação de fatores climáticos e hidrológicos associados às escolhas das estratégias de pesca em caráter sazonal, como a malhadeira e a tarrafa. O conhecimento etnoictiológico dos moradores mostra-se indispensável na ocupação de lacunas referentes ao manejo de recurso pesqueiro desta região, o que evidencia a importância de se considerar esta parcela da população na elaboração de planos de manejo pesqueiro para a bacia do rio Guamá.

PALAVRAS-CHAVE: Etnozoologia; pesca artesanal; artes de pesca; uso e manejo dos recursos naturais; quilombo.

ABSTRACT

This article analyses the traditional ecological knowledge of the quilombola community of Jacarequara in order to characterize the biocultural aspects in the practices of use and management of fishing activities. From an ethnozoological and ethnoecological perspective, the ethnographic method was used to capture qualitative and quantitative data through participant observation, different types of interviews and free lists. The data reveals that fishing is of fundamental importance to the subsistence of these families, displaying a complexity of knowledge and practices in the use of 23 tools in 17 fishing strategies, essential elements in understanding the social and bio-ecological aspects that influence the effectiveness of the catch and the maintenance of the fishing stock. As well as the identification of climatic and hydrological factors linked with the choices of seasonal fishing strategies, such as the gillnet and the tarrafa. The wide-ranging ethno-ichthyological knowledge of the residents is indispensable in filling gaps in the management of this region's fishing resources, which highlights the importance of taking this section of the population into account when drawing up fishing management plans for the Guamá River basin.

KEY WORDS: Ethnozoology; artisanal fishing; fishing gear; use and management of natural resources; Quilombo.

INTRODUÇÃO

A relação entre a subsistência de populações humanas com os recursos aquáticos está evidenciada em diferentes dados arqueológicos, históricos e etnográficos. Ao longo do tempo foram sendo construídos uma série de conhecimentos relacionados às espécies pescadas, sobre comportamento, reprodução, hábitat e ecologia trófica (Gilmore, 1986; Silvano, 2004), que são empregados em inúmeras estratégias e ferramentas que constituem uma das atividades mais antiga exercida já desde o período anterior ao Neolítico, isto é, a pesca (Diegues, 2004; Alves, 2012).

Este conjunto de saberes encontra na figura do pescador tradicional seu lócus de construção através da inter-relação entre este ator social e os elementos do mundo natural, enfaticamente, os animais classificados como “peixes” (Arruda et al., 2018). A pesca como uma atividade que transpassa o mero ato de pescar, se incorpora em um universo simbólico onde práticas e crenças atuam em conjunto no saber-fazer do pescador, o qual detém o conhecimento acerca dos rios, igarapés e outros corpos d’água (Begossi, 2004; Diegues, 2004). Assim, a integração entre cotidiano, conhecimento ecológico local e sistemas de crenças torna-se observável através dos tabus, regras e rituais existentes em torno dessa atividade e seu ambiente social e físico (Barboza et al., 2014; Barros, 2019), o que possibilita a existência de hábitos e preferências direcionados tanto à alimentação quanto à própria execução da pescaria.

As comunidades que utilizam a pesca como prática de acesso aos recursos, possuem suas próprias organizações no que diz respeito à socioeconomia local, o que reflete em como o recurso será empregado (Diegues, 2004). Nesta perspectiva, a pesca em comunidades tradicionais amazônicas possui um conjunto de relações sociais existentes que se estende desde o próprio ato de pescar, perpassa o tratamento e preparo do peixe até o compartilhamento ou venda do excedente (Silvano, 2004). E ao contrário da pesca comercial ou industrial que considera esta relação direcionada apenas ao lucro mercadológico, esta comercialização presente na pesca artesanal é, sobretudo, voltada à subsistência do grupo familiar, levando-se em conta apenas o uso ou realização de práticas de troca de produtos (Diegues, 2004).

A imensa riqueza biológica amazônica é coexistente de uma grande diversidade sociocultural, evidenciada em uma bioculturalidade resultante dos conhecimentos e práticas que os povos indígenas e comunidades tradicionais utilizam na construção de seus modos de vida, manejando e transformando elementos da natureza de seus territórios na reafirmação de sua territorialidade e reprodução social (Castro, 1997; Diegues et al., 2000; O’Dwyer, 2002). Diante dessa riqueza biocultural, ainda se observa a existência de lacunas no conhecimento referente às comunidades tradicionais, em especial aos quilombolas no nordeste do Pará. Aliada à alta diversidade da ictiofauna e à sua importância na Amazônia, em

conjunto com o conhecimento ecológico tradicional, este estudo teve como objetivo caracterizar as práticas de uso e manejo nas atividades de pesca e que constituem os recursos pesqueiros da comunidade quilombola do Jacarequara, município de Santa Luzia do Pará, nordeste do estado do Pará, Amazônia Oriental.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado com atores sociais da comunidade quilombola do Jacarequara, situada nas coordenadas 01°36'21.5"Sul e 46°58'39.5"Oeste, município de Santa Luzia do Pará, Nordeste Paraense (ver mais em frente a figura 01). O território da comunidade é correspondente a 1.237 hectares, localizado na porção central do município, sob influência da bacia hidrográfica do rio Guamá, pertencente à macrorregião hidrográfica Tocantins-Araguaia (IBGE, 2021). Além disso, há uma rede de drenagem secundária representada pelos igarapés Jacarequara Grande, Jacarequarazinho e Cabeça-de-Porco e, também, a existência dos lagos (meandros abandonados). Ademais, a paisagem é representada por um mosaico de diferentes fitofisionomias, destacando-se matas de terra firme primárias e secundárias, em diferentes estágios de sucessão, matas de várzeas e áreas de produção agropecuária.

A existência de quilombos e fugas de escravos na região do município de Ourém, que inclui os atuais municípios supracitados, é apontada em documentos da década de vinte do século XIX existentes no Arquivo Público do Pará, que relatam inúmeros mocambos/quilombos que datavam do período entre os anos de 1853 a 1862, destacando Jacarequara entre estes quilombos (Almeida, 2013). Almeida (2013) assume que o Quilombo do Jacarequara “pode ter sido formado por escravos que fugiam das fazendas e também com os que já se encontravam livres (pela fuga), mas que teriam tido que fugir novamente para escapar do ‘tal de pega-pega’” (Almeida, 2013, p. 9), termo empregado na história oral da comunidade com relação aos movimentos da Cabanagem. Os pequenos povoados formados não eram (e não são) isolados, todavia mantinham intenso contato com outras comunidades e com os povos indígenas locais, a exemplo do povo Tembê-Tenetebara, o que proporcionou ao longo da história um intercâmbio de saberes e práticas que constituem a identidade e a territorialidade dos “jacarequarenses” (Almeida, 2013; Farias, 2018).

As abordagens metodológicas utilizadas possuíram caráter tanto qualitativas quanto quantitativas. Contudo, priorizou-se a abordagem qualitativa por haver maior interesse em descrever e aprofundar as subjetividades em nível da realidade, visto que não podem ser quantificadas, isto é, padronizadas em análises estatísticas na forma de variáveis (Albuquerque et al., 2021). Neste estudo foram empregadas as principais técnicas utilizadas no método etnográfico, a pesquisa de campo se constituiu a partir dos princípios do saber “olhar, ouvir e escrever” (Cardoso de Oliveira, 2000), visto que possibilita estabelecer a crítica e disciplina do olhar e do ouvir como forma de obtenção de dados referente

à realidade local. Desse modo, a observação participante foi empregada em associação a diferentes tipos de entrevistas (semiestruturada e estruturada) e a excursões guiadas, além da aplicação da lista livre (free listing) (Sandoval, 1996; Albuquerque et al., 2021).

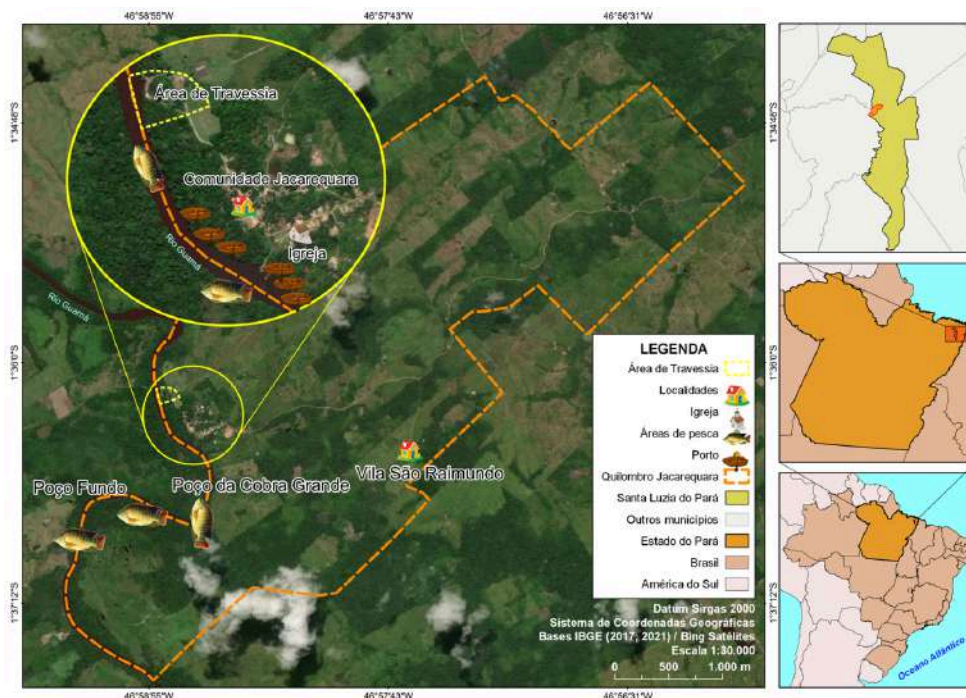


Figura 01: Mapa do território do quilombo do Jacarequara (Santa Luzia do Pará/PA) com destaque para os principais locais da prática pesqueira, seguindo o rio Guamá.

A pesquisa de campo consistiu em três momentos ao longo do ano de 2020, nos meses de março, agosto e novembro, totalizando 55 dias de convivência com a comunidade. Os distintos períodos foram estrategicamente pensados de modo a coincidir com diferentes estações climáticas, pois favoreceu entender a importância da sazonalidade na percepção dos recursos. Importante ressaltar que a diretoria da Associação Quilombola Vida Para Sempre Jacarequara (AVPS), como o máximo representante da comunidade, autorizou o trabalho de pesquisa via Termo de Anuência Prévia e reunião de apresentação com a comunidade.

As entrevistas foram realizadas e determinadas a partir da técnica de amostragem por referência em cadeia (snowball sampling) (Sandoval, 1996), visto que eram os próprios moradores que mencionavam os sujeitos mais adequados e pertinentes para abordar diferentes aspectos da temática da pesquisa. Foram entrevistados em situações sincrônicas e diacrônicas, o que constituiu uma forma de validação das informações e aprofundamento de tópicos determinados.

Os dados obtidos e todos os outros materiais foram organizados e sistematizados mediante softwares específicos (Microsoft Excel 2019®) de modo a constituir um banco de dados. A análise dos

dados qualitativos foi elaborada de acordo com o “modelo de união das diversas competências individuais” (Hays, 1976), pois pondera que toda informação pertinente ao assunto pesquisado deve ser considerada.

Os dados qualitativos originados das entrevistas se constituíram em unidades de registros e codificadas segundo as informações contidas nelas, considerando que estas fossem definidas de forma excludente, consistentes em relação aos elementos, ideias e expressões que as constituem (Minayo et al., 2002). Exemplo de códigos utilizados são: PEIX = espécies de ictiofauna; ESTRA = estratégias e técnicas; FET = ferramentas e utensílios; ECOTROF = ecologia trófica; HAB = hábitat e local de ocorrência, entre outros. A identificação e classificação das espécies animais citadas foi efetuada por meio de literatura especializada para a fauna regional (SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, 2010; ICMBIO, 2013). Materiais biológicos não foram coletados.

SABERES ASSOCIADOS AOS RECURSOS PESQUEIROS

O modo de classificação observado na comunidade considera uma ampla variedade de animais dentro da categoria “peixes”, a partir de características bioecológicas diretamente relacionadas com ambientes aquáticos fluviais, aluviais e límnicos, assim como a associação destes com práticas e estratégias de captura empregadas e sua finalidade de utilização. Nesse sentido, de acordo com o conhecimento etnoictiológico local, os recursos pesqueiros na comunidade incluem além dos peixes, outros grupos taxonômicos como répteis, mamíferos, moluscos, etc. Marques (2012) considera que a inclusão ou exclusão de espécies na etnocategoria *peixe* é padrão comum na etnotaxonomia ictiológica, assim como observado por outros estudos (e.g., Paz ; Begossi, 1996; Costa-Neto et al., 2002; Batista et al., 2016).

No total foram 120 etnoespécies faunísticas registradas, sendo 103 correspondentes à classificação taxonômica linneana, assim distribuídas: Peixes (=93), Reptilia (=8), Mammalia (=1) e Mollusca (=1). Dessas, 64 foram classificadas até o nível de espécie (53 espécies) e 39 até o nível de gênero (26 gêneros). Elas pertencem a 36 famílias e 16 ordens.

Foram registrados 57 etnogêneros, destes os que tiveram maior variedade foram: acará/cará (Cichlidae: *Aequidens*, *Chaetobranchopsis*, *Cichlasoma*, *Geophagus*, *Satanoperca*); pacu (Serrasalminidae: *Metynnis*, *Myleus*), tuí (Rhamphichthyidae: *Rhamphichthys rostratus* Linnaeus, 1766; Sternopygidae: *Sternopygus macrurus* Bloch ; Schneider, 1801), aracu (Anostomidae: *Leporinus*, *Schizodon*), traíra (Erythrinidae: *Hoplias*) e piracujubim (Pimelodidae: *Pimelodus*) (Tabela 01).

São empregadas de duas a três denominações para se referir às etnoespécies, por exemplo, a traíra-preta (*Hoplias malabaricus* Bloch, 1794) é também conhecida por traíra-jaburu; o mesmo ocorre com o piracujubim (*Pimelodus ornatus* Kner, 1858) que, às vezes, é denominado por lírio; e

com o aracu (*Leporinus* spp.; *Schizodon* spp.) que pode ser conhecido como piau ou araboca. Neste último caso, é evidente a presença de uma forma de esquiva em relação à pronúncia da última sílaba que possui um sentido pejorativo, o mesmo ocorre com o pacu (*Metynnis* spp.; *Myleus* spp.) que também é conhecido por paboca.

Tabela 01: Relação de etnogêneros com maior variedade de etnoespécies de “peixes”, segundo os registros junto aos moradores da comunidade quilombola do Jacarequara (Santa Luzia do Pará/PA).

		Etnogêneros			
ACARÁ/CARÁ	PACU	TUÍ	ARACU	TRAÍRA	PIRACUJUBIM
Etnoespécies					
acará boca-de-pote	paboca	baita	araboca	traíra	piracujubim
acará-bicudo	paboca-branco	ituí	aracu	traíra-branca	lírio
acará-branco	pacu-bicudo	tuí	aracu-branco	traíra-jaburu	
acaraponga	pacu-branco	tuí-comum	piau	traíra-preta	
acaratinga	pacu-pintado	tuí-terçado			
acarázinho	pacu-tinga	tuízinho			
cará-amarelo					
cará-branco					
caraponga					

Fonte: Trabalho de campo (2020).

Costa-Neto e colaboradores (2002) explicam que etnoespécies polissêmicas são denominadas por um termo simples e se referem tanto a etnoespécie como a etnogênero. Nesta perspectiva, no quilombo foram citadas 38 etnoespécies com esta característica, tais como surubim (*Pseudoplatystoma* spp.), arraia (*Plesiotrygon* spp.; *Potamotrygon* spp.), tucunaré (*Cichla* spp.), mandubé (*Ageneiosus brevis* Steindachner, 1881), jeju (*Hoplerthrinus unitaeniatus* Spix, 1829), pacamom (*Batrachoides surinamensis* Bloch ; Schneider, 1801), ueua (*Acestrorhynchus* spp.), sucuriju (*Eunectes murinus* Linnaeus, 1758), buzo (*Megalobullimus* spp.), boto (*Inia* spp.), entre outras.

Costa-Neto e colaboradores (2002) e Marques (2012) afirmam que dentro da perspectiva da etnotaxonomia entre pescadores, a classificação hierárquica é determinada a partir de critérios ecológicos, etológicos e, em especial, morfológicos, tais como: tamanho e formato corporal (p.ex.: peixe-agulha, tuízinho, tuí-terçado), presença de barbilhões sensoriais (p.ex.: barba-chata); formato da boca (p.ex.: acará boca-de-pote,

pacu-bicudo); e coloração (p.ex.: piranha-branca, piranha-preta, cará-amarelo, acaratinga) (e.g., Costa-Neto et al., 2000; Marques, 2012; Paz ; Begossi, 1996).

Pimelodidae foi a família que obteve mais citações (n=36), seguida por Serrasalminidae (34), Cichlidae (32), Potamotrygonidae (31) e Erythrinidae (30). Entre as quinze etnoespécies mais citadas, quatro pertencem a Pimelodidae: surubim (*Pseudoplatystoma* spp.; n=32), jandiá (*Leiarius marmoratus* Gill; n=23), mandi (*Leiarius* spp., *Pimelodus* spp.; n=21) e piracujubim/lírio (n=16). Além do surubim, pacus e arraias, ambas com n=31, constituem os peixes mais citados.

Albuquerque e colaboradores (2017), em análise da ictiofauna na Terra Indígena Alto-Rio Guamá (TIARG), identificaram espécies não-nativas com ocorrência na região: tambaqui (*Colossoma macropomum* Cuvier), tilápia (*Tilapia rendalli* Boulenger), curimatã (*Prochilodus nigricans* Spix ; Agassiz), dourado (*Salminus* spp.) e a sarda (*Pellona* spp.). Já Brabo e colaboradores (2015) alertaram para o alto potencial invasor das tilápias e o consequente impacto sobre as espécies nativas nesta região. Albuquerque e colaboradores (2017) apontam que os indígenas Tembê-Tenetehara associam estas espécies à diminuição de espécies nativas no rio Guamá, as quais seriam oriundas de criadouros de piscicultura adjacentes à TIARG.

Assim como Brito e Costa (2019) relatam a presença destas espécies no rio Guamá, também foi relatado na comunidade do Jacarequara a ocorrência de três das espécies. Segundo os entrevistados: “No rio já pega tilápia, esse tambaqui que a gente compra já pego [pegam] no rio também [...] acho que sai de açude quando enche, quando às vezes estora [estoura] os açude, né [...] os peixe sai, tem vez que já pega em rio, tilápia também” (Dona Ivete, 70 anos); “Curimatã, a gente pega também aqui no rio, peixe bom ó” (Seu Arisca, 37 anos).

A biologia e ecologia reprodutiva é um importante fator para a efetividade da prática de pesca. Na comunidade do Jacarequara foi observado que os moradores reconhecem os ciclos migratórios de desova dos peixes existentes no rio Guamá, incluindo os ambientes típicos de desova das espécies, sendo evidente que nesse período a prática de pesca é reduzida como forma de respeito ao ciclo reprodutivo das espécies. Hábitat, locais de nidificação e comportamentos crípticos são características importantes para a devida aplicação de ferramentas e estratégias de pesca. Os moradores pontuaram que as espécies mais difíceis de capturar estariam associadas ao comportamento críptico e ao hábitat, como o caso da pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus* Bloch ; Schneider) referida como um peixe que “vive mais nos poço [área profunda dos rios], é onde tem as partes mais funda no rio e lajão de pedra é onde elas tão lá no meio” (Seu Chico, 44 anos).

Além disso, Marques (2012) considera de suma importância entender a inserção do item alimentar de forma a otimizar a captura, tendo a ecologia trófica influência na efetividade das estratégias de pesca. Na comunidade, o conhecimento etnozoológico sobre ecologia trófica mostrou-se igualmente compatível com o conhecimento acadêmico. De acordo com os relatos, o pacu possui preferência por flores de espécies

vegetais como a tiriba (*Eschweilera ovata* (Cambess.) Mart. ex Miers), o piquiá (*Caryocar villosum* (Aubl.) Pers.) e o taperebá (*Spondias mombin* Jacq.); de fato, os pacus (*Metynnis* spp. e *Myleus* spp.) são espécies herbívoras, com dieta composta basicamente por frutos e sementes (Ferreira et al., 1998). Outros peixes, como a itauara (identificação científica não encontrada), são descritos por sua dieta detritívora, se alimentando de substratos presentes no fundo dos rios e lagos.

ASPECTOS BIOCULTURAIS DAS PRÁTICAS DE PESCA

O rio Guamá e os igarapés adjacentes são os principais ambientes onde a pesca é exercida, além dos lagos e igapós que compõem os ambientes secundários para a pescaria (Figura 01). A predileção pela pesca no rio pode estar ligada às percepções de perigo associadas aos igarapés: *“Eu prefiro o rio, por que no igarapé eu acho mais arriscado de poraquê e arraia, no rio amode [a modo de] não é tanto, mas no igarapé é muito arriscado arraia, é mais arriscado do que no rio”* (João, 26 anos); ou a percepção de preferências alimentares: *“por que o peixe do rio é mais gostoso que de dentro do igarapé”* (Dona Maria, 55 anos). Já quem vive no interior do território, distante do rio, tem preferência por pescar no igarapé devido a facilidade de acesso: *“Eu vou aqui no igarapé grande que tem, logo aqui em cima, [...] porque aqui é mais perto”* (Seu Soia, 56 anos); ou associada a uma percepção de facilidade de captura: *“Às vezes, pega mais rápido, no igarapézinho pega”* (Regi, 28 anos).

Os poços e “portos” são outros ambientes importantes para a pescaria no Jacarequara, caracterizados como locais específicos nos cursos d’água principais (ver Figura 01). Os portos são áreas às margens do rio utilizados tanto para atividades domésticas como para atividades ligadas à pesca. Em relação aos poços há dois tipos, ambos descrevem locais de grande profundidade. Um tipo é descrito para as áreas profundas, remanescentes e perenes dos igarapés durante a época de seca: *“os poço é que forma aquele balceiro de pau, a água vem fica cavando, vai reguando os pau e fica aqueles buracão no fundo assim dentro do igarapé, a gente dá o nome de poço”* (Seu Dadá, 51 anos); e, também, onde ocorre a pesca com malhadeira ao longo do ano. O outro tipo de poço é descrito como as áreas mais profundas do rio Guamá, designado por ser hábitat de peixes como a pirarara e o surubim, ou de animais míticos como a cobra grande. Arruda et al. (2018) relatam que os quilombolas no Alto rio Guaporé, Mato Grosso, também indicam estes locais como hábitat de “peixes de pele” (bagres).

Há uma variedade de utensílios e instrumentos que são empregados na prática de pesca na região amazônica, que é conhecida por ser multiespecífica e praticada com multi-aparelhos (Batista et al., 1998; Silva ; Braga, 2016). Na comunidade do Jacarequara, foram identificados 23 tipos de apetrechos empregados em 18 estratégias de pesca, que podem

se utilizar de um a vários instrumentos ao mesmo tempo. A pesca artesanal, geralmente, é definida pelo uso de equipamentos não sofisticados e auto produzidos (Diegues, 2004). Neste estudo, durante as observações era comum encontrar pessoas no processo de confecção ou manutenção de apetrechos de pesca, estes adquiridos por meio da compra de matéria-prima em comércios especializados ou produzidos artesanalmente com materiais encontrados na comunidade.

A prática de pesca no Jacarequara ocorre durante todo o ano, apresentando influência da sazonalidade das estações climáticas e da dinâmica das águas apenas sobre as estratégias de pesca empregadas. De acordo com Barthem e Fabré (2003), as águas na Amazônia passam por quatro fases ao longo das estações chuvosas e secas: enchentes (de meados de dezembro a meados de fevereiro), cheia (de meados de fevereiro a meados de maio), vazante (de maio a julho) e seca (de meados de agosto a novembro/dezembro), iniciando um novo ciclo em seguida.

Batista e colaboradores (1998) explicam que o emprego de determinados utensílios de pesca está fortemente ligado à dinâmica das águas. Nesse sentido, o rio Guamá é o principal agente socioecológico da paisagem que influencia na escolha de estratégias de pesca mais adequadas para determinadas características ambientais. No Jacarequara, as três principais estratégias de pesca (malhadeira, tarrafa e caniço com anzol) estão presentes ao longo do ano, mas se destacam quanto à efetividade da pesca em épocas específicas em razão de características ambientais que tornam a captura mais efetiva (Tabela 02). As estratégias de pesca foram qualificadas por categorias que indicavam: finalidade (atração ou coleta); autonomia (presença humana na captura); letalidade (morte ou captura viva); seletividade (escolha da espécie ou grupo animal específicos); e abundância (um ou mais animais) (Fernandes-Ferreira, 2014) (Tabela 03).

Tabela 02: Principais estratégias de pesca utilizadas no quilombo do Jacarequara (Santa Luzia do Pará/PA) conforme o período do ciclo hidrológico.

Época	Estratégia usada	Ambientes	Relato
CHEIA	Malhadeira	Igarapés, Igapós	<i>“No inverno também fica mais diferente porque enche demais né, [...]. Aí tendo uma canoa até nem tanto né, o cara vai botar uma malhadeira, vai de canoa no igapó e vai embora e se ele for de pé e tiver cheio ele não vai se arriscar entrar no igarapé que é arriscado, uma sucuriu comer ele, por que tem no inverno desce cobra grande aí, desce”</i> (Seu Soia, 56 anos).
	Matapi		<i>“Matapi, a gente faz aquilo comprido né, aí faz a boca meia grande, ele fino e boca grande assim, aí faz a tapagem e mete lá e deixa lá pra ficar pegando os peixe”</i> (Dona Maria, 55 anos).
	Tapagem		
VAZANTE	Canioço	Igarapés, Rio Guamá	<i>“Anzol é no meio assim quando tá querendo já chegar por verão, tá saindo do inverno pro verão, mês de junho assim”</i> (Marcos, 35 anos).
	Linha de mão		<i>“Tem uma época do ano que a gente pesca, é na baixante mesmo, na vazante mesmo, que ela começa a vazar, começa secar o rio, que chega naquele ponto, o senhor pode ir, tirar aquelas minhoca enfiar nos anzol e jogar!”</i> (Dona Maria, 55 anos).
	Anzol ou Linha de espera		
SECA	Tarrafa	Rio Guamá	<i>“Por que no verão é melhor da gente pegar eles na tarrafa, o rio fica baixo e fica melhor pra gente pegar eles”</i> (Seu Tuíca, 46 anos)
	Malhadeira	Poços (igarapés), Lagos	<i>“Na tarrafa ou então no mosquiteiro lanceando, pega e vai lanceando e os peixe vão ficando lá dentro”</i> (Dona Claudiana, 45 anos)
	Mosquiteiro		
ENCHE NTE	Tarrafa	Rio Guamá	<i>“Corta uma garrafa mete coisa de Coca-Cola, vai pra rio pegar piabinha no tempo, tem a cema das piaba, né”</i> (Seu Mira, 54 anos).
	Garrafa		

Tabela 03: Categorização das estratégias de pesca citadas e identificadas na comunidade quilombola do Jacarequara (Santa Luzia do Pará/PA).

Tipo de estratégia	Finalidade	Autonomia	Letalidade	Seletividade	Abundância	Instrumentos empregados
pesca com anzol de espera ou linha de espera	AP	PA	NL	R	I	Anzol, linha
pesca com arco e flecha	C	AT	LE	S	I	Arco, flecha
pesca com caniço	AP	AT	LE	S	I	Caniço, anzol, linha
pesca com toxinas vegetais	C	AT	LE/NL	R	G	Cunambi, timbó
pesca com espinhel	AP	PA	NL	R	G	Linha, anzóis
pesca com facho de breu	C	AT	LE	S	G	Vara, breu, fisga
pesca com fisga (arpão)	C	AT	LE	S	I	Fisga
pesca com garrafa	C	AT	NL	R	G	Garrafa
pesca com linha de mão	C	AT	LE	S	I	Linha, anzol
pesca com linhavão	C	PA	LE	R	G	Linha, anzol
pesca com malhadeira	C	PA	NL	R	G	Malhadeira, canoa
pesca com matapi	C	PA	NL	R	G	Matapi
pesca com mosquiteiro	C	AT	NL	R	G	Mosquiteiro
pesca com rede de arrasto ou rede de lança	C	AT	NL	R	G	Rede, canoa Rede, canoa
pesca com tapagem	AP	PA	NL	R	G	Malhadeira, tábuas, munduru, matapi,
pesca com tarrafa	C	AT	NL	R	G	Tarrafa, canoa
pesca com visor e fisga	C	AT	LE	S	I	Visor, fisga

AP = aproximação; C = captura; AT = ativas; PA = passivas; NL = não-letais; LE = letais; S = captura seletiva; R = captura randômica; I = captura individual; G = captura gregária. Baseado em Fernandes-Ferreira (2014).

A malhadeira e a tarrafa são as artes de pesca mais utilizadas na comunidade (Figura 02). Brito e Costa (2019) também observam a preferência por estas estratégias de pesca em comunidades vizinhas de Capitão Poço (Pará). Estes autores assumem que a preferência por estas artes de pesca está associada à proximidade dos locais de pesca e às características do equipamento. As entrevistas e observações mostraram que a tarrafa tem maior adesão por apresentar maior facilidade de transporte, manutenção e manuseio se comparada à malhadeira que, geralmente, requer maiores cuidados, equipamentos e dispêndio físico para manuseio, além do fator financeiro, pois a malhadeira requer materiais relativamente caros (Braga ; Munduruku, 2020).



Figura 02. Moradores da comunidade quilombola de Jacarequara (Santa Luzia do Pará/PA) confeccionando petrechos de pesca. A) Malhadeira. B) Tarrafa.

A malhadeira foi a estratégia de pesca mais importante na estação chuvosa, particularmente na época de cheia, quando os igarapés e planícies de inundação (igapós) estão cheios e apresentam características ambientais que aumentam a efetividade, como a baixa luminosidade da água. Por outro lado, na estação seca, a malhadeira foi descrita como eficiente nos lagos e “poços” dos igarapés, pois os cardumes encontram-se confinados nestes locais e, conseqüente, influência no aumento da efetividade do uso de redes de emalhe na captura de espécies como as traíras, tilápias, mandubés e sarapós. Importante ressaltar que a pesca em

“poços” e lagos possui grande participação feminina, época que ocorre incursões de grupos de mulheres para praticar pesca nestes locais. Enquanto no Jacarequara, a malhadeira é empregada ao longo do ano em diferentes ambientes, mas perde protagonismo durante as épocas de vazante e seca, Batista e colaboradores (1998) observaram que em comunidades do baixo Solimões (Amazonas), a malhadeira possui pouca variação sazonal quanto à sua utilização, mas se destacando durante a estação seca.

Com relação à tarrafa, esta ferramenta possui mais importância na estação seca, quando os rios estão na época de seca, este é um padrão que se mostra predominante na região amazônica (e.g. Batista et al., 1998; Freitas et al., 2002). Pois com a intensificação da estação seca, há significativa redução de vazão na bacia do rio Guamá e, em conjunto, com a redução do fluxo e turbidez da coluna d’água (Brito ; Costa, 2019), surge condições favoráveis à pesca com tarrafa, como visibilidade e menor profundidade, que facilitam a captura (Figura 03).

O anzol é empregado em diferentes estratégias de pesca, uma delas é a pesca com caniço que consiste em uma vara de madeira, geralmente retirada de plantas conhecidas como “caniceiras”, com uma linha de *nylon* amarrada em uma extremidade e um anzol preso na outra, às vezes, com algum encastralho de metal para facilitar a pesca na coluna d’água, a partir daí se denomina “anzol chumbado”. Sendo que Batista e colaboradores (1998) observam que esta é uma estratégia de pesca que pode ser considerada complementar às principais estratégias, percebe-se que isto poderia ser relacionado à baixa efetividade e abundância na captura do pescado em contraste dos resultados com redes de pesca.



Figura 03: Pesca com tarrafa no quilombo do Jacarequara (Santa Luzia do Pará/PA).

O verão amazônico é o principal período para captura de peixes na comunidade do Jacarequara. A época de vazante, que anuncia o início da estação seca, se estende até meados de agosto quando é considerado o início da época de seca, pois o escoamento dos igarapés se intensifica, o nível da água vai diminuindo até restar apenas os locais remanescentes denominados de poços, neste processo as espécies que não conseguiram migrar para o rio ficam aprisionadas nesses lugares, o mesmo ocorre nas planícies de inundação com a concentração de cardumes de peixes nos lagos. Essa relação entre o ciclo hidrológico e o comportamento migratório é um fato marcante da ecologia amazônica, que as comunidades ribeirinhas conhecem detalhadamente, sendo essencial para efetividade na captura (Barthem ; Fabré, 2003; Braga ; Rebêlo, 2017).

De acordo com os moradores, emprega-se as estratégias de pesca que utilizam anzol na época de vazante, quando são retomadas as pescarias noturnas, que visam a captura de tuí: *“O tempo de anzol gosto de pescar tuí também de anzol. [...] É mês de maio, que é a baixa da água, maio, [...], junho, pega tuí, tuí-normal mesmo”* (Seu Manequinho, 56 anos). Nota-se que a modalidade de pesca com anzol se constitui em estratégias que têm a finalidade de coleta direta, letalidade de morte imediata, seletividade de escolha da espécie e abundância de um ou mais animais. A pesca do tuí marca o início da época de vazante, em que as espécies migratórias estão em processo de retorno das áreas de várzeas e igarapés inundáveis para o canal principal do rio Guamá ou igarapés:

Tem a época de pescar de noite, pra mim no caso é no tempo do tuí né, que vai no igarapé de noite pescar. [...] E se você for que ele é bom, se você pode fazer o fogo, aí você começa a pescar ele sete horas da noite, começa pegar o tuí, quando for o máximo nove hora já não dá mais, você não pega mais nada, você vem embora cedo (Dione, 39 anos).

A época de seca é considerada por diversos moradores como a mais importante para a atividade de pesca, pois é propícia para captura de várias espécies de peixes, as mais capturadas são os surubins, pacus, tucunarés, aracus e coacas. A pesca dos aracus ocorre no início da estação seca, geralmente, pescado ao anoitecer; já a estratégia para capturar o tucunaré é utilizando isca viva, preferencialmente, o peixe chamado coaca/cuaca (*Curimata vittata* Kner): *“Mete ela viva, ela morta ele não pega, pega ela viva enfia num anzol pela bundinha dela, aí joga ela pra água, ela fica só se mexendo ele vem e pã”* (Dona Maria, 55 anos). Também é nesta época que ocorre a pesca com garrafa, prática com grande adesão das crianças, que consiste em capturar piabas que estão migrando, utiliza-se o bicho de tucumã, isto é, a larva de *Speciomerus ruficornis* (Germar) como isca.

A relação das estratégias de pesca com a manutenção do recurso pesqueiro é percebida não somente no hábito de respeito ao período de ciclo reprodutivo, mas, também, no desuso de práticas consideradas

nocivas. De acordo com os moradores mais idosos e mais experientes, “de primeiro” a pesca era praticada, principalmente, com uso de arco e flecha, fisga com facho de breu e com o emprego de cunambi (*Clibadium surinamense* L.) ou timbó (Fabaceae; Sapindaceae). Tais técnicas entraram em desuso, algumas foram substituídas por instrumentos mais sofisticados que potencializam e facilitam a captura, e outras excluídas devido à sua agressividade ao estoque de peixes:

De primeiro os pessoal consumia muito o veneno aqui ó, que era o cunambi, eles consumia muito o cunambi, [...] aí de primeiro quando lavava um veneno, às vezes, era um ano, dois ano pra retornar aqueles peixe de novo de volta, ficava difícil acabava, por que o veneno tanto pega peixe do veneno como ele morre né se estraga também, se você não for no outro dia atrás do peixe, morre peixe; às vezes baixa urubu comendo, de primeiro era assim, graças a deus agora melhorou (Seu Soia, 56 anos).

A pesca com visor e fisga e a pesca com rede de lança/arrasto são artes de pesca consideradas proibidas na comunidade, pois as consideram como uma das causas pela redução no estoque de peixe. De acordo com os moradores, a pesca com visor e fisga é uma estratégia que consiste em uma pesca em apneia com uso de óculos de mergulho e munido de uma fisga, equipamento no formato pontiagudo semelhante a um arpão e, preferencialmente, exercida na estação seca durante à noite. A proibição desta prática é relativamente recente, sendo comum observar relatos que associam a proibição desta técnica como um dos fatores que motivaram o aumento recente no estoque de peixe. De fato, o uso da fisga por lambada em águas interiores é proibido desde o início da década de 1970 pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE, 1972), por ocasionar grandes lesões no pescado e nem sempre resultar na captura do animal. Já a rede de lança/arrasto constitui uma estratégia de pesca que faz uso de uma rede de emalhe que se estende de uma margem a outra do curso d'água, tal prática é citada por Brito e Costa (2019) como extremamente agressiva aos estoques pesqueiros no rio Guamá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método empregado permitiu que diferentes discursos fossem agrupados em categorias dentro do universo da pesca na comunidade, o que tornou possível compreender o perfil desta prática ali existente. De tal modo, foi possível constatar que o amplo conhecimento demonstrado pelos moradores do quilombo do Jacarequara é evidenciado na diversidade de espécies mencionadas, assim como os saberes e técnicas construídos e empregados nas mais variadas estratégias de pesca. Fica evidente que a efetividade da captura está ligada aos conhecimentos sobre características bioecológicas das espécies, representados no conhecimento etnozoológico

gerado a partir da interação entre o pescador, as espécies e o ambiente circunvizinho.

Os praticantes de pesca no Jacarequara podem ser categorizados em perfis de acordo com as suas preferências na prática da pesca. Importante ressaltar que um mesmo pescador pode estar inserido em mais de um perfil. Nesse sentido, há um primeiro perfil que utiliza a estratégia de pesca com tarrafa, tem preferência por pescar na estação seca durante a época de seca e, geralmente, pesca no rio Guamá. O segundo perfil prefere utilizar a pesca com malhadeira, sendo a pesca tanto na estação seca como na estação chuvosa, mas tem preferência por utilizar ambientes de igapós e igarapés na estação chuvosa e época de cheias. E ainda há um terceiro perfil que também utiliza malhadeira, mas tem preferência por pescar em igarapés, especialmente na estação chuvosa, pois na estação seca a pesca se restringe aos “poços”, para estes o verão amazônico é sinônimo de dificuldades na pesca, devido a redução do nível dos igarapés.

Constata-se que a importância desta forma de manejo para a comunidade ultrapassa o mero ato de pescar com objetivo à subsistência alimentar do grupo familiar, mas também constitui parte da territorialidade por meio de um extenso conhecimento acerca das espécies, ambientes, técnicas, estratégias empregadas, assim como nas relações sociais existentes na prática pesqueira e na relação com o rio Guamá, o principal curso d'água da paisagem socioecológica do quilombo do Jacarequara. Nesse sentido, atores externos poderiam influenciar nesta relação, o que pode gerar impactos na segurança alimentar das famílias que dependem desta prática para suprir suas necessidades de subsistência, mas também impactar em práticas socioculturais essenciais para a reprodução desta comunidade e manutenção do território quilombola. Daí a importância que órgãos e instituições estatais considerem o saber e o saber-fazer destas comunidades na implementação de medidas de conservação de recursos pesqueiros, bem como a fiscalização contra práticas pesqueiras ilegais externas à comunidade nesta região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Adna Almeida de et al. Ictiofauna. In: VALENTE, Renata de Melo; KAHWAGE, Claudia Maria Carneiro (org.). **Gestão Ambiental e Territorial da Terra Indígena Alto Rio Guamá: diagnóstico etnoambiental e etnozoneamento**. Belém: IDEFLOR-Bio, 2017. p. 207-234.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino et al. **Métodos de pesquisa qualitativa para Etnobiologia**. 1. ed. Recife: NUPPEA, 2021.

ALMEIDA, Rozemberg Ribeiro de. Escravidão, resistência e a formação de quilombos na Amazônia: Jacarequara em Pauta. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013**, Natal, RN. Anais [...]. Natal: ANPUH, 2013. p. 17.

ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega. Relationships between fauna and people and the role of ethnozoology in animal conservation. **Ethnobiology and Conservation**, [S. l.], v.1, n.2, p.1-69, 2012.

ARRUDA, Joari Costa de et al. Conhecimento ecológico tradicional da ictiofauna pelos quilombolas no Alto Guaporé, Mato Grosso, Amazônia meridional, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v.13, n.2, p.315-329, 2018.

BARBOZA, Roberta Sá Leitão; BARBOZA, Myrian Sá Leitão; PEZZUTI, Juarez Carlos Brito. Aspectos Culturais da Zooterapia e Dieta Alimentar de Pescadores Artesanais do Litoral Paraense. **Fragmentos de Cultura**, v.24, n.2, p.267-284, 2014.

BARTHEM, Ronaldo Borges; FABRÉ, Nidia Noemi. Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, Mauro Luis (org.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Brasileira**. Manaus: ProVárzea, 2003. p.11-55.

BATISTA, Leidiane Priscila de Paiva et al. Enotaxonomia e tabus alimentares dos pescadores artesanais nos açudes Araras e Edson Queiroz, bacia do Rio Acaraú, Ceará, Brasil. **Entorno Geográfico**, [S. l.], n.12, p.34-49, 2016.

BATISTA, Vandick da Silva et al. Characterization of the fishery in river communities in the low-Solimões/high-Amazon region. **Fisheries Management and Ecology**, [S. l.], v.5, n.5, p.419-435, 1998.

BEGOSSI, Alpina. **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec: NEPAM/Unicamp: NUPAUB-USP: FAPESP, 2004.

BRABO, Marcos Ferreira et al. Potencial invasor de tilápia (*Oreochromis niloticus*) em microbacias hidrográficas do Nordeste paraense, Amazônia, Brasil. **Magistra**, v.27, n.2, p.227-234, 2015.

BRAGA, Tony Marcos Porto; MUNDURUKU, Danilo Karu. A pesca e uso de recursos naturais na comunidade indígena São Lourenço, Jacareacanga, Pará, Brasil. In: CORDEIRO, Carlos Alberto Martins (org.). **Ciência e tecnologia do pescado: uma análise pluralista**. Guarujá: Científica Digital, 2020. p.31-50.

BRAGA, Tony Marcos Porto; REBÊLO, George Henrique. Traditional knowledge of the fishermen of the lower Juruá river: understanding the reproductive patterns of the region's fish species. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v.40, p.385-397, 2017.

BRITO, Tiago Pereira; COSTA, Léa Carolina de Oliveira. Caracterização da atividade pesqueira desenvolvida em comunidades rurais do nordeste paraense – Amazônia – Brasil. **Ambiência**, v.15, n.2, p.475-498, 2019.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo** (2 ed.). São Paulo: Paralelo 15; Editora UNESP, 2000.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de; PINTON, Florence (org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup; UFPA-NAEA, 1997. p.221-242.

COSTA-NETO, Eraldo Medeiros; DIAS, Cristiano Villela; MELO, Márcia Nogueira de. O conhecimento ictiológico tradicional dos pescadores da cidade de Barra, região do médio São Francisco, Estado da Bahia, Brasil. **Acta Scientiarum**, v.24, n.2, p.561-572, 2002.

COSTA-NETO, Eraldo Medeiros; MARQUES, José Geraldo Wanderley. Etnoictiologia dos pescadores artesanais de Siribinha, município de Conde (Bahia): aspectos relacionados com a etologia dos peixes. **Acta Scientiarum: Biological Sciences**, v.22, n.2, p.553-560, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana et al. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP: PROBIO – MMA: CNPq, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: NUPAUB, 2004.

FERNANDES-FERREIRA, Hugo. **A caça no brasil: panorama histórico e atual**. 2014. Tese (Doutorado em Zoologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas, UFPB, João Pessoa, PB, 2014.

FERREIRA, Efrem J. G.; ZUANON, Jansen A. S.; SANTOS, Geraldo M. dos. **Peixes comerciais do médio Amazonas: região de Santarém, Pará**. Brasília: IBAMA, 1998.

FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho; BATISTA, Vandick da Silva; INHAMUNS, Antonio José. Strategies of the small-scale fisheries on the Central Amazon floodplain. **Acta Amazonica**, [S. l.], v.32, n.1, p.101-108, 2002.

GILMORE, Raymon M. Fauna e etnozoologia da América do Sul tropical. In: RIBEIRO, Darcy; RIBEIRO, Berta G. (org.). **Suma Etnológica Brasileira - Vol. 1: Etnobiologia**. Petrópolis: Vozes, Finep, 1986. p.187-234.

HAYS, Terence E. An empirical method for the identification of covert categories in ethnobiology. **American Ethnologist**, [S. l.], v.3, n.3, p.489-507, 1976.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bacias e divisões hidrográficas do Brasil**. Brasília, DF: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/informacoes-ambientais/31653-bacias-e-divisoes-hidrograficas-do-brasil.html?;t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 23 ago. 2022.

ICMBIO. **Número temático: avaliação do estado de conservação dos crocodilianos e dos carnívoros**. **Biodiversidade Brasileira**, Brasília, DF, n. 1, p. 282, 2013.

MARQUES, José Geraldo Wanderley. Etnoictiologia: pescando pescadores nas águas da transdisciplinaridade. **Revista Ouricuri**, v.2, n.2, p.9-36, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NASCIMENTO, Anael Souza; BARROS, Flávio Bezerra. Entre mangues, rios e igarapés: pesca, comida e cultura no Quilombo de Mangueiras (Ilha do Marajó, Pará). **Etnobiología**, [S. l.], v.17, n.3, p.78-98, 2019.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PAZ, V. A.; BEGOSSI, Alpina. Ethnoichthyology of Gamboa fishermen of Sepetiba Bay, Brazil. **Journal of Ethnobiology**, [S. l.], v.16, n.2, p.157-168, 1996.

SANDOVAL, Carlos A. Casilimas. **Investigación cualitativa**. Bogotá: Instituto Colombiano para el Fomento de la Educación Superior, 1996.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE. **Relatório Técnico da Fauna**

da Contra Costa de Soure – Mar Territorial Ilha do Marajó. Belém, PA: SEMA, 2010.

SERRÃO, Elizabete de Matos et al. Conhecimento tradicional dos pescadores sobre o comportamento reprodutivo dos peixes em um lago de inundação no Oeste do Pará, Brasil. **Sociedade e Natureza**, v.31, p.1-21, 2019.

SILVA, Josele Trindade da; BRAGA, Tony Marcos Porto. Caracterização da pesca na comunidade de Surucuá (Resex Tapajós Arapiuns). **Biota Amazônia**, v.6, n.3, p.55-62, 2016.

SILVANO, Renato Azevedo Matias. Pesca artesanal e etnoictiologia. In: BEGOSSI, Alpina (org.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec: NEPAM/Unicamp: NUPAUB-USP: FAPESP, 2004. p.187-222.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA (Brasil). Portaria SUDEPE nº 466, 8 de novembro de 1972. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1972.

Maria Luiza Lorenzoni Bernardi¹

TRAJETÓRIAS DO CÁRCERE: Costuras entre o dentro e o fora da prisão

PRISON TRAJECTORIES: Seams between inside and outside de prison

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, RS, Brasil. mbernardi4@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo é parte de minha pesquisa empírica para construção da tese de doutorado em Antropologia que tem por escopo compreender aspectos do dispositivo carcerário, através da análise das articulações que ocorrem entre o dentro e o fora da prisão e que mobilizam pessoas, objetos, normas e discursos e revelam o transbordamento da experiência carcerária. A pesquisa está ancorada no Presídio Regional de Bagé/RS. A abordagem tem por eixo as etnografias sobre prisões da última década e os estudos sobre mobilidades, pois pretende-se desconstruir a imobilidade própria de um espaço físico delimitado por muros e grades destinado a segregação de pessoas e avançar trazendo os fluxos e deslocamentos de tudo que nela circula ou que ela põe em circulação. A etnografia permite a pesquisadora atentar para o processo social da experiência vivida por mulheres confinadas e livres, observar trajetos e trajetórias, conhecer as relações, descobrir subjetividades e observar o sistema social de comunicação que se configura entre a prisão e a rua para melhor compreensão do fenômeno a ser estudado.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Prisão; Gênero; Poder; Fluxos.

ABSTRACT

This article is part of my empirical research to construct my doctoral thesis in Anthropology, which aims to understand aspects of the prison system, through the analysis of the articulations that occur between inside and outside the prison and that mobilize people, objects, norms and speeches and reveal the overflow of the prison experience. The research is anchored in the Regional Prison of Bagé/RS. The approach has as its axis ethnographies on prisons from the last decade and studies on mobilities, as the aim is to deconstruct the immobility typical of a physical space delimited by walls and bars intended for the segregation of people and move forward by bringing the flows and displacements of everything that circulates in it or that it puts into circulation. Ethnography allows the researcher to pay attention to the social process of the experience lived by confined and free women, observe paths and trajectories, learn about relationships, discover subjectivities and observe the social system of communication that takes place between prison and the street to better understand the phenomenon to be studied.

KEY WORDS: Woman; Prison; Gender; Power; Streams.

INTRODUÇÃO

Em 2023, numa tarde quente de verão, Mara² me disse as seguintes palavras durante uma entrevista:

Hoje, nós podemos nos contar livre desse pai! (...) Tanto que fugi para Santa Catarina, e estou pagando uma pena nova. Eu foragi e consegui salvar meus filhos. Hoje tão bem, tão encaminhados, mas agora voltei para pagar minha pena. Fiquei sete anos foragida. Bem feliz hoje, mesmo eu estando presa, mas sem ele! (Mara).

Foi por meio desse desabafo que ela começou a contar sua trajetória no mundo do crime, que teve início nas ruas, na prostituição, até suas seguidas passagens pela prisão. A história de sua vida em muito se assemelha a outras vidas encarceradas³. Ao longo do processo de construção da pesquisa, não levei muito tempo até me dar conta de que a imposição de uma pena privativa de liberdade torna necessária a inclusão do gênero, enquanto marcador social, dada sua centralidade na estrutura do “sistema prisional” como lembra Davis (2018, p. 70).

Nesse sentido, o contexto prisional no interior gaúcho não se afasta da realidade brasileira, ou seja, o encarceramento, enquanto política criminal de segurança pública no enfrentamento dos conflitos sociais é fenômeno que recai mais severamente sobre a população feminina. Para as mulheres, o confinamento aprofunda desigualdades sociais e morais relacionadas à ordem patriarcal hegemônica (Martins; Gauer, 2020). A maneira como se prende no Brasil, portanto, reafirma a falta de atenção a uma real assimetria de gênero e isso retroalimenta o aprisionamento de mulheres (Bernardi; Silva, 2023).

A carência de investimentos estatais para a construção de estabelecimentos apropriados a fim de atender as demandas específicas da população feminina produz o “improvisado” (Colares, 2008) e isso se traduz no aprisionamento de mulheres em celas ou alas denominadas como “femininas” anexadas em prisões masculinas para que, sob o argumento de uma política criminal⁴, possam ficar próximas às famílias.

Desta maneira, mulheres como Mara sofrem com a ausência dos familiares, especialmente, dos filhos, cuja distância, ocasionada pela prisão, é intensamente sentida, o que faz a “cadeia pesar”. Conforme as

² Atenta-se às questões éticas utilizando o anonimato das interlocutoras, de forma a proteger suas identidades, com o recurso a nomes fictícios.

³ Granja, 2015; Cunha, 2002; Padovani, 2010, 2015; Godoi, 2010, 2017; Lago, 2014, 2019; Duarte, 2015; Silva. 2021.

⁴ Conjunto sistemático de princípios e recomendações através dos quais o Estado promove a luta de prevenção e repressão das infrações penais e transformação dos órgãos destinados à sua aplicação. Compreende a política relacionada ao fenômeno criminal, sendo considerada a arte ou a ciência de governo, com respeito ao fenômeno criminal (Zaffaroni, 2011).

palavras de Joana, outra interlocutora, “pessoa presa que não tem família precisa se adaptar!” (Joana).

Por essa razão, como demonstram os achados desta pesquisa, assim como de outras etnografias recentes (Lago, 2019; Godoi, 2017; Padovani, 2015), para ficar perto de seus familiares, é comum que as mulheres prefiram permanecer em estabelecimentos carcerários provisórios, insalubres, superlotados, sem acesso a direitos, ao invés de irem para penitenciárias mais aparelhadas, com acesso a trabalho, experiências educativas e possibilidades de remição de pena, porém, longe dos espaços de residência familiar.

Como dizem Paola Jirón e Pablo Mansilla (2013), ao refletirem sobre as assimetrias socioespaciais, o espaço, para além da distância física, também possui uma “espessura”, ou seja, uma densidade, que resulta do acúmulo de obstáculos (físicos, infraestruturais, econômicos, tecnológicos, simbólicos, etc.) que dificultam ou atrapalham as condições de vida. Nesse sentido, enquanto certos corpos tendem a ser desacelerados pelo fato de serem constantemente impactados por muitas barreiras (assédio, preconceito, perseguições, vigilância, etc.), que tornam a experiência socioespacial mais “espessa” ou “pesada”, outros circulam mais tranquilamente, pelo fato de serem menos impactados por tais obstáculos.

No caso de minhas interlocutoras, preferir um presídio mais precário, porém mais próximo de casa implica na escolha de uma experiência socioespacial um pouco menos “espessa” para suas famílias. Como diz Nina, outra interlocutora, “a cadeia pesa pela distância dos filhos. Nunca pensei em desistir dos meus filhos!” (Nina).

As mulheres, diferentemente dos homens, se relacionam de maneira específica com o universo fora das grades, pois apesar da ruptura do convívio diário com a família, em geral, não abandonam o papel do cuidado, especialmente, em relação aos filhos. Desta forma, as mulheres tendem a se submeter a “práticas sexistas e discriminatórias, de violências que, de tão instituídas, acabam invisibilizadas” (Zanello; Fiuza; Costa, 2015).

Luis Antonio Bogo Chies (2009), em seus estudos sobre prisões no estado do Rio Grande do Sul, aponta que: “os espaços prisionais dos estabelecimentos não foram projetados para o encarceramento misto, tornaram-se “presídios masculinamente mistos” por pressões conjunturais e por opções político-penitenciárias” (Chies *et al*, 2009, p. 263), “sintoma das importâncias políticas que cada gênero recebe” (Chies *et al*, 2009, p. 264).

Judith Butler (2003), nesta perspectiva, afirma que as instituições prisionais são produzidas pela gramática normativa de gênero, por categorias de masculinidade que retratam e reproduzem tecnologia de poder⁵, operando como regulador e (re)produtor da vida social e subjetiva

⁵ Tecnologia de poder definida como os procedimentos, estratégias, atos, táticas, simbolismos, manobras que operam de maneira capilar e microfísica, através das quais se configuram e se exercem as relações de poder (Foucault, 2007). Segundo Foucault (2004), que rompeu com os conceitos clássicos do termo, o poder é sempre uma relação e é exercido também dentro desses lugares. Assim, propõe que observemos o poder sendo exercido em muitas e variadas direções, como se fosse uma rede que, “capilarmente”, se

das pessoas estruturando as relações sociais. Os conteúdos culturais específicos desta categoria de diferenciação são a base de construção das relações que se estabelecem na prisão e correspondem aos modelos hegemônicos fora dela.

Por se tratar de pesquisa em prisão, há de se lembrar, como já demonstrou Angela Davis (2018) que: gênero é o dispositivo por meio do qual a própria noção de crime se produz como masculina, normalizando a ideia de que as instituições penais masculinas são a regra (Vargas, 2019).

Para a historiadora feminista estadunidense Joan Scott (1989, p.14) gênero é conceito que repousa na articulação entre duas proposições, a saber:

(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e

(2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder [...]

Seria melhor dizer o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.

O conceito de gênero, portanto, é tomado como categoria analítica por ser um dos eixos estruturais que constituem as experiências de encarceramento. O gênero funciona, neste sentido, como marcador fundamental para compreender o posicionamento dessas mulheres, seus discursos e performances próprias a fim de revelar “como se situam no mundo da prisão e vincular a experiência do cárcere à vida na rua, tanto em relação ao período anterior à privação de liberdade como em relação às suas perspectivas de futuro”, nos diz Natália Lago (2017, p. 87- 88).

A desigualdade é fruto da existência de hierarquias sociais estruturais, que moldam desde a forma como enxergamos membros de grupos, os papéis a eles atribuídos e relações interpessoais, até práticas institucionais. As experiências de desigualdades de gênero variam de acordo com outras formas de opressão, ou seja, são constituídas por

constitui por toda a sociedade. O poder deveria ser concebido mais como “uma estratégia”, não sendo, portanto, um privilégio que alguém possui ou do qual se apropria. Acrescenta, ainda, que se deve observar o poder como uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade. Estamos todos envolvidos nessa teia de relações que dá vida e movimento ao poder. É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, “o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (Foucault, 2004, p. 193). Na concepção do filósofo, “o poder é sempre um enfrentamento, uma relação de forças” (Foucault, 2004, p. 175). A referência que faço nesta nota a Michel Foucault tem por finalidade fundamentar as tecnologias e relações de poder encontradas dentro/entre/fora da prisão objeto deste estudo.

inúmeros marcadores sociais que se interseccionam. A “interseccionalidade”⁶, neste sentido, busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação sobre uma mesma pessoa.

NA CONTRAMÃO DAS ESTATÍSTICAS

Importante atentar para o fato de que a população do Estado do Rio Grande do Sul, cuja colonização a partir final do século XIX se deu, essencialmente, por imigrantes italianos e alemães, registra, segundo dados do IBGE⁷, a seguinte distribuição por cor/raça, considerando-se a autodeclaração: 78,4% branca; 6,5% preta; 14,7% parda e 0,3% indígena. No que se refere a população carcerária feminina do estado, considerando-se os últimos dados do SISDEPEN – 2023/2⁸, de um total de 1.518 mulheres encarceradas, tendo-se em conta, exclusivamente, as confinadas em celas físicas, temos a seguinte distribuição: 986 mulheres brancas; 306 pardas; 190 pretas, 19 amarelas; 07 indígenas e 02 não informados. Estes dados se refletem, nas devidas proporções, na unidade prisional em estudo, ou seja, no período da pesquisa de campo, encontravam-se confinadas em regime fechado, uma média (em razão das constantes entradas e saídas) de trinta e oito mulheres. Somente duas se autodeclararam pretas e quatro pardas.

Não por acaso, as mulheres que “passam” pela prisão de Bagé, são, em maioria, autodeclaradas brancas, o que contrasta com os dados da população carcerária nas demais regiões do país⁹, assim como demonstram as evidências empíricas encontradas na maior parte das pesquisas sobre prisões¹⁰ de que pessoas pretas/pardas e pobres são as mais perseguidas pelo sistema de justiça criminal e vitimadas pela prisão.

Teresa, uma das minhas interlocutoras brancas, 35 anos, cumprindo a terceira condenação por tráfico de drogas, relata sua impressão quando questiono sobre a branquitude das mulheres envolvidas no tráfico (90% das mulheres presas) que se encontram custodiadas em Bagé:

⁶ Sobre isso ver Crenshaw, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acesso em: 31/01/2024.

⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados sobre a distribuição da população por cor ou raça, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – Brasil, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 21/12/2023.

⁸ Secretaria Nacional de políticas penais (SENAPPEN). Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN). Brasília, 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibDY2ODEzOTgtYmI1My00ZmVhLWlWMTFmTlJZDQwZWRIYjdhliwidCI6ImViMDkwNDIwLlTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLlRiOGRhNmI0MzThlMSI9>. Acesso em: 20/04/2024.

⁹ Secretaria Nacional de políticas penais (SENAPPEN). Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN). Brasília, 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibDY2ODEzOTgtYmI1My00ZmVhLWlWMTFmTlJZDQwZWRIYjdhliwidCI6ImViMDkwNDIwLlTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLlRiOGRhNmI0MzThlMSI9>. Acesso em: 20/04/2024.

¹⁰ Alves, 2020; Barbosa, 2005; Davis, 2018; Mallart; Godoi, 2017.

O que que os traficantes procuram? Procuram uma guriazinha, bonitinha, novinha, que vai fazer as coisas para eles e que não vai chamar a atenção na rua – querem uma figura que não chame atenção. Vamos ser bem realista, se colocar uma menina negra, pobre, mal vestida dentro de um ônibus de viagem e uma menina branca, bonita, bem-vestida para carregar uma droga, o policial vai abordar quem? (Teresa).

Teresa, a partir da sua percepção e experiência, seja nos “trâmites” das drogas, seja como mulher encarcerada, revela que são sobre os corpos pretos/pardos que recai a atuação policial e do sistema penitenciário, justificando, assim, a “preferência” dos traficantes por captar mulheres brancas que, como vimos, se reflete na população carcerária feminina na prisão de Bagé.

Tomando como plano de fundo esta particularidade, farei referência a branquitude¹¹ das mulheres com o objetivo de chamar a atenção para as relações de poder existentes, não somente entre brancas e não-brancas, mas também entre as próprias interlocutoras brancas, nas relações que compartilham entre si.

Valho-me aqui das lições trazidas por Lia Verner Shucman (2012) que lembra o fato de que:

As características da identidade racial branca produzem significados, sentidos e formas de agir e se movimentar no mundo diferentes em cada sujeito. Cada sujeito se “torna” branco e exerce o poder da branquitude de uma maneira, entrecruzando sempre com outros aspectos relacionados a classe, gênero, história de vida, etc (Schucman, 2012, p. 30).

Esta linha de pensamento, me permitiu observar, entre mulheres brancas¹², o entrecruzamento citado por Shucman (2012) para compreender as formas de poder da branquitude no contexto deste estudo, “no exato ponto no qual ele se estabelece e produz efeitos” (Foucault, 1999, p. 33).

Com o objetivo de trazer a questão para o campo da prisão, buscando demonstrar quais os sentidos e significados dados à branquitude e como se hierarquizam as relações de poder entre as pessoas no contexto prisional, chamo atenção para uma prática habitual que ocorre entre as mulheres, extraída das narrativas das colaboradoras da minha pesquisa.

¹¹ Ao chamar atenção sobre a branquitude das interlocutoras, utilizei como referência o significado explorado por Lia Vainer Schucman em sua tese de doutorado - *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana* - “A branquitude se refere a um lugar de poder, de vantagem sistêmica nas sociedades estruturadas pela dominação racial. Este lugar é, na maioria das vezes, ocupado por sujeitos considerados brancos” (Schucman, 2012, p. 102).

¹² Incluo, além das mulheres presas, as pesquisadoras, operadoras do sistema de justiça, funcionárias, policiais e visitantes.

No caso ao qual me refiro, a administração do presídio disponibiliza vagas de trabalho para execução de tarefas domésticas dentro do alojamento – é a chamada “liga de remição”¹³. Havendo vagas a serem preenchidas, a equipe de segurança da casa prisional avalia e seleciona a(s) mulher(s) a partir de uma lista de voluntárias. Firmada a liga entre a administração e a mulher presa, esta passa a executar a tarefa que lhe foi confiada, tais como: limpeza dos banheiros, limpeza dos corredores do alojamento, distribuição do “rancho”¹⁴ que recebem da instituição semanalmente, entre outras atividades necessárias para o funcionamento do alojamento. Ocorre que, nas práticas carcerárias, a mulher que faz a liga, ao invés de executar o serviço, acaba por contratar outra mulher presa para a realizar a tarefa em seu lugar – estas são conhecidas como as “contratadas”. Este “contrato” que acontece entre mulheres presas reproduz uma prática que acontece do lado de fora, conforme registro de Mariana Lins Silva em sua pesquisa sobre a divisão sexual do trabalho na atuação de mulheres visitantes de pessoas presas onde afirma que “boa parte das mulheres brancas com algum poder aquisitivo terceirizam a realização de parcela das atividades domésticas” (Silva, 2019, p. 11).

Mara, Ana e Nina, algumas das “contratadas”, falam sobre a relação espúria de trabalho:

Quem tem liga é VIP¹⁵, não faz o trabalho e paga para outra presa fazer o serviço, O banheiro não pode estar sujo. Limpo três vezes por dia (Mara).

Tu não é oprimida para fazer. Elas não vão abusar e te mandar lavar a louça (Ana).

Lavo roupa para dez mulheres. Ganho 80,00 por mês ou 30,00 por semana. Junto o dinheiro para pagar o aluguel da minha casa que mantenho para quando sair da prisão. (Nina).

Observando a relação que se estabelece entre contratantes e contratadas e refletindo sobre a branquitude de minhas interlocutoras, constatei que existem brancas que são “mais brancas” que “outras”,

¹³ Remição – Instituto previsto no Art. 126 da Lei de Execução Penal - O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. A contagem de tempo será feita à razão de um dia de pena a cada três dias de trabalho ou por doze horas de estudo, divididos em, pelo menos, três dias.

¹⁴ Rancho é uma expressão usual no Rio Grande do Sul que significa uma compra grande, a compra que se faz para o mês, ou seja, no caso específico do presídio em estudo, o conjunto de gêneros alimentícios (de necessidades básicas) fornecido pela administração prisional, semanalmente, para as mulheres confeccionarem suas refeições no alojamento. As mulheres, portanto, não comem a comida preparada na cozinha dos presos (geral) que se destina exclusivamente às galerias masculinas. Quando o “rancho” é entregue no alojamento, a “contratada” executa a tarefa de dividi-lo para os diversos grupos de mulheres.

¹⁵ *Very Important Person* – Pessoa mais importante (tradução da autora).

revelando, assim, a posição de poder na sociedade brasileira. Quanto mais branco for, maior será o status frente às demais categorias raciais.

Na análise de Schucman, as nuances das tonalidades do branco estão interseccionadas às diferentes classes sociais a que os sujeitos pertencem, ficando claro que “há uma divisão interna ligada à condição socioeconômica” (Schucman, 2012, p. 95).

Constata-se, na situação narrada acima, que as “contratantes” possuem uma condição econômica mais confortável que as contratadas levando-se em conta o suporte que recebem das famílias, ilustrado pelo recebimento da sacola¹⁶, da visita dos familiares ou mesmo do pagamento do advogado para defendê-las. As “contratadas”, ao contrário, com raras exceções, são mulheres que não possuem uma rede de apoio extramuros. Seriam, então, as contratantes mais brancas que as contratadas? Ser *VIP*, no dizer de Mara, significa ter uma posição hierarquicamente superior às contratadas nessa relação?

Estas indagações me fizeram pensar no sentido da branquitude para outras relações existentes entre dentro/fora dos muros e, assim, questionar: As mulheres livres são mais brancas que as presas? A mulher que é “plantão”¹⁷ do alojamento é mais branca que as demais mulheres confinadas junto com àquela? A professora que faz pesquisa é mais branca que a mulher que faz visita? A funcionária da instituição ou a juíza que condena e aprisiona as mulheres são “mais brancas” que a pesquisadora? Tais questionamentos, portanto, me levaram à necessidade de refletir mais detidamente sobre algumas dinâmicas de relações raciais que observei nas interações em campo.

A sobreposição de vulnerabilidades carregadas pelas mulheres encarceradas, sejam brancas ou não, por si só, as coloca em uma relação hierarquicamente subalterna na sociedade.

A prisão, neste sentido, induz a uma experiência que racializa as pessoas na medida que acentua estereótipos e marca a diferença com relação às mulheres em liberdade. A mulher presa vivencia o estigma¹⁸ por conta de uma série de contingências que a levaram à criminalidade, ou seja, a prática de um crime e a passagem pelo sistema prisional a inabilita, a desqualifica para aceitação social plena. O estigma, segundo Goffman (1982), não pode ser compreendido apenas pelo atributo depreciativo da pessoa, mas pela linguagem das relações, quer dizer, o que os membros do grupo pensam, dizem e como se comportam com relação aquela pessoa. Assim, esta mulher, com sua “identidade deteriorada” (Goffman,

¹⁶ Expressão usual no presídio para designar o invólucro plástico grande e transparente que armazena os alimentos, roupas e itens de higiene pessoal que são carregadas pelas visitas.

¹⁷ A agência de “prefeita do alojamento”, assim designada pela direção do presídio, consiste em ocupar a posição de liderança do espaço onde estão encarceradas.

¹⁸ Estigma para Erving Goffman são identidades deterioradas, por uma ação social, que representam algo mau dentro da sociedade e, por isso, deve ser evitado. Neste trabalho utilizo, dos três tipos de estigma elencados por Goffman àquele que se refere as culpas de caráter individual percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical (Goffman, 1982, p. 6).

1982), “revitimizada” (Martins; Gauer, 2020) pelo poder punitivo estatal tende a ser menos branca que outras que não passaram pela experiência do cárcere.

Quando as pessoas tomam conhecimento que sou ex-presidiária me tratam diferente. Reflete até nas vendas dos meus produtos de beleza. Só o fato de saberem que meu esposo está preso, é diferente (Cida).

Quando saímos deste lugar não temos oportunidade de trabalhar, sem dinheiro e às vezes nem casa para morar. Minha família está em Minas Gerais. Saí em domiciliar e tive que ir morar na casa do pai do meu companheiro que também está preso (Joana).

Porque não tem casa na rua, a gente sai daqui sem nada, os filhos atirados um em cada canto passando trabalho, o que tu tinhas antes perde tudo e fica anos longe da tua família (Mara).

Clara foi a primeira interlocutora que entrevistei dentro da prisão. Ela é a “plantão” do alojamento. Condenada a trinta e um anos de reclusão por chefiar o tráfico de drogas no município vizinho de Pinheiro Machado. Essa mulher branca que ocupa a função de liderança no espaço de confinamento, seja pela sua condição financeira ou pelo histórico no “mundo do crime” (Ramalho, 2002) como “patroa do tráfico”, a posiciona, dentro daquele ambiente, em um lugar hierarquicamente superior. Registre-se que a escolha para a função da “plantão” é prerrogativa da equipe de segurança da casa sendo, assim, as condições citadas, pressupostos para sua indicação. *Dentro da prisão, hoje em dia, os homens costumam comentar que eu tenho mais palavra que muitos homens – sou mais “resposta” que vários vagabundos...é o que dizem (Clara).*

Em minha experiência, ao pesquisar o dispositivo carcerário, entendi que o valor associado ao fato de ser professora universitária no curso de direito e ser conhecida por alguns funcionários em outras incursões que fiz no mesmo presídio são fatores que me conferem certos “privilégios” nos atravessamentos entre a rua e a prisão, mas quero destacar, nesse ponto, para a cor branca de minha pele que se destaca quando comparada a brancura da mulher que faz visita a seu familiar preso, tendo em conta, a exemplo do que vivenciei em campo, que não sou submetida aos procedimentos de escrutínio do meu corpo e de minha “sacola”, ao contrário do familiar que, obrigatoriamente, é submetido aos procedimentos de revista.

Natalia Padovani (2019), antropóloga, mulher de classe média e branca, no artigo *Na caminhada: “localizações sociais” e o campo das prisões*, descreve seus processos de entrada nas unidades prisionais femininas de São Paulo - como pesquisadora, voluntária e familiar. De modo similar a minha experiência em campo, narra que, ao ingressar na Penitenciária Feminina da Capital como pesquisadora, passou por uma revista burocrática e branda que consistiu em ter seus documentos

registrados na portaria da unidade, seus pertences (gravador de voz, cadernos e canetas) mostrados à chefe do plantão, enquanto seu corpo atravessava um detector de metais, naquele dia, desligado - “Como pesquisadora, não teria de tirar a roupa e fazer revistas íntimas sobre o espelho no chão do vestiário - processo clássico da revista auferida aos familiares de presos e presas” (Padovani, 2019, p. 11), mesmo procedimento que vivenciou quando ingressou como familiar no Centro de Progressão de Pena do Butantã.

Natália acrescenta:

Ser localizada na prisão como antropóloga significava ser nomeada de “tipo Indiana Jones”. Uma nomeação vinculada com a branquitude que edifica os saberes reconhecidos como próprios da instituição universitária. A essa masculinidade branca, não recai sequer o funcionamento do detector de metais em seu processo de revista (Padovani, 2019, p. 26).

Em contrapartida, pensando nas assimetrias e hierarquia das relações, minha cor branca deixa de ser tão alva em relação a das mulheres brancas funcionárias do presídio - que também estão subordinadas às regras institucionais enquanto policiais penais que são - que impingem a mim a submissão às regras da administração que determinam quando posso entrar ou sair da prisão, quais objetos posso carregar, em quais espaços estou autorizada a ingressar, entre outras tantas condutas que me posicionam em campo.

AMARRAS FEMININAS

A vida de Mara e das mulheres que com ela dividem o pequeno espaço adaptado, é feita de amarras e de tentativas de resistência a situações que, frequentemente, remetem ou reforçava a condição de subordinação ou opressão vivenciada em suas relações familiares e afetivas durante suas trajetórias (Bernardi; Silva, 2023).

Refletir sobre os percursos criminais e biográficos destas mulheres pode, deste modo, contribuir para que se pense em que medida, enquanto agentes de ação social, se interconectam as posições de vítima e/ou cúmplice e quais alternativas encontradas por elas (Cunha; Fernandes, 2015, p. 2461) para que resistam à violência perpetrada nas suas interações sociais - pela família, pelos parceiros e pelo próprio cárcere. A agência de resistência somada ao desejo de romper com práticas vivenciadas em seu cotidiano a fim de dar um novo significado às suas trajetórias, remete às concepções de subjetivação e sujeição, conforme já escreveu Butler (2010, p. 11): *el sujeto se forma en la sujeción*¹⁹.

Mulher, de cor preta, 45 anos de idade, Mara foi condenada pelo crime de tráfico de drogas há mais de vinte dois anos de pena, em três processos judiciais distintos. É mãe de seis filhos. Os pais dos dois mais

¹⁹ O sujeito se forma na sujeição (tradução da autora)

velhos faleceram há alguns anos e são frutos de relacionamentos de um tempo em que Mara trabalhava como prostituta no centro de Bagé. Os quatro mais novos são filhos do seu casamento com Gringo²⁰ - o marido que a “tirou da prostituição”.

Tinha muitos embates com sua mãe, mulher muito rigorosa segundo Mara e, em razão das brigas constantes, ela decidiu fugir de casa com catorze anos indo morar na rua. Perdeu a virgindade com o pai do primeiro filho e logo ficou grávida. Viveu na casa da família dele por três anos e, ali, começou a passar trabalho. Além da violência que sofria por qualquer motivo, seu companheiro não cumpria com a função de “provedor”.

Para poder sustentar o filho, foi para a prostituição: “Fui ser profissional do sexo”, uma trabalhadora autônoma que administrava seu corpo, não tinha patrão, escolhia os clientes, negociava os valores dos programas e decidia o lugar dos encontros. Cuidava do filho e do marido e trabalhava – dividindo-se entre família e profissão na dupla carreira da mulher prostituta. A prostituição, na variedade tipológica²¹, apresentava-se para Mara como estratégia de sobrevivência.

Com o tempo, cansada de sustentar o companheiro, terminou o relacionamento afetivo seguindo com sua atividade profissional. Nesse período engravidou do segundo filho.

Eu era uma mulher bem ajeitada, que chamava atenção. Tive cliente fixo e de destaque. Eu costumava ir para a estância de um poderoso coronel da cidade, fui contratada pela esposa dele como empregada doméstica. Na campanha eu era tratada como princesa, ganhei até ouro! O coronel me tirou das ruas e montou uma casa para mim²² (Mara).

Mas, com o passar dos anos, a condição de amante não lhe encantava mais, pois ele passou a negar-lhe dinheiro, quando, então, o caso esmoreceu²³.

²⁰ Alcinha em razão da origem alemã.

²¹ Natânia Lopes, no episódio do podcast: É tudo Culpa da Cultura – Amor de puta, fala sobre suas pesquisas no campo da prostituição. A antropóloga entende que, no chão do campo, não existe fronteira entre a mulher que se prostitui por necessidade e outra que é prostituta de luxo, pois todas teriam outras opções de trabalho para ganhar dinheiro. Segundo ela, o argumento da “necessidade” é recorrente na fala da maioria de suas interlocutoras, seja qual for essa necessidade: pagar o cartão de crédito ou a faculdade, sair de casa porque sofre violência, sustentar os filhos, etc. A mulher que se prostitui por necessidade tem um alívio moral, fica menos poluída, menos suja, menos moralmente reprovável. Disponível em:

<https://www.spreaker.com/episode/e-tudo-culpa-da-cultura-02-amor-de-puta--57171066>. Acesso em: 17/02/2024.

²² Na vivência do dia-a-dia coloca-se em ação uma estrutura performativa em que os valores são reatualizados onde o companheiro continua sendo um marido apesar de não se conformar a definição ortodoxa (Fonseca, 1996, p. 26).

²³ Mara acreditava, naquele momento, que a relação com o coronel lhe proporcionaria uma vida diferente da que vivenciava na prostituição. Para tanto, caberia a ele o dever de prover o sustento dela e de seus filhos, enquanto a ela o dever de cuidar da casa e da “família”. A filósofa Silvia Federici, para quem o trabalho doméstico está no centro da discussão sobre igualdade entre mulheres,

Fui, então, morar em uma quitinete e trabalhar no Bar do Amassado²⁴. Atendia meus clientes em duas pensões perto do bar. Fiquei mais de dez anos sem marido, me virando, me sustentando, viajando para todos os lados com os clientes, até conhecer o homem que seria o pai dos meus quatro filhos e quando saí da vida, tudo desandou (Mara).

Mara conheceu Gringo no referido bar. No início era cliente, com o passar do tempo tornou-se esposo. Para ela aquela união significava mais do que suprir as necessidades dos filhos, mas a possibilidade de alcançar um status respeitável que não conquistou com o coronel. Era a possibilidade de ter uma experiência de vida diferente daquela que tinham as mulheres de sua família.

A aposta de Mara no casamento se revelava na forma de um novo empreendimento na própria construção como pessoa, como mulher que “tem moral”, que trabalha, que sustenta os filhos. A possibilidade de formar uma família era não só a oportunidade de sair da prostituição, mas acima de tudo, de ter e dar uma vida digna aos filhos.

Eu pensei...ele vai me tirar dessa vida. Até porque eu sempre fui mulher trabalhadeira de campanha. Todo mundo cozinheira profissional. Era uma família muito severa com meus avós. É a oportunidade de sair dessa vida...me casei (Mara).

O casamento com o Gringo não se concretiza como ela esperava:

No início maravilhoso como sempre! Aceitou meus filhos. Pai maravilhoso! Tudo maravilhoso! Ele era colono, assentado. Até eu ir para a campanha. Quando fui para campanha é que conheci verdadeiramente quem ele era. No início, dizia que era ciúme por eu ser nova, bonitinha. O primeiro tapa tu aceita, perdoa. O segundo tapa tu aceita, perdoa. O terceiro tapa tu já não aceita, mas já tá com medo. O quarto tapa tu já começa a ser humilhada - porque ninguém vai te querer, porque tu és uma vagabunda, eu te tirei da vida, olha a vida que te dei, te botei no meio da minha família, hoje tu é uma moral, uma mulher de respeito. Só tem que aceitar. Ou tu queres voltar para a vida? - dizia o marido. A gente vai priorizando os filhos, aceitando, submissa. (Mara).

esclarece: “Tradicionalmente o casamento era a solução. A mulher tem de achar um homem que traga o salário para casa”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-eles-chamam-de-amor-nos-chamamos-de-trabalh-o-nao-pago-diz-silvia-federici/>. Acesso em: 22/02/2024.

²⁴ O Bar do Amassado era um estabelecimento comercial no centro de Bagé, onde a música e as danças aconteciam diariamente.

Apesar de ser muito maltratada pelo marido, foi aceitando tudo porque pensava nos filhos, como ela repete por diversas vezes durante a entrevista. Após viverem juntos por dois anos, a gravidez da primeira filha do casal piorou sua condição que, naquele momento, se via ameaçada de morte. Então, foi morar com a sogra na tentativa de amenizar a situação. “A sogra pior que o marido!”

Foi em um assentamento que conheceu o preconceito que sofreu da família do Gringo. A discriminação sofrida por Mara é a “reiteração de um processo histórico de subordinação e de subjugação” (Alves, 2020, p. 48).

Eu era a “negra”, a “empregada”, eu, meu filho mais velho e as outras que eram da minha cor, era na cozinha. Meu segundo filho que é alemão de olhos verdes e a guria que nasceu branquinha igual ao pai eram os netos, podiam ficar na sala. A cor existe! A gente vê na televisão. Mentira!

Existe na vida real. Só quem passa sabe a dor que é tu ser rejeitada pela cor (Mara).

Amarrada àquela relação, a vontade de fugir daquele lugar, daquele relacionamento só aumentava, assim como o medo que sentia do Gringo:

Fui me submetendo aquele casamento abusivo que até então... hoje tem nome para tudo, antigamente não tinha nome. Se a mulher deixa é sem vergonha! Hoje em dia tem nome para relacionamento abusivo. Não tinha choro minha filha! Toma pau e vai se levantar para fazer comida. É essa a vida da mulher antigamente. E foi por tudo isso que eu passei, até perder todos os dentes da boca, até ter problema cardíaco, até ter diabetes. Porque a gente adquire tudo isso. Na campanha? Não tem nada. Tu toma pau e vai fazer teu serviço e ainda serve o marido de noite! É isso que eu vivi durante 16 anos, até chegar o caso pior da minha vida que foi vir presa (Mara).

Um dia, Gringo resolve mudar da zona rural para a cidade trazendo Mara e os filhos para morar em Bagé. O sustento seria garantido pelo tráfico de drogas à revelia dela. Até que um flagrante em sua casa, pela polícia, culmina na prisão de ambos.

Vim presa com o marido. Tu és traficante igual! Tu és traficante junto! Vim presa a primeira vez, o homem chegou na delegacia e disse: eu e a minha mulher. Invadiram a casa, pegaram ele, eu nem sabia que tinha droga, nem sabia que tinha nada, eu lavando roupa com um barrigão, grávida, parei aqui dentro. Veio uma lei que tinha que “largar” né? Me largaram! Me largaram grávida! (Mara).

Mara encontrava-se grávida e, por esse motivo foi “solta”²⁵. Passa, então, a visitar o marido na prisão, quando conta que era agredida por ele no pátio, fato que demonstra como as relações dentro/fora da prisão são tensionadas pelas próprias fissuras corporais dos que se relacionam com as instituições prisionais (Padovani, 2017).

Essa experiência de mobilidade - dentro/fora/dentro do sistema prisional - é comumente encontrada nas trajetórias carcerárias das mulheres - num momento estão do lado de dentro, confinadas e, em outro, do lado de fora, numa outra condição, a de visita, atravessando a fronteira da rua para a prisão para estar, semana após semana, com seus maridos/companheiros. Entrar na prisão na condição de visita, agora como “mulher de preso” (Lago, 2019), requer submeter-se a diversos procedimentos que envolvem o deslocamento de casa em direção à prisão, vestir-se de acordo com as regras institucionais, carregar o alimento que supre necessidades, aguardar na fila de entrada em dias quentes, frios ou chuvosos, sujeitar-se a ter o corpo vasculhado.

Estando na rua, iniciava uma nova experiência de aprisionamento, um processo de “prisionização secundária” (Comfort, 2007, p.1055), visto que passa a vivenciar a realidade do cárcere enquanto “mulher de preso”, compreendendo, por consequência, “os sentidos de liberdade e de aprisionamento” (Lago, 2017, p. 37), passando o dispositivo prisional a fazer “parte integrante do funcionamento da relação” (Comfort, 2007, p. 1056). Do lado de fora, Mara permanecia amarrada a prisão através do casamento.

Gringo continuou comandando o tráfico de dentro do sistema, afinal, ali que se “aprende a interiorizar” (Barbosa, 2001, p.173), ou seja, onde se estabelecem as conexões, exigindo que Mara “fizesse a mão” nas tramas do tráfico - recolher o dinheiro e abastecer os pontos de drogas - tudo sob ameaça caso deixasse de visitá-lo ou não obedecesse às suas ordens.

No tráfico, Mara também estava amarrada. Foi numa das corridas da atividade ilegal que ela foi surpreendida e presa novamente. Na prisão, “subia”²⁶, duas vezes na semana, para o encontro íntimo com o marido e, ali, continuava apanhando e aguentando as visitas das amantes que ele recebia.

As mulheres se veem envolvidas e (sub)julgadas a diferentes sistemas de subordinação orientados pela lógica masculinidade: por um lado, pelo ordenamento jurídico/prisional “oficial”; por outro, pelas dinâmicas prisionais subjacentes (re)produzidas no fundo das celas e galerias que as mantêm presas a um regime de ordenamento organizado através de práticas e discursos masculinistas. Esses sistemas se revelam pela punição, opressão, submissão e violência perpetrada dentro e fora dos muros da prisão.

²⁵ Mara refere-se a prisão domiciliar em razão da gravidez.

²⁶ Subir é o verbo comumente utilizado na prisão de Bagé para se referir ao deslocamento das mulheres presas para encontrar os maridos na visita íntima, pois saem do alojamento, localizado do lado oposto da área externa que separa o anexo do presídio e caminham até o prédio principal onde ficam as galerias/celas dos homens.

No capítulo 3 do livro “Etnografia de documentos” (Ferreira; Lowenkron, 2019), Natália Padovani olhou mais detidamente para a justaposição entre os processos jurídico-policiais e para “outros aparelhos jurídicos” constituídos pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Os trâmites, no registro feito por Natália, significam os procedimentos documentais policiais, judiciais, mas também os trâmites da vida íntima, revelados pela personagem de sua pesquisa. São os trâmites que “enlaçam/desenlaçam pessoas e histórias”, diz a autora. “Trâmites de processos judiciais que funcionam também com o PCC” (Padovani, 2019, p. 79).

Com Mara os “trâmites” não eram diferentes daqueles narrados por Padovani. Mara se via envolta por uma trama urdida entre os procedimentos jurídicos-prisionais, afinal, estava confinada numa “prisão masculina” e pelos discursos e práticas que, na verdade, antecederiam o encarceramento, pois o “padrão” masculinista da rua, se reproduzia do lado de dentro, como já demonstrado através de suas experiências ao longo da vida.

Sua filha caçula foi concebida na prisão e, grávida, não conseguiu, sequer, sair em prisão domiciliar. Enquanto estava cumprindo a prisão preventiva, foi ouvida pela Juíza que, em audiência, na frente de Gringo, perguntava a ela de quem era a droga que havia sido apreendida:

Ela olhava para mim e dizia: Tu não vais dizer de quem é a droga? Mas como é que eu vou dizer de quem é a droga? Esse homem vai me matar lá dentro, eu vou morrer. Eu olhava para a mulher e só chorava. Teve a capacidade de ir eu e a amante numa das audiências dele. E a mulher disse que pegou a droga comigo ! Mas como se eu estava presa? Toda sorte que eu não peguei essa cadeia. Mas como? Se eu nem conheço essa mulher. Ah! Mas ela é amante, tem uma disputa dela aqui (Mara).

Na fala de Mara, observa-se com precisão como as tecnologias de gênero operam em escalas diversas, tanto a nível macro como nas micropolíticas da vida intramuros. Ao lado dos discursos e das relações de poder, as tecnologias de gênero são instrumentos que operam na produção das subjetividades, das autorrepresentações e das resistências, como já escreveram (Lauretis, 1994; Caldeira; Paraíso, 2016). O gênero também é produzido nas margens das representações dominantes, nos trânsitos dos sujeitos presos entre as diversas categorias de identidade e sexualidade. As performatividades subversivas de gênero a nível micro das relações entre as pessoas presas atuam enquanto mecanismos de agência, resistência e, muitas vezes, sobrevivência para a população presa (Vargas, 2019).

As diversas formas de expressões de poder exercem controle sobre o corpo, sobre os gestos, as atitudes, os comportamentos, hábitos e discursos, inclusive norteando os enunciados de “verdades”, mantendo e partilhando os modos adequados, corretos e os padrões que devam ser

adotados nas relações. O que temos por verdadeiro, correto, normal, justo e adequado é justamente o que as pessoas aceitam e legitimam por meio de poderes estabelecidos, de modo que se tornam também reprodutoras, vigiando e punindo as outras que, de algum modo, fogem do convencional estabelecido, de acordo com uma conveniência, instituição ou cultura (Foucault, 2004).

Retomando a história de Mara, para sua surpresa, Gringo consegue o indulto²⁷, enquanto ela teria que permanecer presa:

Eu sou trabalhadeira! Tanto é que eu vim para cozinha e fiquei quatro anos, só saí para o semiaberto. Trabalhei, dei minha filha para minha mãe, fiquei aqui trabalhando, cozinhando, saí direitinho para o semiaberto com a minha remição e pensei...estou livre! Estou livre desse homem! Mentira! O homem ganhou indulto. Perdão da pena! Não, eu atirei pedra na cruz! (Mara).

A prisão era para ela um castigo, na verdade, um duplo castigo, pois além de mantê-la confinada e distante dos filhos, a mantinha subordinada a regimes de ordenamento amplamente masculinistas. Na cadeia, a todo momento, as mulheres são lembradas pelos policiais penais de nada reivindicar porque estão em um presídio masculino. Há a constante (re)afirmação de que é um espaço deles e para eles. Quando ela afirma ser aquele um presídio masculino, tem-se a reprodução e autorrepresentação de um discurso que simboliza e constitui a condição das mulheres e dela mesma neste espaço (Lauretis, 1994). Ela pensou que estaria livre do companheiro - ele na rua e ela na cadeia - mas permanecia amarrada a ele, fato este, que para ela, representava outra prisão.

E assim, essa mulher foi cumprindo sua pena, progredindo de regime, realizando trabalho externo, aguentando as ameaças, as punições do marido, dentro de uma perspectiva que se mostrava igual a de tantas mulheres que suportam a condição de opressão naturalizadas no seu cotidiano.

Gringo se fazia presente na ausência de Mara e se ela tentasse romper a relação, as ameaças não tardavam a acontecer:

Porque tu vais voltar, porque vou mandar botar fogo de noite com as crianças dentro, uma ameaça psicológica que enlouquece uma mãe. Porque eu vinha para cá todos os dias e as crianças ficavam e minha família tinha medo dele, eles não me aceitavam em casa por causa dele. E aquilo começou a me torturar, me incomodar e trabalhando, trabalhando e cada vez que eu tinha que vir me encerrar para mim era uma tortura. Ele vinha para cá para a frente e ficava até a hora de eu entrar, sentado ali. Na rua ele voltou para o tráfico. E várias vezes ele me agredia ali na frente, chegava perto

²⁷ Indulto é causa de extinção da punibilidade, concedida espontaneamente pelas autoridades administrativas ou a pedido do (a) condenado (a), consistente no perdão de parte da pena, redução ou comutação da pena de um ou mais sentenciados (Art. 107, II do Código Penal).

de mim me dava tapa, me dava soco, me beliscava, me abraçava, me enforcava, me mordida, fazia horrores! E eu entrava com a cara assim, né? Quieta (Mara).

Tomando conhecimento que havia recebido mais uma sentença por tráfico e que retornaria ao regime fechado, compreendeu que sua única saída era armar a fuga. Foi então que resolveu não voltar mais para cadeia:

Bateu 6 horas eu não me apresentei. Aí fui na minha guria. Ela disse: o pai está dando banho toda hora em nós. Em todos vocês? Não, só em nós (nas meninas). E eu me desesperei! O que que eu tinha? Eu tinha recebido do PAC²⁸ três meses atrasado, estava na minha bolsa e eu tinha um Uno, só que esse Uno não tinha papel. E eu pensei, o que que eu vou fazer? Eu nunca me esqueço da cara da minha mãe. Quando eu acho que não vou aguentar essa cadeia eu penso no que ela falou: os teus problemas na mão de Deus não é nada, que Deus é Deus do impossível, porque se fosse do possível não aconteceria, ele é do impossível! Sabe o que que eu fiz? Eu peguei as crianças, um monte de roupa, bolachinha, leite, bala botei tudo no carro e peguei em direção para fora de Bagé, sem carteira de motorista, sem nada. Fui pela BR, pagando pedágio e tudo, com meus filhos. Para a casa de minha avó que morava em Santa Catarina. Fui embora com eles! (Mara).

“Aquela foi uma viagem maravilhosa! Para as crianças foi como ir para Disney e era para lá que pensavam estar indo, especialmente, depois de avistarem a Estátua da Liberdade”, localizada em frente a matriz da loja que tem esse símbolo como referência.

Foragida noutro Estado, começaria uma nova trajetória, uma outra vida junto aos filhos, livre da prisão, livre do marido. E tudo foi tomando jeito:

Cheguei lá peguei serviço em duas casas de família. Aquelas senhoras foram anjos na minha vida! Eu trabalhava toda semana, elas fizeram contrato trabalhista, sabiam da minha situação, eu trabalhava direto, eu tinha a chave das casas delas, eu sempre fui de confiança, não tinha hora que eles me chamassem que eu não fosse (Mara).

Mara, sentindo-se livre de suas amarras, com boas perspectivas de um futuro diferente daquele que viveu até então, apesar das batalhas que enfrentava para garantir o sustento da família, dava prosseguimento a seus projetos. Passaram-se sete anos, até que um dia, Gringo encontra seu refúgio:

²⁸ Protocolo de Ação Conjunta entre a Prefeitura Municipal e a SUSEPE.

Do nada, ele aparece lá na minha casa, bateu na porteira e disse: “Se tu não me deixares entrar eu mato todos vocês agora”. Estava com um revólver 38. “Vou matar até as crianças e vou te matar”. Eu abri a porta tremendo e eu abri e ele já me deu em mim. Eu não tive reação...abri o portão né? Ele entrou para dentro de casa e ali ele ficou. Foi uma semana, duas semanas para ele fazer o estrago na minha vida (Mara).

A partir daí Mara voltou a viver o sofrimento que já conhecia até que acontece o que ela tanto temia, o pai abusa da filha mais velha.

Mara, então, resolve denunciar o ex-marido numa Delegacia de Polícia. Na condição de mulher foragida, corria o risco de ser presa, mas optou em salvar sua filha: “me entreguei para salvar minha filha porque naquele momento não adiantaria fugir”. Gringo acaba sendo preso e Mara não: “A justiça não me prendeu em momento algum. Ele que destruiu a minha vida! Eu nunca mais vi ele depois da delegacia”.

Passados alguns meses, seu filho mais velho é preso em Bagé e ela, então, retorna à cidade natal para buscar a nora grávida e a neta. Em Bagé, reencontra um ex-namorado e vai morar com ele em uma chácara, em um município vizinho – Hulha Negra. Nesse período, tinha por hábito vir a Bagé, semanalmente, para fazer o rancho e comprar remédios para a filha caçula. Costumava ficar na casa do irmão de criação de seu marido para aguardar o horário do ônibus para retornar à chácara.

O que Mara não imaginava é que seu cunhado estava sendo vigiado pelo serviço de inteligência da polícia, por estar traficando drogas. Entre idas e vindas, numa manhã de sábado, ela e o companheiro são presos, acusados por tráfico. A droga encontrada era do cunhado que não estava presente no momento do flagrante e a nova acusação recai sobre eles, especialmente, sobre ela por ser uma foragida da justiça. Ambos foram condenados e retornaram à mesma unidade prisional, compartilhando afetos, dificuldades e expectativas nas visitas íntimas que acontecem regularmente.

Hoje eu estou tão feliz com o relacionamento que eu tenho, com o pai que eu tenho para as minhas filhas, sabe? Com a felicidade delas. Eu estou tão feliz agora que sete anos (tempo que falta a cumprir) não é nada perto do que nós já passamos, entendeu? É bom hoje eu estar aqui porque já tenho uma carteira de identidade, hoje eu estou viva de novo! (Mara).

Foi, assim, que depois de sete anos foragida, está novamente presa. Confinada no Presídio de Bagé quis contar para a professora que faz pesquisa como tentou e conseguiu salvar os filhos.

Um ano se passou e voltei a encontrar Mara no presídio. O que ela não contava, depois que parte das penas do casal foram cumpridas, é que o companheiro, ao sair da prisão em regime semiaberto, fosse abandoná-la.

Quando indaguei como estava o casamento, ela exclama:

Até que o regime semiaberto os separe! Aqui dentro eles viram poeta, romântico! Tudo que uma mulher quer num homem tem na cadeia! Enquanto ele está preso precisa da mulher! (Mara).

Mara, dentro das possibilidades que se apresentavam, tentou romper com essas práticas. As estratégias de resistência diante de episódios que acontecem em momentos críticos de sua vida, importam para ela, em rupturas, tanto quando se viu cansada da prostituição e buscou outra vida decidindo se casar, quando foragiu da prisão, quando se entrega às autoridades para por fim, definitivamente, com o casamento e salvar a filha, ou ainda, em investir em um novo relacionamento que, ao final, não prosperou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Mara revela, em momentos e contextos diversos, posições de sujeição e submissão ou subalternidade incorporadas e perpetuadas em suas experiências pessoais. Desde seu relacionamento com o pai do seu primogênito, passando pela prostituição, o casamento com Gringo, incluindo-se sua inserção no tráfico de drogas e mesmo na prisão, colocam-na em uma condição de subalternidade em relação ao marido.

Ao romper com as amarras, ainda que as marcas desses momentos tenham permanecido presentes, as mulheres, envoltas nas tramas das relações de poder pelos laços do casamento ou pelo aprisionamento, ressignificam identidades, redimensionam o tempo e reconfiguram as famílias.

Neste cenário, em meio a tantos trânsitos dentro/entre/fora de seus muros permeáveis, compreender a prisão e os transbordamentos que ultrapassam seu muro é relevante, para apreender a experiência das mulheres que “passam” pelo cárcere construída através das dinâmicas entretecidas por uma série de normas, de relações/associações, de objetos e discursos que, frente à fixidez do encarceramento, as barreiras que limitam o território da prisão se desfazem revelando (i)mobilidade aos arranjos prisionais investigados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Dina. **Corporografias raciais: uma etnografia das captividades femininas negras em São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020. Disponível em : <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/23602/2/Dina%20Alves.pdf>. Acesso em: 15/06/2023.
- BARBOSA, Antonio R. Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Revista Alceu**, v. 2, n.3, p. 166-179, jul/dez 2001. Disponível em: http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu_n3_Antonio.pdf. Acesso em: 23/06/2023.
- BARBOSA, Antonio R. **Prender e dar fuga: biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.
- BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 30/07/2023.
- BRASIL. **Lei nº 7.210** de 11 de julho de 1984. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 30/07/2023.
- BERNARDI, Maria Luiza L.; SILVA, Lourdes Helena. M. da. **Amarrações femininas: gênero e sexualidade na fronteira da prisão**. GT 137: Violência e desigualdade na justiça criminal sob uma perspectiva de gênero. XIV Reunião de Antropologia do Mercosul - 01 a 04 de agosto de 2023, Niterói, RJ.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Coleção sujeito e história. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.
- BUTLER, Judith. **Mecanismos psíquicos del poder**: teorias sobre la sujeción. 2. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2010.
- CALDEIRA, Maria Carolina da S.; PARAISO, Marlucy. A. Tecnologias de gênero, dispositivo de infantilidade, antecipação da alfabetização: conflitos na produção de corpos generificados. **Revista Educação e Pesquisa**, n. 42, v.3, jul/set 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/9cqP3hPKsZ7stNzKfBZTb6g/#>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

CHIES, Luiz Antonio B.; BARROS, Ana Luiza X.; LOPES, Carmem Lucia A. da S.; COLARES, Leni Beatriz. C.; OLIVEIRA, Sinara. F. de. A prisão dentro da prisão: uma visão do encarceramento feminino na 5ª Região Penitenciária do RS. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, Ano 17, n.79, Jul-Ago, 252-280, Revista dos Tribunais: São Paulo, 2009.

COLARES, Leni Beatriz C. Tecnologia de gênero e confinamento feminino: registros das dinâmicas punitivas sobre mulheres encarceradas em uma prisão mista. In: **Fazendo gênero 8 – corpo, violência e poder**. Florianópolis, 2008.

COMFORT, Megan. Partilhamos tudo o que podemos: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades. **Revista Análise Social**, vol. XLII (185), 2007, 1055-1079. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/issue/view/1688>. Acesso em: 24/02/2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero Brasília. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados — Enfam, 2021. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br> e www.enfam.jus.br. Acesso em: 31/01/2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 31/01/2024

CUNHA, Manuela Ivone. **Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos**. Nouvelle édition [en ligne]. Lisboa: Etnográfica Press, 2002 (généré le 17 septembre 2019). Disponible sur Internet : <http://books.openedition.org/etnograficapress/476>. ISBN: 9791036511295. DOI : 10.4000/books.etnograficapress.476.

CUNHA, Tania R. A.; FERNANDES, Gabriela A. Violência conjugal contra a mulher: vítima, cúmplice ou sujeito capaz de romper com a violência. **Colóquio do Museu Pedagógico**. Vol. 11, n. 1, 2015. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/view/5098>. Acesso em: 15/06/2023.

DAVIS, Angela. Como o gênero estrutura o sistema prisional. In: **Estarão obsoletas as prisões?** Trad. Maria Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DUARTE, T. L. **Amor em cárcere: relações afetivas no sistema penitenciário do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

FEDERICI, Sílvia. **O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago**. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/o-que-eles-chamam-de-amor-nos-chamamos-d-e-trabalho-nao-pago-diz-silvia-federici/>. Acesso em: 22/02/2024.

FONSECA, Claudia. A dupla carreira da mulher prostituta. **Revista Estudos Feministas**, n1, ano 4, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16650/15210>. Acesso em: 14/02/2024.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GODOI, Rafael. **Ao redor e através da prisão: cartografia do dispositivo carcerário contemporâneo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos em São Paulo**: Boitempo, 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRANJA, Rafaela. **Para cá e para lá dos muros: relações familiares na interface entre o interior e o exterior da prisão**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade do Minho. Portugal, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Dados sobre a distribuição da população por cor ou raça, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – Brasil, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 21/12/2023.

JIRÓN, Paola; MANSILLA, Pablo. Atravesando la espesura de la ciudad: vida cotidiana y barreras de accesibilidad de los habitantes de la periferia urbana de Santiago de Chile. **Revista de Geografía Norte Grande - versión On-line** ISSN 0718-3402 n. 56: 53 -74, Santiago/Chile, 2013.

LAGO, Natália B. do. **Mulheres na prisão: Entre famílias, batalhas e a vida normal**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014.

LAGO, Natália B. do. Mulher de preso nunca está sozinha: gênero e violência nas visitas à prisão. **ARACÊ – Direitos humanos em Revista**. Ano 4, n. 5. Fevereiro 2017.

LAGO, Natália B, do. **Jornadas de visita e de luta: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão**. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2019.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Org. Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 206-242.

LOPES, Natania. **Podcast - É tudo Culpa da Cultura**. Episódio 02 – Amor de puta. Disponível em: <https://www.spreaker.com/episode/e-tudo-culpa-da-cultura-02-amor-de-puta--57171066>. Acesso em: 17/02/2024.

MALLART, Fabio; GODOI, Rafael. (org). **BR 111: a rota das prisões brasileiras**. São Paulo: Veneta, 2017.

MARTINS, Fernanda; GAUER, Ruth M.C. Poder punitivo e feminismo: percursos da criminologia feminista no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n.1, 145-178. Rio de Janeiro, 2020. DOI: 10.1590/2179-8966/2019/37925| ISSN: 2179-8966.

PADOVANI, Natália C. **Perpétuas espirais”: Falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2010.

PADOVANI, Natália C. **Sobre casos e casamentos: afetos e amores através das penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2015.

PADOVANI, Natália C. Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das “classes perigosas”. **Cadernos Pagu** (51), Dossiê Gênero e Estado: formas de gestão, práticas e representações, 2017: e175103.

PADOVANI, Natália C. Na caminhada: “localizações sociais” e o campo das prisões. **Cadernos Pagu** (55), Dossiê Prisões em Etnografias: perspectivas de gênero, 2019: e195501.

PADOVANI, Natália C. Cartas reduzidas a termo: Processos de estado e trâmites do comando na gestão das relações em uma penitenciária feminina da cidade de São Paulo. In: FERREIRA, L; LOWENKRON, L. (Org.). **Etnografia de documentos: Pesquisas antropológicas entre papeis, carimbos e burocracias**. 1 ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2020, v. 1, p. 77-106.

RAMALHO, José R. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**. 3. Ed. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, v. 1. 254 p., [1976] 2002.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Trad: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, 1995. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SILVA, Mariana Lins de C. **Na casa e na cadeia: a continuidade da divisão sexual do trabalho na atuação de mulheres visitantes de pessoas presas**. V Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão. GT 02 – Cidades e prisão. 09 a 11/12/2019. São Paulo, SP.

SILVA, Mariana Lins de C. **“Puxar cadeia junto”: significados do protagonismo de mulheres familiares de pessoas presas**. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2021.

SISDEPEN – **Secretaria Nacional de Políticas Penais**. Dados estatísticos do sistema penitenciário, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 23/03/2024.

SHUCMAN, Lia V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012.

VARGAS, Laura O. Gênero e etnografia: reflexões desde algumas prisões brasileiras. **Cadernos Pagu** (55), Dossiê Prisões em Etnografias: perspectivas de gênero, 2019: e195508.

ZAFFARONI, Eugenio R. **Manual de direito penal brasileiro**. v. 1: parte geral. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto S. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Factral: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, Set-Dez, 238-246, 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1483>.

Daiane Araujo Avelino Bezerra¹

Cláudia Lúcia Alves²

Claudilene de Sousa Alves³

A IDENTIDADE SURDA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Explorando a integração da memória coletiva e da diferença cultural

DEAF IDENTITY AND INCLUSIVE EDUCATION: Exploring the integration of collective memory and cultural difference

¹ Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Imperatriz, MA, Brasil. daiane.bezerra@uemasul.edu.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina, PI, Brasil. claudia.alves@uemasul.edu.br

³ Mestranda em Letras, especialista em Linguística e Libras. Graduação em Letras Português. Professora com Dedicção exclusiva da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Belém, PA, Brasil. claudilene.alves@ufra.edu.br

RESUMO

Este artigo examina a relação entre identidade surda e educação inclusiva, destacando a integração da memória coletiva e da diferença cultural como elementos fundamentais nesse contexto. O objetivo principal é analisar como esses aspectos contribuem para a compreensão da identidade surda e sua influência na prática educacional inclusiva. Para atingir esse objetivo, adotamos uma abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica como metodologia principal. Entre os teóricos fundamentais para esta análise, destacam-se Hall (2014), Halbwachs (2006), Nora(1993/1997) Strobel (2009), Skliar (1998), Albertoni (2015), UNESCO (1994) e legislações como a LDBEN (1996), entre outros. Os resultados destacam a importância de reconhecer a identidade surda como uma construção cultural e social complexa, influenciada pela memória coletiva e pela diversidade cultural, e como essa compreensão pode informar práticas educacionais mais inclusivas e sensíveis às necessidades dos alunos surdos. Esta análise ressalta a relevância de promover práticas educacionais que atendam às necessidades dos alunos surdos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária, equitativa e respeitosa à diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade Surda; Educação Inclusiva; Memória Coletiva; Diferença Cultural; Práticas Educacionais.

ABSTRACT

This article examines the relationship between deaf identity and inclusive education, highlighting the integration of collective memory and cultural difference as fundamental elements in this context. The main objective is to analyze how these aspects contribute to the understanding of deaf identity and its influence on inclusive educational practice. To achieve this goal, we adopted a qualitative approach, using literature review as the main methodology. Among the key theorists for this analysis are Hall (2014), Halbwachs, Nora (1993/1997), (2006), Strobel (2009), Skliar (1998), Albertoni (2015), UNESCO (1994), and legislation such as the LDBEN (1996), among others. The results emphasize the importance of recognizing deaf identity as a complex cultural and social construction, influenced by collective memory and cultural diversity, and how this understanding can inform more inclusive and sensitive educational practices for deaf students. This analysis highlights the relevance of promoting educational practices that meet the needs of deaf students, contributing to the construction of a more egalitarian, equitable, and diversity-respecting society.

KEY WORDS: Deaf Identity; Inclusive Education; Collective Memory; Cultural Difference; Educational Practices.

INTRODUÇÃO

A conexão entre identidade surda e educação inclusiva, tema que vem atraindo crescente atenção e debate na educação contemporânea, exige compreender a identidade surda como uma construção cultural e social complexa, o que traz implicações significativas para as práticas educacionais voltadas à inclusão e à valorização da diversidade, ressaltando a importância de integrar a memória coletiva e reconhecer as diferenças culturais nesse contexto. Neste artigo, exploramos como essas esferas se relacionam, destacando a importância de integrar a memória coletiva e reconhecer as diferenças culturais nesse contexto.

A identidade surda é moldada por uma série de fatores, incluindo a língua, a cultura e a história compartilhada pela comunidade surda. Por sua vez, a educação inclusiva busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a oportunidades educacionais significativas e enriquecedoras. No entanto, a implementação efetiva da educação inclusiva para alunos surdos requer uma compreensão profunda de suas identidades e necessidades específicas.

Nossa análise se baseia em uma abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica como metodologia principal. Para contextualizar nossa discussão, exploramos as perspectivas teóricas de estudiosos como Stuart Hall, Maurice Halbwachs, Pierre Nora e outros, cujas contribuições são fundamentais para uma compreensão mais ampla das questões abordadas. Ao examinar criticamente esses elementos, buscamos não apenas aumentar o conhecimento acadêmico sobre o assunto, mas também fornecer perspectivas práticas para professores, formuladores de políticas e outros profissionais envolvidos na promoção da inclusão educacional. Nossa análise destaca a importância de reconhecer e valorizar a identidade surda como uma parte integral da diversidade humana, e como essa compreensão pode informar práticas educacionais mais inclusivas e sensíveis às necessidades dos alunos surdos.

Ao longo deste artigo, pretendemos fornecer uma análise abrangente e informada sobre a relação entre identidade surda e educação inclusiva, destacando o papel fundante da memória coletiva e da diferença cultural nesse processo. Esperamos que este trabalho contribua para a promoção de uma educação mais igualitária, equitativa e respeitosa à diversidade, beneficiando não apenas os alunos surdos, mas toda a comunidade educacional.

METODOLOGIA

Optamos por uma abordagem qualitativa baseada na revisão bibliográfica para analisar a relação entre identidade surda e educação

inclusiva, justificando essa escolha pela natureza exploratória do tema e pela necessidade de compreender as complexidades envolvidas nessa interseção.

A revisão bibliográfica permite uma análise aprofundada das contribuições teóricas de diversos autores que abordam o tema, fornecendo uma base sólida para a discussão e interpretação dos resultados. Ao examinar e sintetizar as perspectivas de estudiosos como Hall, Halbwachs, Nora, Strobel, Skliar, Albertoni, além de documentos da UNESCO e legislações como a LDBEN, buscamos identificar padrões, lacunas e convergências que possam ampliar nossa compreensão do assunto. A análise dos textos selecionados foi realizada de forma crítica e reflexiva, destacando os pontos-chave e as contribuições de cada autor para o debate sobre identidade surda e educação inclusiva. Além disso, buscamos estabelecer conexões entre as diferentes perspectivas teóricas, visando à construção de um quadro conceitual abrangente e integrado.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO DIREITO HUMANO: VALORIZANDO A IDENTIDADE SURDA E A DIVERSIDADE

A busca por uma educação verdadeiramente inclusiva tem sido uma preocupação central das políticas educacionais em todo o mundo. A UNESCO, em sua Declaração de Salamanca de 1994, reafirmou o compromisso com a educação como um direito de todos, reconhecendo que a diversidade é uma característica natural da humanidade. Nessa declaração histórica, a UNESCO enfatizou a importância de garantir que todos os indivíduos, incluindo aqueles com deficiência, tenham acesso à educação de qualidade em escolas inclusivas, reforçando que a educação é um direito fundamental que deve ser assegurado a todos (UNESCO, 1994).

No contexto da educação inclusiva, a identidade surda emerge como um elemento central a ser considerado. Entender essa identidade vai além da questão auditiva, abrangendo uma complexa interseção de fatores culturais, linguísticos e sociais, o que torna essencial explorar esses fundamentos para desenvolver uma abordagem educacional que respeite e valorize plenamente a diversidade humana. Neste tópico, iremos examinar os princípios fundamentais da educação inclusiva, destacando a relevância da identidade surda nesse contexto.

Nessa esteira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estabelece os princípios fundamentais que devem orientar o ensino no Brasil, visando garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas características individuais. No título II, dos princípios e fins da educação nacional, o artigo 3º destaca os princípios norteadores do ensino, entre os quais destacamos dois de especial relevância para nosso tema:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva (Brasil, 1996).

O primeiro princípio, enunciado no inciso I, preconiza a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Esta diretriz destaca a importância de garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades no ambiente educacional, incluindo aqueles com surdez ou deficiência auditiva. A igualdade de condições não se limita apenas ao acesso físico à escola, mas também abrange a disponibilidade de recursos e suportes necessários para garantir a participação integral e efetiva de todos os alunos nas atividades escolares.

O inciso XIV do mesmo artigo destaca o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva, reconhecendo a importância de valorizar suas identidades e formas de comunicação. Com base nesses princípios, é crucial aprofundar a análise da identidade surda na educação inclusiva e examinar como as políticas e diretrizes educacionais podem apoiar o desenvolvimento integral dos alunos surdos e contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa à diversidade. Diante desses princípios, torna-se evidente a relevância de explorarmos os fundamentos da identidade surda na educação inclusiva, buscando compreender como as políticas e diretrizes educacionais podem contribuir para tanto.

Entretanto, é importante destacar que a inclusão requer a adoção de políticas e práticas que precisam ser cuidadosamente planejadas e implementadas, levando em consideração as necessidades individuais dos alunos surdos e respeitando sua identidade e cultura. Conforme explicitam Tagliavini e Tagliavini (2016, p. 119), “a inclusão sem condições pode se tornar uma forma perversa de excluir e estigmatizar ainda mais os estudantes com deficiência”. Ademais, não se trata apenas de colocar os alunos surdos em salas de aula regulares, mas sim, criar um ambiente educacional que seja verdadeiramente acolhedor e que promova o respeito, a igualdade, a equidade e a valorização da diversidade.

Nesse contexto, a professora e pesquisadora surda Gladis Perlin (2003) realiza uma crítica ao domínio do saber ouvintista, especialmente em questões relacionadas aos direitos e à vivência dos surdos. Perlin destaca a existência de sete identidades surdas que podem ser categorizadas como surda ou política, híbrida, de transição, incompleta, flutuante, embaçada e diáspora, relacionadas à diversidade linguística, cultural e identitária dos alunos surdos. Essas identidades convergem para o mesmo anseio dos movimentos sociais dos surdos, como destacado por Quadros:

Os movimentos surdos clamam por inclusão em uma outra vertente. Dá para se perceber que os surdos entendem inclusão como garantia dos direitos de terem acesso à educação de fato, consolidada em princípios pedagógicos que estejam adequados a eles (Quadros, 2012, p. 76).

A autora ressalta que a inclusão na educação vai além da presença física em escolas regulares e deve garantir o acesso efetivo à educação, considerando as necessidades e a cultura específicas dos surdos, o que nos leva a considerar como a memória coletiva e a diferença cultural podem ser integradas na prática educacional inclusiva.

INTEGRAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA E DA DIFERENÇA CULTURAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A integração da memória coletiva e da diferença cultural na educação inclusiva é fundamental para o desenvolvimento integral dos alunos surdos, promovendo o respeito à diversidade e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Halbwachs, em “Memória Coletiva”, fala sobre dois tipos de memória que se entrelaçam: a individual e a coletiva. Essas memórias nos conectam ao passado, ajudam a entender o presente e nos permitem imaginar o futuro. Elas são fundamentais para nossa identidade, tanto pessoal quanto em grupo. O autor diz que:

[...] a memória coletiva retém apenas semelhanças. Para que se possa falar de memória, é preciso que as partes do período sobre o qual ela se estende sejam diferenciados em certa medida. Cada um dos grupos tem uma história. Neles distinguimos personagens e acontecimentos, mas o que chama a nossa atenção é que na memória as semelhanças passam para o primeiro plano no momento em que examina seu passado o grupo nota que continua o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo (Halbwachs, 2006, p. 108).

Halbwachs destaca que a memória coletiva ocupa um papel fundamental na educação, pois permite que os alunos se conectem com seu grupo social e compreendam sua história e cultura compartilhada. Cada grupo social tem sua própria narrativa, repleta de personagens e eventos que moldam sua identidade, mas é a percepção das semelhanças e experiências compartilhadas que reforça essa identidade ao longo do tempo.

Ao aplicar o conceito de memória coletiva à educação inclusiva e à identidade surda, observamos que a construção da identidade surda é

profundamente influenciada pela memória compartilhada da comunidade. A história comum, as experiências vividas em conjunto e a cultura única dos surdos desempenham um papel crucial na formação e fortalecimento da identidade coletiva desse grupo, pois esses elementos não apenas promovem a coesão interna, mas também reforçam o sentido de pertencimento e identidade entre os membros da comunidade surda.

Destaca-se que a identidade surda, enquanto construção coletiva, emerge dentro da comunidade surda, sendo fortemente influenciada pela memória coletiva compartilhada dentro dessa comunidade. Essa memória coletiva desempenha um papel fundamental na formação da identidade surda, influenciando não apenas a maneira como os surdos se veem e se relacionam com o mundo, mas também moldando as práticas educacionais destinadas a eles. Dessa forma, a influência da memória coletiva se faz sentir de maneira significativa na educação para surdos, afetando tanto as abordagens pedagógicas quanto os currículos desenvolvidos para atender às necessidades específicas dos alunos surdos. Conforme Halbwachs:

No entanto, um acontecimento realmente grave sempre traz consigo uma mudança nas relações do grupo com o lugar - seja porque este modifica todo o grupo, por exemplo, uma morte ou um casamento, seja porque o grupo modifica. A partir desse momento este não será mais exatamente o mesmo grupo [...] (Halbwachs, 2006, p. 160).

Halbwachs destaca como acontecimentos significativos têm o poder de provocar mudanças nas relações e na dinâmica de um grupo. Eventos marcantes podem alterar tanto a composição do grupo quanto a percepção que ele tem de si mesmo. Após tais eventos, o grupo pode não ser mais o mesmo, pois essas experiências moldam sua identidade coletiva de maneira fundamental. Relacionando isso às transformações pelas quais o grupo surdo passou ao longo da história, podemos observar que as práticas de marginalização e segregação tiveram um impacto significativo na comunidade surda atual, conforme resumido por Skliar:

Foram mais de cem anos de práticas engeguecidas pela tentativa de correção, normalização e pela violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência, quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos (Skliar, 1998, p. 08).

O autor faz referência ao Congresso de Milão em 1880, uma memória bastante conhecida diante do vasto conjunto de estudos na área da educação de surdos, especialmente no Brasil, que reconhecem esse congresso como um ponto central que representa uma forma de

colonização audista sobre a comunidade surda. Conforme explicitado por Chagas Lopes e Aires de Abreu:

O congresso de Milão em 1880 é um dos marcos mais importantes da história educacional dos surdos, e suas implicações que, até hoje, são vivenciadas pelos surdos. [...] Antes do congresso de Milão não havia imposição quanto à maneira correta de se ensinar o aluno surdo. Depois das resoluções do congresso de Milão, a educação dos surdos no Brasil teve um retrocesso, ao proibir o uso de sinais, e consolidar o método oralismo, que foi definido por ouvintes no evento, sem o consentimento de surdos ou membros da comunidade surda. As resoluções definidas em Milão levaram educadores a amarrar as mãos de surdos, para que não fizessem sinais, e forçassem, em muitos casos sem nenhum resultado positivo, o uso da língua oral, todo esse processo só trouxe traumas e desgastes (Chagas Lopes; Aires de Abreu, 2017, p. 01).

O Congresso de Milão em 1880 é um marco fundante na história educacional dos surdos, cujas repercussões ecoam até os dias atuais. Este evento representou uma mudança significativa na percepção dos surdos sobre si mesmos como grupo e na visão da sociedade sobre eles. Desencadeou uma série de eventos, incluindo a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educacionais Especiais, apoiada pela UNESCO, que reafirmou o direito à educação para todos, independentemente das diferenças individuais. Essas mudanças, impulsionadas pelas consequências do Congresso de Milão, foram fundamentais para promover o respeito e a valorização da identidade surda até os dias atuais. Dessa forma, embora memória e história não sejam sinônimos, são termos que se imbricam, conforme afirma Nora:

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história (Nora, 1993, p. 14).

A distinção entre memória e história se torna relevante ao examinarmos o legado do Congresso de Milão. Enquanto a história registra os eventos e suas consequências objetivas, a memória carrega as experiências e interpretações subjetivas desses acontecimentos ao longo do tempo. O Congresso de Milão não é apenas um marco histórico, mas também um ponto de referência carregado de significado para a comunidade surda. Manter viva a memória nesse contexto não se limita a preservar fatos do passado, mas a sustentar a consciência coletiva e as identidades culturais impactadas por esse evento. O autor em sua obra, ao abordar o lugar de memória, caracteriza de diversas formas como:

Lugar de memória, então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em **elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer** (Nora, 1997, p. 2226, grifo nosso).

Isso significa que um lugar de memória pode ser tanto um local físico quanto um conceito abstrato, desde que tenha adquirido uma importância simbólica para uma comunidade específica ao longo do tempo. O Congresso de Milão em 1880 pode ser considerado um lugar de memória para a comunidade surda, não apenas como um evento histórico específico, mas também como um símbolo do retrocesso na educação dos surdos e da luta contínua pela valorização da identidade surda. Da mesma forma, outros eventos, como marcos legislativos, movimentos sociais, obras artísticas ou até mesmo objetos materiais, podem ser reconhecidos como lugares de memória quando adquirem um significado especial e representativo para uma comunidade. Este evento é um lugar de memória que reflete a marginalização e a negação da identidade surda, elementos que profundamente moldaram a comunidade surda. Nesse contexto, a reconstrução da memória é uma prática regulada, buscando representar o passado de maneira completa, sem deixar lacunas ou falhas, em conformidade com o que Nora descreve como o tempo dos lugares:

Os 'lugares de memória' são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. [...] nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais (Nora, 1993, p. 13).

Perceba que o autor descreve os lugares de memória como restos que surgem da necessidade de manter uma consciência histórica viva em um mundo que frequentemente a ignora. Esses lugares não são apenas locais físicos, mas também eventos, práticas e tradições que carregam um significado profundo. Eles emergem da compreensão de que a memória não é algo que acontece espontaneamente; é necessário criar e manter arquivos, celebrar aniversários, organizar eventos comemorativos e registrar atas para preservar a memória e os valores de uma comunidade. Assim, para Nora, os lugares de memória são essenciais para manter vivas as identidades culturais e a continuidade da história. O autor reforça essa visão ao destacar que esses elementos se tornam marcos fundamentais para a identidade coletiva e desempenham um papel vital na preservação e transmissão de valores ao longo do tempo:

São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (Nora, 1993, p. 12-13).

Nora ressalta como os lugares de memória são essencialmente paradoxais em uma sociedade que perdeu seus rituais tradicionais e tende a nivelar as diferenças individuais. São pontos de referência onde a história se apoia; no entanto, ao mesmo tempo, representam uma falha na continuidade e no movimento da história, pois são momentos isolados e fixos no tempo. Esse autor argumenta que, se a memória coletiva ainda estivesse viva e ativa, esses lugares de memória não seriam necessários. Aplicando essa ideia ao Congresso de Milão de 1880, podemos entender como ele se torna um lugar de memória ao cristalizar e fixar narrativas e memórias deformadas sobre a oposição entre línguas de sinais e língua oral. Esse evento histórico não apenas representou a marginalização e a negação da identidade surda, mas também influenciou profundamente as práticas educacionais e a formação da identidade surda ao longo do tempo.

A partir dessa análise sobre a importância dos lugares de memória, podemos agora abordar o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas sensíveis à identidade surda. Isso implica reconhecer a integração da memória coletiva e da diferença cultural na educação inclusiva, garantindo que as experiências, valores e perspectivas da comunidade surda sejam respeitados e valorizados no ambiente educacional. Essa abordagem promove não apenas a inclusão, mas também o fortalecimento da identidade surda e a construção de uma sociedade mais diversa e equitativa.

DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS SENSÍVEIS À IDENTIDADE SURDA

Para abordar o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas sensíveis à identidade surda, é fundamental compreender os conceitos de identidade e diferença, bem como as perspectivas teóricas de autores como Stuart Hall, Strobel, Skliar e outros. Primeiramente, é importante situar o conceito de identidade, que tem sua origem na filosofia, mas a disseminação vernacular e o emprego prático de identidade e termos relacionados são fenômenos relativamente novos e têm origens específicas em determinadas localidades. A complexidade do termo identidade e suas nuances conceituais e explicativas variam de acordo com o contexto de uso e a tradição teórica subjacente. O termo é intrinsecamente ambíguo e

carrega múltiplos significados, o que pode acarretar complexidade e desafio na análise e na compreensão. No entanto, para este estudo, recorro ao conceito apresentado na obra “Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais”, de Stuart Hall e Kathryn Woodward, organizada por Tomaz Tadeu da Silva, que reúne ensaios sobre a concepção de identidade a partir da perspectiva dos Estudos Culturais. Alguns dos temas abordados no livro incluem a construção social da identidade, a natureza relacional da identidade, a multiplicidade e a fragmentação das identidades, a relação entre identidade e diferença, e o papel da cultura na formação da identidade (Hall, 2014).

Gladis Perlin adota a concepção de identidade proposta por Hall (2014), embasada nos Estudos Culturais, para explicar que “a identidade é algo em questão, em construção, uma construção móvel que pode frequentemente ser transformada ou estar em movimento, e que empurra o sujeito em diferentes posições” (Perlin, 2003, p. 52). A autora enfatiza a natureza fluida e dinâmica da identidade, contrastando com a visão tradicional de que a identidade é fixa e estática. Segundo essa perspectiva, a identidade não é algo dado ou pré-determinado, mas sim algo em constante construção e reconstrução ao longo do tempo. Ela é influenciada por uma série de fatores, incluindo contextos sociais, históricos, culturais e individuais.

Assim, a identidade é algo que está sempre mudando, se ajustando e se adaptando conforme as circunstâncias e as relações ao redor. Quando aplicamos essa noção de identidade ao desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas sensíveis à identidade surda, torna-se evidente a importância de reconhecer a natureza fluida e diversificada das identidades surdas, é essencial considerar que os surdos ocupam diferentes posições e papéis dentro da sociedade, e são influenciados pelos paradigmas históricos e culturais que moldaram a percepção das pessoas com deficiência, incluindo os surdos. Antes de discutirmos esses paradigmas, é interessante observar a perspectiva de Hall sobre como as mudanças sociais afetam a identidade:

Embora possamos nos ver seguindo o senso comum como sendo a mesma pessoa em todos os nossos diferentes encontros e interações não é difícil perceber que somos diferentemente posicionados em diferentes momentos e em diferentes lugares de acordo com os diferentes papéis sociais que estamos exercendo (Hall, 2014, p. 31)

A afirmação de Hall pode ser interpretada de maneira a destacar a diversidade de experiências e posicionamentos dos surdos em diferentes contextos sociais. Em cada um desses contextos, os surdos podem se perceber e ser percebidos de maneiras distintas, o que influencia sua identidade. Os surdos, assim como outras pessoas com deficiência, foram afetados por diferentes abordagens educacionais ao longo da história, reconhecidas como paradigmas educacionais da exclusão, segregação e integração. Esses paradigmas refletiam formas de lidar com a diversidade

humana, mas muitas vezes resultavam em marginalização e negação da identidade cultural e linguística dos surdos. Atualmente, os teóricos apontam para uma nova etapa, a inclusão, que busca criar ambientes educacionais onde todos os alunos, incluindo os surdos, são valorizados e têm suas necessidades reconhecidas e atendidas (Sousa, 2019). Nesse contexto, é fundamental reconhecer a diversidade de experiências e perspectivas dos surdos em diferentes contextos sociais e como isso influencia sua identidade.

Retomando ao conceito cunhado por Hall e Perlin do que é identidade como multifacetado e em construção, que vai moldando não apenas quem ela é, mas também como ela é percebida e se relaciona com o mundo ao seu redor. Essa conexão intrínseca entre identidade e indivíduo é o que dá forma à sua essência, distinguindo-a como um ser único e singular. O ser surdo é assim. Neste respeito, Strobel (2007), professora e pesquisadora surda, desenvolveu um quadro que compara a representação que a sociedade tem das pessoas surdas com a autodescrição dessas próprias pessoas:

Quadro 1 – Comparativo entre representação social e povo surdo

Representação social	Representação de povo surdo
Deficiente	Ser surdo
A surdez é deficiência na audição e na fala	Ser surdo é uma experiência visual
A educação dos surdos deve ter um caráter clínico-terapêutico e de reabilitação	A educação dos surdos deve ter respeito pela diferença linguística cultural
Surdos são categorizados em graus de audição: leves, moderados, severos e profundos	As identidades surdas são múltiplas e multifacetadas
A língua de sinais é prejudicial aos surdos	A língua de sinais é a manifestação da diferença linguística relativa aos povos surdos

Fonte: Ströbel (2007)

A autora ilustra as diferenças entre a visão tradicional da surdez como deficiência e a perspectiva da identidade surda. A identidade surda não se baseia na ideia de deficiência, mas sim em uma experiência visual, cultural e linguística específica. Como Hall (2014, p.13) afirma, “A identidade é, na verdade, relacional e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades”. Assim, a identidade se define em relação à identidade de outros, através da marcação simbólica que distingue um grupo de outro. Essa interdependência entre as identidades é fundamental para a compreensão das relações sociais e políticas entre pessoas e comunidades. Lopes e Veiga-Neto (2006) exploram a ideia de marcadores culturais surdos como

um conjunto de elementos que identificam, unem e fortalecem os surdos como grupo. Esses marcadores, segundo os autores, vão além de uma dimensão material, sendo também percebidos como impressões que refletem como os outros nos veem, gerando sentimentos que contribuem para a formação de nossa identidade como sujeitos diferenciados em relação aos ouvintes:

[...] além da língua de sinais, da arte, do teatro e da poesia surda, a noção de luta, a necessidade de viver em grupo e a experiência do olhar são marcadores que nos permitem falar de identidades surdas fundadas em uma alteridade e uma forma de **ser surdo** (Lopes; Veiga-Neto, 2006, p. 82, grifo nosso).

A experiência visual é um marcador fundamental para a identidade surda, permitindo que os surdos se conectem com sua comunidade, expressem sua cultura e percebam o mundo de maneira visual. Para ilustrar essa forma única de interagir e entender o mundo, podemos considerar a visão de Strobel (2009, p. 39), que destaca que:

Os sujeitos surdos, com a sua ausência de audição e do som, percebem o mundo através de seus olhos, tudo o que ocorre ao redor dele: desde os latidos de um cachorro – que é demonstrado por meio dos movimentos de sua boca e da expressão corpóreo-facial bruta - até uma bomba estourando, que é óbvia aos olhos de um sujeito surdo, pelas alterações ocorridas no ambiente, como os objetos que caem abruptamente e a fumaça que surge (Strobel, 2009, p. 39).

A descrição demonstra como os surdos percebem o mundo de maneira visual devido à ausência de audição. Para eles, a compreensão do ambiente vem através dos olhos, observando sinais visuais que substituem os sons. Essa forma de percepção visual é essencial, pois molda a maneira como os surdos interagem e compreendem o mundo ao seu redor. Integrando essa perspectiva ao que estamos discutindo, é evidente que a percepção visual dos surdos não só é fundamental para sua comunicação e interação social, mas também ocupa um papel vital na formação de sua identidade cultural e expressão pessoal. Alberton destaca que, no ambiente educacional, essa relevância do visual se torna ainda mais importante, refletindo a necessidade de práticas que valorizem e integrem essa experiência sensorial única.

O aspecto visual da aprendizagem da identidade surda requer mecanismos que tragam aulas marcadas por estratégias visuais, pois o sujeito surdo explora o mundo, faz suas indagações e encontra suas possíveis respostas pelo olhar (Alberton, 2015, p. 13-14).

O aspecto visual é fundamental na aprendizagem da identidade surda, como apontado por Alberton, que defende a necessidade de usar estratégias visuais nas aulas para atender às necessidades dos alunos surdos. A percepção visual é essencial para que esses alunos explorem o mundo, formulem perguntas e busquem respostas. Então, a utilização de métodos visuais no ensino não só facilita a compreensão, mas também é crucial para que os surdos desenvolvam sua identidade e interajam efetivamente com seu entorno. A visão não só substitui a audição, mas também desempenha um papel central na forma como os surdos processam informações e se conectam com o mundo ao seu redor.

Dado o caráter fundamentalmente baseado na percepção visual da experiência dos surdos, é imperativo que os professores busquem formas de construir novos conhecimentos e assegurar uma aprendizagem efetiva e significativa. Segundo Silva e Silva (2021, p. 5), a relevância da visualidade no processo educacional dos alunos surdos é de suma importância:

[...] o fazer pedagógico pautado na experiência visual do aluno surdo favorece a sua inserção na sociedade, sendo extremamente pertinente trazer para as aulas aspectos que estejam diretamente relacionados à sua cultura, respeitando e valorizando a forma como compreendem o espaço e como se utilizam disso para extrair informações e se comunicar com o mundo.

Ao alinhar o ensino com a experiência visual dos alunos surdos, as práticas educacionais se tornam mais inclusivas e sensíveis à sua identidade. Isso não apenas promove uma aprendizagem mais efetiva, mas também fortalece a autoestima e o senso de pertencimento dos alunos surdos à comunidade escolar e à sociedade em geral. Reconhecer e valorizar a perspectiva cultural e visual dos surdos na educação é essencial para garantir que eles sejam ativamente envolvidos no processo educacional e que suas necessidades e experiências sejam respeitadas e consideradas. Não é mais admissível que a escola seja alicerçada nos princípios constitucionais e educacionais da igualdade e do respeito à diferença sendo conivente e “[...] trata de forma discriminativa a diversidade cultural, transformando diferenças em deficiências” (Soares, 2005, p. 16). Logo, não é mais aceitável que as escolas, que devem seguir princípios de igualdade e equidade determinados pela Constituição Federal através da educação, tratem a diversidade cultural de maneira injusta e desigual, convertendo diferenças em problemas. E por que não seria admissível?

Hall explica que a identidade se forma a partir da diferença:

Ao analisar como as identidades são construídas, sugeri que elas são formadas relativamente a outras identidades, relativamente ao 'forasteiro' ou ao 'outro', isto é, relativamente ao que não é. Essa construção aparece, mais comumente, sob a forma de oposições binárias. A teoria linguística saussureana sustenta que as oposições binárias - a forma mais extrema de marcar a diferença - são essenciais para a produção do significado (Hall, 2014, p. 50).

A construção das identidades ocorre frequentemente através da comparação com o que é considerado diferente, o outro. Essa ideia é importante em várias abordagens sociológicas e culturais, onde as identidades se definem em contraste com grupos ou categorias percebidos como distintos. De acordo com a teoria de Saussure, o significado das palavras surge das suas diferenças em relação a outras palavras no sistema linguístico, sendo essas distinções fundamentais para a comunicação e compreensão.

A construção das identidades se baseia nas diferenças e comparações entre grupos, com as pessoas muitas vezes ressaltando aspectos que as tornam distintas, como raça, gênero, classe social, nacionalidade e religião. No caso dos surdos, essa distinção é particularmente visível quando comparada à comunidade ouvinte, destacando as particularidades da experiência e da cultura surda em relação às normas auditivas.

A afirmação de Hall é de que a teoria saussuriana se relaciona com a identidade surda, na medida em que escancaram as oposições binárias na linguagem. Nesse contexto, a língua de sinais, uma forma visual e gestual de comunicação utilizada pela comunidade surda, contrasta-se com a língua falada, criando uma dicotomia entre as formas de expressão. Assim, na linguagem falada, a língua de sinais e a língua falada são compreendidas em relação uma à outra, destacando suas diferenças estruturais e modos de expressão. A identidade surda, por sua vez, muitas vezes é construída em contraposição à identidade da comunidade ouvinte. Os surdos frequentemente se veem como distintos dos ouvintes em termos de linguagem, cultura e experiências compartilhadas. A oposição entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte é fundamental para a formação da identidade surda.

A identidade surda se constrói a partir da comparação com a comunidade ouvinte, o que destaca as diferenças entre os dois grupos. A comunidade surda valoriza práticas culturais, como eventos onde a língua de sinais é a principal forma de comunicação, enquanto essas práticas podem ser menos conhecidas ou compreendidas pelos ouvintes. Assim, a identidade surda se desenvolve com base nessas diferenças, refletindo as oposições descritas por Saussure. Essas distinções ajudam os surdos a entender melhor sua própria identidade em relação aos ouvintes.

Entretanto, no paradigma atual da inclusão, Hall acrescenta o fator escolha:

A diferença pode ser construída negativamente - por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como 'outros' ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo sendo vista como enriquecedora [...] (Hall, 2014, p. 50-51).

Nesse contexto, a citação de Hall ressalta duas maneiras pelas quais a diferença pode ser percebida: negativamente, através da exclusão e marginalização, ou positivamente, como uma fonte de diversidade, heterogeneidade e enriquecimento cultural. No caso da identidade surda, isso é especialmente relevante, já que a história demonstra que eles passaram por extremos da exclusão para a inclusão. Entendendo que a diferença é marcada em relação à identidade, a abordagem positiva da diferença cultural é essencial. Tentar impor uma perspectiva auditiva aos surdos, especialmente no ambiente educacional, é inadequado e limitante. Em vez disso, é imperativo reconhecer e celebrar a diversidade cultural e linguística da comunidade surda. A compreensão da surdez vai além da mera perda auditiva. Envolve uma apreciação das características idiossincráticas dos surdos, como a experiência visual, o uso da língua de sinais e a formação de uma cultura independente do som.

Portanto, a incorporação da memória coletiva e as diferenças culturais na educação inclusiva representam o caminho para uma escola comprometida com a valorização da identidade surda. Porque esse reconhecimento e celebração da diversidade dentro da comunidade surda não só promove um ambiente escolar mais respeitoso e enriquecedor, mas também apoia o desenvolvimento integral de todos os alunos independente das diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo ressaltou a importância fundamental de reconhecer a identidade surda como uma construção cultural e social complexa que é influenciada pela memória coletiva e pela diversidade cultural.

A integração da memória coletiva e da diferença cultural na educação inclusiva desempenha um papel vital no desenvolvimento integral dos alunos surdos, promovendo o respeito à diversidade e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao longo deste artigo, exploramos como a memória coletiva, influenciada por eventos significativos como o Congresso de Milão em 1880, moldou a identidade surda e afetou as práticas educacionais ao longo do tempo. A partir das perspectivas teóricas de autores como Maurice Halbwachs, Stuart Hall, Pierre Nora, Karin Strobel e outros, examinamos a formação da identidade surda em relação à diferença cultural, destacando a importância da percepção visual, da língua de sinais e das práticas culturais compartilhadas na construção dessa identidade. Reconhecemos a necessidade de desenvolver práticas educacionais inclusivas sensíveis à identidade surda, garantindo que as experiências, valores e perspectivas da

comunidade surda sejam respeitados e valorizados no ambiente educacional.

A identidade surda não se resume à ausência auditiva, mas é uma experiência visual, cultural e linguística única. Os surdos entendem o mundo principalmente pela visão, tornando essencial que as práticas educacionais reconheçam e valorizem essa perspectiva. A visualidade no ensino é crucial para promover uma aprendizagem significativa e inclusiva, alinhando-se aos direitos humanos que garantem o acesso à educação de qualidade para todos, independentemente de suas características. Além disso, a diferença cultural pode ser vista de forma negativa, pela exclusão, ou de maneira positiva, como uma fonte de diversidade e enriquecimento. No contexto da identidade surda, é importante adotar uma abordagem que celebre e reconheça a diversidade cultural e linguística da comunidade surda, afirmando seu direito de existir e ser respeitada em sua singularidade.

Portanto, quando a memória coletiva e a diversidade cultural são incorporadas na educação, a escola passa a valorizar e respeitar a identidade surda, contribuindo para a criação de uma sociedade mais inclusiva, onde todos têm a chance de aprender e crescer, independentemente de suas diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTON, Bruna. **Discursos curriculares sobre educação matemática para surdos**. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 mar. 2024.

CHAGAS LOPES, Ana Carolina Arantes; AIRES DE ABREU, Sandra Elaine. (2017). **O Congresso de Milão (1880) como marco histórico-cultural na educação de surdos no Brasil**. Disponível em: <https://anais.unievangelica.edu.br/index.php/pedagogia/article/view/4469/2717>. Acesso em: 23 mar. 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. **Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar**. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. Especial, p. 81-100, jul/dez, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/10541/10078/0>. Acesso em: 03 abr. 2024.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Quarto Gallimard, 1997, v. 1-3.

PERLIN, Gladis Terezinha Taschetto. **O Ser e o estar sendo surdos: Alteridade, Diferença e Identidade**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

QUADROS, Ronice Muller. (2012). **Inclusão de surdos: uma das peças do quebra-cabeça da educação**. UNIVESP, São Paulo. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47938/1/u1_d24_v2_1_t05.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

SILVA, Jailma Dionisio da; SILVA, Camila Michelyne Muniz da. A pedagogia visual no ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para

- surdos. In: **Revista Principia** - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB, João Pessoa, n. 58, p. 1-10, dez. 2021. ISSN 2447-9187. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/5246>. Acesso em: 03 Abr. 2024.
doi:<http://dx.doi.org/10.18265/1517-0306a2021id5246>.
- SKLIAR, Carlos. (1998). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre, RS: Mediação.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola**. 17. ed. Uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 2005.
- STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2009.
- STROBEL, Karin Lilian. Capítulo 1 - História dos Surdos: representações “mascaradas” das identidades Surdas. In: QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. (Org.). **Estudos Surdos II**. Arara Azul. Petrópolis: 2007. p. 18-37.
- TAGLIAVINI, João Virgílio; TAGLIAVINI, Maria Cristina Braga. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**: Constituição, Leis e Diretrizes. São Carlos, SP: Edição do Autor, 2016
- UNESCO. (1994). **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Liza Bilhalva Martins¹

**“TE DESSE BEM NA PESCA, ACHO
QUE BEBESSE ÁGUA DE BATEIRA”:
Conexões multissensoriais com o
mundo das pescadoras no Rio Grande
do Sul**

**“YOU FISHED WELL, I THINK YOU
DRANK BOAT WATER”: Multisensory
connections with the world of
fisherwomen in Rio Grande do Sul**

¹ Doutora em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e professora formadora EAD da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

RESUMO

Este artigo propõe refletir sobre experiências e aprendizagens fundamentadas em dedicar atenção às coisas na conexão com o mundo (INGOLD, 2010). A pesquisa que possibilitou essas experiências foi realizada com pescadoras embarcadas da pesca artesanal no sistema lagunar-costeiro do sul do Rio Grande do Sul. Pescadoras e pescadores artesanais aprendem a pescar observando, fazendo e criando a partir da vivência em seus ambientes terrestres e aquáticos, em interação com humanos e não humanos. Ao trazer essa perspectiva para o trabalho de campo, tornou-se necessária uma compreensão profunda sobre como as pescadoras realizam a pesca e constroem seus mundos na pesca artesanal — o que implicava, evidentemente, estar lá, de corpo e alma, na navegação e nas pescarias — por meio do engajamento sensorial e corporal da pesquisadora nas mesmas situações vividas e praticadas pelas pescadoras.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia sensorial; pescadoras artesanais; pesca embarcada.

ABSTRACT

This article proposes a reflection on experiences and learning processes grounded in paying attention to things and in connecting with the world (INGOLD, 2010). The research that made these experiences possible was carried out with fisherwomen engaged in artisanal fishing in the lagoon-coastal system of southern Rio Grande do Sul. Artisanal fishers, both women and men, learn to fish by observing, doing, and creating from their lived experiences in terrestrial and aquatic environments, in interaction with both human and non-human beings. Bringing this perspective into the fieldwork required a deep understanding of how the fisherwomen practice fishing and build their worlds within artisanal fisheries — which evidently implied being there, in body and soul, during navigation and fishing activities — through the researcher's sensorial and embodied engagement in the same situations lived and practiced by the fisherwomen.

KEY WORDS: Anthropology; artisanal fisherwomen; boat fishing.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe apresentar reflexões sobre experiências e aprendizagens em pesquisa alicerçada em dedicar atenção às coisas se conectando com o mundo através da vivência incorporada/encarnada (INGOLD, 2010). A pesquisa etnográfica² que proporcionou esta experiência, foi realizada com pescadoras embarcadas³ da pesca artesanal no sistema lagunar-costeiro no sul do Rio Grande do Sul.

Parte-se da premissa que pescadoras e pescadores aprendem cotidianamente a pesca, observando, fazendo e criando a partir da vivência em seus ambientes terrestres e aquáticos, em interação com humanos e não humanos. Desde os primeiros contatos no trabalho de campo, restou evidente que para compreender a pesca de captura praticada por mulheres seria fundamental compreender o mundo delas na pesca, que incluía, obviamente, estar lá – de corpo e alma – na navegação e nas pescarias, a partir do engajamento sensorial corporal da pesquisadora nas mesmas situações vividas e praticadas pelas pescadoras.

Já nas primeiras incursões para as pescarias uma reflexão surge: fazer pesquisa antropológica e pescar são atos que se comunicam, estão na mesma trama, ou seja, é preciso aprender fazendo. A minha experiência de campo traduzia-se, portanto, de forma análoga a das pescadoras e, assim, rapidamente, me convenci que era preciso viver e experienciar a atividade de forma encarnada. Esse envolvimento abarcava multidimensões de corporalidade e conexões com as materialidades do mundo mais que humano. Conforme vou descrever nas linhas que seguem, foi preciso, a todo instante, pensar e agir com meu corpo alinhavado no e com o mundo das pescadoras, aprendendo, conectada e atenta, de forma multissensorial com os olhares, gestos, sons, silêncios, cheiros, temperaturas, ventos e marés.

APRENDIZAGEM MULTISSENSORIAL: EDUCAÇÃO DO/NO CORPO DA PESQUISADORA

Na relação de pesquisa não são só os corpos dos/as outros/as que se constroem. Rose Gerber (2015) quando pesquisou com pescadoras de Santa Catarina, nos alertou a respeito de que nossos corpos – os corpos de pesquisadoras(es) – também passam por processos e rituais de passagens,

² Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (2022) – Título: Lagoas de mulheres: pescadoras embarcadas e Educação Ambiental no sistema lagunar-costeiro do/no sul do Rio Grande do Sul / Liza Bilhalva Martins – Orientação: Prof. Dr. Gianpaolo Adomilli. Financiamento CAPES.

³ Pesca embarcada é um conceito êmico que se refere a pesca de captura realizada a bordo de embarcação.

no intuito de nos educarmos no trabalho antropológico na pesca. Nesses corpos, repousam muitas marcas, seja pela sujeição da imobilidade para as muitas horas sentada para a escrita solitária, seja para a mobilidade para estar em campo. O trabalho de campo nos leva para situações jamais vividas anteriormente, conhecemos lugares, acompanhamos atividades, festas, rituais e trabalhos que não seriam acompanhados se ali não estivéssemos com o estatuto de pesquisadora ou pesquisador.

No meu caso, posso dizer que vivi uma experiência radical de alteridade, em que precisei aprender como uma criança aprende, desde os primeiros passos, sensações e palavras do mundo da pesca. O resultado significou no que Pink (2009) denomina de uma “etnografia sensorial” (PINK, 2009) construída com as pescadoras, mestras impecáveis na arte de ensinar, juntamente com toda a ambiência da pesca que acabou por me atravessar e me forjar enquanto pesquisadora e educadora ambiental.

Etnografia sensorial (sensory ethnography), sugere Pink, é a prática pela qual a pesquisadora deve utilizar de todo seu corpo sensorial ao compilar e interpretar os dados da investigação, ligando-nos na mesma atividade diária de outras pessoas. Segundo Pink (2009), a percepção sensorial não é apenas dialogada, e nossas interações sociais não são apenas baseadas em comunicações verbais e impressões visuais. Ou seja, apreender as experiências de outras pessoas pode ser mais bem compreendido quando nós, pesquisadoras e pesquisadores, também estamos vivenciando, e não apenas ouvindo ou lendo as representações dessas experiências.

É dentro desse contexto que Payne (2013) também desafia a representação dos dados na pesquisa, sobretudo em Educação Ambiental, afirmando que a linguagem de textos e números é uma forma antropocêntrica de comunicação e não revela o teor eco/somaestético (corpo engajado /mente encarnada e multisensorial) da experiência da natureza.

Neste mesmo sentido, Isabel Carvalho e Rita Muhle (2016), ao tratarem da atenção nos processos de aprendizagem como proposta de uma Educação Ambiental “fora da caixa”, argumentam a favor de uma educação baseada na experiência que, longe de ser algo novo da história da educação, constitui-se em abordagens que valorizam a autoformação na multiplicidade de experiências que o sujeito vive no mundo, numa ação recíproca entre pessoa e seu ambiente de vida. Então, assumindo o “fora da caixa”, “eco/somaestético” ou numa “etnografia sensorial”, aprendi e busquei comunicar esse modo de vida, imersa no ambiente da vida das pescadoras.

TEMPO E O VENTO: SABERES PARA EMBARCAR

Observei, ainda em terra, muitas habilidades e percepções biocósmicas desenvolvidas pelas pescadoras ao longo da vida. O tempo e o vento são os primeiros a serem considerados/observados na preparação para as pescarias – inclusive a literatura já tem nos preparado nesse sentido

(FERREIRA, 2012; MALDONADO, 1993). As pescadoras estão sempre atentas para as previsões meteorológicas, bem como para a atenção dos referenciais sobre direção do vento e a forma como ele se manifesta. *Vento sul, vento nordeste, rebojo de vento, vento que esgaça*⁴ eram muitas as formas de se referir a esse personagem que manda, desmanda, influência, é observado, escutado e obedecido nas preparações para as pescarias e, também, quando se já está nelas.

Era fundamental, portanto, enquanto pesquisadora, ficar atenta aos diferentes tempos e ritmos dos ventos, a fim de compreender a dinâmica e conhecimento das pescadoras. Esse engajamento corresponsivo com a natureza, no qual Ingold (2020) nos alerta, não pode ser ensinado com palavras, ele tem que ser experimentado na prática através de um educar a nossa atenção. Donna Haraway (2016) e Isabelle Stengers (2018), na mesma direção nos dizem que existimos em arranjos de espécies orgânicas e de atores abióticos, que nós humanos não somos uma espécie limitada, autoconstituente, somos simpoiese, ou seja, há a todo instante em nossas vidas criações conjuntas. Esses ensinamentos restavam cada vez mais evidentes para mim, conforme minha convivência com as pescadoras se intensificava e fortalecia.

Além do vento, o tempo também era algo que as pescadoras depositavam muita atenção. Que tempo era esse que elas esperavam que se firmasse para continuar a pescar? “Tempo ruim, tempo bom, tempo difícil, tempo brabo” eram expressões que não remetiam a questões de temperatura, de clima, mas se estava tempo bom para a pesca. Ingold (2000), ao tratar questões relacionadas ao conhecimento tradicional adquirido das práticas locais, usa a expressão *weather* (tempo) em contraposição à expressão científica, *climate* (clima).

Clima é registrado pelos cientistas, e está para as variáveis que são medidas, como temperatura, precipitação e pressão atmosférica. Já o tempo diz respeito ao calor, frio, tempestade, época de colheitas e feitos, é algo experimentado pelo grupo com o ambiente, obedecendo aos ciclos das estações. Segundo o autor, não se trata de prescrições culturais, mas do conhecimento que vem da prática, das experiências de vida e do movimento naquele lugar.

Terra e lagoa se complementam, mas com significados distintos e com distintas temporalidades em relação aos movimentos e ritmos que permeiam o ciclo de trabalho, os quais traduzi da seguinte maneira: na terra, é o tempo de espera que prevalece e, na lagoa, é o tempo de procura e captura do pescado.

Entretanto, como pude acompanhar no cotidiano das pescadoras, o tempo de espera traduz-se num tic-tac que, longe de ser tempo ocioso, é antes de mais nada um tempo repleto de acontecimentos e multitarefas enquanto se espera ir pescar.

⁴ Expressões locais das pescadoras e pescadores artesanais para se referir aos ventos: *Rebojo de vento* é a denominação local para o vento Sul – vento frio e forte que faz represar as águas interiores e continentais. Vento sul e vento nordeste são os ventos que definem se está bom ou ruim para a pesca. Vento que esgaça é aquele vento que atrapalha a puxada da rede por mexer demais com a maré.

SORTE? OU CONHECIMENTO?

Há também um tema central: a sorte, em torno da qual giram os vários aspectos da vida das pescadoras e pescadores. Dadas as incertezas e riscos que permeiam a pesca, como por exemplo, os fatores climáticos e de mercado, cria-se uma psicologia particular e um certo apego à vida do mar, pois estar nas águas é única forma possível de se obter uma boa pesca e um bom futuro. Da lagoa se espera a sorte, o contrário seria o fracasso de uma pescaria mal sucedida, traduzida pelo pouco peixe na rede ou por acidentes e naufrágios. O tema da sorte é tão central, inclusive abordado em inúmeras pesquisas sobre pesca (DUARTE, 1999; ADOMILLI, 2007 GERBER, 2015), que eu, enquanto pesquisadora, também dependi dela a todo instante na pesquisa. Sorte para encontrar as pescadoras, sorte para estabelecer uma boa relação, sorte para embarcar, sorte para não enjoar, sorte para me dar bem na embarcação. Enfim, quando se pratica e pesquisa a pesca, sorte é preciso ter.

Mas esta sorte às vezes é enaltecida em detrimento de uma série de cuidados e conhecimentos que fazem as pescadoras terem sucesso. Percebi um maior cuidado por parte delas em relação às condições do tempo. Em muitas situações elas me disseram o que a pescadora Márcia enfatiza: eles [os pescadores] vão de qualquer jeito, aí é complicado, tu passas trabalho sem precisar. Esta narrativa expressa que, para além da pescadora ser mais cuidadosa quanto aos perigos, riscos e imprevisibilidade na pesca, o seu corpo tem limites, ou seja, ela está nos dizendo que não é uma mente em um corpo pensando, atribuindo significado para as coisas e representando o mundo e, sim, um corpo como centro e origem do ser e estar no mundo: uma mente encarnada ou engajada que não separa o pensar – fazer e o sentir.

A figura 1 nos mostra a pescadora Márcia a bordo da embarcação na Lagoa dos Patos percebendo as condições para iniciar a pesca do camarão.



Figura 1: *Pescadora Márcia a bordo da embarcação da Lagoa dos Patos - momento de observação das condições para a pesca. Foto da pesquisadora*

São corpos femininos na/com/como natureza que fazem conexões viscerais com o mundo, cujo significado vem das percepções corporais, movimentos, emoções e sentimentos. Márcia nos mostra o lugar do ser humano no ambiente-mundo, que “é o de um ser imerso no fluxo da vida e dependente dos processos e movimentos que constituem nossos corpos e nossas mentes” (STEIL; CARVALHO, 2014, p. 11). Percepção e prática, dois termos que merecem destaque quando adotamos as epistemologias

ecológicas⁵ e feministas⁶, pois o corpo feminino só existe na relação com o mundo e, assim, se torna corpo-no-mundo. Mente e corpo se derramam sobre o mundo, nos diz Ingold (2011), e olhando para a pesca, se percebe um campo de sinergia entre pescadora, barco, artefatos, peixes, ventos, marés e lagoa.

O corpo tem que ser forte, ter que ter jeito. Não interessa se é homem ou mulher. Tem que ter braço e estar no ritmo, ser como o peixe. Não é fácil, mas eu gosto (Pescadora Betinha). O ensinamento de Betinha nos diz que esse corpo feminino que não se atira de qualquer jeito, tem que ser forte e estar no ritmo, é um corpo experiente que, considerando a imprevisibilidade da pesca, tenta, ao menos, antecipar e evitar desastres e desgastes.

Aqui, o conceito de hábito desenvolvido por Dewey e recuperado por Ingold (2020) se mostra uma noção interessante para refletirmos sobre a construção de corpos na pesca, se pensarmos que o fazer está dentro do passar por algo, visto que, realizar uma experiência, é estar sempre dentro dela, é habitar nela. Seguindo essa perspectiva, temos que os hábitos não nos fazem, tampouco, nós fazemos os hábitos, estamos nós, portanto, no meio do hábito, “um eu que habita em suas próprias práticas é recursivamente gerado por elas” (INGOLD, 2020, p. 40).

Esse aprender contínuo com hábitos gerados na corresponsividade da vida, desnaturaliza as noções de inato, porque, embora as pescadoras da pesquisa tenham verbalizado que é preciso ter jeito para a pesca, a observação das práticas e a escuta das narrativas permitiu que ponderássemos que há um processo de construção dessas pessoas no decorrer da vida que faz com que se tornem pescadoras. Elas aprendem a se tornar pescadoras sabendo lidar com seu corpo gerado e construído na/com/pela pesca.

A pescadora Márcia, enquanto organizava as redes e apetrechos para a pesca na embarcação, demonstrava esse processo de construção de um corpo feminino na pesca. Nas figuras 2 a 5, percebemos que existia um certo jeito, ou jeitos, os quais fui entendendo e aprendendo sobre ritmos e maneiras de realizar sem precisar desgastar para além do necessário que a atividade já exige.

⁵ Episteme que coloca o foco na inteireza do mundo para melhor compreendê-lo. Que se contrapõem às dicotomias clássicas, tais como: natureza e cultura, corpo e mente, sujeito e objeto, e partem de uma premissa compartilhada de que os significados, os conceitos e as abstrações que resultam do processo do conhecimento não constituem um mundo à parte em relação à matéria e às coisas, Steil e Carvalho (2014) denominaram como “Epistemologias Ecológicas”.

⁶ Epistemologias feministas decolonial e interseccional (CRENSHAW, 1989; GONZALES, 2020; HOOKS, 2019; KERGOAT, 2010; LORDE, 2019; LUGONES, 2014; OYĚWŪMÍ, 2004; SEGATO, 2012; VERGÈS, 2020).

Essas duas epistemes (ecológica e feministas) se situam dentro de movimentos maiores produzidos tanto nas ciências sociais (viradas ontológicas ou corporais), como pelos movimentos feministas que influenciaram pesquisadoras e educadoras a pensar as condições de opressão e desigualdades vivenciadas pelas mulheres no mundo.



Figura 2: Pescadora Márcia carregando as redes de aviãozinho. Foto da pesquisadora.



Figura 3: Pescadora Márcia e a irmã colocando as redes no barco. Foto da pesquisadora

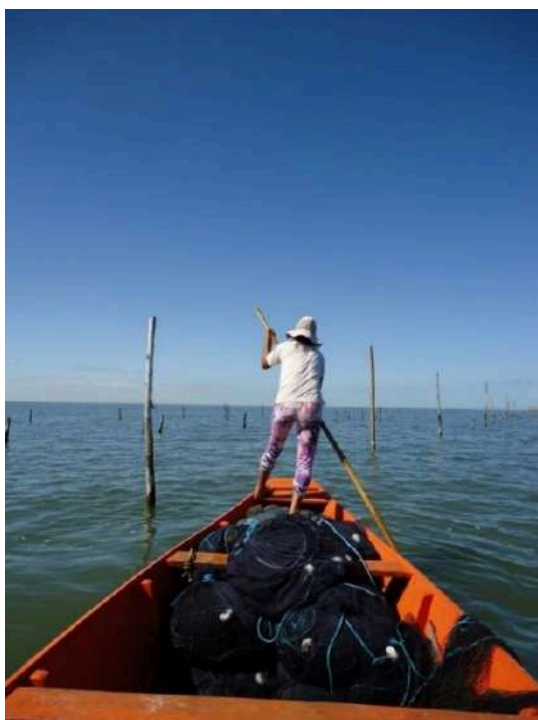


Figura 4 e 5: Pescadora Márcia nas andanas⁷ para fixação das redes de aviãozinho na lagoa dos Patos. Foto da pesquisadora

⁷ Andanas são o conjunto de calões (madeiras fixadas no fundo da lagoa) que formam a estrutura para a colocação das redes de pesca do camarão, chamadas de Aviãozinho.

Algumas etapas da pescaria são bastantes forçosas, as quais demandam muita força e habilidade do corpo da pescadora. Nestas etapas, a prática executada desde criança pelas pescadoras, que inclui o saber adquirido sobre os movimentos das marés e dos ventos, combinado com a compreensão sobre seus corpos dentro de uma embarcação, são grandes aliados para evitar quedas, acidentes e até naufrágios. Estas atividades forçosas acabam por moldar estes corpos. Vejamos o que Márcia nos diz sobre isso:

Tem um jeito, de tanto fazer a gente aprende. Se tu fizer tu aprende também. A pescaria vai mudando o corpo da gente, sabe, a gente de tanto fazer força, fica bruta, olha a minha mão, eu tenho tanta força que as vezes não posso nem brincar com alguém, sou capaz de machucar a pessoa. (Pescadora Márcia).



Figura 6: Pescadora Márcia fazendo nó na rede de pesca. Lagoa dos patos. Foto da pesquisadora.



Figura 7: Pescadora Márcia puxando a rede de aviãozinho. Foto da pesquisadora.



Figura 8: Pescadora Márcia retirando o camarão da rede. Foto da pesquisadora.



Figura 9: Pescadora Márcia colocando o camarão nas caixas. Foto da pesquisadora.

Valéria Iared & Haydée de Oliveira (2017) nos trazem o conceito de *somaestética*, para se referir à compreensão das ligações viscerais com o mundo e a capacidade humana para significar as experiências. Essa proposta contemporânea percebe uma ontologia na qual nosso corpo está engajado em um fluxo constante e na qual mudamos o mundo da mesma maneira que o mundo nos transforma. Nesse sentido, as pescadoras se veem transformadas pelo mundo da pesca e, também, atentas às habilidades desenvolvidas no processo, reconhecem, através do engajamento contínuo, que é preciso obedecer a certos ritmos para se absterem dos riscos e vulnerabilidades de uma pescaria mal calculada e erroneamente antecipada. A sorte é preciso ter, mas o conhecimento advindo da prática, do engajamento e da observação contínua são fundamentais para o sucesso na pescaria e navegação.

CORPOS EMBARCADOS: PESCADORES INVISÍVEIS OU INVISIBILIZADAS?

Utilizando o conceito somaestética para pensar o mundo da pesca e as mulheres na prática pesqueira, algo nos salta aos olhos: a invisibilização absurda do corpo da mulher pescadora. Segundo as pescadoras, esta invisibilidade não tem limites, *nosso corpo é invisível até para a indústria*, nos diz a pescadora Rozi.

Macacão de oleado⁸, luvas, botas de borracha, bonés e gorros de lã são indumentárias que não podem faltar quando se vai para a pescaria. Entretanto, ainda que seja uma mulher pescando e que isso não seja novidade para quem vive na pesca, parece que para quem desenvolve as roupas, os instrumentos e utensílios, a mulher pescadora não existe.

Tudo na pesca é pensado e desenvolvido para corpos masculinos, a pesca é, portanto, generificada e possui um corpo – o masculino. Jean Lave (2015) nos alerta sobre a importância de considerar e analisar aspectos materiais da prática quando se busca os processos de vir-a-ser. Assim, as pescadoras embarcadas se tornam, a partir de roupas que fabricam corpos masculinos, como também a partir de uma atividade em que as desconsidera. Rose Gerber atenta também para essas questões em sua pesquisa e nos diz:

Escondidos atrás de camadas de tecidos ou do plástico grosso dos macacões, seus corpos passam por uma fabricação e, ao mesmo tempo, por uma dissimulação corporal que as igualaria aos homens tendo em vista que, segundo as pescadoras com as quais convivi, seriam roupas masculinas; de homens (GERBER, 2015, p. 187).

Da mesma forma que as pescadoras de Rose Gerber, as pescadoras desta pesquisa se sentem masculinizadas nas roupas de pesca, sendo a vestimenta mais problemática para a funcionalidade na pesca o macacão de oleado que só existe com corte masculino. No momento das necessidades fisiológicas, as mulheres com macacão de homem se veem em situações complicadas na pesca embarcada.

De longe ninguém sabe que a gente existe, tu olhando assim não dá pra ver que somos mulheres, ficamos iguais a eles. Tu olhando essa foto sou eu ali, nem aparece né, parece homem, mas sou eu. Mas de perto os outros pescadores se dão conta que são mulheres e ficam de olho na hora que vamos fazer xixi. (pescadora Rozi).

⁸ Macacão confeccionado com plástico grosso, cujo nome advém de épocas passadas em que os pescadores literalmente passavam óleo na roupa para que tivesse uma maior durabilidade (GERBER, 2015, p. 49).



Figura 10: Pescadora Rozi no meio na embarcação com os irmãos em cada lado. Lagoa Mirim. Foto da pescadora Rozi.



Figura 11: Pescadora Paula e Roberval . Lagoa Miriam. Foto da pesquisadora.

Se não existe diferença nas vestimentas, ou seja, gorro que esconde o cabelo, luvas que escondem as mãos e macacão e bota que escondem qualquer curvatura corporal, todos os corpos embarcados ficam iguais, conforme demonstram as figuras 10 e 11. Diante disso, olhando de longe a mulher desaparece da pesca embarcada, isso porque se instituiu no imaginário, estruturado, obviamente, por questões sociais, culturais e políticas de que a pesca é atividade exclusiva dos homens.

Mas se *despatriarcalizarmos* nosso olhar, se chegarmos mais perto, indo até as colônias de pesca descentralizando nosso olhar dos espaços ditos masculinos (trapiches e galpões de pesca na beira das águas), vamos encontrá-las, assim como eu as encontrei. E digo mais, foram muitas, e cada passo que eu avançava na pesquisa, mais pescadoras eu encontrava – posso com certeza afirmar que as lagoas são de muitas mulheres e a pesca brasileira não acontece sem a participação delas, em que pese os grandes obstáculos que enfrentam para o devido reconhecimento.

O CORPO EMBARCADO DA PESQUISADORA

Os desafios e conhecimentos foram sendo transferidos à mim conforme a pesquisa se desenvolvia. Para embarcar com elas, o primeiro ensinamento se deu sobre as roupas e calçados que eu deveria usar. Alertaram-me sobre o uso de bonés para dias quentes e gorros para os dias frios. Orientaram-me a prender o cabelo para evitar acidentes que pudessem ocorrer com os cabelos soltos, e me emprestaram um macacão de oleado para não me molhar durante as pescarias. Enfim, fui me tornando lentamente uma espécie de duplo delas.

Para estar na embarcação, eu imitava seus gestos, movimentos. Na maior parte das vezes, usei calça ou bermuda justa, moletom impermeável ou camiseta, boné ou gorro. Se estava calor e não era hora de lançar ou recolher redes, eu ficava de chinelos na embarcação, mas na hora do trabalho vestia as botas e, quando era disponibilizado, colocava o macacão de oleado.

As duas experiências pelas quais passei embarcada com as pescadoras foram com permanência de cinco dias na Lagoa Mirim - pesca da espécie *Viola*, dormindo dentro da embarcação na companhia da pescadora e seu filho, e de três dias no estuário da Lagoa dos Patos, na pesca do *camarão rosa*, ocasião que permaneci com a pescadora e seu irmão nos barcos de pesca. Em nenhuma das situações desembarcamos, ou seja, foram dias ininterruptos dentro das embarcações sem pisar em terra.

Durante esses momentos de pesquisa, e junto com as pescadoras, vi meu corpo sendo moldado em campo, fui aprendendo a me mover deixando meu corpo ser construído na pesca durante o tempo que a pesquisa se fazia, pois, conforme Lave nos ensinou “somos todos aprendizes de nossa própria prática em mudança” (LAVE, 2019, p.134). Desenvolvi força durante as pescarias, minha pele queimou do sol, minhas mãos ficaram grossas e ásperas, aprendi a ter equilíbrio na embarcação para poder me mover, e o cheiro da minha pele se misturou com o cheiro

da lagoa. Essa transformação aconteceu à medida em que assumi ser sombra, carne e vísceras das interlocutoras e assim, poderíamos dizer que o meu corpo, por um breve tempo, se tornou, um corpo da pesca.



Figura 12: A pesquisadora com a pescadora Márcia na pesca do camarão. Lagoa dos Patos. Foto da pesquisadora.

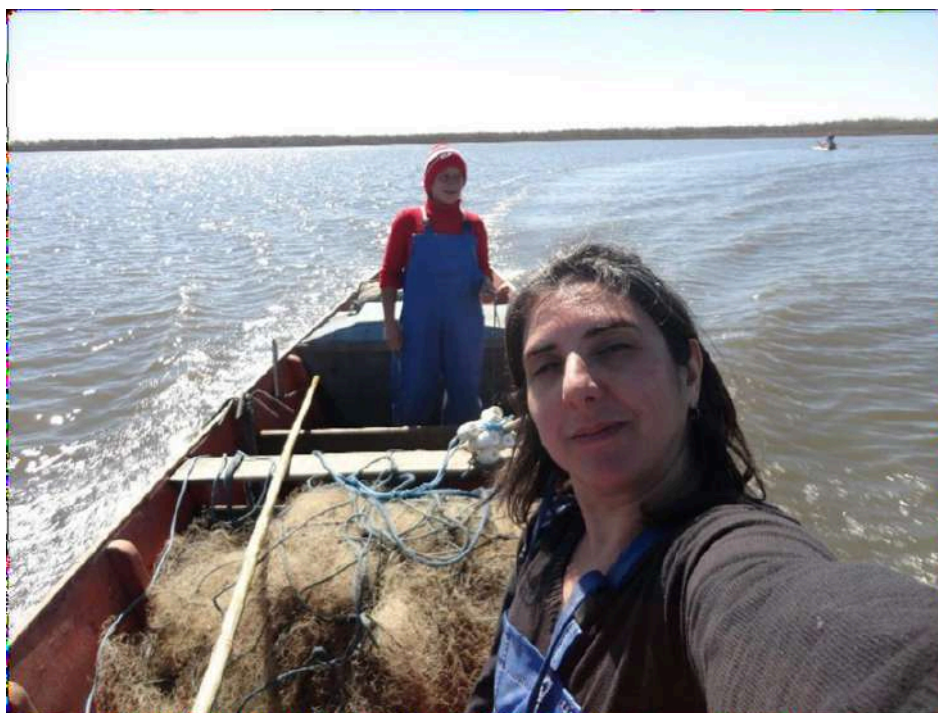


Figura 13: A pesquisadora com a pescadora Márcia na embarcação. Lagoa Mirim. Foto da pesquisadora.

Fui testada em várias situações sobre o enjoo, pois, caso enjoasse, sabia que estaria fora da prática embarcada. *Quem enjoa não é do mar*, narrativa recorrente entre os pescadores e pescadoras. Por sorte, não enjoei em nenhuma das vezes, não porque seja imune ao enjoo, mas sobretudo, porque me preparei para isso. Levei remédios controladores para caso precisasse, e lancei mão da estratégia de comer pouco, a fim de não marear com o balanço das águas. Gerber (2015) e Adomilli (2007) também se depararam com essa preocupação dos pescadores e pescadoras quando embarcaram, e lançaram mão de estratégias e medicações para não enjoar ou superar, em parte, o mal-estar, evitando vomitar.

Ouvi de pescadoras: *te desse bem na pesca, acho que bebesse água de bateira*⁹; ouvi de outras: *talvez teu pai tenha sido pescador e tu não saiba, não mareasse!* Todos esses comentários foram acompanhados, é lógico, por risos e jocosidades, mas foram ditos, primeiramente, porque não enjoei em nenhuma viagem, e, segundo, porque não perceberam medo ou susto de minha parte. Lógico que, na primeira vez que embarquei, senti medo, mas para não as preocupar não deixei que percebessem.

Nas viagens seguintes eu já estava mais acostumada, mas ainda assim as lagoas e a atividade da pesca provocam sempre um certo estado de alerta e demandam muito respeito, seja pela maré que quando está agitada faz o barco balançar demasiadamente, seja pela própria imprevisibilidade das condições meteorológicas, ou ainda, pela força das redes e dos peixes que demandam muito equilíbrio do corpo na embarcação. Um erro, mínimo que seja, pode provocar acidentes sérios e, embora não possa parecer, em ambas as lagoas presenciei ondas imensas que jogavam as embarcações para cima e para baixo como se fosse um barquinho de papel, além ventos de até 50km por hora.

Enfim, embarcar e viver a pesca é uma experiência de fato visceral, multissensorial (IARED; OLIVEIRA, 2017; PINK, 2009) e multiespécie (HARAWAY, 2016; TSING, 2015), e, como não poderia ser diferente, traz com ela muitos sentimentos, emoções e marcas que fazem gerar nas pescadoras um apego à vida na lagoa. Senti-me como as pescadoras se sentem e, então, pude compreender de dentro o que elas me diziam desde os primeiros contatos sobre perigos, liberdades, alegrias.

Senti meu corpo mudar, senti medo, insegurança, mas também senti liberdade, força e coragem. Seguidamente naquele meio aquático, totalmente estranho para mim, me vi impactada. Impactada por estar contemplando tamanha beleza e força das lagoas e dos seres que ali habitam, bem como, as habilidades, conhecimentos e competências das pescadoras na arte de pescar. Impactada por estar diante de redes cada vez mais vazias que revelavam uma escassez pesqueira gritante, pela poluição das águas onde as redes, ao invés de peixes, nos traziam lixo. Impactada pela vulnerabilidade a que as pescadoras estão expostas em suas

⁹ No Dicionário Barsa da Língua Portuguesa, vol. 1, consta o vocábulo "bateira" como sendo: 1. Pequena embarcação sem quilha. 2. Embarcação de fundo chato, de vela ou de remo, usada em pesca fluvial. A expressão "bebesse água de bateira" é usada para dizer que bebendo a água que fica na embarcação, a pessoa está enfeitiçada pela pesca.

embarcações e acampamentos e pela falta de reconhecimento e visibilidade que enfrentam no dia a dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendi que o conhecimento das pescadoras cresce e é cultivado na correspondência, não só de gerações sucessivas, mas também no que é gerado a partir das relações que elas estabelecem com o todo ao redor. As pescadoras não aprendem a pesca pela transmissão de conteúdos que se processam no espaço exclusivo da mente, elas aprendem a ser pescadora fazendo a pesca com seus corpos femininos num engajamento prático e observacional com o mundo, através de corresponsividades com toda a ambiência da pesca.

Experiei a vida com elas e compreendi que pesquisar e pescar estavam na mesma trama, uma vez que a Antropologia faz mais do que nos fornecer conhecimento sobre e com o mundo, ela educa a nossa percepção do mundo, e abre nossos olhos e mentes para outras possibilidades de ser e estar. Assim, o encontro talvez mais radical e transformador desta pesquisa tenha sido o meu comigo mesma, enquanto mulher, antropóloga e educadora ambiental.

Nesse sentido, minha tentativa foi produzir conhecimento fora da caixa. E nisto, as pescadoras embarcadas, e todos/as que compõem o mundo da pesca, sejam humanos/as, não humanos/as e atores/atrizes abióticos/as foram, em maior ou menor grau, fontes de aprendizagens, como professoras/es, mentoras/es e interlocutoras/es.

Com elas aprendi que “ter ritmo na pesca” significa aprender, com base em batidas e pausas, a cadência da vida. É se colocar em movimento de resistência, (re)existência e (re)criação permanente. Sem dúvida, ter ritmo foi o que as interlocutoras, através do tempo e da história, tiveram, através da inteligência, da paciência e da sensibilidade, para aprender e ensinar.

Por fim, estar aberta para o encontro dialógico, prático e observacional com as interlocutoras, fez-me compreender que, neste processo, ensinar e aprender se misturaram e, conseqüentemente, eu e as pescadoras nos transformamos ao longo do percurso. Com elas foi possível afirmar que pescar também é coisa de mulher e, portanto, reconhecer e evidenciar essa diversidade, os saberes e práticas, bem como as desigualdades, as invisibilidades e os conflitos nas formas de existir é, sobretudo, propor outros caminhos na luta por justiça ambiental, pela equidade de gênero e por uma educação democrática contra-hegemônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOMILLI, Gianpaolo K. **Terra e Mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima: tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São Jose do Norte** – RS. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 2007.

CARVALHO, Isabel Cristina; MUHLE, Rita P. Intenção e atenção nos processos de aprendizagem. por uma Educação Ambiental “fora da caixa”. **Revista Ambiente e Educação**. Dossiê Temático Fundamentos da Educação Ambiental v. 21, n. 1, 2016.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/KimberleCrenshaw.pdf> Acesso em: 23 de jun de 2013.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**. Niterói: EDUFF, 1999. 289 p.

FERREIRA, Maria Aparecida Gomes. “Eu tirava conclusão de uma nuvem pra outra”: uma reflexão sobre histórias, saberes e culturas da pesca artesanal em Arraial do Cabo. **Revista de História Oral**, v. 1, n. 15, p. 9-34, 2012

GERBER, Rose Mary. **As Mulheres e o Mar: Pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. **Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes**. ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte | Ano 3, n. 5. p. 139-146, 2016.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019

IARED, Valéria G.; OLIVEIRA, Aylée T. O walking ethnography para a compreensão das interações corporais e multissensoriais na educação ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. XX, n. 3. p. 99-116, jul.-set. 2017.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment**. London and New York: Routledge, 2000.

INGOLD, Tim. **Educação da atenção**. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr.2010.

INGOLD, Tim. **Being alive: essays on movement, knowledge and description**. Londres & Nova York: Routledge, 2011.

INGOLD, Tim. **Antropologia e/como educação**. Editora Vozes, Petrópolis/RJ, 2020.

MARTINS, Liza | “Te desse bem na pesca, acho que bebesse água de bateira”: conexões multissensoriais com o mundo das pescadoras no Rio Grande do Sul | Tessituras | UFPEL | V12 | N2 | JUL-DEZ. 2024 Pelotas | RS

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 86, p.93-103, mar. 2010.

LAVE, Jean. Aprendizagem como/na prática. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n.44, jul./dez. de 2015.

LAVE, Jean. **Learning and everyday life**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, set-dez/2014.

MALDONADO, Sílvia. **Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1994. 284 p.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8.

PAYNE, P. G. (Un)timely ecophenomenological framings of environmental education research. In: STEVENSON, R. B. et al. **International Handbook of Research on Environmental Education**. New York: Routledge Publishers, 2013. p. 424-437.

PINK, S. **Doing Sensory Ethnography**. London, UK: SAGE, 2009.

SEGATO, Rita L. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. E-Cadernos CES. n. 18, p. 106-131, 2012.

SILVA, Liza Bilhalva Martins da. **Lagoas de mulheres: pescadoras embarcadas e Educação Ambiental no sistema lagunar-costeiro do/no sul do Rio Grande do Sul**. 2022. 270 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – PPGEA, FURG, Rio Grande, RS, 2022.

STEIL, Carlos A.; CARVALHO, Isabel. Epistemologias ecológicas: Delimitando um conceito. **Mana**, v. 20, n. 1, p. 163-183, 2014.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

TSING, Anna. Margens Indomáveis: Cogumelos Como Espécies Companheiras. **Revista Ilha**, 17, n. 1, p. 177-201, jan./jul. 2015.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: UBU Editora, 2020.

DUARTE, Lourenço. **As redes do suor: reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**, 1999.

Gusthavo Gonçalves Roxo¹

**A POÉTICA DA PAISAGEM: A
interseção entre arqueologia e poesia
na antiga Fábrica Confiança, Vila
Isabel - RJ**

**THE POETICS OF LANDSCAPE: The
intersection of archaeology and poetry
at the former Fábrica Confiança - Vila
Isabel - RJ**

¹ Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, (2015-2019), atualmente é especialista visitante no Museu Nacional, participando do projeto de requalificação dos espaços de guarda e gestão dos acervos de arqueologia do Museu Nacional/UFRJ

RESUMO

Este artigo explora a paisagem da antiga Fábrica Confiança em Vila Isabel, Rio de Janeiro, por meio de uma abordagem que une arqueologia industrial e poesia. A pesquisa, desenvolvida durante a pandemia, reflete a relação pessoal do pesquisador com o espaço, revelando uma visão fenomenológica do ambiente. A Fábrica Confiança, que operou até 1965 e foi transformada em mercado, é analisada sob a perspectiva da arqueologia da paisagem e do patrimônio industrial, destacando o impacto humano e social da industrialização. O artigo utiliza conceitos de fenomenologia para compreender a relação dos indivíduos com o espaço, inspirando-se em teóricos como Gaston Bachelard e Christopher Tilley. A obra aborda ainda a importância da memória coletiva e individual na preservação do patrimônio industrial e a transformação contínua do espaço urbano. Por meio da poética do espaço, o autor convida à reflexão sobre a coexistência de histórias passadas e presentes na construção da identidade de um lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia Industrial; Arqueologia da Paisagem; Patrimônio Industrial.

ABSTRACT

This article explores the landscape of the former Fábrica Confiança in Vila Isabel, Rio de Janeiro, through an approach that combines industrial archaeology and poetry. The research, developed during the pandemic, reflects the researcher's personal relationship with the space, revealing a phenomenological view of the environment. The Fábrica Confiança, which operated until 1965 and was later transformed into a market, is analyzed from the perspective of landscape archaeology and industrial heritage, highlighting the human and social impact of industrialization. The article employs phenomenological concepts to understand the relationship between individuals and space, drawing inspiration from theorists such as Gaston Bachelard and Christopher Tilley. It also addresses the importance of collective and individual memory in the preservation of industrial heritage and the continuous transformation of urban space. Through the poetics of space, the author invites reflection on the coexistence of past and present stories in the construction of a place's identity.

KEY WORDS: Industrial Archaeology, Landscape Archaeology, Industrial Heritage.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a paisagem da antiga Fábrica Confiança em Vila Isabel, bairro do Rio de Janeiro. Reflexão esta, que transpassa a arqueologia e se emaranha com a poesia, com a vivência do espaço e da cidade. Fruto de uma pesquisa de mestrado desenvolvida durante a pandemia que mostrou o seu próprio caminho também na relação do Eu, pesquisador, com o espaço.

Quando todo o mundo fecha, a vida se resume ao seu lar, os livros e um dos poucos lugares que você ainda frequenta é o mercado perto da sua casa, que não por acaso é seu objeto de pesquisa do mestrado, tudo se entrelaça e o aluno que é poeta, naturalmente registra os sentimentos, as percepções do todo.

Até a minha qualificação a poesia não fazia parte da dissertação, muito menos a poética do espaço, quando levei para a banca, por pura vontade de expressar o que já vivia, dois poemas que fiz depois de minhas idas à fábrica. Foi quando o Professor Dr. Rui Gomes Coelho, professor assistente de Arqueologia Histórica na Durham University e meu então orientador, Professor Dr. Marcos André Torres de Souza, me sugeriram trazer esse lado para a pesquisa.

Este artigo não vai conseguir explorar a complexidade da arqueologia industrial e da preservação do patrimônio industrial, mas encara o patrimônio a partir e além de seus olhos, a teoria lida pelo poeta, transpassa as páginas virtuais em Arial 12 e se torna verso na rua, sensação e influência.

Peço, portanto, licença aos Arqueólogos e Antropólogos mais tradicionais, leitores deste artigo, para trazer de forma explícita uma pessoa para a discussão, eu. Neste artigo afasto a terceira pessoa e trago a primeira pessoa do singular para apresentar a paisagem através dos meus olhos, dos meus sentidos e afetos.

Na academia usamos a terceira pessoa, para representar o coletivo, nós como pesquisadores, nós: professores e alunos, autor e referenciados etc. Aqui, desejo falar a partir das minhas percepções. Contarei aqui um pouco mais sobre minha relação com a Companhia Confiança Industrial.

A paisagem através de mim, sujeito, agente e produto

O caminho da minha casa, onde escrevo estas palavras, até a Fábrica Confiança não é muito longo: é uma linha reta, com exceção de duas pequenas curvas que devo fazer até chegar ao início da canalização do Rio Joana. Desse ponto, ando cerca de 900 metros, tendo ao lado o canal cercado de flamboyants, que em determinadas épocas do ano ficam floridos, ganhando a rua um tom de avenida colorida, e recebendo garças que, muitas vezes, ficam em seus dosséis e seguem o caminho do rio. Não é raro ver uma das brancas aves de bico amarelo alçar voo entre as árvores e os veículos. A Rua Maxwell, dividida pelo canal, tendo quatro pistas, em dois sentidos diferentes onde, desde cedo, se escuta o som de carros, motos, caminhões. É uma rua que raramente fica vazia.

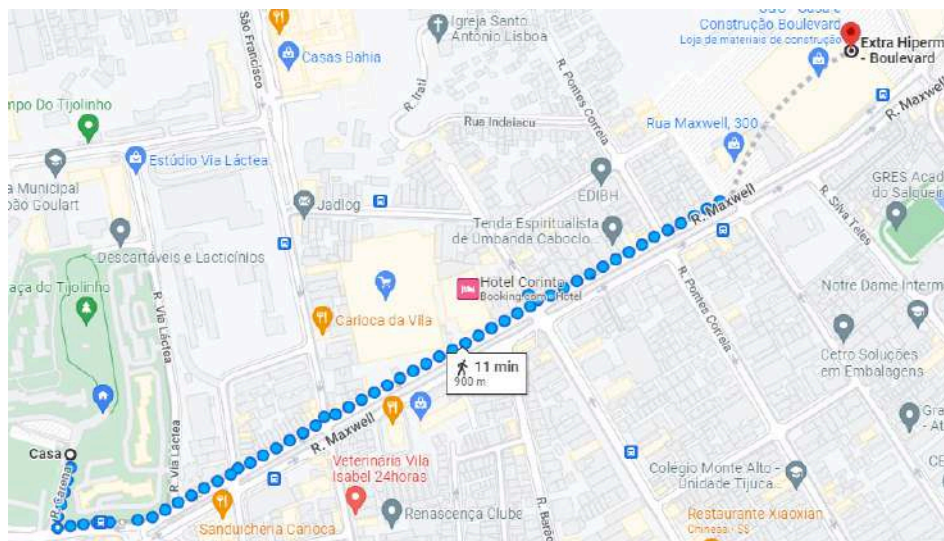


Figura 1: Caminho da minha residência até a antiga Fábrica Confiança.

Se o dia em que percorro esse trecho for uma quinta-feira, é fácil identificar quando se está próximo da fábrica. O barulho da feira na rua em frente ao supermercado é singular. As garças deixam os flamboyants, as torres da fábrica e o rio para ficarem grudadas cercando a barraca de peixe, bem na esquina da Rua Silva Telles, onde ficava a quadra esportiva e o clube da Companhia Confiança Industrial.

Nesse momento, dois caminhos são possíveis: entrar no mercado ou circundar a construção, passando pelas vilas operárias já visíveis junto ao começo da rua da feira. O som das buzinas é intermitente, há carros por todo lado o dia inteiro.

Sigo até a Rua Pisa Almeida, vejo a fachada principal da fábrica, o palacete encoberto por árvores, a rua é mais calma, o som de carrinhos pelo estacionamento à frente ganha vez. Crianças brincam nessa rua e nas pequenas vilas resistentes.

Chego na Rua Artidoro da Costa. Quase toda sua extensão tem apenas casas da Vila Operária. Escuto o som do dia a dia, um homem puxando uma carroça com lixo no fim da rua quebra o silêncio junto aos carros ao longe. Catadores de resíduos sólidos de uma cooperativa que ficava a escola para adultos da fábrica carregam grandes sacos para lá e para cá. Além disso, há carros de som nas proximidades, normalmente anunciando a compra de ferro velho ou vendendo 30 ovos por dez reais.



Figura 2: Visão da fábrica, na Rua Maxwell quase esquina com a Rua Silva Telles, esse ponto era a localização da escola dos filhos dos operários. Foto do Autor.

Chegando à Rua Teodoro da Silva, lembro que foi aqui a rua de Noel, de onde ele ouvia os apitos da fábrica e se inspirou para escrever a canção que eternizou a Confiança.

Seja como pesquisador, morador da região ou até mesmo como indivíduo que também é produto da influência e agência secundária (Gell, 1998) desse espaço.

É certo que há cem anos, por esse caminho que descrevi, se encontrariam linhas de bondes, não haveria rio canalizado. As ruas eram muito mais estreitas. Tampouco tinham a extensão que têm hoje. O caminho quase em linha reta que une minha casa à fábrica ainda iria se desenvolver: a Rua Barão de Mesquita tinha bondes e uma outra fábrica de tecidos ocupava o local de onde hoje vivo. Certamente, toda a trajetória do canal seria afetada por fumaça e sons industriais, altos sons de maquinário, apitos e um contínuo burburinho de trabalhadores indo e vindo a todo tempo.

Tendo funcionado por 78 anos, até 1965, ficou por anos fechada; depois reabriu como shopping, tendo virado mercado e hoje em dia após um ano novamente fechada reabriu às portas em 31 de outubro de 2023 como “Assaí Atacadista”.



Figura 3: Estacionamento do Mercado. Foto do Autor, 2021.

BREVE CONTEXTO TÉORICO-METODOLÓGICO

Segundo Thiessen (2006), o estudo arqueológico de estruturas tais como fábricas, moinhos e estradas de ferro, desenvolvido sob o cunho de “arqueologia industrial” surgiu na Inglaterra na década de 1950, quando Donald Dudley, um latinista da Universidade Birmingham, começou a organizar visitas dos seus estudantes às antigas instalações industriais na região. Essa prática acabou sendo seguida por amadores que se preocupavam com a preservação dos vestígios da industrialização.

Segundo Palmer e Neaverson (1998), a arqueologia industrial começou a ter aceitação na Arqueologia nos anos 1960, na mesma época em que a disciplina começou a adotar uma postura mais teórica. Nesse momento, teve como principal impulso o desejo de registrar artefatos e estruturas, iluminando desse modo, os contextos das pessoas que trabalharam como operárias no passado.

Tanto a arqueologia industrial do século passado quanto a do presente, concentram-se sobretudo na interpretação de sítios, estruturas e paisagens. Antes disso os trabalhos de arqueologia industrial eram voltados em sua maioria para as técnicas, buscando, nessa linha, compreender a identificação e proteção de máquinas, eventualmente apresentando um certo tom de saudosismo e romantismo em relação ao auge de certas indústrias. O fator humano pouco era lembrado no começo e desenvolvimento das primeiras décadas da arqueologia industrial, o que vem mudando.

É nesse contexto que também resolvemos trabalhar e nos envolver com as ideias da Arqueologia da paisagem, sendo ela um componente importante para compreender, entre outros momentos da história, a industrialização. Através dela se torna viável pensar não só a influência da

indústria no bairro de Vila Isabel, mas também no Rio de Janeiro como um todo. A fenomenologia nos ajuda a colocar os indivíduos no espaço:

Quando olhamos a Fábrica Confiança, hoje vemos o barulho dos carrinhos do supermercado, o som das caixas registradoras, os anúncios de promoções. No entanto, não é em toda paisagem, muito menos na totalidade deste ambiente que podemos perceber de alguma forma direta como os indivíduos se relacionavam e viam o espaço pelos sons. Gritos, apitos, o som do maquinário, tudo isso, de sua forma, moldou essa realidade, fazendo parte da estrutura social de seu tempo.

O Arqueólogo Christopher Tilley, estabeleceu em seu livro *A Phenomenology of Landscape*, de 1994, as diferenças entre o espaço abstrato e o espaço humano, sendo o primeiro idealista e irracional, e o segundo materialista e racional. O espaço está, existe, nós o definimos e o reconhecemos racionalmente. Da mesma forma que um espaço é ocupado por diferentes pessoas, grupos e culturas ao longo do tempo, este pode sofrer modificações, se tornando maior ou menor, passando a fazer parte de outro maior preexistente, ou até mesmo deixando de existir.

A PAISAGEM DA FÁBRICA CONFIANÇA

O filósofo francês Gaston Bachelard (1984), em seu livro *A poética do espaço*, utiliza a imagem da casa como um arquétipo para se pensar as relações dos indivíduos com o espaço em diferentes níveis. Ele começa pela casa como um universo inteiro, refletindo sobre as possibilidades do espaço, que ao mesmo tempo é seguro, confortável e incerto, passando também pelas infinitas possibilidades do interior e chegando até a relação da casa com o mundo exterior e sua imagem como ninho, concha, diante da grandeza do mundo. Quando apropriado e vivido pelos seus agentes, um espaço, seja ele qual for, representa uma certeza, uma constância, um conforto numa vida que por si só já é incerta e constantemente alvo de transformações.

Segundo Bachelard (1984), quando a lupa atenta abre o mundo, durante sua contemplação é preciso uma atenção perspicaz para integrar o detalhe. Existem múltiplas realidades e interesses em um mesmo ambiente; por exemplo, numa fábrica onde operários lutam por salários melhores. Há aqueles que não querem interromper o trabalho com greves por medo, receios ou até mesmo porque são contra tais atitudes. Ainda é possível relacionar a ideia de miniatura com a poética dos artistas. O filósofo fala que:

Todo ouvido sensível sabe o que é que um poeta que escreve em prosa, que, em determinado ponto, a poesia acaba por dominar a significação. Em suma, na ordem da audição, temos uma imensa miniatura sonora, a de todo um cosmos que fala abaixo. (BACHELARD, 1984, p. 311)

Noel Rosa, em sua música “Três apitos”, faz um retrato do cosmo com que convivia. Mesmo que indiretamente em seu caso, de sua casa era

afetado pelo mundo exterior, sua paisagem, seus conflitos e sobretudo por suas sensações. Com seus ouvidos atentos ao cotidiano de Vila Isabel, retratava aquela região como um universo.

Toda arte tem um “quê” de local. Todo artista escreve como se sua casa fosse o centro do mundo, por onde na verdade toda sua percepção da realidade o perpassa. Nessa direção, Bachelard (1984) pontua que o espetáculo exterior ajuda a revelar uma grandeza íntima: cada objeto investido de espaço se torna, nesse coexistencialismo, centro de todo o espaço. Para cada objeto o distante é o presente, o horizonte tem tanta existência quanto o centro.

Segundo o filósofo supramencionado, o aqui, o agora e o espaço são tudo. A memória não pode animar o tempo já que ela é uma coisa estranha para este e se revela incapaz de registrar a duração concreta das coisas. Não se pode reviver durações que não mais existem, só é possível pensá-las numa linha de tempo abstrata e privada de densidade.

Quando refletimos sobre esse espaço, sobre suas ocupações e usos do passado, não estamos vivenciando o mesmo mundo. Como então pensar esse lugar com a distância do tempo e durante uma pandemia? Sem ouvir as vozes de antigos trabalhadores, sem se aprofundar em documentos e plantas, pensar esse espaço múltiplo em tal situação é um desafio.

Em 1993, a Lei 2.038 de 19 de novembro criou a Área de Proteção do Ambiente Cultural no entorno da antiga Companhia de Fiação e Tecidos Confiança. Para pensar as transformações dos espaços originais da fábrica, a paisagem se torna um meio que permite a reflexão sobre a conciliação entre memória e novos usos.

Como já citado anteriormente, Palmer e Neaverson (1998) colocam que a tarefa dos arqueólogos industriais é usar evidências físicas e fontes escritas sobreviventes para mapear as mudanças na paisagem urbana que foram provocadas pelo desenvolvimento tecnológico.

A presença da Companhia Industrial Confiança em Vila Isabel pode ser justificada pelos três grupos de fatores definidos pelos autores citados anteriormente: a presença de rios para auxiliar a indústria, o relevo e a oportunidade de mão de obra local.

Durante o século XX ocorreram diversos movimentos migratórios nacionais e mundiais, que proporcionaram uma grande quantidade de trabalhadores à procura de empregos. Muitos (i)migrantes chegavam ao Rio de Janeiro e acabavam trabalhando em fábricas.

Adentrando o aspecto trabalhista, infelizmente até o momento não foi possível averiguar se a Fábrica Confiança utilizou alguma forma de trabalho sem ser o assalariado, seja para sua construção ou em seus primeiros anos de fiação.

Além dos prédios propriamente industriais, para a confecção e guarda de tecido a fábrica possuía outras edificações como a escola para os filhos dos operários, as vilas operárias e a sede do “Confiança Atlético Clube”. Tendo o clube funcionado por 61 anos, inaugurado em 1915, resistiu até o fechamento da fábrica, vindo acabar as atividades anos mais tarde.

O famoso samba-enredo “Peguei um Ita no Norte”, que levou o Salgueiro a ganhar o desfile das escolas de samba de 1993, foi ouvido pela primeira vez no mundo nas dependências da antiga Fábrica Confiança. Onde desde 1976 a escola de samba alvirrubra montava informalmente seu carnaval.

Hoje uma das canções mais célebres da história do carnaval carioca, famosa pelo refrão “*explode coração/na maior felicidade*”, “Peguei um Ita no Norte” ecoa por toda a região nas noites de quinta-feira de novembro a fevereiro, quando os ensaios abertos do Salgueiro percorrem a Rua Maxwell e terminam na altura da antiga Fábrica Confiança, raramente adentrando a Rua Silva Telles, lar do extinto clube “Confiança”, em respeito a um pequeno hospital particular que funciona no local.

Durante as duas primeiras décadas deste século, na área principal da antiga fábrica limitada pelo terreno está uma loja varejista, no conjunto de edifícios, coabitam hoje pequenos empreendimentos. Além do conjunto principal, há o Palacete Barão de Drummond, este também foi residência de gerentes da fábrica além de armazenamento de material fabril. No estacionamento ao lado destes, durante os anos de 2018 e 2020, existiu um espaço destinado a *food trucks*, chamado “*food park*”.

Considerando, segundo Stranchi (2008), a construção de moradias para os operários foi uma substituição de moradias insalubres pelas então chamadas moradias higiênicas e pela política empresarial que objetivava o controle físico, moral e higiênico dos ocupantes, bem como a obtenção de lucro através de aluguéis aos funcionários.

A paisagem industrial já começava a mudar, quando a prefeitura do Rio de Janeiro resolveu demolir algumas casas para abrir um canal para o Rio Joana, que passa perto da área da fábrica até os dias de hoje.

Dois anos após a falência da fábrica, já se pode notar a importância que a música do Noel Rosa tinha não só para Vila Isabel, como também para os operários, figurando como um local de conforto na memória daqueles indivíduos.

A área das casas derrubadas é uma das transformações mais perceptíveis na paisagem nos dias de hoje. Pela lateral de diversas casas operárias que aparentam uma possível continuidade, as vilas costumam ter casas de esquinas, visualmente pensadas para aproveitar o máximo do espaço. Na esquina da Rua Silva Telles com a Rua Maxwell, contudo, isso não ocorre. A escola da fábrica também foi demolida para a abertura do canal.



Imagem 4: Acima; Esquina da Rua Maxwell com a Rua Silva Telles. Foto do Autor



Figura 5: Esquina das Ruas Senador Soares e Araújo Lima. Fotos do Autor

Com a compra da antiga fábrica por uma rede de shoppings e mercados no final dos anos 70, em 1978 começam obras no espaço. Alguns dos edifícios foram demolidos inteiramente ou parcialmente nesse período. O tombamento em nível municipal aconteceu somente alguns anos depois dessas mudanças, portanto na época das demolições nada pode ser feito a respeito do valor social e histórico das ruínas.

No período após minha pesquisa, que enfoca esta companhia industrial, minha vida profissional andou seguindo as águas do Rio Joana. Ele passa ao lado da Casa de Pedra do Museu Nacional, um dos espaços da curadoria de Arqueologia, onde fui técnico temporário e atualmente sou especialista visitante vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Certa noite saí do trabalho, onde já fui estudante, caminhei contra o fluxo do rio, a caminho dos apitos, dos carrinhos que voltaram a correr, dos caixas que voltam a fazer barulho, me reencontrei ao prédio que faz ser fácil recordar o passado.

SER: VERBO INTRANSITIVO

O filósofo Gaston Bachelard, no seu já mencionado livro “A Poética do Espaço” de 1984, pensa o espaço não só pelo arquétipo da casa, mas também por intermédio da poesia francesa.

Antes de adentrar suas reflexões sobre a poética do espaço, ele reflete sobre a própria imagem do poeta no mundo e em seu lugar. Segundo ele, a imagem poética tem um ser próprio, um dinamismo advindo de uma ontologia direta, o poeta fala do âmago do seu ser, sendo necessário para determinar o ser de uma imagem, senti-la em sua repercussão. É preciso se permitir, ouvir, acreditar nas palavras e naquela visão.

Ao se ler um poeta, este não lhe confia o passado de sua imagem, isto é conhecer o que de fato o inspirou a elaboração de seus versos, no entanto, sua imagem se enraíza de imediato no leitor, por exemplo:

*Quando o apito
Da fábrica de tecidos
Vem ferir os meus ouvidos
Eu me lembro de você
Três Apitos – Noel Rosa (1933)*

Quando Noel Rosa fala dos apitos, da saudade de sua amada, não temos o total conhecimento sobre sua história de amor, não sabemos nada além da sua sensação naquele instante. No entanto, a imagem do poeta à beira do piano, compondo a canção, lembrando da mulher amada, se finca em nossas mentes, através de seus doces acordes e palavras de afeto.

Sobre a percepção dos leitores diante a poesia, Bachelard faz o seguinte comentário:

pede-se ao leitor de poemas para não tomar uma imagem como objeto, menos ainda como substituto do objeto, mas perceber-lhe a realidade específica. É preciso para isso associar sistematicamente o ato da consciência criadora ao produto mais fugaz da consciência: a imagem poética. Ao nível da imagem poética, a dualidade do sujeito e do objeto é matizada, iluminada, incessantemente ativa em suas inversões. No domínio da criação da imagem poética pelo poeta, a fenomenologia é, se assim podemos dizer, uma fenomenologia microscópica. Daí essa fenomenologia ter probabilidade de ser estritamente elementar. (BACHELARD, 1984, p. 185)

Aqui, neste capítulo, assumo também o lugar de poeta, sendo os versos encontrados enquanto produtos microscópicos da minha percepção desse espaço.

Diante da fenomenologia da paisagem, me coloco como ser no mundo. Segundo Tilley (1994) a especificidade de um lugar é um elemento essencial para a compreensão do seu significado. Em suma, o espaço não teria uma essência substancial em si, apenas um significado relacional, criado por meio das relações entre povos e lugares.

O espetáculo exterior vem ajudar o poeta a revelar uma grandeza íntima, onde cada objeto investido de espaço íntimo se torna, nesse coexistencialismo já mencionado, centro de todo o espaço. Importa aqui frisar que este espaço é vivido com todas as parciaisidades da imaginação.

A imagem, segundo o filósofo, se transforma num ser novo de nossa linguagem, exprime e nos influencia com sua manifestação. Sendo assim, ela é ao mesmo tempo uma decorrência da expressão do nosso ser:

A imagem, em sua simplicidade, não precisa de um saber. Ela é a dádiva de uma consciência ingênua. Em sua expressão, é uma linguagem jovem. O poeta, na novidade de suas imagens, é sempre origem de linguagem. Para especificarmos bem o que possa ser uma fenomenologia da imagem, para frisarmos que a imagem existe antes do pensamento, seria necessário dizer que a poesia é antes de ser uma fenomenologia do espírito, uma fenomenologia da alma. (BACHELARD, 1984 p. 185)

A casa, como espaço tem como um dos seus maiores poderes a integração para os pensamentos, as lembranças, memórias e sonhos dos homens. Na poética, de acordo com o autor que entrelaço neste artigo, essa integração é feita sobretudo pelo devaneio do poeta. A casa abriga o devaneio; protege o sonhador, nos permite sonhar em segurança. Somente os pensamentos e as experiências asseguram os valores humanos. Sendo o passado, o presente e o futuro, promotores dos diferentes dinamismos da casa, dinamismos que podem se opor, estimular um ao outro e até mesmo intervir no espaço.

Esse pensamento se alinha, de certo modo, com as ideias multitemporais propostas por Hamilakis (2015), onde autor afirma que a Arqueologia lida fundamentalmente com a materialidade do tempo, explorando os múltiplos aspectos sociais e culturais e seus significados em várias temporalidades à partir dos seres, das coisas e do espaço. Um mesmo ambiente passa em séculos diferentes, por transformações e realidades distintas.

A Vila Isabel das fábricas e dos abolicionistas não é a mesma Vila Isabel de uma nova boêmia e de um comércio em transformação. Por mais que os espaços sejam os mesmos, os sujeitos são outros e a forma como lidam com essa materialidade, influencia a própria paisagem, ao mesmo tempo que o próprio ambiente também os influencia.

O autor supramencionado afirma que os arqueólogos e outros especialistas em materialidade são aqueles que de fato podem desmaranhar e compreender as possibilidades e campos sensoriais que

ativam e geram materialidades de várias épocas. Como diz Bachelard (1984), é *pelo* espaço e *no* espaço, que encontramos os belos fósseis de uma duração concretizada de longos estágios do mundo.

Lembrando que a casa e o universo não são universos justapostos, a Fábrica e Vila Isabel, Noel e os Apitos, são elementos de uma dialética que se dinamiza.

Segundo o filósofo que diálogo, a humanidade e o mundo estão numa comunidade em perigo. São temidos um pelo outro, tudo se ouve, no murmúrio do poema. Portanto o espaço aparece ao poeta como sujeito do verbo “desenvolver”, do verbo “crescer”. Esse espaço poético, quando expresso, ganha valores de expansão e pertence a fenomenologia do ser.

Feitas essas considerações, necessárias neste ponto, volto ao meu desejo de colocar em foco a minha vivência nesta paisagem, descrevendo minhas sensações, pensamentos e memórias no espaço da Companhia Industrial Confiança. A partir de agora, irei focar em minhas diferentes leituras e referências de paisagem, expressas a partir de minhas poesias. À luz da descrição acima e das reflexões colocadas ao longo da dissertação, escrevi o seguinte poema:

Ser, Verbo intransitivo

*Quero falar de apitos que nunca ouvi
quero falar de operários
que nunca vi
quero falar de uma paisagem
que vivo de outra forma
quero falar de um tempo
estando em outro
quero realçar no presente
a dor do passado
a luta pelo que hoje
é visto como pouco
quero lutar
através das palavras
para ascender a memória
a seu lugar
de farol
não imaculada
não eterna
mas de luz
ante toda e qualquer possível
escuridão.*

Como falar de uma paisagem que hoje vivencio de outra forma? Uma das formas que encontrei está aqui, entre registros e pensamentos que escrevi durante os quase dois anos de pós-graduação. Além de pensar a paisagem passada, quero colocar em perspectiva a paisagem presente através do meu olhar. Uma das minhas primeiras lembranças na Fábrica, também é uma das minhas mais completas memórias da primeira infância.

Não me recordo da primeira vez que entrei e conheci a estrutura e os edifícios, como tantos outros lugares perto da primeira casa, havia uma certeza de que sempre existiram e sempre estiveram ali.

Eu deveria ter quatro ou cinco anos, nos anos de 2000 ou 2001, quando meu Padrinho, que trabalhava e morava em outro estado, estava na cidade para algum feriado. Passei alguns dias com ele e entre tantas coisas que fizemos fomos ao mercado, onde existiu a Fábrica Confiança. Lembro de não estar muito interessado até que ele combinou comigo que se eu fosse me daria um daqueles almanaques de Colorir da Turma da Mônica. O acompanhei feliz, entre os edifícios e corredores de um prédio que parecia eterno. Lembro bem que ao final das compras, paramos numa lanchonete no que hoje seria considerado um espaço “*Gourmet*”.

Esse espaço localizava-se no fim do corredor entre os dois edifícios principais. Tinha paredes escuras e uma iluminação amarela. Eu olhava de baixo a pintura que naquele momento me parecia imponente, de uma cena de comércio na época do império. A mesma imagem existe até os dias de hoje no atual corredor de caixas do supermercado. Por mais simples que seja essa memória, para mim é a recordação do começo de um afeto que me acompanha até os dias de hoje.

Poucos anos depois, em 2004, quando estudava em uma escola municipal da Rua Silva Teles, bem próximo ao supermercado Extra, comecei a participar de um projeto social chamado “Esporte e Ação”, que ocorria nas dependências do Palacete. Naquele momento existiam diversos cursos naquele espaço.

Segundo matéria do jornal o Globo (Volta, 2001) havia quatro projetos principais: “Um passo a mais”, dedicado a atividades extracurriculares para alunos de ensino fundamental e médio; “Acorde para as cordas”, um programa musical com ênfase no ensino de Música Popular Brasileira (MPB); “Esporte e Ação”, de atletismo para crianças de 7 a 14 anos e “Futuro eu”, de capacitação profissional para jovens de 15 a 18 anos.

Participei das atividades por três anos, até 2006, já que no ano seguinte mudei de escola, o que pela distância e horário me impediram de dar continuidade na participação do projeto. Apesar de considerar ter sido esse pouco tempo de convívio e usufruto semanal do espaço, foram três anos da infância explorando, brincando, e vivendo parte desse espaço.

Escrevendo esse parágrafo, percebo que o lugar de afeto que a Fábrica e essa paisagem ocupam em meu coração é maior do que antes imaginava. Minha jornada como pessoa tem sua história marcada em diversas ocasiões, minha história individual também faz parte dessa rede de memórias e elos coletivos.

Nos meus anos de esporte, sempre com uniforme, uma blusa branca com os logotipos do projeto e bermuda azul marinho, chegava no palacete subindo as escadas laterais mais próximas ao mercado. Quando estava adiantado, em frente ao edifício onde havia um outro espaço elevado com bancos que davam na escadaria em frente ao principal bloco do estacionamento, ficava conversando com colegas e professores até as atividades começarem. Por vezes corríamos, Lembro bem que no fim da pista de atletismo, passando pela lateral do palacete até a escada onde eu

chegava, havia um pequeno caminho onde havia um busto. Era recorrente passar por ele em nossas corridas antes da aula começar.

As minhas aulas ocorriam em dois espaços, sobretudo a quadra e a pista de corrida. A pista não deveria ter mais de 50 metros, vermelha com linhas brancas e superfície bastante áspera. Por isso era o nosso pesadelo caso caíssemos. O projeto ainda tinha outros espaços: uma sala de depósito de material nos fundos do palacete e toda uma estrutura ao lado da pista com dois banheiros, feminino e masculino, e duas salas para as turmas em dias de chuva ou para conversas e atividades de fim de dia.



Figura 6: Pista de Atletismo aos fundos do Palacete Maxwell, onde na infância realizei atividades esportivas. Acervo Pessoal, novembro 2021.

Hoje, dezenas de dias e memórias se confundem e misturam, como um longo dia de mil aventuras. Lembro que em diversas ocasiões vimos apresentações do grupo de música, além de naturalmente ouvir seus ensaios durante a tarde, dependendo de onde estivéssemos.

Um detalhe histórico que é interessante ser contado é que o compositor Braguinha ou como também era conhecido, João de Barro, foi filho de um dos diretores da Fábrica e chegou a morar no palacete, onde fez inúmeros saraus que contaram com a presença de músicos da época incluindo Noel Rosa, com quem chegou a ter um conjunto chamado Bando de Tangarás.

Durante minha pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, me deparei com a fotografia inserida abaixo, que me tocou profundamente, escrevi o seguinte poema quase de imediato:



Os operários da fábrica em frente ao *Palacete*, para saudar o Presidente da República.

Figura 7: Operários da Fábrica em frente ao Palacete (Revista Fonfon/Biblioteca Nacional, 1910).

Jaqueta Amarela

*Parece que por toda a minha vida conheci essa imagem
ao menos foi o que senti ao vê-la
presente e constante
Mesmo que invisível diante meus olhos
de algum modo já existia em meus sonhos
e em minha alma*

*foi uma surpresa
encontrá-la
em jornais de folhas tão amarelas
quer dizer
não foi
já era esperado
assim disse meu Orientador
"Tem certeza que não tem nada nos jornais?"*

*Arquivos fechados
Bibliotecas proibidas
Ônibus lotados
Preços Absurdos
Operários faziam greves em 1901
em 1909
Queriam salários melhores, direitos e liberdade*

Hoje tudo permanece igual

*não temos pressa para parar
o trabalho se torna precário
os direitos conquistados
vão para o ralo
nosso povo morre
e o presidente feliz, provoca aglomerações.*

*Será que esses operários impressionaram Nilo Peçanha?
O que o presidente deve ter pensado?
“certamente se esforçaram”
Crianças eram operários
a jornada era dura
um jovem morreu meses antes dessa foto
sua blusa foi puxada
ele não conseguiu se segurar
Partiu do mundo sendo partido ao meio
De seus vinte e dois anos
Onze foram trabalhando ali
um menino comum
um menino qualquer
que morava em uma casa amarela com a mãe e dois irmãos
todos funcionários da confiança industrial*

*A fábrica vizinha foi apedrejada por não respeitar o luto
não eram nem dez da manhã quando os apitos não tocaram
não haviam teares se movimentando
um único operário
pouco conhecido
parou toda a fábrica
pois naquela época sabiam bem
o valor de uma vida perdida.*

*Nosso Presidente não quer ser reconhecido
como genocida
Nada mudou, nada parou
e quase trezentos mil brasileiros
já tornaram-se um número
na maior tragédia nacional.*

Menos de 100 anos separam a minha vivência de felicidade e alegria no ambiente da antiga Fábrica de Tecidos, desta imagem de 1910, onde é possível ver crianças tão jovens quanto eu nos anos de esporte, trabalhando na indústria. Muitos de meus colegas daquela época eram moradores das vilas operárias, filhos e/ou netos de antigos funcionários da fábrica. Quem sabe até não havia descendentes dessas crianças por lá.

Em 94 anos, um espaço que outrora foi marcado pelo trabalho infantil quando ainda era permitido, valorizava e incentivava a juventude. Essas múltiplas ocupações do espaço, as mudanças sociais não deixam de ter sua beleza e importância.

O poema que transcrevi acima, reflete o que me foi apontado pelo Professor Marcos Souza no exame de qualificação. Inconscientemente ou não, minhas percepções e meu recorte do que foi retratado e contado nesta dissertação foi e segue sendo influenciado pelo meu presente.

Realizei as pesquisas de jornais quando tudo que ouvi no noticiário e os outros todos lugares eram os números de morte diárias cada vez maior, havia medo, não havia vacinas ainda, e mesmo quando começou a ter negligência e o descaso mais uma vez foram imediatos.

Todo esse ambiente, toda essa incerteza e dor no ar de nossa sociedade me influenciaram a olhar a dor no passado. Percebendo que lá e cá, as lutas permanecem, nunca param, as coisas melhoraram, mas a cada dia nossos direitos ficam em xeque. Sob essa ótica, fiz um recorte que conta a violência, que mostra a realidade da vida dos operários. É muito fácil romantizar o passado e as indústrias principalmente se associarmos a ideia de progresso e de identidade nacional que foi tão forte no início do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi só a Fábrica que se alterou com as décadas, Vila Isabel também passou por diversos momentos ao longo de seus 120 anos de existência². Sua população teve várias referências de bairro e imagem do local que habitavam. As grandes casas aristocráticas da avenida 28 de setembro, por exemplo, deu lugar para comércios.

Durante a pesquisa na Hemeroteca Digital, diversas foram as reportagens em diferentes décadas nas quais diversos moradores falaram em contextos diferentes dos de hoje ou algo similar: é possível notar um espírito geral de nostalgia onde há um sentimento que Vila Isabel não é a mesma de Noel, dos tempos dos apitos.

² Segundo Gonçalves Roxo (2018), Vila Isabel possui 15 bens tombados nas esferas municipal e estadual, sendo boa parte desses bens, imóveis de escolas e Igrejas, como a Igreja de Santo Antônio de Lisboa e Bom Jesus e o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda. Se destacam ainda a garagem da antiga companhia de transportes coletivos, hoje quadra da escola de samba Unidos de Vila Isabel; a Chácara do Visconde de Ouro Preto; as calçadas da avenida 28 de Setembro e o Parque Recanto do Trovador, antigo jardim zoológico. Esses diversos edifícios, de estilos e momentos diferentes, que são valorizados e reconhecidos diante o estado, demonstram a importância dessa região ao longo dos séculos para a cidade e o estado do Rio de Janeiro.



Figura 8: Captura do vídeo “Desfile de Vila Isabel 1994, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6hXazEwadcE>>

Na última década, diversos prédios residenciais foram construídos onde até pouco tempo havia casas mais simples e/ou prédios menores. O Morro dos Macacos, por exemplo, cresceu e a comunidade que existia no início da avenida 28 de setembro foi desapropriada. Ali surgiu a Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o hospital Pedro Ernesto cresceu e se tornou referência na cidade.

As fábricas da região fecharam, os bondes acabaram, aumentaram os ônibus e nos anos dois mil, surgiu a integração com o metrô. Os moradores mais velhos sempre remetem com nostalgia de algo que fechou e/ou mudou.

Mesmo a minha geração, nascida na década de 1990, viu os bares mais famosos e tradicionais fecharem, como o “Petisco da Vila” e o “Planalto do Chopp”. A lamentação foi coletiva e instantânea, inclusive com notícias em alguns jornais.

Durante o tempo que cursei a graduação em Museologia, Vila Isabel se tornou meu ponto de proximidade de casa. Indo do Andaraí para a Urca todos os dias, observei a Vila se esvaziar. O comércio se desvalorizou nesse período, muitas lojas e restaurantes fecharam, até que quase todo o início da avenida estava de portas fechadas.

Do deserto, vi um oásis surgir nos últimos meses, agora durante mestrado. Depois de quase um ano sem passar por lá, fui surpreendido no meio da pandemia com uma nova retomada da vida no bairro, com bares novos por toda parte. Lojas, novos condomínios inaugurando, gente por todas as ruas. A imagem nostálgica se tornou mais uma vez presente, com novas formas.

Digo isso, para exemplificar as multitemporalidades de um mesmo espaço próximo e relacionado ao objeto de estudo dessa dissertação. As possibilidades presentes e futuras de um lugar com tantos acontecimentos são enormes.

O que faz a fábrica?

*Faz tecido?
Cria oportunidade?
Muda a cidade?
Traz o progresso?
O que faz o tempo na fábrica?
cansaço?
produto?
humilhações?*

*o que faz o espaço da fábrica?
Muda
se transforma
é moldado
pela gente que passa
pela gente que fica
que sonha
que morre
que luta
Agentes, produtos, insurgentes
Resistentes
faço uma pesquisa da fábrica ou a fábrica se mantém viva através de
minhas palavras?
Também sou resultado
consequência
A fábrica provocou meu pensar
meu olhar
meu ser
Ando por lá
Procurando o que não mais existe
Sendo afetado pelas ausências e presenças
Que me fazem lembrar dos nove apitos.*

Esse espaço se desdobra em minha vida pessoal como um lugar recorrente de elos, afetos e experiências. É um dos poucos lugares com que tenho tantas memórias com pessoas tão diferentes e importantes na minha jornada pessoal.

Se é assim comigo, acredito que o mesmo ocorra com tantos outros que vêm na materialidade da antiga Fábrica Confiança coisas que estão muito além do que ela diz num primeiro olhar.

Com certo receio, devo admitir, faço esse relato tão singular, onde além de pesquisador me coloquei como ser na paisagem, produto e agente. Acredito no potencial dessa perspectiva para assinalar, que o espaço industrial dessa fábrica é extremamente significativo para a sociedade como um todo, sobretudo para a região do Andaraí e de Vila Isabel.

Não só por minhas experiências, mas por tudo que li, pesquisei sobre essa indústria e esse espaço. Preciso deixar explícita essa crença,

que se baseia em dados da importância e relevância, ligados ao começo da industrialização brasileira.

A antiga Fábrica Confiança poderia ser certamente reconhecida e tombada em nível federal, por suas influências diretas e indiretas, na cultura e na sociedade. Um conjunto arquitetônico remanescente, que ascende a memória e história de pessoas comuns, trabalhadores e operários, que muitas vezes vieram de outros estados e até de outros países para aqui ter uma oportunidade de sustento para suas famílias.

Meu avô paterno, que era português, chegou ao Brasil na década de 1960 e logo constituiu uma família. Construiu sua casa com as próprias mãos nas proximidades da Fábrica Confiança, na Rua Pontes Correia. Infelizmente, nunca cheguei a conversar com ele sobre a fábrica, já que ele faleceu quando ainda estava cursando a graduação.

Muitas vezes durante os primeiros meses de pesquisa me perguntei se o apito também fez parte de sua rotina, de alguma forma. Perguntei à minha tia paterna, se ela tinha lembranças da fábrica. Ela me contou que mesmo quando já estava fechada, e principalmente quando virou um *shopping center*, o apito continuava a tocar, todos os dias. Na época de seus estudos, em uma escola estadual nas proximidades da antiga indústria, segundo seu relato, os alunos esperavam ansiosamente o apito da fábrica, que tocava um pouco antes do sino da escola, já dando um gostinho do final do dia. Ela estudou na Rua Senador Soares, onde até hoje existe a mesma instituição.

No primeiro período de ensino remoto no programa de pós graduação em Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ, no segundo semestre de 2020, tive meu primeiro contato com as ideias da Arqueologia da Paisagem, nesse contexto de aulas, leituras e vivências no espaço me influenciaram a criar o seguinte poema:

Metade do mundo está dançando

*Os prédios industriais
silenciam-se ao tempo
os apitos somem
as memórias findam
o som das máquinas
hoje ganham eco
apenas nas chuvas
o chão que lembra
ressoa o passado
a tempestade traz a alma
que se perde
o chão entoia a canção
que poucos escutam
pelos uivos do vento
se dispersa a memória
o estacionamento vazio
escuro
pouco remete o que já foi*

*a fábrica se mantêm
os moinhos ruíram
os engenhos partiram
os índios morreram
os jesuítas foram expulsos
Dom Pedro foi exumado
Os macacos se extinguíram
os operários lutaram*

*Vidas se foram
Lágrimas caíram
Sangue se perdeu
Viúvas choraram
Burgueses lucraram
O samba surgiu
O frevo sumiu*

*Noel virou poeta
Confiança virou sinônimo de Vila Isabel
A fábrica virou mercado
e os três apitos ganharam o mundo
Enquanto a velha fábrica volta a se esvaziar
Filas pequenas
estacionamento vazios
silêncio nos caixas
máscara nas caras
prateleiras lotadas e carrinhos amassados de tanto uso.*

Esse poema se apresenta, de alguma forma, como um resumo da história e da multitemporalidade de parte deste espaço.

A fábrica construída em áreas de antigos engenhos se tornou um *shopping*, que se transformou em um mercado, que hoje assume um perfil atacadista.

Este foi um breve retrato de minhas percepções, sentimentos e sensações nesse ambiente, durante essa pesquisa. Num mundo, e sobretudo em um país que relata tanta dor, descaso, violência, todos os dias, há tanto tempo, é inevitável não passar isso para essa pesquisa.

Acredito que uma das riquezas da fazer arqueologia industrial envolve a oportunidade de olhar as histórias e a vida de pessoas comuns a partir da materialidade, pensar e refletir sobre seus cotidianos, suas lutas e, sobretudo, as trajetórias dos indivíduos que não costumam ser lembrados. Aqui, mostro brevemente suas buscas por direitos melhores de trabalho.

Há uma facilidade de lembrar de momentos industriais com orgulho, exaltação, glorificando as vidas e os esforços em prol da indústria, da mesma forma que se costuma recordar grandes nomes da história do país, sem olhar para seus atos.

Viver um momento histórico, onde todo dia, os jornais anunciavam mais mortes, mais perdas, influenciou toda a perspectiva desse recorte. É

preciso pensar que realizei a minha pesquisa ouvindo notícias de novas variantes do vírus da Covid-19, de recordes de novos casos diários de infectados em diversos países. A tragédia ganhou lugar no presente e isso precisa ser lembrado no contexto de toda essa reflexão, um ser pesquisador, também envolto do pessimismo e das dificuldades do mundo.

A antiga Fábrica Confiança e seu entorno são um espaço que evidencia um dinamismo de transformações da sociedade, a partir de suas diversas modificações e usos. Podemos refletir, por exemplo, sobre as fases econômicas do país. Pode-se começar pelo surgimento da indústria nacional no fim do século XIX, pelas crises econômicas das primeiras décadas do século XX, quando por alguns anos a fábrica passou dificuldades e até chegou a ficar fechada por mais de dois anos. Para o fim das indústrias próximas ao centro da cidade, no início da década de 1960, até o surgimento de grandes shopping centers e mercados entre as décadas de 1980 e 1990.

Apenas durante os vinte e dois meses de pesquisa para a apresentação da dissertação, o espaço da antiga fábrica sofreu diversas modificações. Aconteceu o fechamento da Rio Decor; o surgimento de uma área do estacionamento dedicado a *food trucks*; a presença de um enorme gerador não muito distante do Palacete Maxwell; passando pela transformação do Extra, uma abordagem atacadista no estabelecimento até seu o fechamento e compra pelo grupo *Assaí Atacadista*.

Por um lado, esse dinamismo, concede uma constante valorização do espaço, uma ocupação que inevitavelmente enriquece e fortalece o elo dos moradores da região com a materialidade industrial. Por mais que seja “apenas” um mercado, apenas um local de passagem para muitos, é inegável o encanto e a monumentalidade do edifício diante de todos que passam por ali cotidianamente. Por outro lado, tantas alterações de uso tendem a fragilizar o patrimônio industrial, sobretudo se não acompanhadas de proximidade por especialistas.

Apesar de ter realizado a escrita da minha pesquisa em um momento tão delicado do mundo, acredito que a mesma cumpriu o seu papel, em especial quando me aproprio do olhar em primeira pessoa do autor, para descrever e analisar este espaço a partir do hoje. Não houve a possibilidade de trabalhar com a história oral, nem com documentos existentes em arquivos físicos, e por conseguinte, com a percepção presente nessas fontes. Apenas olhos sensíveis, embebidos de leituras e pertencimento, foram a principal ferramenta para constituição da parte final da minha pesquisa.

A poética surge como resistência e esperança diante desse espaço em constante transformação. Registros que inicialmente nunca seriam anexados a essa pesquisa foram repensados para tal, principalmente a partir de sugestão da banca de qualificação, quando um desses poemas foi apresentado de forma ilustrativa, no início da apresentação. Registros de um pesquisador, sensível, que pertence, influencia e é influenciado pelo espaço desde a juventude, fruto dessa dinâmica social das transformações da paisagem. Relato vivo e relevante, no nosso entender.

Acredito que ainda há muitas possibilidades de estudo do patrimônio industrial em diferentes vertentes e perspectivas, sobretudo

nos espaços da Confiança. Desejo portanto, que no futuro esse artigo possa apoiar outros estudos sobre o tema, oferecendo-se não apenas como um produto de uma pesquisa, mas também como um retrato de um momento específico das transformações desse meio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**, Ed. Abril. Coleção Os pensadores, 1984.

GELL, Alfred. **Art and agency: an anthropological theory**. Oxford: Clarendon, 1998

GONÇALVES ROXO, Gustavo. **No tempo que reconhecer nem sempre é conhecer; reflexões sobre os bens tombados da Grande Tijuca**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2019.

PALMER, Marilyn; NEAVERSON, Peter. **Industrial Archaeology, principles and practices**, 1998.

STANCHI, Roberto Pontes. **Modernidade mas nem tanto: o caso da vila operária da Fábrica Confiança**, Rio de Janeiro, séculos XIX e XX.

TILLEY, Christopher. **A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments**, Ed: Berg Publishers, UK 1994

THIESEN, Beatriz Valladão. **Arqueologia Industrial ou Arqueologia da Industrialização? Mais que uma questão de abrangência**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 4, p. 1-4, 2006.

VOLTA ao passado na Casa de Vila Isabel. Jornal O Globo, 21 de Junho de 2001.

Sarah Santos¹

ENTRE CAMINHOS PONDERADOS E DELIRANTES: UMA ANÁLISE ESPACIAL DO HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – DF

BETWEEN PONDERED AND DELIRIOUS PATHS: A SPATIAL ANALYSIS OF SÃO VICENTE DE PAULO HOSPITAL – DF

¹Arqueóloga, graduada pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sarah.kketlen@gmail.com

RESUMO

O presente artigo é uma versão resumida do meu trabalho de conclusão de curso que se propõe a analisar as estruturas arquitetônicas do Hospital São Vicente de Paulo-DF, inaugurado em 1976, buscando entender seus discursos não-verbais. Compreendendo a loucura como uma construção social, ligada a ideais higienistas e modernistas, muitas vezes como forma de separar aqueles considerados produtivos dos improdutivos, procura-se analisar, a partir da Arqueologia do Contemporâneo e da Arquitetura, como essa estrutura arquitetônica contribuiu para a construção disciplinadora e controladora pretendida pela reforma modernista projetada para Brasília-DF. Para tal, foram utilizados o modelo gamma e os índices de Blanton com o objetivo de melhor entender sua materialidade, os usos de controle e poder no São Vicente de Paulo-DF.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia da
Arquitetura; Arqueologia do Contemporâneo;
Hospital São Vicente de Paulo-DF; loucura.

ABSTRACT

This article is a summarized version of my undergraduate thesis, which aims to analyze the architectural structures of São Vicente de Paulo Hospital in the Federal District from the year 1976, seeking to understand its non-verbal discourses. Understanding madness as a social construct, linked to hygienist and modernist ideals, often as a means of separating those considered productive from those deemed unproductive, the analysis draws from Contemporary Archaeology and Architecture to examine how this architectural structure contributed to the disciplinary and controlling construction intended by the modernist reform projected for Brasília-DF. For this purpose, the gamma model and Blanton indices were used to better understand its materiality, and the uses of control and power in São Vicente de Paulo-DF.

KEYWORDS: Archaeology of Architecture;
Contemporary Archaeology; São Vicente de
Paulo Hospital-DF; madness.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um resumo da minha pesquisa de graduação na qual me proponho a analisar as estruturas arquitetônicas do Hospital São Vicente de Paulo-DF, inaugurado em 1976, a fim de compreender sua materialidade, seus discursos não-verbais, usos de controle e poder por meio da arqueologia da arquitetura e do contemporâneo – subcampo que, segundo Tramasoli (2017, p.199), “ocupa-se de compreender a vida social a partir da dimensão material do mundo”, estando “condicionada a partir de uma circunstância presente; e que esse presente é formado por uma multitude de entes que coexistem e que carregam diversas temporalidades; que nós estamos imersos nessa mesma circunstância e, portanto, sujeitos a eles e eles a nós” (TRAMASOLI, 2017, p.199).

Compreendendo a loucura como uma construção social, ligada a ideais higienistas e modernistas, muitas vezes como forma de separar aqueles considerados produtivos dos improdutivos, procura-se analisar como essa estrutura arquitetônica contribuiu para a construção disciplinadora e controladora pretendida pela reforma modernista projetada para Brasília-DF.

Diante de anos de histórias, optei trabalhar com a planta arquitetônica do Hospital São Vicente de Paulo – DF (HSVP) de 1976 por dois motivos: 1) Por se tratar da planta do ano em que o HSVP é inaugurado; 2) o movimento pelo fim dos manicômios (Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental) não tinha sido criado e nem a lei antimanicomial havia sido aprovada. Esses dois pontos são significativos para a compreensão da atuação dos primeiros anos do HSVP. Assim, por meio da arqueologia da arquitetura – linha de pesquisa que, conforme Moreira (2015, p. 02), “considera as construções arquitetônicas superartefatos que materializam intencionalidades, funções e discursos ideológicos, os quais podem ser decodificados através do enfoque arqueológico” – analisaremos os discursos não-verbais impressos nas paredes e as possíveis experiências nesse contexto enquanto mecanismo de controle.

Isto posto, este trabalho foi arquitetado da seguinte maneira: iniciaremos com um breve resumo sobre o sertão goiano, passando pela fundação de Goiânia, mostrando como se deu a conformação dos indesejados, especialmente, os loucos. É de importância compreendermos o contexto, as políticas sociais que se passavam em Goiás, porque a futura capital do país, Brasília, irá se desenvolver incorporando seus ideais de nacional-desenvolvimento, as teorias modernistas no urbanismo, na arquitetura e as políticas higienistas, numa relação simbiótica. Depois, dedicaremos algumas linhas a construção de Brasília, entendendo para quem ela foi projetada e como podemos ver o discurso excludente em sua arquitetura. Em seguida, veremos como, através da arquitetura, podemos ler e conversar com as paredes; utilizando a planta baixa do HSVP, analisaremos sua espacialidade, identificando estratégias de disciplinamento e controle. Para tal, utilizaremos o modelo gamma – que analisa a configuração espacial, as movimentações e possíveis acessos da construção – e os índices de Blanton – que utilizando modelo gamma, formulou as medidas de escala, integração e complexidade.

GOIÂNIA E OS INDESEJADOS: BREVE PANORAMA DA CONSTRUÇÃO DO LOUCO EM GOIÁS E DA CAPITAL GOIANA

Não somente à primeira vista, mas a cada olhar, Goiás encanta com os caules retorcidos, o solo que mancha os pés de vermelho, o sol que brilha com esplendor queimando e avivando todo ser vivo e não vivo. Mas, apesar de seus cenários pitorescos e burlescos, esse estado foi palco de muitos conflitos. Dentre esses que são como divisores de água na história, podemos destacar a construção da capital Goiânia. Erguida na primeira metade do século XX, foi projetada desde seu início para representar a modernização e desconstruir a imagem de um Goiás oligárquico, atrasado e decadente – como reiterou em vários discursos seu então governador, Pedro Ludovico Teixeira, e o Secretário da Saúde José Peixoto da Silveira (PAULA, 2010).

A antiga capital, Vila Boa de Goiás, transmitia uma ideia de inércia da sertaneja e do sertanejo rural, ainda dos tempos de uma economia aurífera, agropastoril em nível de subsistência. E, tais personificações já não se adequavam com a ascendência idealizada da revolução de 1930. Goiânia, dessa forma, não seria uma capital qualquer, uma vez que materializaria a ideologia expansionista e desenvolvimentista do Estado Novo, sendo esculpida como a representação do mundo dos discursos, do material e do político (DINIZ, 2006).

Segundo Diniz (2006), o discurso nacionalista territorial que envolvia a capital – simbolizando o novo, o moderno e o progresso – além de conseguir atrair os olhares de todo país, ajudou a construir (isso se não formou) a imagem do homem nacional que desfrutaria das maravilhas do mundo novo (PALACIN, 1976 apud DINIZ, 2006). Vale apontar que essas questões eram de pessoal interesse a Ludovico que queria se reeleger a governador do estado.

Goiânia foi construída em um ambiente de profundas batalhas discursivas, com vistas à produção de uma nova mentalidade inspirada nos ideais da modernidade. Seus edifícios refletem o espírito de tempos e lugares produzidos a partir de bases científicas disciplinadoras, fundadas no pensamento euclidiano balizador da Art Decó. Da mesma forma, o traçado das ruas seguiu bases geométricas bem definidas. A nova capital fundamentou discursos que deveriam produzir um novo homem. Esta era uma necessidade para a abertura das portas do Cerrado goiano para a modernização prometida por Pedro Ludovico Teixeira (SILVA; MELLO, 2013, p.75, grifo meu).

A construção de Goiânia, arquitetada sob o prisma da modernidade (PALACIN, 1976 apud DINIZ, 2006), teve sua área definida pelo urbanista Armando Augusto de Godoi e, em 18 de maio de 1933, foi demarcada a área para a construção da cidade. Em 24 de outubro do mesmo ano, Pedro Ludovico lançou a Pedra Fundamental dando início a construção da capital e ao mesmo tempo eternizando-se como o seu fundador. Depois de pouco mais de 8 anos de construção, Goiânia recebeu seu batismo cultural.

Bem, retomando a citação de Silva e Mello (2013) com destaque ao trecho grifado: “deveriam produzir um novo homem” (SILVA; MELLO, 2013, p.75). Aqui podemos perceber a ideia de uma inevitabilidade de curar¹ o sertão, de tornar o homem brasileiro² forte na busca de um ideal que representasse o país. Esse novo homem surgiria e “as técnicas, não apenas de labor agrícola, mas o caráter de desenvolvimento e progresso, poderiam ser colocados em prática com mais agudeza” (PAULA, 2010, p.109). Por consequência, haveria cada vez mais o afastamento daqueles considerados como prejudiciais ao bem-estar social e que poderiam transmitir genes fracos as gerações futuras: os loucos (PAULA, 2020).

Dessa forma, todos que apresentavam comportamentos fora da norma, isto é, comportamentos que destoassem do socialmente correto e que impedissem o trabalho eram considerados um mal-estar social. E essa ideia materializou-se em corpos de mulheres, homens e crianças que antes, mesmo desassistidos, possuíam ao menos a liberdade de caminhar entre os demais. Segundo Paula (2019), eram considerados parte integrante da paisagem local e apesar do desprezo social ainda desfrutavam das particularidades individuais e, sobretudo, não eram confinados a uma categoria. Mas, com a construção do Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho (HPAB) em 1º de abril de 1954, foi estabelecida a categoria do louco em Goiás, já que antes disso os comportamentos não eram determinados por regras e normas e, principalmente, por um saber científico que determinava a normalidade.

Instaura-se, nesse momento, um novo jeito de habitar a cidade e um local para curar aqueles que não seguissem as novas normas e regras estabelecidas. No final dos anos de 1950 é definida a categoria do doente mental, como expõe Alfredo Paes em um artigo publicado na Revista Goiana de Medicina de 1959: “Personalidade normal, é aquela: livre de sintomas, desembaraçada de conflitos, dotada de satisfatória capacidade de trabalho, apto para amar o próximo como a si mesmo” (PAES, 1959 apud PAULA, 2010, p.123). Para o historiador Paula (2010), essa definição de Paes evidencia a preocupação da psiquiatria em “tornar o homem apto para o trabalho este visto como algo não apenas necessário à sobrevivência individual dado ao modo de produção vigente, mas como um dever patriótico de cada componente social” (PAULA, 2010, p.123).

Esses discursos visavam construir um homem apto ao trabalho, já que o mesmo, era visto como algo intrínseco ao homem saudável, não estar apto a realizar tais tarefas colocava o indivíduo em situação de anormalidade. Esse ideal é disseminado a partir do discurso de que seria através de uma população saudável que se poderia alcançar um melhoramento econômico. Por consequência

² Segundo Paula (2019), neste sentido, intensificava a ideia de que o estado estava em uma total precariedade e que a população deveria ser curada e higienizada para que Goiás pudesse alcançar um patamar superior, o da modernidade.

³ Faço uso das palavras no masculino (homem brasileiro, candangos etc.) não por concordar com a historiografia sexista, machista e patriarcal da época e que ainda hoje encontramos (PELÁ; CHAVEIRO, 2021), longe disso, mas, como uma oportunidade de evidenciar que os discursos e os espaços da cidade eram destinados a um determinado grupo e que isso se reflete nos registros. Em outras palavras, vemos discursos que “enaltece o masculino e exclui as mulheres dos discursos oficiais, promove o apagamento destas dos processos históricos e geográficos e, por conseguinte, cria um simbolismo cultural que transforma a diferença sexual em desigualdade social” (PELÁ; CHAVEIRO, 2021, p.213).

deixar o estágio de precariedade em que o estado se encontrava. (PAULA, 2010, p.116).

Assim, em 1º de abril de 1954 foi inaugurado o Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho – HPAB. Esse projeto foi realizado pelo Serviço Nacional de Doenças Mentais, dirigido pelo médico homenageado na instituição, Adauto Botelho, e apesar das promessas de a instituição ser um espaço de cuidado e reabilitação, esse infelizmente atuou como legitimador de discursos sobre raça, eugenia e exclusão³ dos não adaptados e dos que poderiam causar males a sociedade.

No grupo de causadores de mal-estar social que ameaçavam conduzir a cidade ao fracasso econômico e social (PAULA, 2019) foram incluídos: os alcoólatras; agitadores, os ditos loucos; pessoas contrárias ao governo⁴; vadios⁵; e as mulheres que sofriam de histeria – doença vista na época como resultado da educação corrompida e pela degradação social. Estas eram representadas como mulheres vaidosas, teimosas, impositivas e capazes de grande rebeldia. Comparadas ao modelo de mulher normal e sadia da época, as histéricas podiam ser descritas como péssimas donas de casa (ROXO, 1906 apud CUPELLO, 2011).

BRASÍLIA: REPRESENTANTE DE MUITOS, LUGAR PARA POUCOS. BREVE PANORAMA DA CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL E DO HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

Brasília é uma cidade magnífica e pitoresca. Encanta transeuntes e moradores seja por sua beleza arquitetônica, clima ou pela forma caótica de deslocar-se (já que não é um lugar planejado para pedestres e nem para motoristas inexperientes). Por outro lado, é justamente esse caos, as relações de poder, as assimetrias entre as regiões planejadas e não planejadas, abusos e caos urbano que tecem a cidade, fazendo Brasília ser Brasília (SANTOS, 2016).

A nova capital do país desenvolveu-se incorporando as políticas higienistas e de nacional-desenvolvimento de Goiás, bem como as teorias modernistas no urbanismo e na arquitetura; estabelecendo uma relação mutualística⁶ com o estado de Goiás. Brasília torna-se então alvo da elite brasileira justamente por reunir em seu projeto os atributos da modernidade

⁴Conforme Paula (2010), podemos observar em vários discursos feitos por secretários da saúde, governadores, prefeitos e psiquiatras que “a intenção não é curar, mas realizar uma profilaxia” (PAULA, 2010, p.118).

⁵Segundo Paula (2019), muitas pessoas que eram contrárias ao governo da época foram encaminhadas para o HPAB como uma forma de repressão.

⁶Segundo o Decreto-Lei Nº3.688, Art. 59, era considerado como vadiagem “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”.

⁶Na Ecologia, mutualismo faz referência às relações de indivíduos de espécies diferentes que vivem associados (podem ou não ser dependentes) e que estabelecem uma associação harmônica em que ambos são beneficiados. A escolha desse termo deu-se pela importância que representantes públicos goianos tiveram na construção da nova capital e de como Brasília trouxe inúmeros benefício para o estado de Goiás (GODINHO, 2004).

mundialmente reconhecidos. Como posto por Vidal (2009 apud SANTOS, 2016, p.14), ela é a “síntese dos anseios elitistas lusos e brasileiros de uma capital”.

Brasília torna-se marco de um milagre (COSTA, 1956). Não era apenas a construção de uma metrópole que desde seu início foi marcada pela exclusão social (SANTOS, 2016), mas sim, segundo Jacques e Lopes (2018), uma oportunidade de “saída do ‘atraso’ do país, de mudança abrupta do curso histórico de nação de tradição colonial e que em pleno século XX demonstrava-se provinciana, patriarcal, rural e precarizada” (JACQUES; LOPES, 2018, p.471). Com a construção da nova capital o país sairia do atraso e, finalmente, chegaria à modernidade.

Segundo Portela (2013), a construção de Brasília também se mostrou asséptica socialmente quando optaram “por ignorar temas que contribuíssem negativamente para a construção da imagem de uma capital moderna, democrática e inclusiva, conforme discurso que configurou o projeto original da capital” (PORTELA, 2013, p.89). Dessa forma, os índices negativos da política de saúde mental no DF ganham especial significado, uma vez que conferem “inteligibilidade à invisibilidade que historicamente lhe foi atribuída” (PORTELA, 2013, p.89).

Estudos realizados na década de 1970 com base no materialismo histórico formularam críticas ao modelo de atenção à saúde, “na medida em que este, ideologicamente, está alicerçado no modo de produção capitalista no qual se nutre e para o qual serve de nutriente” (MACHADO, 2006, p.10). Minayo (2004 apud MACHADO, 2006) aponta que a “prática e o saber médico fazem parte da dinâmica das formações socioeconômicas, é no interior delas que podem ser explicadas como fenômenos históricos específicos, mas correlacionados com o processo social global” (MINAYO, 2004, p. 78 apud MACHADO, 2006, p.10).

Conforme a autora, o modo de produção capitalista vai impor ao homem o rótulo de sujeito produtivo, que tem de dar conta do trabalho, dentro de uma lógica de máxima produção, com a máxima eficácia, no menor tempo, pelo menor custo e para o máximo lucro. O homem que falha em sua produtividade deixa de atender a uma exigência fundamental do modo capitalista, não sendo produtivo é visto como alguém que não goza de sua perfeita saúde. Assim, a saúde, entendida como ausência de doenças, passa a ser entendida no modo capitalista, como ausência de impedimentos para ao trabalho [...] vemos que o modo capitalista, aliado ao saber médico, vai justificar a classificação e a exclusão dos incapacitados para o trabalho na medida em que “o modelo econômico excludente é colocado em paralelo com o paradigma excludente da saúde mental e vice-versa, até este momento as lutas contra o hospital psiquiátrico, se mesclam inteiramente com as lutas sociais. (MACHADO, 2006, p.10).

A ideia de construir um lugar isolado para as pessoas com doenças mentais foi transformando-se ao longo do tempo. No início o não gozar de liberdade era amparado nos ideais de possíveis curas e tratamentos, já que entendiam que essas pessoas em si não eram livres (MACHADO, 2006); mas, com passar do tempo o isolar tornou-se uma forma de excluir todos aqueles que de alguma forma não se adequavam a normalidade da época. O ato de

isolar pauta a higiene social visando, principalmente, a produtividade do ser humano (PAULA, 2020).

Num contexto de ausência de ações planejadas para a saúde mental, em setembro de 1960, no primeiro ano da criação da nova capital do país, foi inaugurada a Unidade Psiquiátrica do Hospital de Base que atendia pessoas portadoras de transtorno mental que se encontravam em crise. Nessa época o hospital priorizava a internação de pacientes em quadros psicóticos agudos e preferencialmente no primeiro surto (MACHADO, 2006). Já os pacientes “considerados crônicos, imigrantes de todas as partes do Brasil, eram encaminhados ao Sanatório Espírita de Anápolis – GO, clínica particular de Goiás, conveniada como SUS/DF [desde os primeiros anos da existência da cidade], bem como para outras clínicas conveniadas no DF” (MACHADO, 2006, p.45). Para Costa (2000 apud MACHADO, 2006) essas atitudes corresponderam “a uma concepção higienista, de uma Brasília asséptica, onde não existiam loucos e nem lugar para eles” (COSTA, 2000, p.1 apud MACHADO, 2006, p.45).

No ano de 1976 na primeira cidade satélite, Taguatinga – DF, que ainda era um local ermo, após algumas reformas na construção onde existia desde 1959 o Hospital São Vicente de Paulo que até então atendia as especialidades de Ginecologia–Obstetrícia, Pediatria, Cirurgia e Odontologia, é inaugurado o Hospital de Pronto Atendimento Psiquiátrico – HPAP. Apesar disso o governo ainda não tinha uma proposta clara de atenção à saúde mental. Vale apontar que mesmo após a inauguração do HPAP, manteve-se a orientação de encaminhar os pacientes crônicos para o sanatório em Anápolis – GO e para as cidades do entorno de Brasília.

O hospital retornará oficialmente ao seu antigo nome, Hospital São Vicente de Paulo – HSVP (uma homenagem das freiras ao santo fundador da congregação) e se tornará referência nacional de atendimento em Saúde Mental sendo o único local de internação público de Brasília (CAIXETA, 2012). É esse Hospital que analisaremos utilizando a teoria da sintaxe espacial.

Bem, tentar (re)construir partes desse passado acaba nos despertando a curiosidade para mais detalhes. Mas, devido à falta de referências dois pontos oferecem possibilidades para futuras pesquisas: 1) explanar como era o dia a dia dos internos (assistência oferecida, atividades diárias etc.). As fontes mais antigas encontradas sobre essa temática são do final da década de 1990, com mais detalhes a partir dos anos 2000. Contudo, considerando a formação do hospital e as denúncias sobre as condições precárias e maus tratos que foram feitas na década de 1990⁷, não nos cabe projetar a ideia de um lugar humanizado. 2) O perfil dessas pessoas. Assim como no caso anterior, não foram encontradas fontes referentes a década de 1970 e 1980 quando o hospital já atuava como HSVP. A referência mais antiga é de Portela (2013), onde analisou os prontuários de 2002 a 2010. Em suas análises, trabalhando questões gênero e das migrações para Brasília, os prontuários permitiram traçar o seguinte perfil:

Indicam um quadro diverso deste, visto que 70% dos prontuários são de pacientes mulheres, indicando como peculiaridade no DF a predominância absoluta do gênero feminino entre os usuários da

⁷Com os avanços da reforma psiquiátrica a partir de meados da década de 1980 até inícios dos anos 2000, vários hospitais (dentre eles o HSVP) e clínicas foram denunciadas por maus tratos e pelas condições precárias que os internos viviam (PORTELA, 2013).

saúde mental pública. Entre estas mulheres, 60% são não-brancas, o índice de analfabetismo corresponde ao dobro daquele que incide entre pacientes do sexo masculino, 44% das mulheres se identificam profissionalmente como “do lar” e somadas àquelas que se identificam como “domésticas”, temos 53% destas mulheres atuando no âmbito privado (o que nos parece significativo) e 14% de mulheres que estavam desempregadas no momento da internação [...] Esta afirmação nos auxilia na problematização do perfil manicomial predominante que os dados do HSVP nos ajudaram a construir: mulheres, migrantes, não-brancas, de meia-idade, com baixa escolaridade, que trabalham em seu lar ou são domésticas e são (ou foram) vítimas de algum tipo de violência (PORTELA, 2013, p.105-106).

Nos registros fotográficos da década de 1960, fornecidos pelo Arquivo Público do Distrito Federal, há uma foto com alguns dos rostos que passaram pelo HSVP (Figura 1). E não causa espanto os diversos olhares serem de mulheres, a maioria com crianças ainda de colo – pois, como vimos, nessa época o hospital atuava nas especialidades de Ginecologia-Obstetrícia, Pediatria etc. Outra foto mostra no meio de um espaço todo branco muitos berços, todos aparentemente limpos, organizados e com mosquiteiros. Em outra, há destacando-se a frente uma freira, possivelmente a responsável pelo setor/ala onde a fotografia foi tirada, juntamente com políticos celebrando a inauguração das obras no hospital.

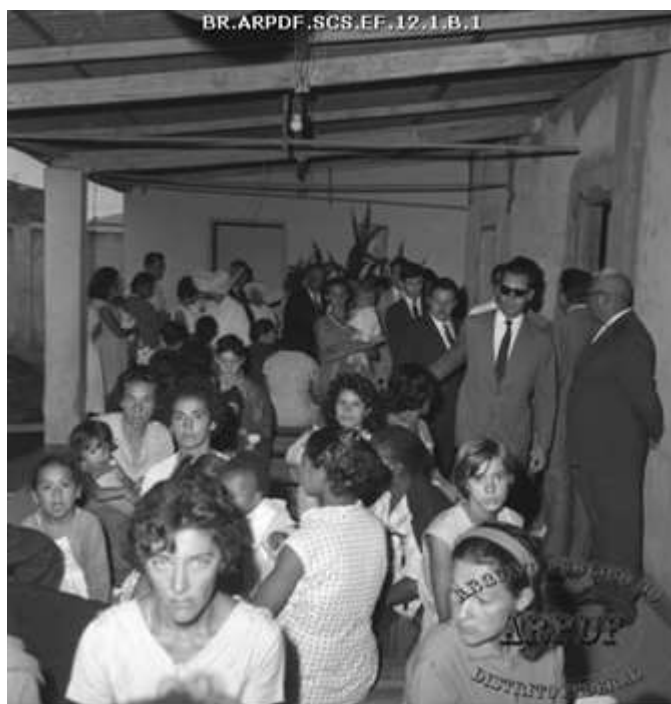


Figura 1: Foto no Hospital São Vicente de Paulo.

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Esses registros e a planta arquitetônica nos levam a pensar se

durante a década de 1970 e 1980 houve uma atenção diferenciada às mulheres no HSVP e a questionamentos, como, diante de tantos cenários de violência, qual a origem da gravidez de muitas pacientes? Como era a assistência infantil? Como a saúde da mulher foi pensada antes dos anos 2000 em Brasília? E dentre muitos outros questionamentos, inicio aqui uma discussão importante: a tentativa de invisibilizar a mulher em Brasília. Falamos em candangos, operários, médicos e outros homens, mas onde estão as mulheres operárias? As candangas? As pacientes do HSVP? Segundo Fontenele (2017):

Curiosamente, no que tange a efetiva participação das mulheres na história da construção de Brasília, escassamente localizam-se publicações ou referências a sua atuação nesse período. Em geral, somente os homens são lembrados ou referidos na nossa recente história oficial. Eventualmente as poucas mulheres lembradas são D. Sarah e D. Júlia (esposa e mãe do presidente JK) ou alguma esposa de outro político importante. (FONTENELE, 2017, p. 3).

Ainda segundo essa autora, a dificuldade de lembrar as personagens femininas em Brasília não provém de uma amnésia coletiva, “mas, sim, em virtude de a história da cidade ter sido escrita sob a ótica masculina, que estranhamente omite a participação feminina (parteiras, cozinheiras, lavadeiras, engenheiras, professoras, prostitutas, donas-de-casa, dentre outras) na concretude da capital brasileira” (FONTENELE, 2017, p.3). Conforme Santiago (2019), “o censo experimental de Brasília realizado pela Comissão Censitária Nacional no ano de 1959 evidencia a predominância masculina na capital – 42.332 homens e 21.982 mulheres” (SANTIAGO, 2019, p.61).

As mulheres foram protagonistas importantes na história de Brasília. Para as que possuíam algum tipo de especialização, foi uma oportunidade de ser independente, começar uma nova carreira e, por vezes, abandonar relacionamentos abusivos. Segundo Mourão (2022), a diferença da extensão da liberdade pessoal e do empoderamento das mulheres em Brasília, “variou de acordo com a raça e a classe social de cada uma mulher, em padrões que ressoaram com as relações históricas de gênero no Brasil” (MOURÃO, 2022, p.158). Ou seja, para muitas mulheres construção da nova capital do país foi mais um cenário de violência. Nascimento (2019) analisou as representações de gênero nas ocorrências policiais registradas na Guarda Especial de Brasília (GEB) sobre violência contra mulheres no período de 1958 a 1961, e registrou

Situações de violência às quais as mulheres estiveram submetidas, sendo identificadas duzentos e setenta e nove (279) situações de crimes contra mulheres presentes em duzentos e trinta e seis (236) registros de ocorrência, sendo noventa e uma (91) delas ocorridas em âmbito doméstico/familiar (privado) e cento e quarenta e cinco (145) nos espaços públicos de Brasília. (NASCIMENTO, 2019, p.298).

Dentre os registros das violências ocorridas nos espaços públicos (ruas, comércio, vilas, praças etc.), os principais crimes são de “lesão corporal, estupro/tentativa de estupro, assédio do tipo sexual, tentativa de homicídio e assédio moral/constrangimento ilegal. Destacam-se também denúncias de prostituição e de violência contra prostitutas na cidade” (NASCIMENTO,

2019, p.299). Assim, podemos notar que o ambiente da mulher era permeado pela violência, dor e repressão; e, quando denunciavam, eram recebidas por julgamentos morais por parte dos policiais o que, por vezes, acarretava a subnotificação das denúncias (NASCIMENTO, 2019).

Optei por abordar essa tentativa de invisibilidade das mulheres junto a construção do HSVP justamente pela aparente contradição que há, nos discursos oficiais, de uma Brasília sem mulheres, mas que estas aparecem em suas rabeiras: nas escolas, nas cozinhas do canteiro de obras responsáveis pela alimentação dos peões, no comércio, nos bordeis, na telefonia, no HSVP etc. O contexto de violência, dor e repressão apresentado não visa de alguma forma propor que os índices de internações de mulheres no HSVP eram maiores por esses motivos, mas, como fez Portela (2013) e outros pesquisadores, pretende-se oferecer mais informações sobre o fardo e opressão que viveram nossas pioneiras, entendendo esses fatos como mais uma linha na malha dessa história.

“HAJA HOJE P/ TANTO ONTEM”: UMA ARQUEOLOGIA DO PASSADO CONTEMPORÂNEO E DA ARQUITETURA

Antes de falarmos da sintaxe espacial, é importante falarmos de uma área de estudo que vem crescendo desde 1970: a arqueologia do passado contemporâneo. Conforme Moreira (2017), essas pesquisas fazem parte de um período “com o qual estamos intimamente familiarizados e que exerce grande influência no nosso dia a dia e ações, resultando no desafio de explorar segredos e esquecimentos desse passado próximo, recuperando memórias recentes através da cultura material” (MOREIRA, 2017, p.213). Ela é chamada de contemporânea não por se tratar do agora e recente “mas porque não está ‘fechado’ na interpretação nem na influência emocional” (HARRISON; SCHOFIELD, 2010 p.52)

de modo que possibilita o tempo ser abordado de maneira reversa: a partir do hoje, volta-se à época em que o passado parece (subjetivamente) não ser mais recente. Contudo, embora esse passado seja por vezes familiar, isso não impede que alguns sítios arqueológicos do passado contemporâneo sejam tão enigmáticos quanto sítios pré-históricos (MOREIRA, 2017, p.213).

Assim, passamos a olhar para o que nos é cotidiano com outros olhos, ponderando sobre as singularidades que nos definem (HARRISON; SCHOFIELD, 2010), tendo a oportunidade de, conforme ressalta Thiesen (2013, p.225–226), “desbanalizar o passado recente, mostrando, escancarando o drama, os traumas”. Essa é uma arqueologia de voz crítica e apesar de muitas vezes dolorosa, é insigne na construção de caminhos por meio da articulação da materialidade ao contemporâneo que permitem o fluir de vozes que foram abafadas, memórias rejeitadas e de vidas menosprezadas (GONZÁLEZ–RUIBAL, 2008, p. 20). É uma arqueologia do hoje que abraça os diferentes

ontens da história, flui com eles a partir da memória, de um hoje atemporal para um amanhã em eterna reconstrução. Já dizia Paulo Leminski (2013, p.268): “Haja hoje para tanto ontem”!

Essa perspectiva possibilita outras formas de nos relacionarmos com o espaço-tempo, este, agora, aberto a múltiplas interpretações. Segundo Costa e Fonseca (2007), o tempo que habitamos, o atual, é

constituído por todas as contingências do passado e possibilidades do futuro que se colapsam no instante sempre a recriar sua duração. Estamos nos recriando a todo instante, e nesta perspectiva perguntar-se do hoje é mergulhar nos tempos diversos para reconstruir nosso arranjo de forças presente como uma obra de arte (COSTA; FONSECA, 2007, p.13).

O passado, nesse sentido, não é engessado e nem apagado na direção do futuro, mas sim uma possibilidade de nos afundarmos “no tempo, mas sem sair do presente” (COSTA; FONSECA, 2007, p.9). Logo, se os objetos são um pouco de nós, já que “contribuem para a construção do tipo de pessoas que somos e para o tipo de relações sociais que estabelecemos” (MOREIRA, 2015, p.94), eles nos permitem estudar o mundo social dentro dos seus diferentes arranjos de fluxos, pois, “são passíveis de interpretações e podem nos dizer muito acerca de ideologias, práticas sociais, discursos de poder, etc.” (MOREIRA, 2015, p.95).

A arquitetura, nessa perspectiva, é uma das materializações dos fluxos do mundo social, ou seja, cultura material. E segundo Lima (2011, p.19), “a cultura material é produzida não por um sistema, mas por indivíduos com escolhas ideologicamente determinadas”. Por isso, não é apenas um reflexo da cultura, já que ela a constitui ativamente (HODDER, 1982 apud LIMA, 2011) ao passo que também é constituída. Assim como a escrita e a linguagem,

A cultura material é um sistema estruturado de signos, de modo que ela pode ser considerada como um texto. Nessa analogia textual, os textos materiais devem ser lidos, sua sintaxe desvendada, estando implícito o fato de que as pessoas os leem diferentemente, de tal forma que a cultura material está aberta a múltiplas interpretações. Por meio de discursos materiais, as pessoas falam silenciosamente sobre si mesmas, sobre sua visão de mundo, sobre o que não pode ou não deve ser dito verbalmente, e aí reside a sua força. (LIMA, 2011, p.19).

Isto posto, não podemos pensar um espaço sem considerar as pessoas que o construíram, uma vez que nos fluxos entre humanos e cultura material a sociedade estrutura e, deste modo, por ela é domesticada (HILLIER; HANSON, 1984). Por esses motivos, podemos compreender a arquitetura como a materialização da “ordem espacial em sistemas relacionais nas quais estão incorporadas finalidades sociais” (MOREIRA, 2015, p.95); em outras palavras, são produtos culturais carregados de intencionalidades e significados, isto é, sempre dentro do seu contexto e conforme as práticas e usos que lhe eram atribuídos.

Nesta pesquisa, iremos nos dedicar a leitura física que, por meio da sintaxe espacial, analisa a forma, função e espacialidade do edifício (MOREIRA, 2015). Moreira (2015) ressalta que a partir dessas especificidades, podemos compreender a edificação não apenas como objeto, mas também como

um sistema de relações espaciais, uma vez que está ligada a organização e ordenação das relações entre as pessoas, criando “limites artificiais que favorecem certos encontros e dificultam outros” (MOREIRA, 2015, p.94).

Bem, mas o que é a teoria da sintaxe espacial? É um conjunto de técnicas apresentado por Hillier, Hanson e seus colegas da London College no início da década de 1980, que buscam descrever a configuração espacial do ambiente, seja ele construído ou projetado, estabelecendo a relação entre a estrutura do/no espaço urbano e as relações sociais. Possibilitando a compreensão das possíveis formas de deslocamento e como isso reflete e molda as relações sociais estabelecidas no interior das construções (CARMO et al., 2012 apud MACHADO, 2022). Assim, a arquitetura torna-se então um texto e os cômodos, paredes, janelas, portas etc. são projeções dos processos sociais e mentais (HILLIER; HANSON, 1984).

Dentre as técnicas utilizadas na leitura espacial, destaca-se o modelo gamma que possibilita estabelecer uma base para “discutir a representação, quantificação e interpretação da configuração espacial de edifícios e estruturas arquitetônicas” (ZARANKIN, 2001, p.123). E a partir das variáveis forma, função e organização espacial, podemos obter um “panorama básico sobre o modo como os mecanismos de controle e poder encontram-se presentes em uma determinada estrutura” (ZARANKIN, 2001, p.123-124).

Agora veremos alguns esquemas que ilustram a aplicação e características do modelo gamma. A Figura 2 apresenta um exemplo de análise da permeabilidade da construção, ou seja, as formas/possibilidades de se locomover dentro dela, podendo caracterizar a edificação como distributiva ou não.

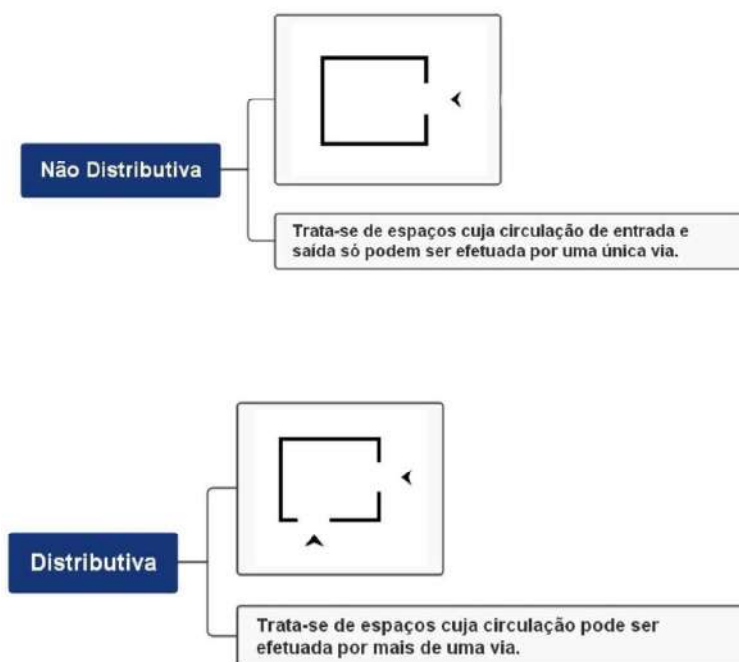


Figura 2: Tipos de permeabilidades.

Fonte: Elaborado pela autora.

É fundamental seguirmos alguns passos na hora de aplicar o modelo gamma na estrutura, por exemplo: a área externa é sempre numerada como o ponto zero e a entrada como o nó (cômodo) número um; seguir a lógica da acessibilidade, ou seja, a partir do nó número 1 posso seguir para o 2, do 2 posso ir para o 3 e 4 e assim por diante. O resultado desse processo será um gráfico espacial representando os nós e seus possíveis acessos. Vejamos o esquema abaixo para melhor visualização do que foi dito.

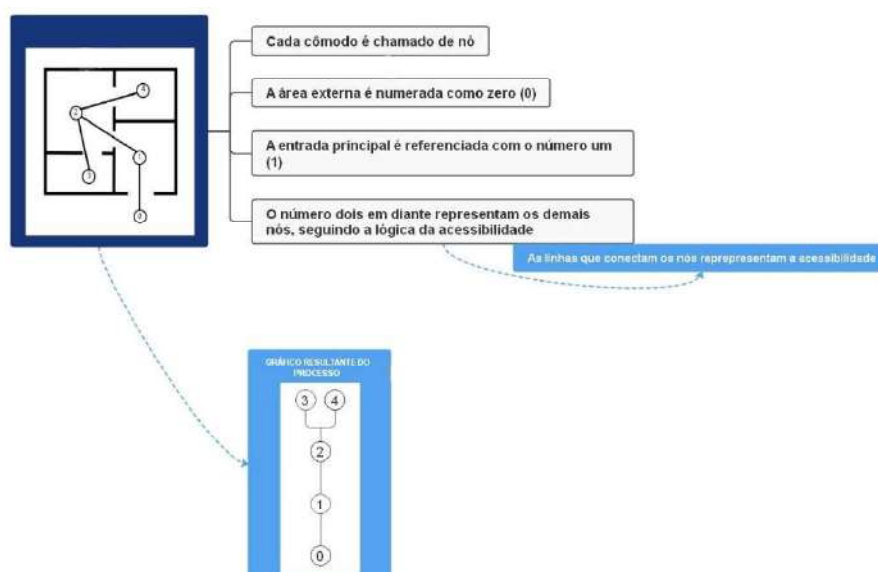


Figura 3: Esquema de análise.

Fonte: Elaborado pela autora.

Blanton (1994 apud MOREIRA, 2015), utilizando o modelo gamma, elaborou uma metodologia de análise que resultou nas medidas de escala, integração e complexidade. Vejamos o que representa cada uma delas:



Figura 4: Índices de Blanton.

Fonte: Elaborado pela autora.

Calculamos esses índices da seguinte forma:

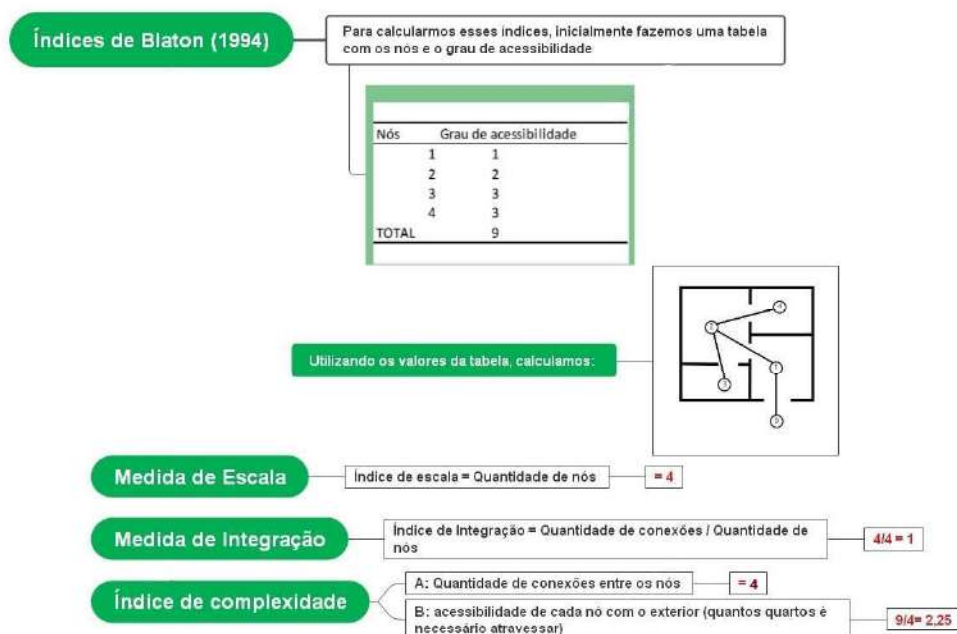


Figura 5: Cálculo dos índices.

Fonte: Elaborado pela autora.

Esses índices possibilitam a análise da simetria da edificação e a compreensão das relações espaciais estabelecidas entre os cômodos. Embora também possam ser aplicados em comparações entre diferentes construções, neste estudo o enfoque está voltado para a relação interna entre os ambientes de uma mesma edificação.



Figura 6: Simetria.

Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 7: Assimetria.
Fonte: Elaborado pela autora.

O uso dessa metodologia não objetiva apenas quantificar as dimensões distributivas e não-distributivas por meio de axiomas matemáticos e equações, mas também, identificar as particularidades e similaridades das estruturas espaciais, e o modo como estas moldam o potencial de uso e a experiência humana dentro desse ambiente. Além disso, esta abordagem permite a identificação de áreas panópticas que são os espaços que exercem um maior poder de controle e vigilância — oferecendo uma compreensão aprofundada da dinâmica de poder inserida na configuração espacial.

O termo panóptico foi criado pelo filósofo e jurista inglês Bentham no final do século XVIII quando ele estudou o “sistema penitenciário e criou um projeto de prisão circular, onde um observador central poderia ver todos os presos [...] e sugeriu que este mesmo projeto de prisão poderia ser utilizado em escolas e no trabalho, como meio de tornar mais eficiente o funcionamento desses locais” (MOREIRA, 2015, p.113).

Foi neste período, conforme Moreira (2015) que: iniciou-se um processo de disseminação sistemática de dispositivos disciplinares, a exemplo do panóptico: um conjunto de dispositivos que permitiria uma vigilância e um controle social cada vez mais eficiente dentro do sistema de vigilância e, uma vez ciente disso, estes interiorizam a disciplina de maneira tal que o poder exercido sob seus corpos é garantido e mantido de forma automática – tornando-os, assim, corpos dóceis e mantenedores do poder. (MOREIRA, 2015, p.113).

Foucault (2013) entende a disciplina como um dispositivo de poder que transforma os corpos em sujeitos dóceis e produtivos, sendo os hospitais um exemplo claro dessa dinâmica. Nessas instituições, a disciplina se expressa na separação dos pacientes, no controle rigoroso das rotinas e na própria organização espacial, que busca garantir funcionalidade e controle interno. Assim, espaços são agrupados a fim de “satisfazer não só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar espaço útil” (FOCAULT, 2013, p.139).

Como anteriormente apontado, iremos trabalhar com a planta arquitetônica do Hospital São Vicente de Paulo-DF de 1976. Por se tratar

de um documento relativamente antigo muitos detalhes não estão nítidos (Figura 8), por isso, optei por limpar a planta, realçando os traços da edificação (Figura 9).

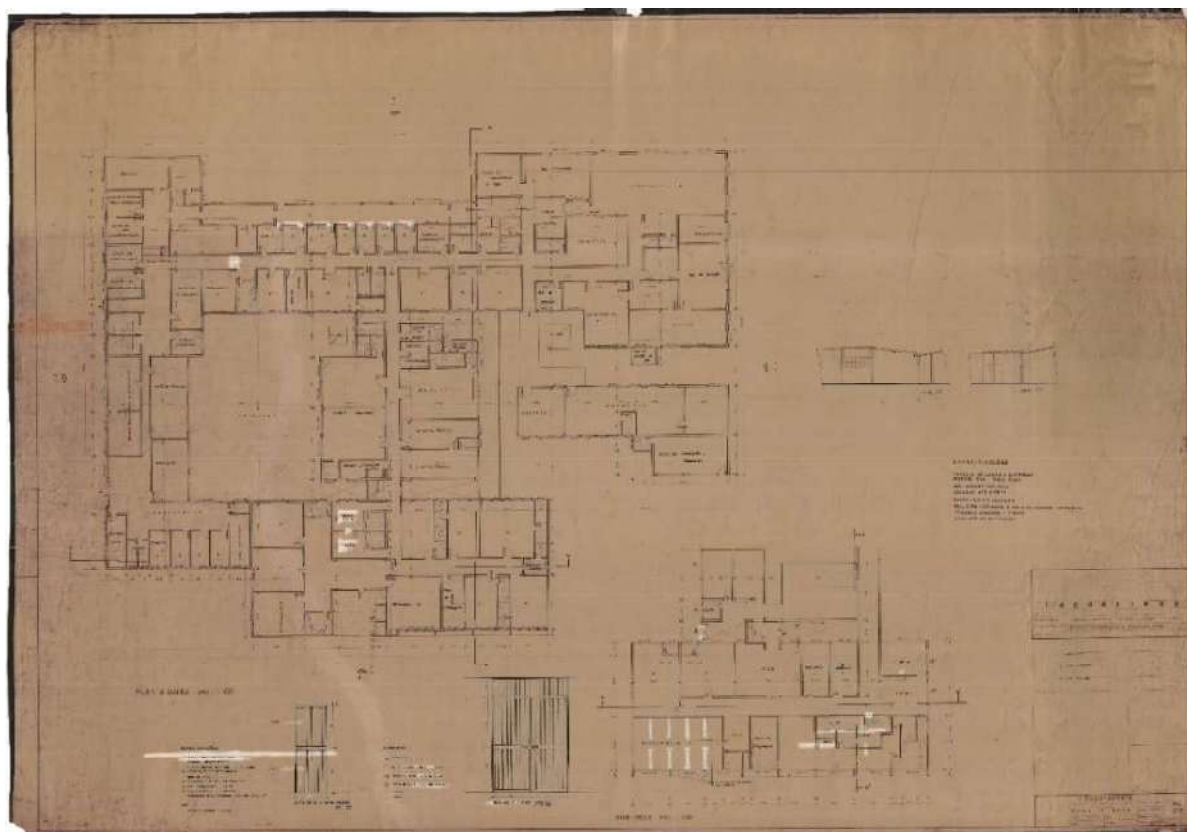


Figura 8: Planta Arquitetônica do Hospital São Vicente de Paulo – DF.
Fonte: Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde – SINFFRA (DF).

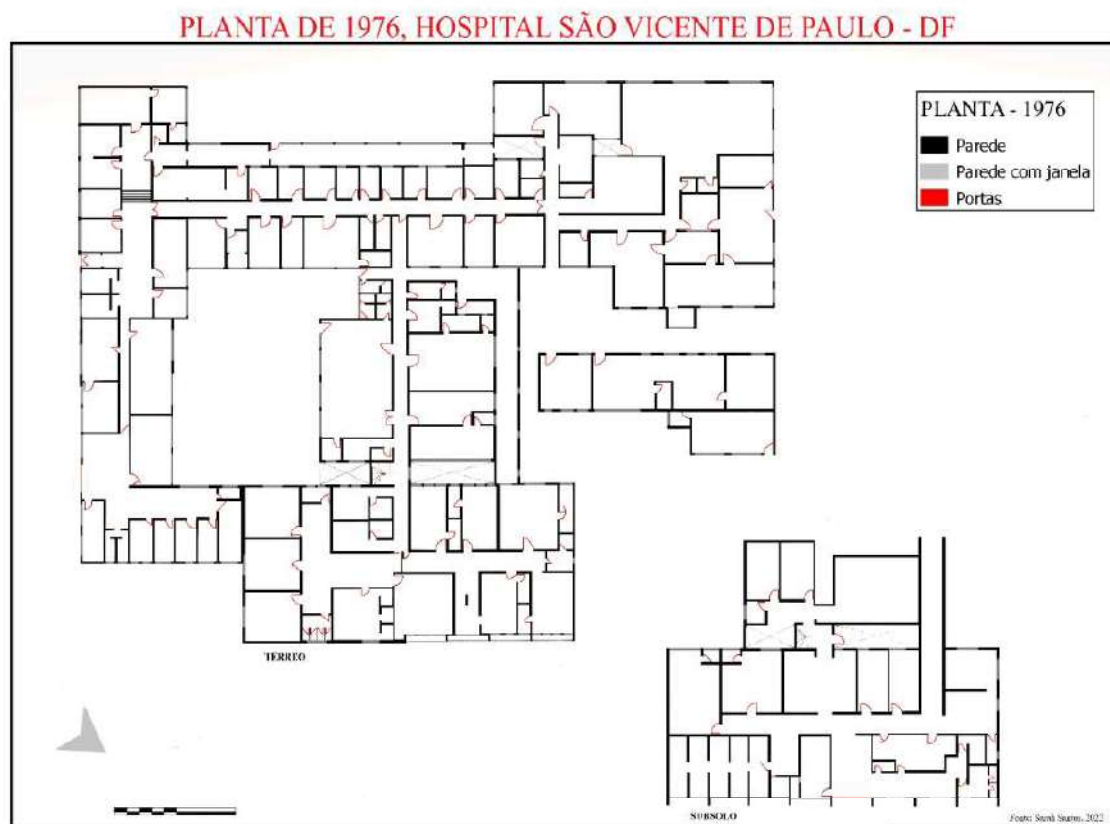


Figura 8: Planta Arquitetônica do Hospital São Vicente de Paulo – DF, graficamente adaptada.

Fonte: Elaborado pela autora.

É importante salientar que o terreno da edificação não é nivelado em relação a rua. A entrada principal encontra-se numa parte semienterrada, por esse motivo vemos sua identificação no projeto como subsolo (Figura 9) e a parte principal da estrutura como térreo. Em um primeiro momento essa singularidade do terreno pode gerar um estranhamento – já que temos dois pavimentos que fazem contato com o meio externo –, mas, procuramos representar tal complexidade da melhor maneira possível através dos gráficos espaciais.

Partindo da entrada principal no subsolo, começamos a percorrer a edificação identificando os nós (Tabela 1), numeramos e estabelecemos suas conexões (Figura 10).

Tabela 1: Número do Nó e função desempenhada a partir da planta do subsolo da edificação do Hospital São Vicente de Paulo – DF.

Nº do Nó	Função	Nº do Nó	Função
1	Entrada principal	23	Enfermaria A
2	Posto de Ident.	24	Enfermaria A
3	Guichê/ S. Social	25	Enfermaria A
4	Corredor	26	Enfermaria A
5	Banheiro	27	Enfermaria A
6	Banheiro	28	Enfermaria A
7	Sanitário	29	Hall
8	Sanitário	30	Corredor
9	Posto de Enfermagem	31	Escada
10	Banheiro	32	Fosso de ventilação
11	Corredor	33	Corredor
12	Enfermaria B	34	Quarto
13	Banheiro	35	Expurgo
14	Enfermaria C	36	Fosso de ventilação
15	Banheiro	37	Quarto
16	Corredor	38	Sem função indicada
17	Banheiro	39	Consultório I
18	Corredor da enfermaria	40	Consultório II/ Sala de medicação
19	Enfermaria A	41	Corredor
20	Enfermaria A	42	R. Médico
21	Enfermaria A	43	R. Médico
22	Enfermaria A	44	Banheiro

Fonte: Elaborado pela autora.

Seguimos realizando os mesmos processos de identificação (Tabela 2), numeração e conexão dos nós na planta do térreo.

Tabela 2: Número do Nó e função desempenhada a partir da planta do térreo da edificação do Hospital São Vicente de Paulo – DF.

Nº do Nó	Função	Nº do Nó	Função	Nº do Nó	Função
45	Rampa	98	Posto Enfer.	151	Banheiro
46	Corredor	99	Enfermaria E	152	Fosso de Ventilação
47	Depósito de oxigênio	100	Banheiro	153	Banheiro
48	Corredor	101	Sem função indicada	154	Seção Material e Patrimônio
49	Banheiro	102	Banheiro	155	Sub - Almoarifado
50	Sanitário	103	Enfermaria H	156	Serviço de Administração da Sede
51	Corredor	104	Banheiro	157	Fosso de Ventilação
52	Depósito da terapia	105	Enfermaria G	158	Sem função indicada
53	Banheiro	106	Banheiro	159	Corredor
54	Repouso Enfermagem	107	Enfermaria F	160	Seção de Informática
55	Banheiro	108	Banheiro	161	Seção de Informática
56	Auditório	109	Pertences Pacientes	162	Seção de Informática
57	Banheiro	110	Banheiro	163	Seção de Informática
58	Banheiro	111	Corredor	164	Banheiro
59	Arquivo médico	112	Banheiro	165	Corredor
60	Arquivo médico	113	Banheiro	166	Secretaria
61	Banheiro	114	Enfermaria M	167	Sala do Diretor
62	Terapia Ocupacional	115	Sem função indicada	168	Banheiro
63	Banheiro	116	Pertences Pacientes	169	Divisão de Recursos Médicos Assistenciais
64	Chuveiro	117	Enfermaria N	170	Seção de Assistência Social
65	Banheiro	118	Corredor	171	Escada
66	Solarium	119	Banheiro	172	Corredor
67	Banheiro	120	Enfermaria O	173	Seção de Enfermagem
68	Chuveiro	121	Aptº A	174	Divisão de Administração Geral
69	Fosso de ventilação	122	Aptº B	175	Corredor
70	Corredor	123	Aptº C	176	Seção de Protocolo
71	Repouso Enfermagem	124	Aptº D	177	Central Telefônica
72	Banheiro	125	Aptº E	178	Corredor
73	Escada	126	Aptº F	179	Banheiro
74	Corredor	127	Aptº G	180	Corredor
75	Corredor	128	Posto Enfer.	181	Banheiro
76	Posto Enfer.	129	Enfermaria L	182	Corredor
77	Banheiro	130	Enfermaria I	183	Seção Econômica e Financeira
78	Corredor	131	Enfermaria K	184	Seção Econômica e Financeira
79	Banheiro	132	Aptº H	185	Seção de Pessoal
80	Posto Enfer.	133	Enfermaria J	186	Corredor - Entrada P. Ambulatório
81	Corredor	134	Banheiro	187	Matrícula
82	Banheiro	135	Corredor	188	Assistente Social
83	Sanitário	136	Corredor	189	Corredor - Ambulatório
84	Sanitário	137	Farmácia	190	Banheiro
85	Sanitário	138	Banheiro	191	Cons. Psicólogo
86	Enfermaria D	139	Corredor	192	Consultório 4
87	Corredor	140	Sala de Nutrição	193	Consultório 3
88	Banheiro	141	Refeitório A	194	Consultório 2
89	Enfermaria C	142	Copa	195	Consultório 1
90	Enfermaria B	143	Cozinha	196	Corredor
91	Enfermaria A	144	Dep. De botijão de gás	197	Banheiro
92	Banheiro	145	Sala de Nutrição	198	Banheiro
93	Chuveiro	146	Despensa	199	Expurgo
94	Sanitário	147	Sem função indicada	200	Rouparia
95	Sanitário	148	Corredor	201	Banheiro
96	Chuveiro	149	Banheiro	202	Sem função indicada
97	Corredor	150	Refeitório B	203	Seção de Manutenção e Transportes
				204	Banheiro

Fonte: Elaborado pela autora.

Representação gráfica do subsolo e térreo:

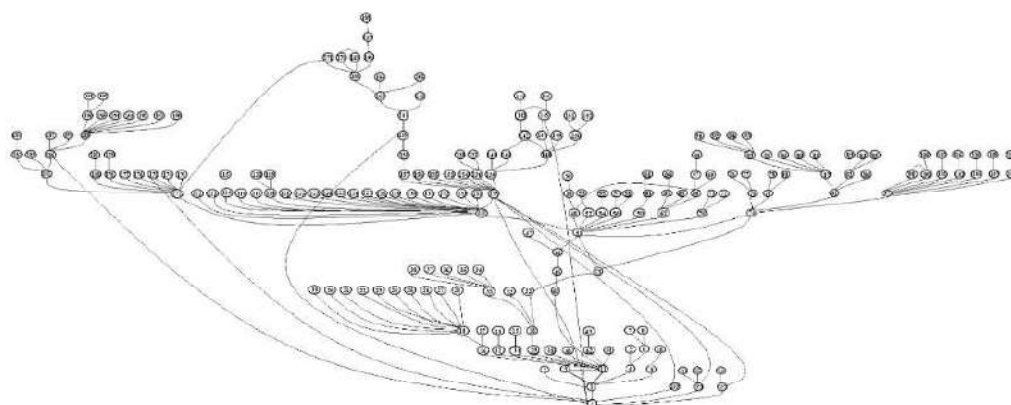


Figura 10: Gráfico 1 – Representação gráfica do subsolo e térreo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Seguindo, calculamos os índices de escala, integração e complexidade do subsolo e térreo:

Tabela 3: Índices de escala, integração e complexidade do subsolo e térreo da edificação do Hospital São Vicente de Paulo – DF.

Índice de escala	Índice de integração	Índice de complexidade A	Índice de complexidade B
204	1,08	222	4,05

Fonte: Elaborado pela autora.

A começar pelo índice de escala, que indica a quantidade de cômodos da edificação, observamos que juntos, o subsolo e o térreo, dispõem de 204 espaços, é uma estrutura grande. O índice de integração corresponde a circulação interna. Quanto mais próximo de 1 for o seu valor de medida maior será a restrição de circulação presente no prédio. Considerando o valor 1,08 podemos dizer que alguns cômodos possuem mais de uma entrada/saída, todavia, a maioria desses são áreas exclusivas de funcionários, a exemplo, nós 175, 159, 135 e 145.

O índice de complexidade A apresenta a quantidade de conexões entre os nós (subsolo e térreo), totalizando 222 conexões. Já o índice de complexidade B nos oferece a acessibilidade, em outras palavras, em média quantos espaços devem ser atravessados para chegar à parte externa do prédio. Considerando o valor obtido de 4,05 podemos dizer que dificilmente

alguém atravessaria 4 cômodos sem ser visto.

Outra característica a ressaltar são os espaços com maior acessibilidade e os mais restritos. Observando o gráfico espacial, vemos que o nó 168 ocupa uma posição hierárquica diferente, é um cômodo mais restrito. Contudo, considerando que este é o banheiro da sala do diretor era esperado que seu acesso fosse mais difícil, pois é comum que os banheiros sejam cômodos com acesso mais limitado (MOREIRA, 2015).

Outros nós que se destacam no gráfico pela permeabilidade mais restrita são os 144 (departamento de botijão de gás), 146 (despensa), 184 (seção econômica e financeira) e 162 (seção de informática). Considerando suas funções, não causa espanto tal restrição. Por outro lado, o nó de maior acessibilidade é o 135, corredor que permite acesso a diversas áreas administrativas.

Os espaços que exercem mais controle e poder, isto é, panópticas, foram destacadas abaixo:

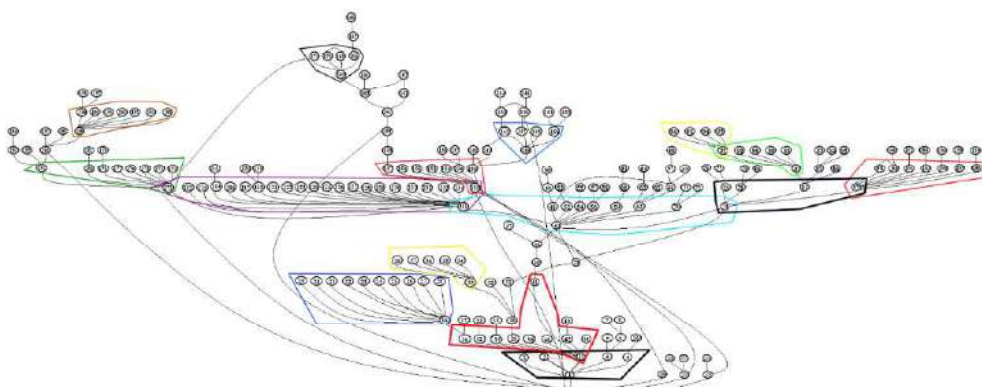


Figura 11: Gráfico 2 – Destaque de 15 áreas panópticas.

Fonte: Elaborado pela autora.

A proeminência dos corredores como áreas panópticas (11, 18, 33, 41, 51, 74, 87, 111, 135, 148, 165, 172, 189) reforçam a função disciplinar inerente a instituições de confinamento como o HSVP. Partindo da teoria foucaultiana, o isolamento e a vigilância constante visavam a docilização dos indivíduos, um poder que “discretamente, estrutura o mundo onde as pessoas estão inseridas de modo a controlá-las e, simultaneamente, torná-las mantenedoras desse controle” (MOREIRA, 2015, p.121-122).

No contexto específico da construção de Brasília, essa docilização ganha uma camada adicional de propósito sob o imperativo de saúde. O HSVP não estava isolado, ele era parte integrante de um ambicioso projeto de modernidade e progresso. A identificação desses corredores (11, 18, 33, 41, 51, etc.) como os pontos de maior controle da edificação ilustra a eficiência com que a arquitetura foi desenhada para monitorar vastas áreas com o mínimo de esforço. Essa eficiência não apenas garante a ordem interna, mas é fundamental para o processo de instrumentalização. Se o hospital buscava tornar seus internos úteis ao projeto de Brasília (seja em trabalhos internos ou externos), era vital que a instituição pudesse garantir a máxima vigilância e regulação da circulação.

Desta forma, o sistema panóptico expresso nos corredores serve como

um mecanismo arquitetônico que habilita a dupla função do hospital: conter e normalizar aqueles que desviavam da norma (adequando-os aos padrões sanitários e sociais da nova capital) ao mesmo tempo em que os prepara, por meio da disciplina rigorosa, para serem elementos de alguma utilidade direta ou indiretamente, à utopia urbanística de Brasília. A análise dos dados espaciais torna-se, assim, crucial para desvendar como a configuração física do hospital foi cúmplice dessa ideologia de progresso que exigia ordem, disciplina e, sobretudo, utilidade social.

Conforme ressalta Moreira (2015), tamanho controle “não se daria necessariamente por meio da força, haja vista que um indivíduo que sabe estar num campo de visibilidade, ele próprio se coloca em seu lugar e, conseqüentemente, se autocontrola” (Moreira, 2015, p.118). É, segundo Foucault (2013),

um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. [...] O esquema panóptico é um intensificador para qualquer aparelho de poder: assegura sua economia (em material, em pessoal, em tempo); assegura sua eficácia por seu caráter preventivo, seu funcionamento contínuo e seus mecanismos automáticos. É uma maneira de obter poder. (FOUCAULT, 2013, p.195).

Essa submissão à disciplina era imposta por meio de um ritual de admissão que operava como um verdadeiro processo de mortificação do eu, fundamentado na classificação e na ruptura da identidade individual. O conceito de mortificação do eu, tal como definido por Goffman (1961), encontra um correlato direto na análise foucaultiana dos hospitais psiquiátricos, onde os mecanismos de poder disciplinar — como a vigilância panóptica e a sanção normalizadora — operam para docilizar o corpo e destruir a subjetividade autônoma, transformando o indivíduo em um “caso” a ser controlado e útil (FOUCAULT, 2013).

A pessoa admitida no HSVP era imediatamente separada de seus familiares, tendo seus laços sociais abruptamente interrompidos. Em seguida, era conduzida a uma sala comum — sem distinções quanto a sexo, sofrimento mental, enfermidade ou idade —, onde recebia medicação. Esse procedimento resultava na anulação de sua subjetividade autônoma e na conseqüente submissão à disciplina institucional. Após o confinamento, os internos tinham seus pertences recolhidos e passavam a ser separados apenas por sexo. No entanto, não foi possível identificar na planta a localização das áreas destinadas a homens e mulheres. Cabe ainda ressaltar que o HSVP não atendia menores de idade.

Dessa forma, a análise revela a intencionalidade da arquitetura do Hospital São Vicente de Paulo, classificando-o como uma edificação não-distributiva, assimétrica, de restrito acesso e pontuada por diversas áreas panópticas. Essas características espaciais convergem para um propósito claro: trata-se de um espaço projetado para produzir e manter a disciplina, tornando visíveis e controláveis os corpos que nele habitavam, atuando como um eficiente dispositivo de docilização e confinamento, alinhado às lógicas

de exclusão e ordem social vigentes no período da construção de Brasília.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos a última parte desse trabalho e uma pergunta ressoa em minha mente: “De que serve o passado senão para incomodar?” (MOREIRA, 2015, p.131). O incômodo nos leva a diferentes linhas de reflexões e, talvez, seja o que torna os acontecimentos tão importantes e mutáveis.

Os gráficos apresentados confirmam que a configuração espacial do HSVP favorecia a vigilância dos corpos, o confinamento dos pacientes e, por consequência, a concretização dos propósitos da instituição. Contudo, é importante não reduzir esses corpos a uma condição de passividade, como meras vítimas que internalizam o sistema e perdem voz, ação e reação. Trata-se, antes, de questões fundamentais que ainda precisam ser aprofundadas na análise do HSVP.

Sabemos que há muitas cicatrizes desse passado excludente e violento em diferentes esferas. No entanto, grandes feridas ainda latejam. Em dezembro de 2020, o Conselho Nacional de Secretários da Saúde (Conass) propôs a revogação de várias portarias feitas entre 1991 e 2014. Entre as mudanças sugeridas pelo governo federal, encontravam-se o fim do Programa De Volta para Casa, as equipes de Consultório na Rua e o Serviço Residencial Terapêutico. Isso significaria um enorme retrocesso às conquistas da luta antimanicomial, a exemplo da Lei federal 10.216/2001. Felizmente, com as manifestações do Movimento Pró-Saúde Mental do DF e de outras entidades da área, a proposta foi interrompida.

Questões como essa evidenciam a urgência de refletir e nos emaranharmos no presente, entendido a partir de Costa e Fonseca (2007, p.7) como “platô temporal do existir ao qual tudo se refere, e no qual tudo existe, pois é aqui e agora que as forças se afirmam, sendo o amanhã e o ontem apenas variações deste presentificar”. Essas feridas e cicatrizes, resultantes de uma longa tentativa de conter o turbilhão das loucuras e moldá-las a uma lógica de ordem, são contemporâneas e “de nada adianta esquecê-las em nome de um salto para o futuro, lá estão elas, ainda, contendo e estimulando com suas amarras materiais e imateriais” (COSTA; FONSECA, 2007, p.9).

Assim, ainda há muito o que mexer, remexer, construir e desconstruir no nosso passado manicomial. Não à procura de uma verdade, mas sim na complexificação das suas imagens (COSTA; FONSECA, 2007). Este trabalho representa uma linha, um caminho um tanto delirante que pondera sobre as diversas loucuras em que habitamos e nas que nos habitam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAIXETA, Izabela Amaral. **Entre a criminalização da loucura e a psiquiatrização do crime: as trajetórias da medida de segurança no Distrito Federal**. 2012. 109 f. Monografia (Bacharelado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília, 1956**. Brasília, 21 de abr. 2010. Disponível em: <https://concursosdeprojeto.org/2010/04/21/plano-piloto-de-brasilia-lucio-costa/>. Acesso em: 7 de ago. 2022.

COSTA, Luis A.; FONSECA, Tânia. M. G. Do contemporâneo: O tempo na história do presente. **Arquivos Brasileiros de Psicologia** (Rio de Janeiro, 1979), vol. 59, p. 1–13, dez. 2007.

CUPELLO, Priscila Céspedes. Entre a Teatralidade e os Maus Costumes: Uma Discussão acerca da Histeria no Hospício Nacional de Alienados (1900–1910). In: **XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2011, São Paulo. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26?start=580>. Acesso em: 7 de ago. 2022.

DECRETO-LEI N° 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. Lei das Contravenções Penais.

DINIZ, Anamaria. Goiânia: Modernismo Sertanejo. **Paranoá Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, n.2, p.231–259, jul. 2006.

FONTENELE, Tânia. Mulheres na Construção de Brasília – Invisibilidade feminina na história da nova capital do Brasil. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, p.1–12, ago. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. 41.ed. Petrópolis, Vozes, 2013.

GODINHO, Iúri Ricon. **Médicos e medicina em Goiás do séc. XVIII aos dias atuais**. Editora Contato Comunicação, Goiânia, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Time to Destroy: An Archaeology of Supermodernity. **Current Anthropology**, v.49, Number 2, p. 247, April 2008.

HARRISON, Rodney; SCHOFIELD, John. **After Modernity: Archaeological Approach es to the Contemporary Past**. Nova York: Oxford University Press, 2010.

HILLIER, Bill; HANSON, Julianne. **The social Logic of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

JACQUES, Paola Berenstein; LOPES, Dilton. A construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento. In: Jacinto Lageira; Françoise Parfait; Eric Valette; Jan Kopp; Daniel Lê. (Org.). **A partilha dos esquecimentos/Le partage des oublis. Suspended Spaces 4**. 1ed. Lisboa: Sistema Solar, v. 1, p. 52–78, dez. 2018.

LEMINSKI, Paulo. **Toda Poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6(1), p. 11–23, jan/abr 2011.

MACHADO, Daniela Martins. **A desconstrução do manicômio interno como determinante para a inclusão social da pessoa em sofrimento mental**. Brasília, 2006, 176f. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, 2006.

MACHADO, Eduarda Lopes. **Espaços loucos: um estudo arqueológico sobre HPSP, Porto Alegre, RS; 2022; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Rio Grande, 2022.**

MOREIRA, Juliana Brandão. **Arquitetura que Enlouquece: Poder e Arqueologia. Belo Horizonte**, 2015, 150f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2015.

MOREIRA, Juliana Brandão. Arquitetura da loucura: uma leitura arqueológica do Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (Belo Horizonte – MG). **Cadernos de História da Ciência.**, V.13, n.1, p. 207–219, jun. 2017.

MOREIRA, Juliana Brandão. Excavating Temporalities. **Revista Habitus – Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, Goiânia, Brasil, v. 15, n. 2, p. 207–220, jul. 2017.

MOURÃO, T. M. F. **Memórias Femininas da Construção de Brasília: Narrativas a partir do filme Poeira e Batom – A humanização do monumental (1957/1964)**, Brasília, 2022, p.236. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2022.

NASCIMENTO, J. G. Representações de gênero em ocorrências policiais de violência contra mulheres na construção de Brasília. **Temporalidades – Revista de História**, v. 11, n. 2, 2019.

PAULA, Éder Mendes. Pawel Gutko: A Construção de um Louco em

Goiás. **MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES**, v.11, n.27, p.105–126, dez. 2010.

PAULA, Éder Mendes. O que há de moderno no manicômio? O caso do Adauto Botelho em Goiás. **Literatura e História**, v. 9, n. 2, p.1–22, dez. 2019.

PAULA, Éder Mendes. Manicômio Adauto Botelho: A Psiquiatria em Goiás. **CADERNOS DE HISTÓRIA**, v. 20, p. 27–47, mar. 2020.

PELÁ, Márcia Cristina Hizim; CHAVEIRO, Eguimar Felício. As mulheres na produção socioespacial de Goiânia: invisibilidade e sexismo. **Ateliê geográfico** (UFG), v. 15, p. 202–218, out. 2021.

PORTELA, Cristiane de Assis. **Cenários de Saúde Mental e Políticas de Segregação no DF. Raça e gênero na Saúde Mental do Distrito Federal** / Organização René Marc da Costa Silva. – Brasília: UniCEUB, 2013.

SANTOS, Diego Martins. **A história da formação de Brasília como a construção da exclusão**. Brasília, 2016, 47f. Monografia (Licenciatura e Bacharel em História). Universidade de Brasília, 2016.

SANTIAGO, I. G. S. **(In)visibilidade da mulher na construção de Brasília**. João Pessoa, Paraíba, 2019, p.70. Monografia (Bacharel em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, 2019.

SILVA, Genilder Gonçalves; MELLO, Marcelo. A Revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a Marcha para o Oeste. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, v. 1, p. 57–89, jun. 2013.

THIESEN, Beatriz. Valladolid. Antes da Poeira Baixar: Reflexões sobre uma arqueologia do passado recente. **Memorare**, v.1, p.222–226, dez. 2013.

TRAMASOLI, Felipe Benites. “Haja Hoje p/ tanto ontem”: Apontamentos sobre a arqueologia e o contemporâneo. **Revista de Arqueologia**. V. 30, N. 1, p. 187–209, jun. 2017.

ZARANKIN, Andres. **Paredes que domesticam. Arqueologia da arquitetura escolar capitalista; o caso de Buenos Aires**. Campinas–SP, 2001, 249f. Dissertação de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.